

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

RAQUEL SOBRAL NONATO

TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE PROCESSUAL À LUZ DA PERFORMATIVIDADE CRÍTICA E DAS
POLÍTICAS PREFIGURATIVAS

SÃO PAULO
2021

RAQUEL SOBRAL NONATO

TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE PROCESSUAL À LUZ DA PERFORMATIVIDADE CRÍTICA E DAS
POLÍTICAS PREFIGURATIVAS

Tese apresentada à Escola de Administração de
Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas, como requisito para obtenção do título de
Doutora em Administração Pública e Governo

Área de concentração: Governo e Sociedade Civil
em Contexto Subnacional

Orientador: Prof. Dr. Mário Aquino Alves

SÃO PAULO

2021

Nonato, Raquel Sobral.

Trajetória e evolução da economia solidária no Brasil : uma análise processual à luz da performatividade crítica e das políticas prefigurativas / Raquel Sobral Nonato. - 2021.

311 f.

Orientador: Mário Aquino Alves.

Tese (doutorado CDAPG) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Economia solidaria. 2. Cooperativismo. 3. Políticas públicas. I. Alves, Mário Aquino. II. Tese (doutorado CDAPG) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 35

RAQUEL SOBRAL NONATO

TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UMA
ANÁLISE PROCESSUAL À LUZ DA PERFORMATIVIDADE CRÍTICA E DAS
POLÍTICAS PREFIGURATIVAS

Tese apresentada à Escola de Administração de
Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas, como requisito para obtenção do título de
Doutora em Administração Pública e Governo

Área de concentração: Governo e Sociedade Civil
em Contexto Subnacional

Data de aprovação: 04/11/2021

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mário Aquino Alves (Orientador)
FGV-EAESP

Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz
FGV-EAESP

Prof. Dr. Luciano Barin-Cruz
HEC Montreal

Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas
EACH-USP

AGRADECIMENTOS

A Deus, por dar sentido ao que não tem explicação.

À Ciência, por tentar decifrar todo o resto.

Esta tese é concluída depois de uma árdua e especialmente solitária travessia em um contexto pandêmico. Sendo a última página a ser escrita, impossível não fazer uma retrospectiva do que significou este período na minha vida e o quão grata sou por todos os encontros que me permitiram chegar até aqui.

Poderia começar nomeando todos/as educadores/as que me inspiraram ao longo do meu percurso escolar na rede pública de ensino. Sob o risco de ficar muito extenso ou ser contrariada por minha memória, registro aqui meu profundo agradecimento a todos/as formadores/as que de alguma forma contribuíram para que eu entendesse que a educação seria uma via transformadora e que me permitiria trilhar caminhos que antes julgava inalcançáveis e intransponíveis.

Como se verá nesta tese, as instituições regem nossos atos em diferentes esferas da vida, sendo assim, inicio meu agradecimento por elas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES pela bolsa integral que me permitiu dedicação exclusiva ao doutorado e à vida acadêmica. Também agradeço ao programa CAPES-Print pela bolsa para cursar doutorado-sanduíche na HEC Montreal, no Canadá.

Agradeço à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas por abrir suas portas para mim em 2013 ainda no mestrado e, desde então, ter me proporcionado vivenciar diversas experiências no campo do ensino e da pesquisa, além de me permitir interagir com pessoas incríveis ao longo desses anos.

Ao meu genial orientador, Mário Aquino Alves, agradeço pela jornada iniciada no mestrado e que segue repleta de ensinamentos, conversas, leituras, conselhos, iluminações certeiras e incentivos. Obrigada pela enorme paciência, apoio, liberdade, generosidade e disponibilidade com que me guiou e encorajou ao longo de todo o doutorado. Especialmente nesta reta final, quando eu já não tinha mais fôlego, você foi o grande responsável por fazer com que eu conseguisse concluir esse ciclo. Pura admiração. Sei que sou muito sortuda e tenho um enorme orgulho de ser Aquinete!

Aos professores Eduardo Diniz e Luciano Barin-Cruz, agradeço pelas valiosas contribuições no exame de qualificação do projeto de pesquisa e também na banca de defesa da tese. Agradecimento estendido ao professor Eduardo de Lima Caldas por gentilmente aceitar

integrar a banca de defesa com comentários instigantes e, claro, também por todos os cafés e incentivos à minha trajetória acadêmica desde o TCC na EACH-USP. Edu, se cheguei até aqui, em parte a culpa é sua! Rs.

Aos funcionários/as da EAESP/FGV, em especial da Biblioteca Karl A. Boedecker, da Secretaria Registros e da Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação. Entre elas, Lidiane, Andressa, Pâmela e Tereza.

Aos professores do programa de pós-graduação em Administração Pública e Governo da EAESP/FGV. Em especial, agradeço aos professores/as com quem pude cursar disciplinas que ampliaram as fronteiras de pensamento e contribuíram diretamente para a construção e refinamento da tese: André Samartini, Francisco Aranha, Francisco Fonseca, José Antonio Puppim, Mário Aquino Alves, Marlei Pozzebon, Marco Antonio Teixeira, Marta Farah, Nelson Marconi, Peter Spink e Rodrigo Bandeira-de-Melo.

Ainda no campo do ensino, tive a oportunidade de realizar estágio-docência, monitorias e supervisões que me fizeram ter inúmeros momentos de trocas com os alunos de graduação em Administração Pública e Governo e de Administração de Empresas da escola. Agradeço aos professores Fernando Nogueira e José Henrique Bortolucci pela parceria, confiança e aprendizados nas disciplinas em que fui monitora. Agradeço também aos professores Fernando Burgos, Guilherme Casarões, Eduardo Grin, Luis Paulo Bresciani, Lara Simielli e André Guzzi pela oportunidade de ser supervisora em diferentes edições das disciplinas de Imersão Federal, Local e Conexão Sul Sul do curso em Administração Pública e Governo. Conhecer de perto as peculiaridades de políticas públicas no Brasil e de outros países da América Latina foi um privilégio. Agradeço aos alunos por todas as trocas e aprendizados coletivos. Agradeço pelo carinho da Joelma Caldeira, por viabilizar que todos esses lugares fossem visitados.

Agradeço profundamente ao Centro de Estudos de Administração Pública e Governo CEAPG pela acolhida e pela formação em pesquisa que me propiciou desde os primeiros dias de FGV. Agradeço especialmente ao Fernando Burgos pelo exemplo de liderança e também pelas inúmeras oportunidades de pesquisa e projetos, que me desafiaram e me desenvolveram. Também agradeço de modo especial o professor Peter Spink por ser essa referência para o nosso campo e pelo convite a repensar o papel da universidade no século XXI. Interlocução compartilhada com o querido amigo André Nogueira, as provocações geradas por essa pesquisa inspiraram reflexões que também estão presentes nesta tese de modo latente. O CEAPG proporcionou a convivência cotidiana com pessoas maravilhosas: Fabi Moura, Mário, Catarina, Anny, Caio, Kate, Fabio, Morgana, Fernanda, Mario, Pinho, Andrea, Fernanda Érico, Maria

Alexandra e Zilma Borges. Ao Caio Momesso, agradeço também pela valorosa interlocução acadêmica e apoio mútuo na revisão sistemática de literatura sobre ES.

Agradeço aos colegas do Doutorado, que compartilharam todas as alegrias e aflições ao longo desse percurso. Entre eles, Anny, Caio, João Guilherme, Andrea, Ana Helena, Carol Bernardes, Carol Cutrupi, Elisa e Debora. Ao Caio Momesso e Anny Medeiros, agradeço especialmente a leitura generosa de versões parciais desta tese.

Em Montreal, em um sanduíche totalmente atípico, agradeço pela recepção do prof. Luciano Barin Cruz na HEC Montreal e pelos colegas Paulo e Lya Porto. Nesse período pude *quarentenar* e assistir a muitas *lives* do Átila com mineiros incríveis. Obrigada pela agradável convivência, Naíla e John!

Agradeço de modo especial aos entrevistados e entrevistadas, que cederam gentilmente seu tempo e compartilharam suas vivências para este estudo. Agradeço especialmente aos colegas da prefeitura de São Paulo que facilitaram diversos contatos e apoiaram para avançar na pesquisa. Entre eles: Sandra Faé, Maria Custódia, Mariana Giroto (e *bandoleiros!*), Alessandra Rosa e Julio Canuto. À Sandra Faé, agradeço pela amizade e também por ser essa referência de gestora pública e fonte de inspiração incessante no movimento da Economia Solidária.

Agradeço à Cristiana Felipe pelo apoio crucial com as transcrições de entrevistas. Agradeço à Paula Garcia e Lucas Bernardes pela revisão cuidadosa da versão final desta tese.

Aos queridos/as amigos e amigas que acompanharam de perto minhas reclamações sobre a escrita da tese. Entre eles, Cinthia, Tamara, Deloise, Anny, Catarina, Carol Sampaio, Flávia, Cassia Fernanda, Jaque, Nelson, Diow, Léo Campos, Catherine, Rafael, Eros, Carminha (e Sinoel), Patrícia, Thomaz, Léo (o Máximo!), Diana, Luan, Luca e Silvia (e família!). Na reta final, conheci pessoas especiais que, por diferentes vias, trouxeram suporte crucial na minha rotina solitária e agravada pelo isolamento social: Paula Santiago e Andrew Creelman, super obrigada por esse encontro!

Agradeço à minha família, por ser meu refúgio e fortaleza em todos os momentos. Aos meus pais, Linda Sobral e José Nonato, por proporcionarem todo tipo de suporte ao longo da vida e nos ensinarem sobre amor, afeto, fé, generosidade, senso crítico e inconformismo com as injustiças sociais. Aos meus irmãos, Nessinha e Juninho (que fez nossa família aumentar com Katia, David e Gael!), pelo companheirismo fraterno, cumplicidade e bom humor. Ao Gael, meu sobrinho e afilhado, agradeço pela capacidade de melhorar meus dias com cada gesto novo ou descoberta.

Por fim, agradeço ao Pedro, sem nenhuma dúvida a pessoa que me acompanhou mais de perto em todos esses dias de escrita de tese. Agradeço pelo amor, parceria, cuidado, respeito e leveza com que me ajuda a equilibrar todos os pratinhos nessa vida. Ai de mim se não fosse você. Te amo muito!

*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve pra isso: para que eu não deixe de caminhar” (Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano no livro *Las palabras andantes* em 1994)*

RESUMO

Esta tese enfoca a trajetória e evolução da Economia Solidária (ES), aqui compreendida sob três facetas principais: discurso, movimento social e ação pública. De maneira geral, buscou-se explicar como os atores que integram o campo da ES se articulam, interagem e se mobilizam para influenciar transformações institucionais ao longo do tempo. De modo específico, a pesquisa: (i) verificou como a noção de ES é apresentada enquanto teoria crítica no *mainstream* da produção científica da administração; (ii) desenvolveu um modelo teórico multinível para explicar as dinâmicas de atuação e as estratégias mobilizadas pelos diferentes grupos sociais do campo da ES para influenciar transformações institucionais no contexto brasileiro; e (iii) explicou as principais consequências intencionais e não intencionais desse processo. O *framework* teórico desenvolvido articulou os conceitos de performatividade crítica e políticas prefigurativas à luz de uma macrolente institucional, de modo a facilitar a compreensão sobre a ação dos diferentes atores diante da arena pública em uma perspectiva temporal e processual. A pesquisa se baseou em metodologia qualitativa e na condução de três estudos de caso que, combinados, forneceram narrativas alternativas sobre o processo de institucionalização da ES no contexto brasileiro: Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da cidade de São Paulo e a Associação de Mulheres da Economia Solidária (AMESOL). A coleta de dados foi centrada na realização de entrevistas em profundidade, pesquisa documental e observação. A partir de uma abordagem interativa entre o material empírico e referencial teórico, os resultados desta tese contribuem ao validar uma lente analítica capaz de captar diferentes percursos individuais e coletivos trilhados por atores que buscam colocar teorias críticas em prática, a partir das suas diferentes inscrições institucionais.

Palavras-chave: Economia Solidária. Performatividade crítica. Políticas prefigurativas. Ação pública.

ABSTRACT

This thesis focuses on the trajectory and evolution of Solidarity Economy (SE), herein understood under three main dimensions: discourse, social movement, and public action. In general, the study aims to explain how actors from the Solidarity Economy movement articulate, interact and mobilize to influence institutional changes over time. Specifically, the research (i) verified how the notion of Solidarity Economy is presented as a critical theory in the mainstream of scientific production in administration, (ii) developed a multilevel theoretical model to explain the dynamics of action and the strategies mobilized by different groups in the SE field to influence institutional transformations in the Brazilian context, and (iii) explained the main intended and unintended consequences of this process. The theoretical framework developed articulated the concepts of critical performativity and prefigurative policies with a macro institutional lens, in order to facilitate the understanding of the action of different actors in the public arena in a temporal and procedural perspective. The research was based on a qualitative methodology and on the conduction of three case studies that, combined, provided alternative narratives about the institutionalization process of Solidarity Economy in the Brazilian context: *Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária*, *Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos e Solidários* from the city of São Paulo, and the collective *AMESOL*. Data collection was centered on conducting in-depth interviews, document research, and observation. From an interactive approach between empirical material and theoretical framework, the results of this thesis contribute to validating an analytical lens capable of capturing different individual and collective paths followed by actors who seek to put critical theories into practice.

Keywords: Solidarity Economy. Critical performativity. Prefigurative politics. Public Actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Quadro síntese da problematização da ES para esta tese.....	47
Figura 2	O papel dos motores da performatividade.....	62
Figura 3	Adaptação do <i>framework</i> conceitual.....	77
Figura 4	<i>Framework</i> para análise participatória em comunidades.....	78
Figura 5	<i>Framework</i> para análise de iniciativas SSE de forma <i>bottom-up</i>	79
Figura 6	<i>Framework</i> multinível da tese.....	80
Figura 7	Codificação dos dados.....	96
Figura 8	Mapa cognitivo dos atores no caso da Rede de Gestores.....	100
Figura 9	Nuvem de palavras, documento <i>20 anos Cáritas</i>	106
Figura 10	Fase I: experimentação, inovação e aprendizagem.....	114
Figura 11	Fase II: em busca de um repertório comum.....	120
Figura 12	Fase III: protagonismo da SENAES e a lógica do edital.....	134
Figura 13	Ações de ES no programa Brasil Sem Miséria.....	145
Figura 14	Fase IV: diminuição do alcance da SENAES até a extinção do MTE.....	147
Figura 15	Mapa cognitivo dos atores no caso da incubadora.....	155
Figura 16	Fase I: da eleição municipal ao convênio com UNISOL.....	163
Figura 17	Fase II: estruturando a incubadora.....	166
Figura 18	Fase III: transversalidade de políticas e públicos no cotidiano.....	173
Figura 19	Fase IV: mudança de governo e mais uma descontinuidade.....	183
Figura 20	Figura – Mapa cognitivo dos atores no caso da AMESOL.....	192
Figura 21	Fase I: da problematização à teorização.....	207
Figura 22	Fase II: estruturação das demandas institucionais.....	214
Figura 23	Fase III: alianças e parcerias.....	227
Figura 24	Fase IV: pandemia como novo ponto de inflexão.....	232
Figura 25	Operacionalizando o <i>framework</i> teórico da tese.....	244

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Seleção de artigos.....	33
Quadro 2	Produção científica da economia solidária nas plataformas Scielo, Redalyc e Web of Science.....	35
Quadro 3	Fontes consultadas para a elaboração da tese.....	90
Quadro 4	Participação em eventos.....	91
Quadro 5	Lista de entrevistados.....	93
Quadro 6	Quadro contexto interacional Rede de Gestores.....	113
Quadro 7	Contexto interacional no caso da incubadora.....	162
Quadro 8	Empreendimentos e redes econômicas solidárias.....	172
Quadro 9	Contexto interacional no caso da AMESOL.....	206
Quadro 10	Resumo da análise processual conduzida nesta tese.....	250

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Convênios SENAES nas regiões brasileiras.....	139
Gráfico 2	Convênios SENAES — Região Norte.....	140
Gráfico 3	Convênios SENAES — Região Centro-Oeste.....	140
Gráfico 4	Convênios SENAES — Região Nordeste.....	141
Gráfico 5	Convênios SENAES — Região Sul.....	141
Gráfico 6	Convênios SENAES — Região Sudeste.....	142
Gráfico 7	Valor global do convênio.....	143
Gráfico 8	Situação dos Convênios SENAES em 2017.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMESOL	Associação de Mulheres da Economia Solidária
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CISART	Centro de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional da Economia Solidária
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONCRAB	Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos
FNPP	Frente Nacional dos Prefeitos
FSM	Fórum Social Mundial
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome
MST	Movimento Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
SDTE	Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SICONV	Sistema de Convênios
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
TVU	Transferência Voluntária da União
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAFES	União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNIVENS	Cooperativa Unidas Venceremos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS.....	26
1.2	ESTRUTURA DA TESE.....	28
2	A TEORIA CRÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO.....	30
2.1	A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ES NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	31
2.2	FLUXOS DE PESQUISA SOBRE ES.....	33
2.3	PROBLEMATIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO CONSTRUTO DA ES NESTA TESE.....	40
2.3.1	Economia Solidária enquanto discurso.....	41
2.3.2	Economia Solidária enquanto movimento social.....	42
2.3.3	Economia solidária enquanto ação pública.....	44
2.3.4	Quadro síntese da problematização de ES nesta tese.....	46
3	DOMÍNIO TEÓRICO.....	48
3.1	POSICIONAMENTO TEÓRICO.....	48
3.2	CONSTRUTOS TEÓRICOS.....	49
3.2.1	Contribuições da teoria institucional sobre o papel dos atores.....	49
3.2.1.1	<i>Postulações do construto teórico de teoria institucional para esta tese.....</i>	<i>55</i>
3.2.2	Performatividade crítica.....	57
3.2.2.1	<i>Performatividade crítica para análise de organizações alternativas.....</i>	<i>60</i>
3.2.2.2	<i>Postulações do construto teórico de performatividade crítica para esta tese..</i>	<i>64</i>
3.2.2.2.1	<i>Conectando performatividade crítica e abordagem institucional.....</i>	<i>64</i>
3.2.2.2.2	<i>A performatividade crítica não se restringe aos acadêmicos.....</i>	<i>66</i>
3.2.3	Políticas prefigurativas.....	69
3.2.3.1	<i>Postulações do construto teórico de políticas prefigurativas para esta tese....</i>	<i>74</i>
3.3	FRAMEWORK TEÓRICO DA TESE.....	75
4	METODOLOGIA.....	83
4.1	REFLEXIVIDADE NO CAMPO-TEMA.....	83
4.2	DESENHO DA PESQUISA E SELEÇÃO DOS CASOS.....	86
4.3	COLETANDO OS DADOS.....	88
4.3.1	Pesquisa documental.....	89

4.3.2	Observação.....	90
4.3.3	Entrevistas semiestruturadas.....	91
4.4	CODIFICANDO E INTERPRETANDO OS DADOS.....	95
4.5	CRITÉRIOS DE QUALIDADE ÉTICA DA PESQUISA.....	98
5	REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: APRESENTAÇÃO DO CASO E ANÁLISE.....	99
5.1	CONTEXTO INSTITUCIONAL E INTERACIONAL.....	100
5.1.1	Trajetórias e <i>frames</i>	102
5.1.1.1	<i>Atuação oriunda da igreja católica</i>	103
5.1.1.2	<i>Ação oriunda dos movimentos sindicais e de luta por acesso à terra</i>	106
5.1.1.3	<i>Ação oriunda dos movimentos estudantis e do engajamento universitário</i>	109
5.1.1.4	<i>Ação oriunda do terceiro setor</i>	110
5.2	PROCESSO.....	113
5.2.1	Fase I: experimentação, inovação e aprendizagem.....	114
5.2.2	Fase II: em busca de um repertório comum.....	120
5.2.2.1	<i>Da criação do GT Brasileiro até a criação da Rede de Gestores</i>	121
5.2.2.2	<i>Disputando pelo lugar institucional da ES</i>	126
5.2.2.3	<i>Gestão do conhecimento, produção de papéis, normas e decretos</i>	130
5.2.3	Fase III: protagonismo da SENAES e a lógica do edital.....	134
5.2.3.1	<i>Disputando por protagonismo na gestão da ES</i>	134
5.2.3.2	<i>O papel das Transferências Voluntárias da União (TVU) para atuação nos governos locais</i>	138
5.2.4	Fase IV: diminuição do alcance da SENAES até a extinção do MTE.....	147
5.3	CONSEQUÊNCIAS.....	151
5.3.1	ES enquanto discurso.....	151
5.3.2	ES enquanto movimento social.....	153
5.3.3	ES enquanto ação pública.....	154
6	INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE SÃO PAULO: APRESENTAÇÃO DO CASO E ANÁLISE.....	155
6.1	CONTEXTO INSTITUCIONAL E INTERACIONAL.....	156
6.1.1	Trajetórias e <i>frames</i>	156
6.1.1.1	<i>Ativismo da sociedade civil e movimentos sociais</i>	156
6.1.1.2	<i>Empreendimentos</i>	160
6.1.1.3	<i>Prefeitura de São Paulo</i>	161

6.2	PROCESSO.....	163
6.2.1	Fase I: da eleição municipal ao convênio com UNISOL.....	163
6.2.2	Fase II: estruturando a incubadora.....	166
6.2.3	Fase III: transversalidade de políticas e públicos no cotidiano.....	173
6.2.3.1	<i>Transversalidade com a população imigrante.....</i>	174
6.2.3.2	<i>Transversalidade com a população LGBTQIA+: o coletivo TRANS SOL.....</i>	175
6.2.3.3	<i>Transversalidade com demais secretarias e programas.....</i>	178
6.2.4	Fase IV: mudança de governo e mais uma descontinuidade.....	183
6.3	CONSEQUÊNCIAS.....	187
6.3.1	ES enquanto discurso.....	187
6.3.2	ES enquanto movimento social.....	189
6.3.3	ES enquanto ação pública.....	190
7	AMESOL: APRESENTAÇÃO DO CASO E ANÁLISE.....	192
7.1	CONTEXTO INSTITUCIONAL E INTERACIONAL.....	193
7.1.1	Trajetórias e <i>frames</i> interpretativos das participantes.....	195
7.1.1.1	<i>Ativismo em movimentos sociais.....</i>	196
7.1.1.2	<i>Participantes de políticas públicas de ES.....</i>	197
7.1.1.3	<i>Mulheres que conheceram a ES via AMESOL.....</i>	201
7.1.1.4	<i>Acadêmicos engajados.....</i>	203
7.2	PROCESSO.....	206
7.2.1	Fase I: da Problemática à Teorização.....	207
7.2.1.1	<i>Referências teóricas que embasam.....</i>	211
7.2.2	Fase II: estruturação das demandas institucionais.....	214
7.2.2.1	<i>Dinâmica de organização no cotidiano.....</i>	214
7.2.2.2	<i>Feiras de comercialização como espaço prefigurativo.....</i>	219
7.2.2.3	<i>Mobilização política e engajamento em movimentos sociais.....</i>	220
7.2.2.4	<i>Entraves para estruturação.....</i>	224
7.2.3	Fase III: alianças e parcerias.....	227
7.2.4	Fase IV: pandemia como novo ponto de inflexão.....	232
7.3	CONSEQUÊNCIAS.....	235
7.3.1	ES enquanto discurso.....	236
7.3.2	ES enquanto movimento social.....	239
7.3.3	ES enquanto ação pública.....	241
8	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	243

8.1	RETOMANDO O <i>FRAMEWORK</i> TEÓRICO.....	243
8.1.1	Os casos em seus diferentes contextos.....	245
8.1.2	Compreendendo o processo: aproximando a lente de performatividade crítica e políticas prefigurativas.....	247
8.1.3	Assimilando as diferentes consequências para a ES.....	257
8.1.3.1	<i>Consequências para a ES enquanto discurso.....</i>	258
8.1.3.2	<i>Consequências para a ES enquanto movimento social.....</i>	258
8.1.3.3	<i>Consequência da ES enquanto ação pública.....</i>	259
8.2	SÍNTESE.....	260
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
9.1	CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	263
9.2	CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS.....	265
9.3	LIMITAÇÕES DA PESQUISA E AVENIDAS FUTURAS.....	266
	REFERÊNCIAS.....	268
	APÊNDICES.....	295

1 INTRODUÇÃO

Esta tese discute a trajetória e evolução da Economia Solidária (ES) no Brasil. A ES emerge enquanto ideia crítica ao defender que as contradições do capitalismo criam oportunidades para o desenvolvimento de formas alternativas de organizações (BARIN-CRUZ; ALVES; DELBRIDGE, 2017), cuja lógica é o oposto daquela no modo dominante de produção (SINGER, 2002). Segundo Singer (2002), a ES altera a dinâmica organizacional, uma vez que há estímulo para que os próprios trabalhadores e trabalhadoras atuem no processo de decisão de forma coletiva, autogestionária e democrática, afastando-se da noção de autoridade, geralmente presente em empresas convencionais, onde competitividade e individualismo são ideias imperativas.

No Brasil, segundo o último levantamento do Sistema de Economia Solidária (SIES), em 2013 eram 19.708 os empreendimentos organizados e distribuídos em 2.713 municípios (SILVA; CARNEIRO, 2014). No período de 2003 a 2015 foram realizados 2.982 projetos de gestão municipal em apoio à economia associativa, cooperativa e solidária em todo o país (DIEESE, 2016). A disseminação dessas experiências foi impulsionada de forma proeminente pela execução da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que, ao ser criada em 2003, consolidou anos de articulação entre atores e lutas dos movimentos sociais, especialmente aqueles baseados na cultura popular. O órgão se consagrou como um dos principais responsáveis pela indução desse tipo de atividade no contexto subnacional, seja de forma direta ou por meio de outras estruturas de governo (IPEA, 2016).

No mesmo período assistiu-se à ampliação dos processos participativos que acompanharam a evolução dessa temática na arena pública (CEFAI, 2017), a exemplo das Conferências Nacionais de Economia Solidária ocorridas em 2006, 2010 e 2014, respectivamente, além do fortalecimento das organizações da sociedade civil, como no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e na Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (NAGEM; SILVA, 2013), além da ampliação de organizações advindas de movimentos sociais de base sindical com essa temática (GAIGER, 2007). Desse contexto mais amplo, observa-se ainda a multiplicidade de organizações, fóruns e movimentos que, por sua vez, propiciaram a criação de um perfil profissional para fomentar a ES, inserindo uma complexa dinâmica interacional entre Estado, sociedade civil, partidos políticos e movimentos sociais, marcada pelo trânsito institucional dos atores que compõem esse campo (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

Passadas quase duas décadas do processo que resultou a criação da SENAES, no entanto, há uma série de limitações impostas que colocam em prática a ideia crítica de ES e influenciam transformações institucionais, seja pela dificuldade em consolidar tais práticas socioeconômicas pela ausência de legislação (SCHIOCHET, 2009), financiamento (NAGEM; SILVA, 2013), ausência de incentivos para formalização de empreendimentos solidários existentes (GAIGER, 2019), bem como ausência de vontade política (GAIGER, 2019; SCHIOCHET, 2009). Considerando a relevância da ação intencional dos atores para influenciar instituições (GIDDENS, 1979; CZARNIAWSKA, 2009), construiu-se a seguinte pergunta de pesquisa: *como os atores do campo da ES se articulam, interagem e se mobilizam para influenciar transformações institucionais?*

Reconhecendo a heterogeneidade de práticas e políticas de ES no contexto brasileiro, esta tese propõe a construção de uma lente de maior alcance sobre o fenômeno, visando explicar os diferentes cursos de ação promovidos pelos atores advindos do poder público, sociedade civil, academia e movimentos sociais que buscam transformações institucionais. Dessa maneira, esta tese está estruturada para atender aos seguintes objetivos específicos: (i) verificar de que forma a noção de ES é compreendida enquanto teoria crítica no campo científico da administração; (ii) construir um modelo teórico para explicar as dinâmicas de atuação e estratégias mobilizadas pelos atores para influenciar transformações institucionais no contexto brasileiro; e, finalmente, (iii) explicar as principais consequências intencionais e não intencionais derivadas desse processo.

Assume-se o pressuposto teórico de que os aspectos morais e cognitivos norteiam a capacidade de agência dos atores a partir de sua relação mútua com a estrutura (GIDDENS, 1979). Nessa direção, busca-se compreender de que forma a cognição dos atores e suas representações sociais se expressam em termos discursivos e práticos, a fim de compreender as diferentes versões e significados que envolvem a ideia crítica de ES em uma perspectiva temporal e processual (LANGLEY, 1999), explorando as interações com as contradições e as bases desiguais em que as instituições estão inseridas (CZARNIAWSKA, 2009; AMIS; MUNIR; MAIR, 2017; DAVIS, 2009).

Nesta pesquisa, atores são entendidos não apenas como pessoas, mas agrupamentos, unidades de trabalho e organizações que constituem uma área reconhecida da vida institucional (CZARNIAWSKA, 2009). Instituições, por sua vez, são compreendidas enquanto processo (SMETS; ARISTIDOU; WHITTINGTON, 2017) e como padrão observável da ação coletiva, que se constrói lentamente e que é fortalecida ou enfraquecida por normas e artefatos, a partir

do caráter recursivo da interação entre ações e atores e suas implicações para as narrativas institucionais (CZARNIAWSKA, 2009).

Para explorar a dimensão discursiva e prática da ES no contexto estudado, esta pesquisa propõe um *framework* teórico multinível que aproxima diferentes lentes de análise dos estudos organizacionais e dos movimentos sociais, permitindo uma abordagem multidisciplinar sob a ótica da ação intencional dos atores, reconstituindo contexto, processo e consequências de diferentes experiências brasileiras acompanhadas ao longo do tempo, de modo a apresentar diferentes narrativas sobre a ação dos atores, influenciando transformações institucionais. Dessa maneira, utiliza-se das contribuições conceituais das noções de *performatividade crítica* e das *políticas prefigurativas*.

Em uma primeira aproximação, performatividade crítica pode ser compreendida como “intervenção ativa e subversiva nos discursos e práticas gerenciais por meio de afirmação, cuidado, pragmatismo, envolvimento com potencialidades e orientação normativa” (SPICER; ALVESSON; KÄRREMAN, 2009, p. 538). É uma discussão teórica que nasce inicialmente no campo dos estudos críticos de gestão, e que foi contestada e estendida por estudos posteriores (FELIN; FOSS, 2009; ZUCKERMAN, 2012; KING, 2015; CABANTOUS *et al.*, 2016; LECA; BARIN CRUZ, 2021). Tal referencial é pertinente para aprofundar o conhecimento disponível sobre as diferentes formas de concepção, manutenção e *enablement* de agenciamentos sociomateriais (CABANTOUS *et al.*, 2016) voltados à ideia crítica de ES no contexto brasileiro, explorando a performatividade como mecanismo social de impulsionamento de novas teorias e transformações institucionais (MARTI; GOND, 2018).

As políticas prefigurativas, por sua vez, partem dos estudos sobre movimentos sociais, e são definidas enquanto ações intencionais dos atores para materializar no presente resultados desejados da ação política no futuro, combinando correntes estratégicas com dimensões morais, culturais e expressivas (YATES, 2020; COOPER, 2020; RAEKSTAD; GRADIN, 2020). Ao aproximar tal referencial da ES, essa lente apoia a investigação ao explorar modelos organizacionais, formas e táticas emancipatórias mobilizadas pelos atores que compartilham de interesses e imaginários sociais em busca de mudanças sociais profundas. Ao mesmo tempo, busca-se refletir criticamente sobre as potencialidades e limites derivados das referidas políticas prefigurativas induzidas por atores governamentais, explorando as bases controversas e por vezes contraditórias das instituições.

O *framework* teórico multinível criado para esta tese é, então, aplicado em três experiências práticas brasileiras que, por sua vez, representam processos liderados por diferentes grupos sociais do campo de ES e mobilizam diferentes narrativas para compreender

a trajetória e evolução da ES no Brasil. São eles: a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários implementada na cidade de São Paulo e a Associação de Mulheres da Economia Solidária (AMESOL).

Criada em 2003, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é uma organização formada por gestores e gestoras de políticas de ES de governos subnacionais em que há intercâmbio, interlocução e processos de formação para definir estratégias de fomento de ES. A Rede de Gestores participou de eventos históricos para a constituição do movimento de ES no nível nacional, e foi selecionada para ilustrar de que maneira atores governamentais interagiram historicamente para disseminar a ideia crítica da ES no cenário brasileiro, além de influenciar na formatação do desenho institucional da política de ES.

O segundo caso trata da experiência da Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da cidade de São Paulo. Instituída em 2015 e descontinuada logo após mudanças na condução governamental, o caso foi selecionado para explicar as razões do aparente fracasso da iniciativa e destacar os principais aprendizados colhidos da aplicação da ideia crítica de ES em uma ação pública no plano prático, explorando as interações dos diferentes grupos sociais e as implicações sobre o papel do Estado na criação e manutenção de organizações alternativas ao longo do tempo.

Por fim, o terceiro caso selecionado foi a experiência da Associação de Mulheres da Economia Solidária, a AMESOL. Fundado em 2013, o coletivo reúne empreendimentos formados majoritariamente por mulheres e atua no fomento de organizações alternativas da ES por meio de formação, criação de espaços de articulação e de comercialização. Trata-se de uma iniciativa proveniente da sociedade civil, e foi selecionada por permitir avançar na compreensão sobre as microrrelações e dinâmicas relacionais dos atores para conectar a ideia crítica de ES às lutas travadas pelas mulheres por reconhecimento dentro e fora do movimento de ES.

A partir do que foi dito até aqui, a escolha do recorte temático desta tese se deu por algumas razões. A primeira delas diz respeito à pertinência de atualizar a compreensão sobre ES diante dos desafios multidimensionais que se impõem à sociedade do século XXI. Em nível global, estudos sustentam que em um contexto pós-crise de 2008 há a necessidade de explorar novos usos e interpretações do papel de governos, academia, terceiro setor e sociedade civil na promoção de modelos alternativos de serviço, produção e consumo, tendência alinhada à transição para um paradigma de desenvolvimento sustentável (BAUHARDT, 2014; WIGGER, 2019).

Fraser e Jaeggi (2020) sustentam que o capitalismo pode ser entendido como uma ordem social institucionalizada que, ao agregar diferentes esferas da vida, como economia, reprodução social, afetos e cultura, dita as relações entre humanos, natureza e Estado. De acordo com os autores, tal formulação sublinha as divisões e separações institucionais promovidas pelo capitalismo:

Em primeiro lugar, a separação institucional entre “produção econômica” e “reprodução social”, marcada por um gênero que fundamenta formas especificamente capitalistas de dominação masculina, mesmo que também possibilite a exploração capitalista do trabalho, que fornece a base desse modo oficialmente sancionado de acumulação. Em segundo, a separação institucional entre “economia” e “política”, que expulsa assuntos definidos como “econômicos” das agendas políticas dos Estados territoriais, ao mesmo tempo que liberta o capital para transitar numa transnacional terra de ninguém, na qual ele recolhe os benefícios de uma ordenação hegemônica, enquanto escapa do controle político. Terceiro, a divisão ontológica entre seu plano de fundo “natural” (não humano) e seu (aparente não natural) primeiro plano “humano”, que é anterior ao capitalismo, mas intensificado sob ele. Por fim, temos a distinção institucionalizada entre exploração e expropriação, que fundamenta formas especificamente capitalistas de predação imperialista e opressão racial. (FRASER; JAECCI, 2020, p. 48)

Aproximando esse debate do campo de estudos da administração, diferentes autores igualmente têm argumentado sobre a urgência da política pós-capitalista que almeja ressocializar a economia, diante de um cenário tomado por crises constantes, declínio na taxa de crescimento econômico e o agravamento das desigualdades (GIBSON-GRAHAM, 2008; ZANONI *et al.*, 2017).

Zanoni *et al.* (2017) sustentam que as respostas dadas às referidas crises até o momento têm se mostrado insuficientes, uma vez que enfraquecem as instituições sociais e limitam o desenho de políticas que ofereçam proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade. No entanto, embora reconheçam que o contexto de crise permite o surgimento de um ambiente de múltiplos conflitos e antagonismos, os autores sugerem possibilidades para que haja a criação de novos imaginários sociais e subjetividades que emergjam dessa realidade. Nas palavras dos autores:

Como um momento de deslocamento, no qual a significação atinge seus limites (Laclau, 1990), a crise também tem potencialidade para novos imaginários sociais e novas subjetividades emergirem (Castoriadis, 1987). É ao mesmo tempo repleto de promessas e esperanças de prefigurar práticas organizacionais autônomas, não hierárquicas e emancipatórias (Dinerstein, 2015), centradas em novos desejos e inspirando a possibilidade de ser menos

ansioso e mais receptivo aos outros (Gibson-Graham, 2006). (ZANONI *et al.*, 2017, p. 576, tradução nossa¹)

Além disso, os autores defendem uma visão complementar sobre as tensões na relação de contradição inerente entre formas de resistência e de questionamento em um cenário pós-capitalista. Ainda na visão de Zanoni *et al.* (2017), a hegemonia do capitalismo poderia ser desconstruída pela produção de uma linguagem de diferença econômica, cultivando sujeitos que podem desejar e habitar espaços econômicos não-capitalistas e construir economias comunitárias, a partir de ação coletiva:

Argumentamos que, ao fazê-lo, deveríamos, enquanto comunidade erudita, permanecer ao mesmo tempo "antiperformativa, desnaturalizadora e reflexiva" do (s) capitalismo (s) (Fournier e Gray, 2000) para continuar desenvolvendo críticas sofisticadas que estimula o antagonismo e torna-se mais proativamente performativo de alternativas que apoiam uma organização mais vigorosa e visualmente não-capitalista (GIBSON-GRAHAM, 2006.). Argumentamos que essas duas modalidades de resistência - por antagonismo e imaginação social, respectivamente - não devem ser consideradas como estando em uma relação de contradição inerente, mas como complementares e se reforçam mutuamente. (ZANONI *et al.*, 2017, p. 578, tradução nossa)²

Argumentos dessa natureza também vêm sendo explorados por estudos sobre os movimentos sociais e sociedade civil a partir de uma perspectiva do Sul Global (ESCOBAR, 1995, 2016; ARGYROU, 2005; SHIVA, 1994; SANTOS, 2015), colocando os movimentos sociais enquanto centros emergentes de inovação, abrindo caminhos para o surgimento de modelos e mundos alternativos frente aos discursos dominantes (ESCOBAR, 2016). Tais autores têm defendido que, em um mundo globalizado, o discurso predominante prega, por um lado, a expansão ou a comunicação de valores produtivos, políticos e consumistas do Norte para o Sul Global, resultando em distribuições desiguais internacionais de riqueza (PIKETTY, 2014). No entanto, por outro lado, tal dinâmica permite a geração de diálogos culturais (HANNERZ, 1996), possibilitando o surgimento de abordagens alternativas para o desenvolvimento (ESCOBAR, 1995).

¹ Citação original: "It is at once full of promise and hope for prefiguring autonomous, non-hierarchical, and emancipatory organizational practices (Dinerstein, 2015), centered on new desires and inspiring the possibility of being less anxious and more capacious toward others (GIBSON-GRAHAM, 2008)".

² Citação original: "We argue that to do so we should, as a scholarly community, at once remain 'anti-performative, de-naturalizing and reflexive' of capitalism(s) (Fournier and Grey, 2000) to keep developing sophisticated critique that fosters antagonism and become more proactively performative of alternatives supporting more forcefully, and visibly non-capitalist organizing (GIBSON-GRAHAM, 2008). We argue that these two modalities of resistance—through antagonism and social imagination, respectively—should not be regarded as standing in a relation of inherent contradiction, but rather as complementary, and mutually reinforcing each other".

Sem dúvidas, todas essas discussões são bastante pertinentes para repensar e reposicionar o lugar da ES no cenário atual. A ideia crítica de ES tem se materializado em práticas heterogêneas no Brasil (GAIGER, 2007; SINGER, 2009; FRANÇA FILHO, 2004), América Latina (CORAGGIO, 2009a, 2009b; MONJE-REYES, 2011) e em outros países do mundo (ESCHWEILER *et al.*, 2019). Ao se debruçar sobre o contexto brasileiro e reconstituir historicamente como os atores articularam, mobilizaram e interagiram em busca de transformações institucionais, será possível destacar de que maneira as referidas ações ativam novos imaginários sociais e subjetividades (ZANONI *et al.*, 2017). Também trazem contribuições às discussões recentes sobre as chamadas Epistemologias do Sul (SANTOS, 2015), que explicitam a necessidade de considerar a diversidade e heterogeneidade nas construções de soluções normalmente adotadas para enfrentar as questões sociais, econômicas, ambientais e políticas de determinado território.

Além das justificativas já mencionadas, a análise das atuais tendências do mundo do trabalho leva à necessidade de repensar soluções públicas existentes e viáveis para a geração de trabalho e renda diante do contexto de desemprego estrutural e informalidade ainda mais aprofundadas após a pandemia do SARS-COV-2. No Brasil, de acordo com dados mais recentes, no primeiro trimestre de 2021, a taxa de desemprego era de 14,7% e 34,7 milhões de pessoas estavam na informalidade (IBGE, [2021a]). Ainda segundo o IBGE, são 6 milhões de pessoas que desistiram de procurar emprego, estando em situação de desalento. O acúmulo teórico e empírico observado nas experiências aqui descritas podem fornecer insumos para processos decisórios, bem como para a criação de instrumentos de ação pública que respondam aos desafios e limites identificados.

1.1 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

Esta tese está organizada para fornecer contribuições teóricas e práticas. Para tanto, concorda-se com a visão de Whetten (1989, p. 489) sobre o papel do desenvolvimento de teorias em desafiar e ampliar o conhecimento existente. Além disso, a partir das dimensões propostas por Corley e Gioia (2011), o estudo busca contribuir tanto em termos de originalidade, quanto também em termos de utilidade, de modo a avançar em um modelo explicativo que facilite a compreensão organizacional e social do objeto em questão. Nesse sentido, cabe destacar que o material empírico se revela um recurso importante para o desenvolvimento do argumento teórico (ALVESSON; KÄRREMAN, 2007) e, por tal razão, os primeiros achados de campo serviram de base para a delimitação do desenho de pesquisa e referencial teórico mobilizado.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribuirá ao aprofundar o conhecimento sobre como se dá a articulação entre diferentes atores que participam do processo de criação e desenvolvimento de organizações alternativas ao capitalismo (BARIN-CRUZ; ALVES; DELBRIDGE, 2017), explorando suas estratégias para influenciar instituições em uma perspectiva temporal e processual (LANGLEY, 1999). A lente processual é particularmente útil considerando que a trajetória e evolução da ES nas últimas duas décadas decorre de um imbricamento entre diferentes ações coordenadas de atores da sociedade civil, movimentos sociais, governos e academia, que, a partir dos seus diferentes dispositivos e recursos, têm agido para colocar em prática essa *outra economia* na esfera pública (SINGER, 2003). Nesse sentido, explicar o curso dos eventos, atividades e mudanças ao longo do tempo contribui para detectar símbolos, estruturas e práticas (LANGLEY, 2007) que orientam o posicionamento e explicam de forma abrangente a interação de diferentes públicos nos três casos examinados.

Uma segunda frente de contribuição almejada é a integração entre a abordagem institucional e os chamados *Critical Management Studies* a partir da noção teórica de performatividade crítica (SPICER, 2009; CABANTOUS *et al.*, 2016; ESPER *et al.*, 2017). Desde a primeira publicação a respeito desse conceito (SPICER; ALVESSON; KÄRREMAN, 2009), as críticas (CABANTOUS *et al.*, 2016; BUTLER; DELANEY; SPOELSTRA, 2018; FLEMING; BANERJEE, 2016) e contracríticas (SPICER; ALVESSON; KÄRREMAN, 2016) que se seguiram até aqui, é possível perceber a aplicação desse conceito em uma série de pesquisas em diferentes subtópicos dos estudos organizacionais (HUAULT *et al.*, 2017), incluindo estudos empíricos para compreender o fenômeno das organizações alternativas (LECA; GOND; BARIN-CRUZ, 2014; ESPER *et al.*, 2017) e, mais recentemente, na ideia de trabalho performativo e trabalho crítico performativo (BEUNZA; FERRARO, 2019; LECA; BARIN CRUZ, 2021). Em todos esses estudos, a análise está centrada no papel dos acadêmicos e instituições acadêmicas na concepção, manutenção e desenvolvimento de agenciamentos sociotécnicos que constituem a performatividade (CABANTOUS *et al.*, 2016).

Diante dessa literatura, a presente pesquisa propõe uma extensão do conceito de performatividade crítica aplicada às organizações alternativas da economia solidária, ao questionar se não apenas os acadêmicos, mas também *practitioners* da sociedade civil, movimentos sociais e de governos seriam capazes de intervir criticamente em práticas organizacionais, buscando mudanças sociais emancipatórias. Recorrendo ao pensamento gramsciano sobre o papel do intelectual (GRAMSCI, 2001; DURIGUETTO, 2014), caminhos se abrem para analisar a trajetória dos atores individuais e coletivos, de modo a identificar quem

constrói teorias emancipadoras no fomento à ES, bem como explorar os espaços e as razões para que ocorra a mobilização de teorias e de suas implicações práticas.

O estudo contribui também para compreender o papel dos atores governamentais no apoio da criação e manutenção de organizações alternativas, lacuna identificada na literatura recente em estudos organizacionais (ESPER *et al.*, 2017; BARIN-CRUZ; ALVES; DELBRIDGE, 2017). Esta tese igualmente contribui para compreender o papel dos atores governamentais na promoção de políticas prefigurativas (GYFORD; LEACH; GAME, 1989; COOPER; RENZ, 2016; COOPER; HERMAN, 2019; COOPER, 2020; RAEKSTAD; GRADIN, 2020).

Do ponto de vista prático, por sua vez, busca-se que os resultados deste estudo consigam instrumentalizar e apontar caminhos para superar os principais obstáculos identificados neste campo e contribuir para maior incidência no processo de institucionalização e fortalecimento das referidas experiências.

1.2 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese está dividida em nove capítulos, sendo este de caráter introdutório.

O capítulo 2, *A teoria crítica da Economia Solidária no campo da administração*, apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre o tópico central da tese, identificando os fluxos de pesquisa debatidos no *mainstream* do campo científico de administração. Dessa discussão subsidia-se a problematização sobre a ES para esta tese, definindo-a enquanto discurso, movimento social e ação pública.

O capítulo 3, *Domínio Teórico*, se destina a apresentar os construtos teóricos postulados para esta tese, apresentando as contribuições da teoria institucional para a análise do papel dos atores, seguido do conceito de performatividade crítica e de políticas prefigurativas. Ao final do capítulo é apresentado o *framework* teórico multinível que combina diferentes camadas de interpretação para explicar como os atores da ES se articulam, interagem e se mobilizam para influenciar transformações institucionais que serão aplicadas ao objeto empírico.

O capítulo 4, *Domínio Metodológico*, irá apresentar as escolhas metodológicas da presente pesquisa diante da problematização da literatura realizada, além de tecer comentários sobre a reflexividade da pesquisadora diante do campo-tema, as principais estratégias e as ferramentas utilizadas para a construção do desenho de pesquisa. Também é o momento de detalhar os critérios de seleção dos casos, o processo de coleta e interpretação dos dados, como

bem comentam os critérios de validade do trabalho pertinentes à realização da pesquisa qualitativa.

Os capítulos 5, 6 e 7 apresentam uma descrição densa e detalhada dos casos examinados, utilizando-se da estratégia narrativa (CZARNIAWSKA, 2004), *visual mapping* e *temporal brackting* (LANGLEY, 1999) para demarcar as principais fases e eventos que explicam a trajetória e evolução das iniciativas em uma perspectiva processual e temporal.

O capítulo 8, *Discussão dos Resultados*, organiza e discute os principais resultados da pesquisa com a operacionalização do *framework* teórico.

Finalmente, o capítulo 9, *Considerações Finais*, apresenta as contribuições teóricas e práticas da pesquisa, suas limitações e quais são os desdobramentos possíveis a partir dos aprendizados colhidos por esta tese.

2 A TEORIA CRÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO

Este capítulo apresenta a problematização da literatura sobre Economia Solidária (ES). A ES é uma noção teórica que nasce no século XIX (LAVILLE, 2006) e, desde então, emerge enquanto ideia polissêmica e interpretada por diferentes escolas de pensamento e segmentos sociais. Grosso modo, tal termo guarda-chuva carrega um certo entendimento sobre a crítica ao capitalismo e a necessidade de construir modos de produção e consumo alternativos, destinados a gerar trabalho e renda, incorporando valores compartilhados como solidariedade, reciprocidade, trabalho coletivo e autogestão (SINGER, 2002). De acordo com Pinheiro (2013, p. 100), a ES é “entendida de maneira múltipla, variando entre teoria, filosofia, fenômeno social, movimento social ou concepção política. É um campo em aberto e sem uma visão dominante”.

Nesse contexto, a igualdade é evocada à centralidade das relações trabalhistas para questionar a dominação dos meios de produção e a ausência de direitos presentes nas relações típicas de mercado. No Brasil e na América Latina, a temática começa a ganhar força na década de 1980, quando as primeiras organizações de trabalhadores e coletivos trabalhistas, associações e cooperativas surgiram como uma alternativa à dinâmica econômica predominante do mundo do trabalho, sendo mobilizadas por diferentes segmentos da sociedade.

Há também experiências desse tipo identificadas na Europa (LAVILLE, 2001) e Estados Unidos (KAWANO; MASTERSON; TELLER-ELSBERG, 2009). Com efeito, é no final dos anos 90 e início dos anos 2000 que o termo se fortalece dentro de debates de combate ao desemprego e melhores relações trabalhistas, pressão exercida principalmente por movimentos sociais inseridos no debate sobre o potencial do cooperativismo popular enquanto organização de trabalho emancipadora (SINGER, 2009).

Funcionando como um *laboratório de possibilidades organizacionais* (MEIRA, 2009), embora não falte heterogeneidade nas diferentes práticas e iniciativas de ES que se viu nos últimos anos, existem desafios importantes no que concerne à delimitação teórica desse campo (GAIGER, 2013). Tampouco é possível determinar o alcance real das referidas iniciativas para transformações sociais (OLIVEIRA; SANTOS, 2015).

Diante desse cenário, antes de qualificar o construto da ES a ser adotado nesta tese, se faz importante, em primeiro lugar, realizar uma revisão sistemática da literatura de modo a apresentar os principais fluxos conceituais atrelados ao fenômeno estudado, bem como

aproximá-los do campo de estudos da administração pública, a partir da análise da produção científica realizada nesse campo.

2.1 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ES NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA³

É notório que a discussão sobre ES está bastante presente em congressos acadêmicos, sendo tópico de pesquisa e de projetos de extensão universitária. Em uma busca rápida na plataforma do CNPq, identificou-se 178 grupos de estudos cadastrados com esse enfoque distribuídos entre 90 instituições de ensino no país. Diante desse cenário, de que modo a ES aparece no *mainstream* da produção científica da administração dita *de alto impacto*? Foi a partir dessa inquietação inicial que foi conduzido um levantamento sistemático de literatura, de modo a identificar os artigos mais influentes e a classificação dos periódicos em que tais estudos são publicados.

Para dar cabo desse mapeamento, inicialmente examinou-se meta-análises e estudos bibliométricos já existentes. Nessa direção, Calbino e de Paula (2013) se debruçaram sobre artigos, dissertações, teses e trabalhos em anais de congressos do ano 1970 até 2010 no Brasil, alcançando uma amostra de 532 textos. Como principais resultados, demonstraram que a maior parte dos artigos se concentrava nas categorias B3 (20,7%), B2 (18,7%) e B1 (15,4%) na classificação Qualis-CAPES. Do ponto de vista metodológico, predominavam pesquisas com abordagens teórico-empíricas qualitativas, baseadas principalmente em estudos de caso. Entre os autores mais citados pelos artigos analisados, há destaque da obra de Paul Singer (com 61% de citação em periódicos), seguido de autores como França Filho (27,6%), Luiz Gaiger (26,1%) e Jean Laville (20,01%) (CALBINO; DE PAULA, 2013).

Em estudo mais recente, Araújo *et al.* (2017) conduziram uma análise da produção científica sobre ES na plataforma Scielo, identificando 68 artigos produzidos entre 2000 e 2014. Organizando os textos a partir das citações mais relevantes na plataforma Google Scholar e, posteriormente, identificando aqueles que estão posicionados nos estratos mais elevados na classificação Qualis-Capes (B1 a A1), os autores avançaram na compreensão dos fluxos de pesquisa no período. Entre as principais descobertas, os autores ressaltaram a participação ainda incipiente na produção dita de alto impacto e os poucos artigos inseridos no referido estrato são predominantemente teóricos. Além disso, apontaram Luiz Inácio Gaiger como o autor mais

³ As seções 2.1 e 2.2 são resultados de revisão sistemática da produção acadêmica sobre Economia Solidária no campo da administração realizada com o Me. Caio Momesso e o prof. Dr. Mário Aquino Alves entre janeiro e julho de 2019, a quem agradeço pela parceria e colaboração.

citado entre os artigos analisados, e os periódicos com maior número de publicações sobre o tema foram a Revista Katalysis e os Cadernos EBAPE.BR (ARAÚJO *et al.*, 2017).

A partir da identificação das lacunas apontadas por esses estudos, o levantamento sistemático da literatura de ES buscou alcançar dois propósitos principais. O primeiro deles foi atualizar os dados sobre a produção nacional e análise dos artigos mais citados na base Scielo e com estratos mais altos no Qualis Capes (A1 e A2), abrangendo o período de 2014 a 2019, uma vez que ela representa uma base importante de repositório da produção nacional. O segundo propósito foi ampliar o escopo de análise, explorando também as bases Web of Science e Redalyc. Dessa forma, foi possível reconstituir o panorama da ES no campo da administração, buscando estabelecer, ainda, um recorte específico para identificar os artigos localizados no *mainstream* do campo científico no debate internacional (ROSA; ALVES, 2011) e captar as principais concepções em torno do tema.

Para alcançar tais propósitos na base Scielo, foi necessário: (i) selecionar os artigos com classificação A1 e A2 na Qualis-CAPES na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, cujo detalhamento em termos de título, autores e periódico estão disponíveis no Apêndice A. Para a análise das bases WoS e Redalyc, por sua vez, os artigos foram selecionados quando classificados com 1 a 4* pelos critérios da Association of Business Schools (ABS), também organizados por ordem de citação no Apêndice B e Apêndice C. O processo de refinamento e seleção final dos artigos nas diferentes bases de dados analisados são reunidos no Quadro 1:

Quadro 1 — Seleção de artigos

	Scielo	WoS	Redalyc
Data da busca	14/02/2019	07/02/2019	22/02/2019
Número de artigos identificados	235	230	1.083
Termo de busca	“economia solidária”	“solidarity economy”	“economía solidaria”
Classificação	Qualis-CAPES A1 e A2	Lista ABS 1 a 4*	Lista ABS 1 a 4*
Base de dados final	42 artigos	14 artigos	9 artigos
Base de dados final	65		

Fonte: Elaboração própria, 2021

Cabe mencionar que, para além dos filtros mencionados, foram excluídos os artigos sobrepostos nas diferentes bases, bem como aqueles que não diziam respeito à temática diretamente. Outra consideração importante é que, ao se tratar dos termos de busca em inglês, optou-se por trazer enfoque nos artigos que traziam *solidarity economy* e não *social economy*, termo bastante difundido em publicações, sobretudo da Europa e América do Norte (LALLEMENT; LAVILLE, 2000; MOULAERT; AILENEI, 2005; LEWIS; SWINNEY, 2008). Tal escolha se justificou pela compreensão de que a trajetória e evolução dessa noção no contexto brasileiro se aproxima de discussões influenciadas pelas Epistemologias do Sul (SANTOS, 2015), trazendo premissas e percursos históricos diversos ao contexto do Norte Global (MOULAERT; AILENEI, 2005; LALLEMENT; LAVILLE, 2000). A próxima seção organiza os diferentes fluxos de pesquisa sobre ES.

2.2 FLUXOS DE PESQUISA SOBRE ES

O Quadro 2 sintetiza os dados analisados em profundidade. A primeira consideração a fazer é endossar o caráter multidisciplinar e multifacetado do fenômeno da ES. Distribuídos em estudos majoritariamente qualitativos e aplicando método de estudos de caso, confirmando a tendência das revisões anteriores de Calbino e de Paula (2013) e Araújo *et al.* (2017), a noção corrente da ES é compartilhada por diferentes comunidades epistêmicas, abrangendo disciplinas como psicologia, administração, sociologia, economia, ciência política e disciplinas interdisciplinares, tais como gestão social e desenvolvimento.

De uma maneira geral, pode-se identificar a preocupação dos trabalhos em desenhar um panorama sobre as iniciativas e práticas realizadas em diferentes contextos, destacando seu caráter heterogêneo e a multiplicidade de atores envolvidos em tais experiências ao redor do mundo (KAWANO; MASTERSON; TELLER-ELSBERG, 2009; KLIMCZUK, 2016; HADJIMICHALIS, 2011b). Sobre a definição teórica de ES empregada nos artigos analisados, ressalta-se a inegável preponderância do referencial mobilizado por quatro autores: Paul Singer (2002, 2009), Gaiger (2004, 2007), Laville (2001) e França Filho (2002, 2004). A partir dessa visão geral, é possível avançar quanto à construção teórica da ES, suas principais influências e premissas para sua delimitação conceitual.

Quadro 2 — Produção científica da economia solidária nas plataformas Scielo, Redalyc e Web of Science

Método	Disciplinas/Teorias	Autores
Estudo de caso	• Psicologia Social	Veronese e Guareschi (2005); Favero (2004); Nardi (2005); Andrada e Sato (2014); Peterson, Souza e Lopes (2014); Santos e Oliveira (2015); Lima e Gomez (2008), Lourenço (2010); Cia e Cortegoso (2007).
	• Gestão/Organizações	Barfknecht, Merlo e Nardi (2006); Oliveira (2007); Coelho e Godoy (2011); Onuma, Mafra e Moreira (2012); Fleuri (2003); Santos e Deluiz (2009), de Castilho Et. Al (2012); Matarazzo e Boeira (2016); Wilson (2013); Tello-Rosaz (2016)
	• Teoria Sociológica/Econômica	Asseburg e Gaiger (2007); Oliveira e Santos (2015); Barreto e Paula (2009); Hoinle, Rothfuss e Gotto (2013); Godói-De-Sousa e Machado Júnior (2013), Carrion (2009), Arruda e t al. (2013); Rigo e França Filho (2017); Dias Alba (2007); Martínez <i>et al.</i> (2012); Bocayuva (2009)
	• Ciência Política	Figueroa (2014)
	• Desenvolvimento local	Caruana e Srnc (2013); Lemaitre e Helmsing (2012); Bertana e Corazzini (2015)
Pesquisa-ação	• Psicologia Social	Oliveira e Santos (2015)
Relato	• Educação	Fleuri (2003)
	• Teoria Sociológica/Econômica	Gaiger (2004); França Filho (2004); Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018); Santiago (2015); Singer (2009); Coraggio (2009a); Coraggio (2009b); Valle (2009); Gago, Cielo e Gachet (2018); Moulaert e Ailenei (2005); Lallement e Laville (2000)
	• Psicologia Social	Coutinho e t. Al (2005); Singer (2006); Gomes (2014)
	• Gestão Social	Monje-Reyes (2011); Sá e Soares (2005); de Faria (2017); Sena e t al. (2017);
	• Teoria Crítica/Teorias Feministas	Díaz (2009); Hillenkamp (2015); Bauhardt (2014)
Teórico	• Desenvolvimento/decrescimento	Wilson (2013); Tello-Rosaz (2016), Ahmed (2015)
	• Administração	Alves <i>et al.</i> (2016); Possas (2013); Araújo <i>et al.</i> (2017)
Meta-análise/Bibliométrico		
Survey	• Administração	De Sá (2009).

Fonte: Elaboração própria, 2021

A maior parte dos artigos examinados estão concentrados em apresentar uma definição de ES enquanto fenômeno proveniente do *sistema econômico* (MARTÍNEZ *et al.*, 2012; MONJE-REYES, 2011; FRANÇA FILHO, 2001; LAVILLE, 2001) e de contestação crítica sobre o sistema capitalista dominante (SINGER, 2009; GOMES, 2014; BARRETO; PAULA, 2009). Mais recentemente a ES é contraposta diante do atual paradigma de desenvolvimento, aproximando tal ideia dos conceitos de decrescimento e movimentos como o Green New Deal

(BAUHARDT, 2014). Além disso, a definição de ES empregada nos artigos a aproxima de um *projeto político* que busca a democratização da economia e fortalecimento dos mecanismos de participação social (SINGER, 2009; BOCAJUVA, 2009).

Nessa linha, há certo consenso entre os autores analisados que é a partir da opressão do sistema capitalista que se derivam posicionamentos críticos dos atores sociais sobre relações de trabalho frente ao pensamento neoliberal dominante, manifestados em formas alternativas de organização de trabalho, modos de produção, comercialização e consumo, em que a solidariedade induziria novos comportamentos econômicos, ressignificando a própria noção sobre economia (CORAGGIO, 2009a; SINGER, 2002; GOMES, 2014; FRANÇA FILHO, 2001). Nas palavras de Coraggio (2009a, p. 30, tradução nossa⁴):

[...] os valores dessa outra economia devem consolidar comportamentos solidários. Isso não implica a anulação do indivíduo ou sua dissolução em uma comunidade imposta, mas sim um efetivo desdobramento de suas identidades e capacidades, no contexto de comunidades voluntárias ou ancestrais e de uma sociedade inclusiva, onde todos se encaixam, onde o “eu” não pode ser implantado ou enriquecido sem “o outro”.

Com efeito, a despeito desse certo consenso no ponto de partida, ou seja, a compreensão compartilhada sobre a ES enquanto resposta coletiva às mazelas produzidas pelo capitalismo, o debate teórico apresenta variações em termos de potencial de alcance e de estratégia política para sua materialização. Assim, ao analisar a obra de Paul Singer (2002, 2009) e a gama de estudos que endossam tal visão, a exemplo de Gomes (2014) e Barreto e Paula (2009), a definição de ES bebe das influências do cooperativismo observadas no século XX e seu caráter emancipador e político. Nesse sentido, a adoção da ES enquanto *estratégia política* implicaria transformações na sociedade cuja consequência futura resultaria na transição a um socialismo democrático de base cooperativa, resultando no rompimento da relação capital x trabalho (SINGER, 2002).

França Filho (2001) e Laville (2001), por sua vez, sustentam que a ES não possui o alcance para romper com o capitalismo, podendo conviver com o modelo econômico vigente, dentro de uma perspectiva de *economia plural* (POLANYI, 1983), não focada exclusivamente no mercado. Coelho e Godoy (2011) e de Sá (2010) são exemplos de artigos examinados que

⁴ Citação original: “los valores de esta otra economía deben consolidar comportamientos solidarios. Esto no implica la anulación del individuo o su disolución en una comunidad impuesta, sino un efectivo despliegue de su identidad y capacidades, en el contexto de comunidades voluntarias o ancestrales y de una sociedad incluyente, donde quepan todos, donde el yo no puede desplegarse ni enriquecerse sin el otro”.

elaboram teoricamente a partir de tal perspectiva. Sobre a coexistência de diferentes racionalidades econômicas, França Filho ressalta (2004, p. 15):

O caráter híbrido dos recursos mobilizados nas experiências de economia solidária - entre atividades mercantis, não-mercantis e não-monetárias - indica a complexidade de uma gestão confrontada com uma pluralidade de lógicas de ação organizacional. " [...] "Ou seja, na economia solidária é o econômico (redefinido), ou melhor, são as atividades de natureza econômica que estão a serviço dos objetivos sociais ou políticos da organização.

O pano de fundo que evoca a pluralidade da economia nos artigos sobre ES analisados está no trabalho de Karl Polanyi (1983), que tem sido mobilizado como *frame* analítico para compreender experiências dessa natureza também em contexto internacional (LEMAITRE; HELMSING, 2012; WILSON, 2013) e na discussão sobre os rumos das teorias críticas ao capitalismo no período recente (FRASER; JAEGGI, 2020). Em seu estudo, Polanyi (1983) apresenta diferentes princípios do comportamento econômico: mercado autorregulado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade. Nessa linha, haveria diferentes lógicas econômicas que permitiriam compreender a economia em sua pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, além de aproximar as esferas social e política da ação econômica. Tais discussões são detalhadas e exploradas pela chamada Nova Sociologia Econômica (GRANOVETTER, 1985; DOBBIN, 2004; ZELIZER, 1988).

Partindo para um segundo estrato dos artigos analisados (ASSEBURG; GAIGER, 2007; POSSAS, 2013; BARRETO; PAULA, 2009; DÍAZ, 2009; BERTANA; CORAZZINI, 2015; MARTÍNEZ *et al.*, 2012), depara-se com trabalhos que defendem a compreensão da ES enquanto fenômeno fruto de mobilização da *sociedade civil e dos movimentos sociais*.

A partir da aproximação de teorias críticas e decoloniais, alguns autores têm explorado tais fronteiras conceituais avançando as potencialidades dessa discussão com questões de gênero, a partir da articulação com o movimento feminista (DINIZ, 2009; HILLENKAMP, 2015) e ecofeminista (BAUHARDT, 2014). Para Díaz (2009), o reconhecimento do sistema patriarcal como impulsionador da racionalidade utilitarista é crucial para compreender as relações sociais dominantes e instituídas. Diante disso, a autora defende a prática de ações econômicas heterodoxas, de modo a enfrentar a crise de reprodução no sistema capitalista.

Ainda sobre o diálogo entre teorias feministas e ES, entre os artigos de caráter empírico analisados, destaca-se o trabalho de Hillenkamp (2015) por realizar interessante discussão questionando o potencial emancipador da teoria de ES, a partir da realização de um estudo de caso com mulheres na Bolívia. A autora aponta para a necessidade de reorganização da esfera

reprodutiva da sociedade de uma forma mais ampla, identificando que a teoria da ES não aprofunda de modo suficiente a questão de gênero, limitando as possibilidades de emancipação. Para isso, a autora recomenda aprofundar as novas abordagens feministas pós-coloniais, considerando a intersecção entre gênero, raça e classe também nas dimensões subjetivas e materiais das relações sociais, incluindo as categorias econômicas em que as mulheres estão inseridas (HILLENKAMP, 2015).

O trabalho de Lemaitre e Helmsing (2012), ao analisar o cenário da ES no Brasil, realizou importante contribuição para caracterizá-la como movimento social. Além de explorar a noção de economia plural por meio do instrumental conceitual de Polanyi (1983) já mencionado, as autoras acrescentam à discussão a noção de identidade comum do movimento, à luz dos conceitos propostos por Alain Touraine (1978 *apud* LEMAITRE; HELSING, 2012). Nas palavras das autoras:

A ES (economia solidária) é um movimento social, aos olhos dos atores do campo que se reconhecem e se identificam como tal (FBES, 2006) e em termos de vários critérios geralmente aceitos. Se considerarmos a análise dos movimentos sociais feita por Touraine (1978), podemos dizer que se trata de um **encontro intencional de vários atores** que, por meio da **cooperação, networking e mobilização conjunta, incorporam um projeto de mudança social**. Eles pretendem explicitamente realizar uma causa universal na esfera pública e influenciar as formas de vida social, principalmente por meio de contatos com órgãos públicos na forma de reivindicações políticas (compondo a 'Plataforma de lutas'). Unidos em torno de uma identidade e valores comuns (a 'Carta de Princípios'), os protagonistas se opõem ao capitalismo (o adversário social, desenvolvendo assim uma dimensão de confronto). Eles defendem, de maneira militante, um 'novo' modo de produção, consumo e distribuição de riqueza, um modelo alternativo de desenvolvimento, gerando benefícios sociais. Muito mais do que um determinado conjunto de práticas existentes, para os atores envolvidos, **a ES é um projeto da sociedade**. (LEMAITRE; HELMSING, 2012, p. 752, tradução nossa, grifo nosso)

Finalmente, há um terceiro grupo de artigos analisados que se debruçaram propriamente sobre as práticas de ES, bem como a coordenação das referidas iniciativas por meio da *ação pública e políticas públicas* (TOVAR, 2018; BOCAYUVA, 2009, ANDRADA; SATO, 2014; MARTÍNEZ *et al.*, 2012).

Caruana e Srnc (2013, p. 715), ao proporem uma análise da manifestação das referidas políticas em países da América do Sul, compreendem esse fenômeno enquanto “uma terceira forma de intervenção estatal” desenvolvida pelos países estudados visando combater a pobreza e os efeitos de políticas neoliberais. Figueroa (2014), por sua vez, analisou as implicações para as comunidades camponesas e indígenas depois da implementação da Lei de Economia Popular

e Solidária no contexto do *Buen Vivir* no Equador. Nos estudos de Wilson (2013) e Tello-Rozas (2016), também assentados nas experiências latino-americanas, a ação pública de economia solidária é entendida como inovação social, se apresentando como uma alternativa ao desemprego e à pobreza, bem como possibilitando espaços de gestão democrática e participação ativa da população.

Ao observar os artigos que tratam especificamente do contexto brasileiro, a referência à obra de Singer e sua atuação na SENAES (2003–2016) é novamente preponderante. Ao refletir empiricamente sobre a materialização desse conceito no Brasil, é possível identificar a versatilidade com que a ação de ES é empregada, como no apoio à organização do trabalho na forma de cooperativas (BARRETO; PAULA, 2009), redes internacionais de comércio justo (WILSON, 2013), bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017), estratégias de inclusão laboral em políticas de saúde mental (SANTIAGO; YASUI, 2015), estratégias de desenvolvimento local (MARTÍNEZ *et al.*, 2012), indução da estratégia via compras públicas (OLIVEIRA; SANTOS, 2015), turismo comunitário (ARRUDA *et al.*, 2013) e um paradigma ético para negócios (OULD-AHMED, 2015), entre outras possibilidades de atuação prática.

Como se pode depreender, a ES se manifesta em diferentes contextos, emergindo enquanto estratégia para a resolução de problemas públicos. No entanto, pouco se avançou na compreensão mais ampla sobre a incidência das referidas iniciativas e o ambiente institucional, com exceção de trabalhos que buscam garantir a legitimidade institucional dos EEES (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018). A discussão da gestão de políticas de ES no cotidiano e suas implicações organizacionais induzidas pelo Estado igualmente não foram abordados nos artigos examinados e merecem maior discussão.

Dessa maneira, será possível avançar na compreensão do papel do Estado no fomento de ES, além de revelar os limites derivados dessa intervenção e as implicações sobre as organizações alternativas ao longo do tempo, além de apontar para dimensões presentes na administração pública, a exemplo da legislação (NAGEM; SILVA, 2013), formalização (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018) e dimensões relacionadas ao poder e à vontade política (SCHIOCHET, 2009).

Por fim, cabe discorrer sobre as principais críticas referentes à delimitação do conceito de ES presentes nos artigos analisados. Basicamente, as críticas são dirigidas à falta de articulação com outras teorias econômicas, sociais e políticas (KLIMCZUK, 2016; OULD-AHMED, 2015), sua heterogeneidade e dificuldade de estabelecer comparações (OULD-

AHMED, 2015) e seu real potencial de incidência prática (VALLE, 2009; GAGO; CIELO; GACHET, 2018).

Gago, Cielo e Gachet (2018, p. 12, tradução nossa) caracterizam a ES como uma alternativa que “sempre fica frustrada diante das experiências ‘realmente existentes’”⁵. Diante disso, as autoras apresentam as potencialidades da conceituação da Economia Popular, uma vez que, tendo na informalidade uma estratégia alternativa empreendida pelas populações frente à crise, pode fornecer melhores contribuições que a visão muitas vezes romantizada da ES.

A crítica do caráter utópico da ES também é endossada por Valle (2009). De acordo com o autor, o termo carrega inconsistências teóricas, uma vez que tenta agregar diferentes lógicas (mercado, autarquia, reciprocidade, redistribuição e planificação) em um mesmo conceito, apostando na solidariedade por si só para resolver essa cadeia de relações contraditórias. Em resposta a essa crítica de Valle (2009), Coraggio (2009b) novamente se vale da noção de economia plural abordada por França Filho (2004) para questionar a concepção ortodoxa de economia, defendendo a ampliação da visão de relações sociais com base em outras racionalidades econômicas que não apenas a utilitária. Finalmente, em seu estudo, Hadjimichalis (2011a) argumenta que a ausência de insumos para lidar com conflitos na organização alternativa é uma fragilidade, além de reconhecer o risco de conceber a ES como um fim em si mesmo.

2.3 PROBLEMATIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO CONSTRUTO DA ES NESTA TESE

Ao mapear a produção científica sobre ES no campo da administração pública, foi possível refletir sobre o estado da arte bem como os principais sentidos que orbitam este conceito na literatura em termos correntes. Além da polissemia do adjetivo *solidária*, é possível confirmar a heterogeneidade de práticas e iniciativas assentadas no território a partir de diferentes contextos. Como principais entendimentos comuns estão a dimensão política e crítica sobre o sistema econômico vigente, fato que aponta para a necessidade de reagir a partir de novos formatos organizacionais, além da inserção da dimensão democrática na atividade econômica (LAVILLE, 2006; FRANÇA FILHO, 2004).

Uma outra consideração bastante importante e interessante é perceber que, quando se amplia a base de dados para a produção internacional, a discussão de ES está amplamente assentada nas experiências do Sul Global (CARUANA; SRNEC, 2013), com destaque para as

⁵ Citação original: “siempre queda frustrada ante las experiencias ‘realmente existentes’”.

particularidades da experiência brasileira. Além disso, há o esforço de introduzir esse referencial em debates mais amplos sobre desenvolvimento (BAUHARDT, 2014) e desigualdade em um cenário pós-capitalista (ZANONI *et al.*, 2017).

Em resumo, ao realizar uma revisão sistemática de literatura, nesta etapa da pesquisa é possível definir ES como uma ideia de contestação do sistema político e econômico capitalista, que busca mudanças sociais ao inserir a dimensão plural da economia nas transações socioeconômicas (LAVILLE, 2006; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), em que igualdade, reciprocidade e participação são fundamentais para a construção de um mundo socialmente mais justo, ambientalmente sustentável e democrático, a partir de práticas e iniciativas localmente situadas (GAIGER, 2004; BAUHARDT, 2014; OULD-AHMED, 2015). Tal ideia é mobilizada por diferentes atores articulados e engajados que formam o movimento social da ES (LEMAITRE; HELMSING, 2012) e que, por sua vez, articulam e interseccionam diferentes práticas discursivas para incidir diretamente tanto sobre a criação e manutenção de formas alternativas de organização na forma de Empreendimentos Econômicos Solidários (GAIGER, 2006), bem como atuam na formatação de ações públicas e políticas públicas para o setor (SINGER, 2009; BOCAYUVA, 2009; ANDRADA; SATO, 2014).

A partir dessa conceituação inicial, acolhe-se a necessidade de contribuir para preencher lacunas apontadas pela literatura examinada quanto à necessidade de articular a noção teórica da ES com outras teorias sociais, políticas e econômicas (KLIMCZUK, 2016; OULD-AHMED, 2015), construir uma lente de médio alcance que forneça algum grau de comparação (OULD-AHMED, 2015) e avançar no potencial de incidência prática (VALLE, 2009; GAGO; CIELO; GACHET, 2018).

Dessa maneira, ao se defrontar com os principais fluxos de pesquisa sobre ES, a presente tese busca problematizar e estender a conceituação da ES, propondo-se que esse fenômeno seja entendido em três dimensões principais: *discurso*, *movimento social* e *ação pública*. O percurso para a constituição de cada uma dessas dimensões será descrito a seguir.

2.3.1 Economia Solidária enquanto discurso

Compreendendo a complexidade e as diferentes tradições de pesquisa que trazem o enfoque do discurso para análise de fenômenos sociais (VAN DIJK, 2000; ALVES, 2006; FAIRCLOUGH, 2009), o referido termo nesta tese será compreendido enquanto argumentação que transita e produz sentidos enquanto a ação social é performada e objetivada (AUSTIN, 1990; FAIRCLOUGH; WODAK, 2011; ESPER *et al.*, 2017).

De forma mais específica, parte-se do pressuposto de que um enunciado performativo está associado a um processo de teorização que, por sua vez, refere-se à mobilização de ideias críticas que buscam intervir diretamente com vistas em mudanças sociais (LECA; BARIN CRUZ, 2021). Atrelado a tal pressuposto, assume-se que esse processo é ativado pela tensão entre produção de linguagem e sociomaterialidade, derivada da ação dos atores que, a partir de sua interação relacional com instituições e estrutura social, moldam a tradução da teoria em prática (CABANTOUS *et al.*, 2016; LECA; BARIN CRUZ, 2021).

Dessa maneira, ao compreender discurso enquanto linguagem posta em ação (ALVES, 2006), esta tese avançará na identificação de diferentes percursos e processos de significação mobilizados pelos diferentes grupos sociais sobre o termo *economia solidária*. Ao inserir uma perspectiva processual na lente analítica (LANGLEY, 2007), propõe-se demarcar eventos, contextos e efeitos de ordem prática dos atos discursivos (VAN DIJK, 2000), aproximando tal discussão ao campo de estudos da administração pública. Assim, busca-se compreender as dinâmicas que buscam subverter ordens e práticas socialmente instituídas.

Afinal, de que forma a dimensão discursiva da ES foi incorporada no contexto brasileiro? Quais são os pontos de aproximação e controvérsias derivados desse processo? De que forma o processo de significação é assimilado pelos diferentes grupos sociais? Quais são as implicações, limitações de ordem prática para a assimilação e convencimento dessa ideia para se tornar uma estratégia viável de política pública?

Todas essas perguntas são pertinentes para avançar na compreensão teórica e prática do fenômeno. Ainda, considerando a importância do que não é dito para a construção de significados (ALVES, 2006), busca-se explorar narrativas que reforçam ou esvaziam os significados mobilizados pelos atores nos diferentes contextos.

Em suma, ao reconstituir as trajetórias e processos históricos que acompanharam o desdobramento da ideia crítica de ES no Brasil ao longo das últimas três décadas, será possível lançar luz sobre as delimitações conceituais assimiladas, negociadas e promovidas pelos atores, e sua relação com o ambiente institucional, outro tópico pouco explorado na literatura examinada.

2.3.2 Economia Solidária enquanto movimento social

A partir da contribuição de Lemaitre e Helmsing (2012), a ES também será entendida enquanto movimento social. Aproximando tal discussão para o campo de estudos organizacionais, nesta tese, os movimentos sociais são compreendidos enquanto

empreendimentos coletivos organizados e orientados para mudanças sociais influenciadas por *frames*, estruturas de mobilização e oportunidades políticas (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996). Tratando-se de uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade e que busca romper os limites do sistema em que ocorre a ação (MELUCCI, 1989), os movimentos sociais formam sua identidade no interior da estrutura de conflitos da sociedade (TOURAINÉ, 2012).

Ao explorar essa vertente analítica neste estudo, será interessante atribuir um olhar histórico sobre os diferentes movimentos sociais de identidade plural que emergiram no cenário brasileiro e em que medida se aproximaram da ES. São catadores, religiosos, acadêmicos, agricultores, sindicalistas, entre tantos outros grupos que se uniram em fóruns e entidades representativas para a formação desse campo (GAIGER, 2006). Tal visão corrobora a reflexão sobre o caráter plural do agente social e a constante movimentação da posição dos sujeitos no campo discursivo (LACLAU, 1990). Investigar de que modo o movimento se engaja na produção e manutenção de sentidos sobre ES é uma contribuição almejada neste estudo. Ao examinar as interações entre atores em contextos específicos, busca-se, ainda, refletir sobre o caráter prefigurativo desse movimento (YATES, 2020).

Outra característica relevante é o papel dos movimentos sociais em incidir sobre transformações institucionais. A literatura tem se debruçado sobre táticas de integrantes de movimentos sociais para influenciar em processos organizacionais. King e Soule (2007) cunharam o termo *empreendedores extrainstitucionais* para classificar atores que influenciam a formulação de políticas organizacionais a partir de sua interação com *stakeholders* e ambiente institucional.

Há também alguns estudos que identificam o ativismo dos que querem promover mudanças institucionais a partir de dentro. Nessa visão, atores orientados por valores agem proativamente em busca de oportunidades e em defesa de causas, mesmo que isso se oponha à exigência de superiores. Conceitos mobilizados pelos termos de ativismo burocrático (RICH, 2013; ABERS, 2019) e *insider activists* (OLSSON, 2009; BANASZAK, 2010).

Quando se aproxima tal discussão do objeto temático da tese, é especialmente instigante analisar a trajetória dos atores do movimento de ES e sua interação com o ambiente institucional. Ao analisar o contexto do Rio Grande do Sul, os autores Silva e Oliveira (2011) identificaram que o processo organizativo da ES naquele território partia em grande medida dos agentes governamentais que, por sua vez, atendiam ao complexo padrão de relações entre sociedade civil, movimentos sociais e Estado, estabelecido pelos partidos políticos — principalmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) — no Brasil desde o processo de

redemocratização. Busca-se ampliar essa visão para o contexto nacional, contribuindo para a identificação desse perfil que age de forma híbrida: ora no ambiente institucional, ora no ambiente extrainstitucional.

De modo mais específico, a partir do modelo teórico proposto para a observação desse fenômeno, será possível explorar diferentes dinâmicas de integrantes do movimento de ES de acordo com seu posicionamento institucional. Há ainda espaço para responder algumas questões presentes no campo de ES, como por exemplo: é possível identificar protagonistas da ES no contexto brasileiro? Trata-se de induções que partem da sociedade civil ou de agentes governamentais? Tal dinâmica se alterou ao longo do tempo ou de acordo com o contexto institucional? Quais são os fatores que facilitam ou constroem as referidas ações? Ao refletir sobre a produção de sentidos e as estratégias mobilizadas pelo movimento de ES até aqui, será possível iluminar a dimensão política e os conflitos derivados da disputa travada no cotidiano.

2.3.3 Economia solidária enquanto ação pública

O termo da ação pública tem sido utilizado nas chamadas abordagens cognitivas da análise das políticas públicas, em que o núcleo da política não ocorre de forma unilateral e tampouco se restringe à esfera institucional do Estado (THOENIG, 1995; MASSARDIER, 2006; MULLER, 2000). É entendida como a maneira que uma sociedade constrói respostas a problemas coletivos por meio de técnicas, dispositivos e instrumentos. Nessa abordagem há também a ênfase do papel dos atores na produção e circulação das ideias e processos de negociação na referida construção coletiva (THOENIG, 1995). Além disso, aponta para a necessidade de incluir na centralidade da análise a dimensão política, bem como aprofundar nos interesses e controvérsias derivadas da ação e da influências exercidas pelos atores (MASSARDIER, 2006).

Lascoumes e Les Gales (2012) caracterizam os instrumentos da ação pública como técnicas, meios de operar e dispositivos que permitem materializar a ação governamental. Tal instrumentação pode se manifestar na interação entre a sociedade política, por meio da relação executivo-administrativo e da sociedade civil. Ainda de acordo com os autores, tais dispositivos podem combinar componentes técnicos (normas, cálculos e procedimentos) e sociais (representações, símbolos). Nas palavras dos autores:

Essa instrumentação se exprime sob uma forma mais ou menos estandardizada que constitui uma obrigatória passagem pela ação pública e

mistura obrigações, relações financeiras (cobrança de impostos/ ajudas econômicas) e meios de conhecimento das populações (observações estatísticas). (LASCOUTES; LES GALES, 2012, p. 27)

A partir da problematização da literatura em ES, é possível afirmar que se trata de uma resposta socialmente construída para problemas públicos coletivos, tais como desemprego, precarização das relações de trabalho e inclusão socioproductiva. No Brasil, conforme mencionado, a ação pública de ES tem se manifestado por meio de políticas de formação, incubação de empreendimentos, criação de fundos solidários e microfinanças, apoio a feiras, indução dessas práticas via compras públicas, entre outros.

Identificar a instrumentação da ação pública de fomento à ES fornece pistas importantes para compreender as particularidades de diferentes contextos, bem como uma visão ampliada sobre a interação dos integrantes do movimento de ES e dos demais grupos sociais a partir da articulação entre atores, discursos e instituições (MASSARDIER, 2006) nos diferentes fóruns (FOUILLEUX, 2011; CALLON; LASCOUTES; BARTHE, 2009) e arenas públicas (CEFAI, 2017). De acordo com Eve Fouilleux (2011, p. 89): “os fóruns são espaços ou cenas de argumentação, nos quais as representações em torno de uma política pública são lançadas e discutidas”, tal espaço é o *locus* para negociação dos instrumentos mais apropriados diante de uma questão pública. Nessa perspectiva, ocorreria uma disputa entre atores a fim de definir o principal referencial cognitivo a ser adotado por meio do processo de tradução (CALLON, 1986). Tal termo é associado ao deslocamento entre as diferentes lógicas de ação, cuja movimentação de recrutamento de atores se dá buscando pontos de convergência e apoio, funcionando por meio de um arranjo sociotécnico atrelado às noções de *coletivos híbridos* e *agencement*.

Callon, Lascoumes e Barthe (2009) avançaram na conceituação de fóruns e identificaram os *fóruns híbridos* reunindo diferentes grupos de atores que buscam discutir em torno de uma questão comum, tratando-se de um lugar onde reúnem-se disputas e negociações. Contudo, não se trata de um lugar de consenso, mas sim de controvérsias. Ao explorar diferentes aparatos e aprendizagens, a mobilização dos atores se molda a depender dos interesses e recursos disponíveis.

Finalmente, outra noção teórica relevante para pensar a ação dos atores é a arena pública. De acordo com Cefai (2017), a arena pública tem origem no pragmatismo e se manifesta em torno de uma situação problemática, que não envolve apenas discussão pública, mas a ecologia institucional, jurídica e política. Diferenciando-se das noções de mercado, campo ou *ágora* (lugar de deliberação), a arena pública reúne atores que visam bens públicos e

se voltam ao interesse público. Ainda de acordo com o autor, essa configuração define que os atores sintam seus problemas como públicos, agindo e falando em consequência dessa percepção.

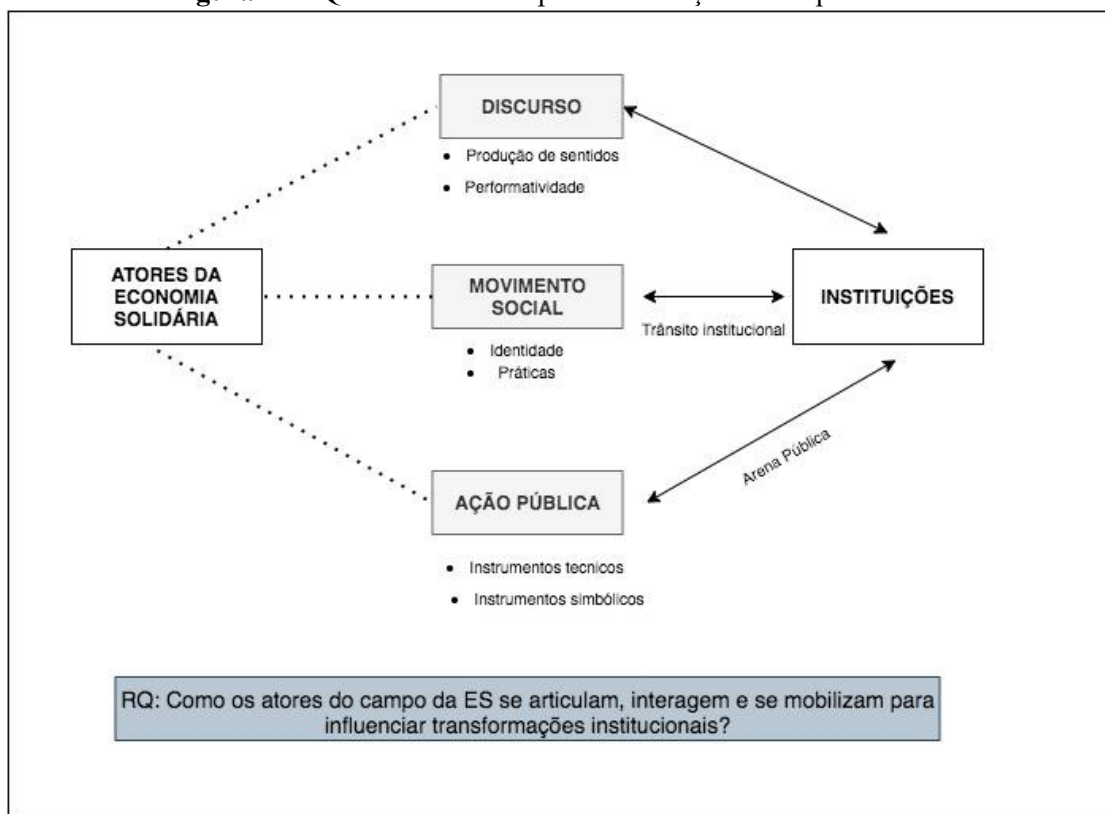
Ao conectar mundos sociais e institucionais, a arena pública é um lugar de disputa cujo vetor da cooperação e competição entre atores é perceptível em diferentes cenas públicas (CEFAI, 2017). Ao aproximar para a realidade da ES, compreende as diferentes formas de ação visando a transformação da ordem pública e econômica, envolvendo processos de argumentação e mobilizando diferentes públicos.

Em suma, pensar a ES enquanto ação pública ilumina desdobramentos em termos de instrumentos e lócus de articulação entre atores em busca de transformações institucionais. Dessa maneira, explorar as controvérsias, disputas e padrões de negociação na interação dos atores iluminará para verificar elementos constitutivos e relacionais, de modo a identificar se eles variam de acordo com o tipo de política ou de acordo com posição dentro do espaço de poder.

2.3.4 Quadro síntese da problematização de ES nesta tese

A Figura 1 apresenta o quadro síntese da problematização do domínio substantivo⁶ desta pesquisa. A ES será compreendida enquanto um *discurso* performado criticamente por atores que, por sua vez, constituem um *movimento social* de identidade plural, que se manifesta por meio de diferentes práticas e políticas em busca de mudanças sociais. O movimento também influencia e atua proativamente na formatação de *ações públicas* que, por sua vez, mobilizam diferentes instrumentos e espaços para capacitar a interlocução dos atores junto ao ambiente institucional ao longo do tempo.

⁶ Conceito de Domínio substantivo trabalhado na disciplina Metodologia Científica ministrada pela Prof. Dra. Marlei Pozzebon (2018) a quem agradeço pela contribuição.

Figura 1 — Quadro síntese da problematização da ES para esta tese

Fonte: Elaboração própria, 2021

Com efeito, nesta pesquisa não se assume que as três dimensões estão previamente fixadas e tampouco trata-se de dimensões excludentes. Nesta etapa, pressupõe-se que as diferentes facetas da ES podem até se manifestar de modo separado, mas que são interdependentes. Assim, os discursos ativariam estratégias do movimento social, que, por sua vez, mobiliza ações públicas e, com elas, atores, discursos e instituições.

Em suma, a problematização do fenômeno de ES no campo da administração levou à necessidade de aprofundar a compreensão desse tema enquanto teoria crítica, bem como sua relação com o ambiente institucional. O próximo capítulo avança nessa reflexão ao propor um modelo teórico-analítico multinível que possa fornecer mecanismos explicativos sobre a ação dos atores da ES para influenciar transformações institucionais no contexto brasileiro.

3 DOMÍNIO TEÓRICO

Este capítulo apresenta o domínio teórico mobilizado nesta pesquisa, articulando o posicionamento teórico adotado, os construtos teóricos mobilizados e, em especial, o *framework* teórico que guia a construção da tese.

3.1 POSICIONAMENTO TEÓRICO

Compreendendo teoria como “uma declaração de relações entre conceitos dentro um conjunto de premissas e restrições de limite” (BACHARACH, 1989, p. 496), esta revisão teórica pretende organizar e comunicar os construtos teóricos, suas suposições e restrições diante do processo de problematização da pergunta de pesquisa (ALVESSON; SANDBERG, 2011).

A estratégia de problematização do enfoque teórico considerou as etapas propostas por Alvesson e Sandberg (2011), e envolveu: (1) identificar um domínio da literatura para suposições desafiadoras; (2) identificar e articular suposições subjacentes ao domínio escolhido da literatura; (3) avaliar suposições articuladas; (4) desenvolver um fundamento de suposição alternativo; (5) considerar suposições diante do público leitor; e (6) avaliar o fundamento de suposição alternativo.

Dessa maneira, para responder a pergunta *como os atores do campo da ES se articulam, interagem e se mobilizam para influenciar transformações institucionais?*, a pesquisa propõe uma investigação que articula e aproxima conceitos que derivam de diferentes paradigmas epistemológicos, de modo a explorar as convergências e limites de conceitos derivados dos estudos organizacionais, literatura sobre movimentos sociais e administração pública.

Ao aplicar uma abordagem mista e interativa entre teoria e prática, este capítulo é resultado de diferentes momentos de aproximação e distanciamento dos dados empíricos levantados ao longo da consecução do estudo à luz de uma estrutura teórica analítica inicialmente definida (SANDBERG; ALVESSON, 2011). Conforme já mencionado, para o desenvolvimento deste estudo, o fenômeno da ES é contextualizado a partir da visão dos atores e sua interação com o ambiente institucional, manifestada por meio do discurso, ação pública e movimentos sociais.

Há a busca para compreender as diferentes versões e significados construídos no cotidiano que envolvem a referida temática ao buscar transformações no contexto institucional. Em resumo, neste capítulo são apresentadas as suposições conceituais que definem os

construtos teóricos que fundamentam o modelo teórico-analítico a ser adotado nesta tese. Ao final, pretende-se realizar contribuições teóricas para o campo da administração pública e governo que possam refletir criticamente e estender o conhecimento acerca do fenômeno observado.

3.2 CONSTRUTOS TEÓRICOS

A fim de corresponder ao posicionamento teórico apresentado, alguns construtos específicos foram mobilizados. O primeiro deles é a abordagem institucional sobre o papel dos atores. O segundo apresenta a noção de performatividade crítica e suas extensões debatidas nos estudos organizacionais. O terceiro reconstitui debates dos estudos sobre movimentos sociais para abordar a noção teórica de políticas e práticas prefigurativas. Cada um desses construtos será apresentado e detalhado nas seções subsequentes.

3.2.1 Contribuições da teoria institucional sobre o papel dos atores

Em termos resumidos, a teoria institucional debatida em estudos organizacionais se debruça sobre a compreensão do relacionamento entre organizações e campo organizacional, privilegiando a observação da influência e do controle exercido pelas instituições sobre suas práticas e seu funcionamento. Mais do que simplesmente sugerir que uma determinada ação é uma reação às pressões do ambiente externo, a teoria institucional questiona de que forma as escolhas sociais são moldadas, mediadas e restringidas pelo ambiente institucional (GIDDENS, 1979; POWELL; DIMAGGIO, 1991; SCOTT, 1995). Tais escolhas estariam submetidas a estruturas construídas e estabelecidas ao longo do tempo (BERGER; LUCKMANN, 1974).

Ao realizar um breve retrospecto sobre a produção acadêmica da teoria institucional, é possível identificar seu caráter multidimensional e multifacetado. A primeira onda de estudos em institucionalismo organizacional (GRIGOLETTO; ALVES, 2019) focou na dimensão dos valores enquanto elemento normativo (SELZNICK, 1996), além do enfoque na dinâmica das organizações, explorando as estruturas informais derivadas das interações sociais da organização (POWELL; DIMAGGIO, 1991). Ao ter como objetivo compreender o processo de institucionalização, esses estudos reforçam a noção de que haveria uma intrínseca tendência das instituições à estabilidade.

A própria definição de Scott (2008) sobre instituições aponta para esse sentido, ao caracterizá-las como “compostas por elementos normativos, regulatórios e cultural-cognitivos

que, em conjunto com atividades associadas e recursos, proporcionam estabilidade e significado à vida social” (SCOTT, 2008, p. 48, tradução nossa⁷). Meyer e Rowan (1977), por sua vez, revelam o caráter processual das instituições, caracterizando-as como “processos sociais, obrigações ou realidades que vêm a assumir um status de regra no pensamento e ação social” (MEYER; ROWAN, 1977, p. 341).

Nas últimas décadas, porém, uma série de estudos apontou para a necessidade de avançar na compreensão de possibilidades de mudanças e transformações institucionais, além de problematizar aspectos culturais-cognitivos e explicar o papel da ação intencional dos atores nesse processo (SCOTT, 2005; POWELL; DIMAGGIO, 1988; BATTILANA; LECA; BOXENBAUM, 2009).

O esforço de explorar aspectos cognitivos já é ilustrado na chamada *segunda onda de estudos institucionalistas* (GRIGOLETTI; ALVES, 2019), onde se destaca a contribuição da noção de campo organizacional (SCOTT, 1995), além dos estudos sobre mecanismos de difusão institucional em busca de sua legitimidade (POWELL; DIMAGGIO, 1991).

De acordo com Scott (1995, p. 56, tradução nossa), “o campo é uma comunidade de organizações que participa de um sistema de significados comuns e cujos participantes interagem com mais frequência uns com os outros que com atores fora do campo”. Em tal perspectiva, o campo reúne atores com entendimentos compartilhados, mas não necessariamente consensuais.

Compreendida como dinâmica e capaz de exercer mobilidade além dos *isomorfismos* (POWELL; DIMAGGIO, 1991) e *desacoplamento* (MEYER; ROWAN, 1977), as posições dentro de um campo podem variar em termos de causa, constituição, controle e contexto (OLIVER, 1991). Já do ponto de vista de sua manifestação, as formas de expressão dentro de um campo podem assumir diferentes características, sejam elas de natureza econômica, política, científica ou cultural.

Ancorada na perspectiva bourdieusiana (BOURDIEU, 1986), na qual compreender o elemento disposicional significa reconhecer os espaços privilegiados e os diferentes recursos de que os atores dispõem ao estabelecer disputas dentro do campo, também é caracterizada pela capacidade de provocar ações concretas a partir de diferentes estímulos, por vezes contraditórios, que orientam as interações sociais e as relações de poder (WOOTEN, 2017). O trabalho de Fligstein e McAdam (2012) traz reflexões sobre o posicionamento dos atores diante

⁷ Citação original: “institutions are comprised of regulative, normative and cultural-cognitive elements that, together with associated activities and resources, provide stability and meaning to social life” (SCOTT, 2008, p. 48).

de processos de mudança. Os autores sustentam que, na maioria das vezes, os atores fracassam ao tentar transformar as estruturas sociais, uma vez que os recursos e regras institucionalizadas favorecem predominantemente os grupos maiores e mais bem organizados. Tal dinâmica acompanha na reprodução dos arranjos organizacionais dominantes, o que traz efeitos importantes ao analisar a agência dos atores em relação à mudança.

Seo e Creed (2002) inserem uma perspectiva dialética ao analisar tais mudanças, as compreendendo enquanto resultado das contradições institucionais e da práxis humana. Nessa configuração, atores dominantes dentro de um campo provavelmente não se encontram dispostos a mudar, uma vez que não conseguem enxergar além das soluções pré-concebidas. Quem se encontra em um posicionamento marginal, por sua vez, tem maior disposição à mudança, sem, contudo, ter recursos suficientes para impor novas regras e regulamentações. Com efeito, Fligstein e McAdam (2012) apontam que há sempre desafios para o poder social de determinados grupos, cujas regras e recursos dominantes são questionados em crises sociais ocorridas dentro ou fora do campo, cuja ação racional dos atores por meio de sua habilidade social contribui na construção e reprodução de ordens locais.

Com efeito, a partir da reivindicação de estudos que investigassem as bases microsociais dos fenômenos institucionais (GRIGOLETTO; ALVES, 2019), autores se voltaram para a teoria estrutura-agência (GIDDENS, 1979) para construir respostas teóricas sobre o agir dos atores nas instituições e processos de mudança.

Uma frente dessa mobilização desdobrou a criação de conceitos como empreendedorismo institucional (DIMAGGIO, 1988; MAGUIRE; HARDY; LAWRENCE, 2004; HARDY; MAGUIRE, 2008) e trabalho institucional (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009). Sobre o primeiro termo, o empreendedorismo institucional refere-se às atividades de atores possuidores de interesse em arranjos institucionais particulares que alavancam recursos para criar novas instituições ou transformá-las (MAGUIRE; HARDY; LAWRENCE, 2004). O processo de mudança institucional seria liderado a partir de esforços de atores organizados motivados para infundir novas crenças, normas e valores em estruturas sociais (RAO; MORRILL; ZALD, 2000).

O trabalho institucional, por sua vez, trata de uma extensão ao conceito anterior e corresponde à “ação intencional de indivíduos e organizações destinadas a criar, manter ou interromper instituições” (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, p. 215). Ao permitir uma investigação mais profunda de como as instituições e a ação estratégica se afetam, os autores lançam luz sobre o paradoxo da agência ao observar a criação, manutenção e rompimento de instituições dentro do mesmo contexto (ZIETSMAN; LAWRENCE, 2010). Entre as ações de

afirmação das instituições estariam: aquisição, definição, defesa, construção de identidades, mudança de normas, construção de redes normativas, mimetismo, teorização e educação (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). A construção de identidades, a mudança de normas e a construção de redes seriam compreendidas como ações reconfiguradas pelo sistema de crença dos atores. Finalmente, mimetismo, teorização e educação envolveriam ações que ensejam mudanças de categorizações abstratas das quais dependeriam os sistemas de significado (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Outro ponto relevante a ser considerado na referida lente teórica se relaciona a quem se engaja no trabalho institucional. Para empregar o trabalho institucional de forma efetiva, os atores precisam ocupar posições estratégicas, além de serem dotados de habilidades e recursos (LAWRENCE; SUDDABY, 2006, p. 228). Assim, a literatura caracteriza dois tipos de atores que são participantes no desenvolvimento do trabalho institucional: um primeiro grupo dos já mencionados empreendedores institucionais (POWELL; DIMAGGIO, 1988), e um segundo grupo cujo envolvimento e atuação podem ser considerados indiretos, uma vez que os atores seriam responsáveis por apoiar ou fornecer suporte ao desenvolvimento das ações do primeiro grupo (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Embora ganhando destaque em estudos empíricos utilizando a teoria institucional no período recente, tais abordagens foram objeto de crítica por evocar formas de voluntarismo (GRIGOLETTO; ALVES, 2019; LAWRENCE; SUDDABY, 2006; LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009; LAWRENCE; SUDDABY, 2006), dar destaque à ação dos empreendedores institucionais enquanto *heroica* (WILLMOTT, 2011) e centrar-se em figuras poderosas (MAIR; MARTI, 2009). Além disso, abordagens como essa teriam negligenciado a ação inconsciente nos processos individuais de significação, manifestada pelas emoções (VORONOV; VINCE, 2012; KRAATZ; FLORES; CHANDLER, 2020).

O trabalho de Czarniawska (2009) traz contribuições especialmente interessantes para o debate sobre atores, instituições e a figura dos empreendedores institucionais. A autora apresenta a instituição enquanto padrão observável da ação coletiva (prática social), ancorada em uma norma correspondente e uma reciprocidade construtiva (CZARNIAWSKA, 2009). Diante dessa concepção, uma instituição surgiria lentamente, sendo apoiada ou prejudicada por atos específicos dos atores. Sobre a ação dos atores, a autora argumenta:

os atores muitas vezes não são pessoas, mas "pessoas sociais legitimadas, agrupamentos ': unidades de trabalho, centros de lucro, departamentos, corporações, organizações da administração pública, associações de organizações e todos aqueles cujas interações' constituem uma área

reconhecida da vida institucional - um campo organizacional (DiMaggio e Powell 1983: 148) Os atores saem ou são empurrados para fora de um campo e novos atores entram nele (considere a entrada poderosa de ambientalistas nos campos político, industrial e acadêmico). As ações, apesar da estabilidade e repetitividade que lhes valem o nome de instituições, mudam tanto na forma quanto no significado; a narrativa muda em cada narração. Por fim, o próprio processo é recursivo, conforme Meyer et al. (1987) apontam: enquanto os atores realizam ações, as ações criam atores (ou melhor, suas identidades) dentro do contexto de uma narrativa, que é criada, por sua vez, por ações e atores; (CZARNIAWSKA, 2009, p. 423-424, tradução nossa⁸)

Para a autora, a instituição poderia ser vista como um macroator de longa data, fortalecida por normas e artefatos, além da sua sobrevivência estar relacionada à sua capacidade de se enquadrar na ordem institucional dominante (CZARNIAWSKA, 2009). Ao avançar na discussão empírica e se debruçar sobre o surgimento da London School of Economics and Political Science, a autora sustenta que a figura do empreendedor institucional é um oxímoro⁹, e sugere que a forma como sua ação é narrada pode diferir da forma como são realmente construídas na prática. Para a autora, uma pessoa ou grupo pode “*instituir* mas não *institucionalizar*” (CZARNIAWSKA, 2009, p. 424), embora sempre haja grupos e pessoas tentando criar instituições, seja: (i) ignorando a ordem institucional dominante em seu tempo e lugar; (ii) instituindo práticas e esperando que estas sejam institucionalizadas; ou (iii) construindo uma organização formal visando transformá-la em uma instituição por si mesma (CZARNIAWSKA, 2009).

Dessa forma, Czarniawska (2009) reconhece a figura dos empreendedores institucionais como personagens de uma narrativa de criação de instituições, mas defende que a referida narrativa institucional seja enriquecida com a imagem de um formigueiro, ou seja, aprofundando a análise histórica das instituições, ampliando o alcance sobre atores participantes e destacando suas conexões, abrindo, assim, espaço para narrativas alternativas sobre o processo de surgimento das instituições.

⁸ Citação original: “the actors are often not people but ‘legitimized social groupings’: work units, profit centers, departments, corporations, public administration organizations, associations of organizations, and all those whose interactions ‘constitute a recognized area of institutional life’ — an organization field (DiMaggio and Powell 1983: 148). Actors leave or are pushed out of a field and new actors enter it (consider the powerful entry of environmentalists into political, industrial, and academic fields). Actions, in spite of the stability and repetitiveness that earn them the name of institutions, change in both form and meaning; the narrative changes in every narration. Finally, the process itself is recursive, as Meyer et al. (1987) point out: whereas actors perform actions, actions create actors (or rather, their identities) within the context of a narrative, which is created, in turn, by actions and actors”.

⁹ Figura de linguagem em que se usa palavras de sentidos opostos de modo a parecerem contraditórias, mas que reforçam a expressão. Ex: obscura claridade, música silenciosa (OXFORD LANGUAGES, 2021).

Partindo de escolas de pensamento diferentes (ZILBER, 2013), conceitos de lógicas institucionais e instituições habitadas igualmente trouxeram pontos de inflexão sobre os aspectos cognitivos para a teoria institucional.

Discussão iniciada nos anos 1990, o conceito de lógica institucional surgiu como ferramenta teórica para analisar as interrelações entre instituições, organizações e indivíduos (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012), em que os valores, interesses e identidades de organizações e indivíduos estão culturalmente incorporados dentro da lógica institucional prevalecente, podendo advir de diferentes setores: mercados, Estados, corporações, profissões, famílias, religiões e comunidade (THORNTON; OCASIO, 2008).

A noção de instituições habitadas (HALLETT; VENTRESCA, 2006; HALLETT, 2010), por sua vez, nasce da preocupação com as fundações microsociológicas da sociologia organizacional institucionalista, concebendo “as interações sociais como o coração pulsante das instituições” (HALLETT; VENTRESCA, 2006, p. 215). Inspirados no interacionismo simbólico, exploram o caráter negociado do componente microsocial das instituições observado nas interações cotidianas diante de uma ordem social previamente estabelecida (GRIGOLETTO; ALVES, 2019). Nessa direção há variações nos sentidos de uma mesma instituição e em um contexto comum a partir da configuração da estrutura social.

Portanto, o fluxo da pesquisa do institucionalismo organizacional passou de uma perspectiva inicialmente macroestrutural para o nível micro, ressurgindo a noção de que os atores são os detentores dos processos institucionais, passando a abranger diferentes níveis, incluindo organizações e indivíduos. Essa visão se alinha com o esforço de alguns institucionalistas em aproximar tal referencial com os estudos voltados para a prática e microfundações (SMETS; ARISTIDOU; WHITTINGTON, 2017). Concebendo tal noção para compreender alterações nas instituições e avançar nas elaborações anteriores sobre lógica institucional e trabalho institucional, o enfoque se dá menos sobre as grandes mudanças, mas recai sobre o esforço criativo envolvido em alcançar tais mudanças (SMETS; ARISTIDOU; WHITTINGTON, 2017).

As abordagens microfundacionais das instituições emergem, portanto, da crítica de que a organização está à mercê de seu contexto institucional, sobretudo regulatório. A instituição voltada à prática traz o enfoque de como as instituições são percebidas em seu desempenho contínuo, ativas por meio de crenças e valores. Nesse sentido, busca-se revelar o trabalho cotidiano e o significado institucional das práticas na constituição de ordens supraorganizacionais e institucionais. Em tal perspectiva, o ator individual é um ser social movido por práticas que interagem com o contexto institucional. Tal dinâmica é influenciada

por questões como identidade, reputação, forma organizacional ou internacionalização, elementos que silenciam ou amplificam as interações entre demandas institucionais e a práxis (SMETS; ARISTIDOU; WHITTINGTON, 2017).

3.2.1.1 Postulações do construto teórico de teoria institucional para esta tese

A partir do exposto sobre algumas das diferentes lentes teóricas mobilizadas pela teoria institucional que tratam da ação dos atores, reafirma-se que se trata de um denso e vasto debate. Ao abarcar diferentes tópicos e interesses, emergem críticas sobre os rumos que a teoria institucional vem trilhando, expondo riscos de tornar sua definição muito difusa, dispersa, ambígua e demasiadamente ampla (ALVESSON; HALLET; SPICER, 2019; KRAATZ; FLORES; CHANDLER, 2020). Alvesson, Hallet e Spicer (2019), em um artigo crítico sobre tal abordagem, argumentam que a teoria institucional está “à beira de um precipício” (ALVESSON; HALLET; SPICER, 2019, p. 119), e que se trata de uma teoria desenvolvida para explicar a homogeneidade organizacional, mas acaba por se cercar de heterogeneidade abundante nas definições de instituições. Assim, a teoria institucional seria uma marca para congregar definições similares que acabam por confundir e não apontar para uma direção comum. Nas palavras dos autores:

A teoria institucional parece ter um paradoxo importante em seu cerne: por um lado, ela oferece uma gama confusa de metáforas, ideias e afirmações de conhecimento mistas. Por outro lado, a teoria institucional é frequentemente apresentada como um "isso" - isto é, uma teoria integrada e robusta. (ALVESSON; HALLET; SPICER, 2019, p. 6-7, tradução nossa¹⁰)

Em resposta, Kraatz, Flores e Chandler (2020) afirma concordar com as críticas de Alvesson, Hallet e Spicer (2019) quanto ao caráter por vezes totalizante do termo, além da ambiguidade e múltiplos significados do conceito. Com efeito, defende as contribuições genuínas da pesquisa institucional moderna (ilustrada em diferentes contribuições empíricas), contribuindo para reformas necessárias. Além disso, o autor defende o pluralismo teórico e a capacidade de comunicar-se além das fronteiras paradigmáticas. Em reação, o autor sugere alternativas para a adoção do referido pluralismo teórico, retornando às raízes pragmáticas do institucionalismo e um foco renovado em valores.

¹⁰ Citação original: “Institutional theory seems to have an important paradox at its heart: On one hand, it offers a confusing array of mixed metaphors, ideas, and knowledge claims. On the other hand, institutional theory is often presented as an “it”—that is, an integrated and robust theory”.

À luz do argumento de Kraatz, Flores e Chandler (2020), que invoca o caráter analítico da teoria institucional, esta tese é influenciada pelas contribuições da teoria institucional quanto ao papel dos atores e sua interação com a estrutura. Ao incluir a dinâmica temporal e longitudinal na análise do fenômeno da ES, pretende-se contribuir com a discussão sobre instituições enquanto processo (SURACHAIKULWATTANA; PHILLIPS, 2017) em um campo emergente ou pouco institucionalizado como a ES no contexto brasileiro.

Procura-se, então, examinar como os atores agem para incidir sobre o ambiente institucional, em que tempo e em que contexto trazem luz sobre símbolos, estruturas e práticas que moldaram a significação da ES no plano prático, seus antecedentes e consequências. Mais que isso, é possível identificar elementos que encorajam e limitam a realização de transformações institucionais, explorando as tensões e paradoxos subjacentes do referido processo.

Em suma, a teoria institucional ancora as seguintes suposições para esta tese:

- (i) Atores individuais e coletivos são dotados de consciência, habilidade e reflexividade (LAWRENCE; SUDDABY, 2006);
- (ii) Instituições correspondem a padrões observáveis da ação coletiva (práticas sociais), ancoradas em normas correspondentes (CZARNIAWSKA, 2009);
- (iii) As instituições surgem lentamente, sendo apoiadas ou prejudicadas por ações específicas dos atores (CZARNIAWSKA, 2009);
- (iv) Instituições são influenciadas por estruturas temporais e respondem ao contexto (LANGLEY, 2007; SURACHAIKULWATTANA; PHILLIPS, 2017);
- (v) Ao ser entendida enquanto processo, explora-se os aspectos culturais-cognitivos e microfundações institucionais (SMETS; ARISTIDOU; WHITTINGTON, 2017).

Por fim, cabe mencionar a contribuição de abordagens linguísticas para a compreensão da construção cognitiva das instituições, bem como em assimilar processos de mudanças (PHILIPS; MALHOTRA, 2017). De acordo com Philips e Malhotra (2017), as estratégias de análise de narrativa, análise do discurso e análise retórica têm sido utilizadas para examinar a maneira como os atores entendem e interpretam o mundo social. Nas palavras dos autores:

Onde o discurso destaca a maneira como os conjuntos de textos dão vida aos objetos sociais e a retórica se concentra na estrutura dos argumentos encontrados no texto, a narrativa nos sensibiliza para o papel fundamental das narrativas em tornar o social significativo. Esses métodos juntos as instituições são constituídas por meio de processos de construção social que ocorrem à medida que os atores produzem textos de vários tipos de várias maneiras. (PHILIPS; MALHOTRA, 2017, p. 16-17, tradução nossa)

A linguagem é, portanto, dimensão relevante para avançar na compreensão sobre processos cognitivos na constituição da transformação institucional. Nela, se explora diferentes grupos de indivíduos que experimentam dilemas internos, conflitos de lógicas e controvérsias com crenças individuais e coletivas. Análises envolvendo discurso, narrativas e retóricas poderiam, nesse sentido, revelar bases cognitivas e emocionais no processo de adoção ou resistência a determinada mudança (CREED; DEJORDY; LOK, 2010; PHILIPS; MALHOTRA, 2017).

Para avançar nessa perspectiva, articula-se com o referencial de performatividade crítica sob a perspectiva dos estudos organizacionais.

3.2.2 Performatividade crítica

Performatividade é uma ideia originalmente proposta por John Austin (1990) ao apresentar a *teoria dos atos de fala*, conceito posteriormente explorado por autores do campo da Sociologia, tais como Mol (1999), Callon (2007) e Judith Butler (1997, 2010), em seus estudos sobre performatividade de gênero. Dito de uma maneira simples, a performatividade se relaciona ao ato de *dizer fazendo*, ou seja, significa enunciar determinada ação enquanto a mesma ocorre, tornando-se algo concreto.

A partir desse entendimento inicial, o discurso possuiria papel preponderante na produção de sentidos, bem como na produção de fatos sociais que legitimam estruturas de comportamento do sujeito diante da sua interpretação sobre as verdades sobre si, seu corpo ou sobre o mundo. Nessa direção, a performatividade também tem se mostrado uma abordagem bastante útil para desnaturalizar estruturas que parecem determinadas ou imutáveis (BUTLER, 2010).

Nos últimos anos, este debate tem sido travado também no âmbito dos estudos organizacionais, mais especificamente na corrente chamada *Critical Management Studies* (CMS), introduzindo o conceito de performatividade crítica; criado por Spicer, Alvesson e

Kärreman (2009, p. 59), que definem performatividade crítica enquanto “intervenção ativa e subversiva nos discursos e práticas gerenciais”.

Tal definição vem acompanhada do argumento de que o debate teórico sobre as questões organizacionais no âmbito da CMS deveria alcançar maior abrangência e alcançar questões mais amplas, além de buscar efetivamente a mudança social (SPICER; ALVESSON; KÄRREMAN, 2009). Mais especificamente, os autores criticam o cinismo difuso do pensamento crítico e defendem uma maneira de promover o ativismo, de modo a adotar a performatividade nos discursos e práticas de gestão. Para alcançar essa reflexão, os autores inicialmente propõem algumas táticas para alcançar transformações sociais nas práticas gerenciais com esse escopo (SPICER; ALVESSON; KÄRREMAN, 2009, p. 546):

- (i) Postura afirmativa, localizando-se próximo ao objeto de crítica para identificar possíveis pontos de revisão;
- (ii) Ética do cuidado, provendo espaço para a reflexão do sujeito ao mesmo tempo que os desafiam;
- (iii) Pragmatismo, valorizando aspectos específicos das organizações;
- (iv) Identificando potencialidades, representando a eliminação de utopias frente a adoção da noção foucaultiana de heterotopia (mais próximo da realidade) e finalmente
- (v) Orientação normativa, representando uma forma de sistematizar afirmação de critérios para avaliar boas formas de organização, podendo engajar processos de micro-emancipação.

Nessa linha, a performatividade crítica se manifestaria na ação direta de pesquisadores e estudiosos nas práticas gerenciais e, por sua vez, alcançaria transformações sociais mais amplas. A partir dessa primeira publicação, contudo, o conceito de performatividade crítica vem sendo testado e contestado por diferentes autores desse campo e em diferentes frentes de argumentação. Um primeiro conjunto de artigos concentra suas críticas ao apontar a falta de articulação entre teoria e prática desse entendimento teórico (KING, 2015; CABANTOUS *et al.*, 2016; FELIN; FOSS, 2009; ZUCKERMAN, 2012). Nesse sentido, o pequeno número de artigos empíricos sobre performatividade crítica refletiria a dificuldade de aplicá-la na prática, especialmente para demonstrar a capacidade transformadora nas organizações (BUTLER; DELANEY; SPOELSTRA, 2018).

Outra argumentação crítica sobre a referida abordagem é que ela teria uma visão ingênua das dificuldades envolvidas na mudança de organizações capitalistas (FLEMING; BANERJEE, 2016). Além disso, Fleming e Banerjee (2016) sustentam que há uma visão excessivamente otimista por parte dos teóricos em performatividade crítica sobre o poder da linguagem para alcançar mudanças organizacionais emancipatórias, bem como na visão sobre

a capacidade de intervir criticamente em práticas gerenciais. Para alcançar avanços com a referida abordagem, os autores incentivam, então, o estudo de *performatividades fracassadas*, de modo a explicitar que a maioria das tentativas de intervenção prática nos discursos de negócios e na sociedade falha.

Há ainda críticas ao entendimento dos construtos que sustentam o conceito de performatividade crítica elaborado por Spicer, Alvesson e Kärreman (2009). Cabantous *et al.* (2016), por exemplo, questionam a interpretação teórica dos trabalhos de Austin (1962) e Butler (1997, 2010) empregada na referida perspectiva teórica, classificando-a como errônea, além de afirmarem que o conceito de performatividade crítica ignora uma gama de outras teorias influentes da performatividade — tais como o trabalho de Callon (2007) — desconsiderando a tensão sobre sociomaterialidade na produção de subjetividades, enfraquecendo o potencial político dessas ideias. Diante de tais críticas e em um esforço de repensar a noção teórica sobre performatividade crítica, os autores propõem:

O centro dessa conceituação alternativa de performatividade que mescla os *insights* Butlerianos e Callonianos tem três princípios norteadores: (a) a performatividade é sobre a constituição de sujeitos e não apenas sobre o que é realizado de forma discursiva por sujeitos específicos (por exemplo, gerentes); (b) a performatividade é tanto material quanto discursiva e não pode ser ligada à esfera da linguagem; e (c) a performatividade acontece por meio da engenharia política dos agenciamentos sociomateriais que são constituídos dentro e através das organizações, instituições e mercados, não se limita apenas às intervenções discursivas. Acadêmicos e instituições acadêmicas podem desempenhar um papel fundamental na concepção, hospedagem ou capacitação do desenvolvimento de tais agenciamentos sociotécnicos. (CABANTOUS *et al.*, 2016, p. 209, tradução nossa¹¹)

Diante disso, Spicer, Alvesson e Kärreman (2016) rebateram as críticas realizadas até então, classificando-as como “trazendo foco indevido nos debates intra-acadêmicos; envolver-se no policiamento teórico autoritário, fingir relevância através do radicalismo simbólico; e remontar o senso comum” (SPICER; ALVESSON; KÄRREMAN, 2016, p. 231). Diante disso, os autores apresentaram uma versão estendida de suas ideias, que busca conectar o conceito de performatividade crítica aos preceitos da teoria dos movimentos sociais para descrever mais

¹¹ Citação original: “Central to this alternative conceptualization of performativity that blends the Butlerian and Callonian insights are three guiding principles: (a) performativity is about the constitution of subjects and not only about what is discursively performed by specific subjects (e.g. managers); (b) performativity is both material and discursive and cannot be bound to the sphere of language; and (c) performativity happens through the political engineering of sociomaterial agencements that are constituted within and across organizations, institutions and markets, it is not solely limited to discursive interventions. Academics and academic institutions can play a key role in designing, hosting or enabling the development of such sociotechnical agencements”.

detalhadamente de que forma as ideias podem se tornar performativas, além de explorar as dinâmicas políticas existentes.

Após revisar os aspectos de performatividade crítica previamente apresentados, sintetizam em três táticas abrangentes: (i) cuidado circunspecto, a partir da adoção de um diálogo crítico e reflexivo; (ii) pragmatismo progressivo, no qual busca-se intervir em espaços que podem ter mudanças; e (iii) potencialidades presentes ancoradas em alguma prática já existente.

Na visão de Spicer, Alvesson e Kärreman (2016), os resultados dessa ampliação da compreensão do conceito passaria pelo envolvimento de elites descontentes, bem como pela mobilização de recursos, a criação de configurações para a micromobilização e a garantia de que os problemas sejam enquadrados de uma maneira que ressoe com o público mais amplo. Nesse cenário, os críticos alcançariam maior grau de articulação de alternativas e criação de espaços deliberativos e políticos.

Dessa maneira, a noção inicial sobre performatividade foi problematizada e atualizada pelo campo de estudos organizacionais e no âmbito dos estudos críticos de gestão, de modo a incorporar o tensionamento da sociomaterialidade à dimensão discursiva dos pesquisadores e ativistas críticos para colocar uma teoria ou ideia crítica em prática. Antes de avançar na conceituação do construto de performatividade crítica aplicável a esta tese, cabe apresentar estudos que discutem a referida ideia a organizações alternativas do capitalismo.

3.2.2.1 Performatividade crítica para análise de organizações alternativas

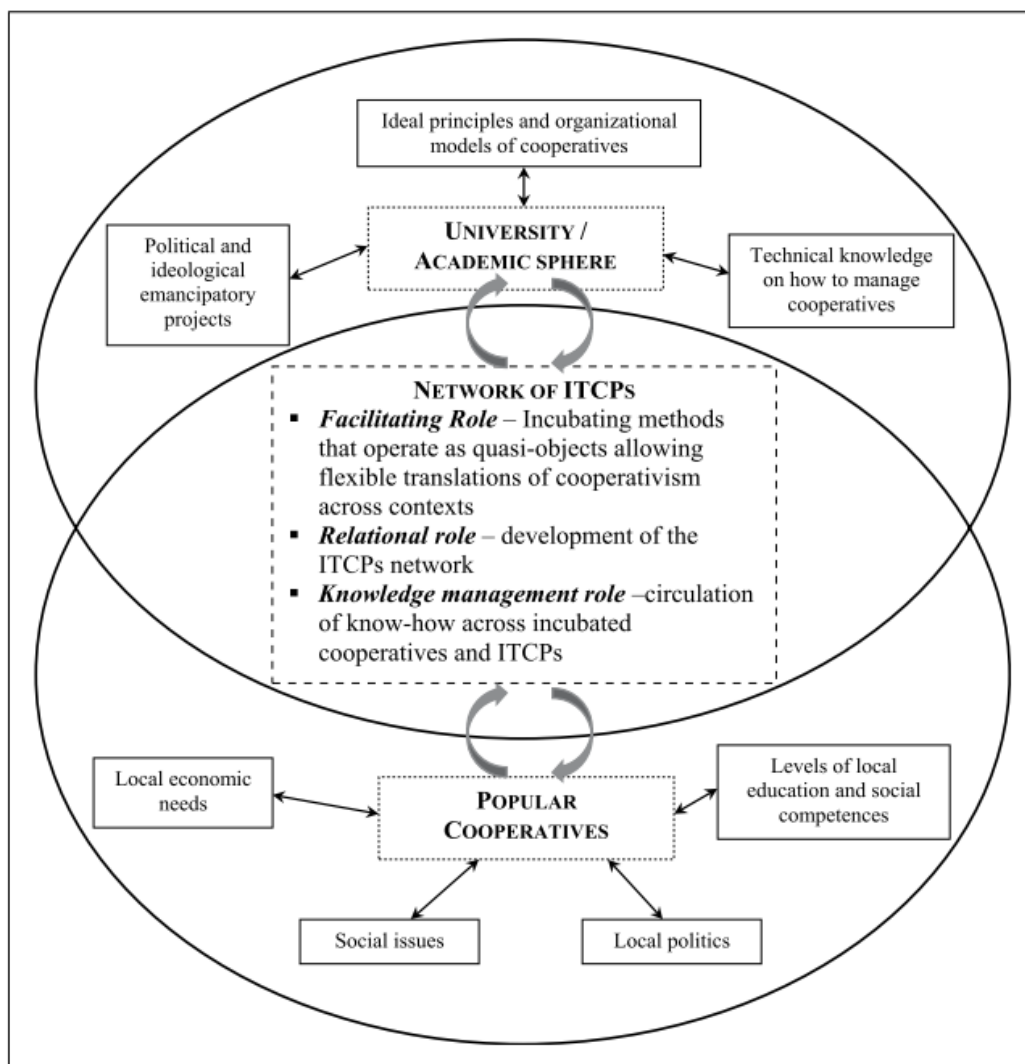
Ao fazer uma análise da evolução do debate sobre performatividade crítica em edição especial da revista *M@n@gement* sobre o tema, Huault *et al.* (2017) argumentam que a aplicação desse conceito tem avançado em diferentes subtópicos no estudo de administração e organizações, aparecendo em estudos sobre liderança, diversidade, recursos humanos, mudança organizacional, educação em gestão, conferências acadêmicas, entre outros. Além disso, de acordo com os autores, uma outra leva de artigos tem contribuído para esse conceito por meio de estudos empíricos sobre formas alternativas de organização (PARANQUE; WILLMOTT, 2014; SUTHERLAND; LAND; BÖHM, 2014; LECA; GOND; BARIN-CRUZ, 2014).

Leca, Gond e Barin-Cruz (2014) utilizaram o conceito de performatividade crítica para compreender a questão organizacional nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) no Brasil, fenômeno crucial para entender a inserção da temática da ES na esfera pública nas últimas décadas. Para os autores, o desenho e os moldes alternativos

fomentados por esse tipo de instrumento são criados e mantidos por “motores de performatividade crítica” (LECA; GOND; BARIN-CRUZ, 2014, p. 685), que são responsáveis por incentivar os membros das cooperativas a refletir de forma mais crítica sobre seus processos de trabalho e, conseqüentemente, colocar em prática essa condição híbrida de organização (BATTILANA *et al.*, 2015). Ao se debruçar sobre o caso das ITCPs, os autores analisam o surgimento de organizações alternativas moldadas por intervenções de professores universitários, baseadas no conhecimento prévio de um *modelo organizacional ideal* (LECA; GOND; BARIN-CRUZ, 2014) de cooperativa que, por sua vez, traz implicações no surgimento e manutenção dos referidos modelos ao longo do tempo.

Nesse cenário, os motores de performatividade apoiariam a criação de modelos alternativos organizacionais pautados no cooperativismo por meio de normas e procedimentos, ampliando suas concepções de gestão ao ser articuladas em redes, além de propiciar a manutenção desta estrutura, evitando que não se subverta frente aos apelos mercadológicos (LECA; GOND; BARIN-CRUZ, 2014). A Figura 2 apresenta uma visão geral do papel dos motores da performatividade crítica com um resumo dos papéis desempenhados pelas ITCPs brasileiras:

Figura 2 — O papel dos motores da performatividade



Fonte: Leca, Gond e Barin-Cruz, 2014, p. 701

A partir dessa ilustração, é possível identificar que a rede de ITCPs desempenha ao menos três papéis ao se articular com a esfera acadêmica e ao interagir com as cooperativas populares: facilitação, papel relacional e de geração de conhecimento. A partir da análise dos processos de tradução desses significados no contexto estudado, os autores destacaram a complexidade do processo organizacional que envolve a performatividade crítica. Nas palavras dos autores:

Como organizações de fronteira, as ITCPs permitem examinar como os membros da universidade influenciam o desenvolvimento de cooperativas de trabalhadores. Nossas descobertas destacam a complexidade desse papel: quando os acadêmicos impõem uma abordagem excessivamente acadêmica ou superpoliticizada ao cooperativismo, eles podem causar problemas à medida que suas visões se tornam menos relevantes aos olhos dos trabalhadores cooperativos. Também mostramos que ter um procedimento de incubação co-

construído por acadêmicos e membros da cooperativa pode favorecer a elaboração de novos conhecimentos que sejam relevantes e rigorosos. (LECA; GOND; BARIN-CRUZ, 2014, p. 700, tradução nossa¹²)

Avançando nos achados empíricos, os autores argumentam sobre a importância das redes para garantir o apoio de múltiplos atores, além de destacarem o perfil dos acadêmicos envolvidos enquanto também militantes e ativistas, descobertas que contribuem para avançar na compreensão dos atores que compõem o campo da economia solidária.

Um outro estudo que utiliza a performatividade crítica enquanto lente teórica para compreender a criação e manutenção de organizações alternativas no sistema capitalista é o trabalho de Esper *et al.* (2017). Nele, os autores investigam a experiência argentina de empresas recuperadas, a partir da intervenção da Universidade de Buenos Aires com seu programa Facultad Abierta, do início dos anos 2000. A iniciativa das empresas recuperadas traz consigo uma forte crítica ao modelo capitalista vigente, trazendo uma visão moral alternativa ao neoliberalismo (ESPER *et al.*, 2017).

A partir da análise do processo histórico da referida experiência e identificando as diferentes facetas da performatividade crítica no contexto estudado, os autores estenderam a conceituação até então vigente a partir de estudos anteriores, entendendo-a enquanto capaz de produzir novas subjetividades, constituir novos modelos organizacionais e promover conexões com movimentos sociais atuais.

Como um todo, esses desenvolvimentos e debates sugerem que os estudiosos devem considerar três facetas da performatividade se desejam tornar-se "criticamente performativas" e ajudar, através do conhecimento que produzem e de sua prática docente, a criar modos alternativos de organização: **produção material de subjetividades e identidades** (Cabantous *et al.*, 2016), a **constituição de novos modelos e realidades organizacionais** (Fleming e Banerjee, 2016: 262; Leca *et al.*, 2014; Schaefer e Wickert, 2016: 220-222) e **conexões com dinâmicas sociais e políticas mais amplas** (Spicer *et al.*, 2016: 237-240; Willmott, 2013). (ESPER *et al.*, 2017, p. 675, tradução nossa, grifo nosso¹³)

¹² Citação original: "As boundary organizations, ITCPs allow us to examine how university members influence the development of worker cooperatives. Our findings highlight the complexity of this role: when academics impose an overly academic or an overpoliticized approach to cooperativism, they may cause problems as their views become perceived as less relevant in the eyes of incumbent cooperative workers. We also show that having an incubation procedure co-constructed by academics and cooperative members can favor the elaboration of new knowledge that is both relevant and rigorous".

¹³ Citação original: "As a whole, these developments and debates suggest that scholars must consider three facets of performativity if they wish to become 'critically performative' and help, through the knowledge they produce and their teaching practice, bring into being alternative modes of organizations: the socio-material production of subjectivities and identities (Cabantous *et al.*, 2016), the constitution of new organizational models and realities (Fleming and Banerjee, 2016: 262; Leca *et al.*, 2014; Schaefer and Wickert, 2016: 220–222) and connections to broader social and political dynamics (Spicer *et al.*, 2016: 237–240; Willmott, 2013)".

Pelo exposto, a performatividade crítica aplicada às organizações alternativas ao capitalismo tem se mostrado uma lente interessante para compreender as dinâmicas entre atores quando buscam subverter ordens e práticas socialmente instituídas, sobretudo no que concerne aos dilemas gerados pelo paradoxo entre *marca social* e *produtividade econômica* (BATTILANA *et al.*, 2013).

3.2.2.2 Postulações do construto teórico de performatividade crítica para esta tese

Para avançar na aplicabilidade do conceito de performatividade crítica ao seu objeto temático, são propostas extensões do referido construto teórico. Tal problematização pretende contribuir para duas dimensões principais: (i) articulação entre a teoria de performatividade crítica e a abordagem institucional; e (ii) extensão do exercício da performatividade crítica na teoria de ES para além dos circuitos acadêmicos. Cada uma das proposições será detalhada a seguir.

3.2.2.2.1 Conectando performatividade crítica e abordagem institucional

A tentativa de estabelecer pontes entre o conceito de performatividade e a abordagem institucional sob a ótica dos estudos organizacionais não é inédita, embora bastante recente. Beunza e Ferraro (2019), ao conduzir estudo qualitativo no campo do investimento responsável, partem do referencial proposto por Callon (2007) sobre performatividade, que reivindica o engajamento ativo dos atores na constituição da realidade que descrevem. A partir da problematização teórica e reagindo às principais críticas dirigidas ao conceito de performatividade, os autores buscaram incorporar processos organizacionais e institucionais na referida lente, de modo a ganhar melhores condições para sua aplicabilidade.

De modo mais específico, ao analisar a estratégia de uma empresa na incorporação de uma nova prática de investimento responsável, identificaram que a virada na estratégia ocorreu quando a organização reconheceu as instituições regulatórias e normativas estabelecidas nos dispositivos de cálculo, de modo a aliar-se a elas para dar suporte à aceitação da referida estratégia (BEUNZA; FERRARO, 2019). Tais ações foram caracterizadas por Beunza e Ferraro (2019) como *performative work*, designando o trabalho institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006) para permitir a tradução e adoção de um dispositivo de cálculo. Os autores definem como trabalho performativo:

Definimos trabalho performativo como o trabalho institucional necessário para permitir a tradução e a subsequente adoção de um dispositivo performativo. O trabalho performativo enfatiza os ganhos de considerar conjuntamente a ênfase na materialidade que caracteriza a literatura da performatividade com a atenção às normas, papéis e recursos que é encontrada na teoria institucional. (BEUNZA; FERRARO, 2019, p. 536, tradução nossa¹⁴)

Nessa argumentação, o trabalho institucional permitiria a tradução de artefatos e adoção dos referidos dispositivos, fortalecendo e simplificando possíveis restrições de escolha. Sua caracterização se diferencia do trabalho institucional (LAWRENCE; LECA; ZILBER, 2013), uma vez que implica na criação de uma camada artefactual distinta, além de considerar dispositivos calculadores que restringem a ação.

Estendendo a compreensão sobre *performative work*, Leca e Barin Cruz (2021) apresentam a noção de *critical performative work*, definida como “um tipo específico de trabalho institucional que visa criar, manter ou romper propositadamente instituições que favoreçam a performatividade do discurso e das ideias críticas” (LECA; BARIN CRUZ, 2021, p. 2, tradução nossa¹⁵). A partir da experiência da ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os autores exploram como acadêmicos e ativistas críticos se envolveram na formação do contexto institucional, favorecendo a performatividade do discurso e de teorias críticas, com o objetivo de avançar na aplicabilidade prática desse conceito. Ao inserir uma lente histórica, a investigação permitiu observar de que maneira a utopia socialista foi mobilizada e cristalizada pelos diferentes atores ao longo das décadas de forma diversa na ITCP, com destaque para a criação de um movimento crítico. Ao afirmar que a performatividade crítica é alcançada por meio de acumulação não linear, os autores destacaram a importância de investigar o fenômeno sob a perspectiva histórica e do contexto institucional, temas trabalhados pela teoria institucional e negligenciados na discussão sobre performatividade crítica. Nas palavras dos autores:

Tomar essa perspectiva histórica e considerar como o contexto institucional se desenvolveu nos permite não simplificar como explicamos a performatividade das teorias, mas sim complexificá-la. Em vez de ser disjuntiva e tentar identificar condições mínimas para a performatividade, esta abordagem é conjuntiva (Tsoukas, 2017), sendo responsável por um processo

¹⁴ Citação original: “We define performative work as the necessary institutional work to enable translation and the subsequent adoption of a performative device. Performative work emphasizes the gains from jointly considering the emphasis on materiality that characterizes the performativity literature with the attention to norms, roles and resources that is found in institutional theory”.

¹⁵ Citação original: “a specific type of institutional work aimed at purposely creating, maintaining or disrupting institutions favoring the performativity of critical discourse and ideas”.

histórico longo, incerto, não linear e aberto no qual esforços foram desenvolvidos para moldar o contexto institucional do momento ao longo de décadas, mostrando relações com o contexto onde a performatividade eventualmente ocorre. Ele oferece uma abordagem mais rica que nos permite ir além da relação imediata entre teoria e prática específica para a abordagem constitutiva e pode ser de interesse para pesquisadores qualitativos interessados em como estudos de caso únicos ou históricos em profundidade contribuem para o debate sobre a performatividade. (LECA; BARIN CRUZ, 2021, p. 19, tradução nossa¹⁶)

Por todo exposto, a performatividade será entendida como mecanismo social de impulsionamento de novas teorias e mudanças institucionais (MARTI; GOND, 2018). De modo mais específico, o construto da performatividade crítica a ser aplicado na presente tese considerará o exercício de trabalho performativo crítico (LECA; BARIN CRUZ, 2021) pelos participantes do campo da ES e compreenderá de que maneira as teorias críticas são moldadas ao longo do tempo e quais são suas implicações para o contexto institucional. Ao conectar tal discussão com a sociomaterialidade do discurso (CALLON, 1986), o estudo busca ainda explorar os espaços em que tais articulações são travadas em busca das transformações institucionais.

3.2.2.2.2 A performatividade crítica não se restringe aos acadêmicos

Ao retomar a problematização do conceito de ES concebido na presente pesquisa e apresentado no capítulo 2, compreende-se que a noção compartilhada sobre ES enquanto teoria transita em diferentes comunidades epistêmicas. A ideia crítica ao sistema econômico vigente e a busca por alternativas às práticas dominantes parecem encontrar consenso ao passo que a mobilização de recursos e instrumentos é bastante diversa e heterogênea. Nessa direção, é importante identificar não só como as referidas teorias são colocadas em prática, mas também questionar *quem* tem o poder para exercer a performatividade crítica no campo da ES.

Nesta tese há o pressuposto de que a teorização é partilhada pelos diferentes grupos sociais, não sendo restrita tão somente aos circuitos acadêmicos, incluindo, portanto, atores da

¹⁶ Citação original: “Taking such an historical perspective and considering how the institutional context has developed allows us not to simplify how we account for the performativity of theories but rather to complexify it. Rather than being disjunctive and attempting to identify minimal conditions for performativity, this approach is conjunctive (Tsoukas, 2017), accounting for a long, uncertain, nonlinear, and open-ended historical process in which efforts were developed to shape the institutional context of the moment over decades, showing relations with the context where performativity eventually takes place. It offers a richer approach that allows us to move beyond the immediate relation between theory and practice specific to the constitutive approach and can be of interest for qualitative researchers interested in how in-depth single or historical case studies contribute to the performativity debate”.

sociedade civil, movimentos sociais e governos. Em poucas palavras, argumenta-se que tais atores são capazes de performar criticamente buscando transformações sociais emancipatórias, intervindo em favor de colocar teorias críticas em prática.

Para subsidiar tal suposição, recorre-se inicialmente ao pensamento gramsciano sobre o papel do intelectual, afirmando que todo grupo social teria uma própria camada de intelectuais para a formação de uma consciência crítica e contra-hegemônica na ação e luta política (GRAMSCI, 2000; DURIGUETTO, 2014). Na definição sobre intelectuais orgânicos presente no *Dicionário do Pensamento Marxista* (BOTTOMORE, 1988), há o destaque para a necessidade de intelectuais que sejam edificadores práticos da sociedade e não simplesmente oradores:

Na Europa ocidental a questão foi muito estudada por Gramsci, que distinguiu entre intelectualidade “tradicional” de qualquer país, que se considera uma classe ou comunidade à parte –isolamento irreal que se reflete em toda filosofia idealista – e os grupos pensantes que toda classe (com exceção dos camponeses) produz “organicamente”, a partir das suas próprias fileiras (1949, passim e 1957:118-120). Gramsci ansiava por ver formarem-se mais intelectuais da classe operária, embora sua definição fosse bastante ampla para incluir todas as camadas de dirigentes e organizadores: os intelectuais de que se precisa hoje, escreveu ele, são edificadores práticos da sociedade, e não simplesmente oradores. (BOTTOMORE, 1988, p. 195)

Ao se diferenciar dos intelectuais tradicionais, os intelectuais *orgânicos*, para Gramsci (2000), representariam aqueles que estão fora da elite dominante, agindo continuamente para construir, organizar e serem educadores permanentes. Não carregando a aparente neutralidade e distanciamento da realidade típicas dos intelectuais tradicionais, o intelectual orgânico seria capaz de compreender a produção das lutas e processos influenciados pela dimensão econômica, política, filosófica, cultural e social.

De acordo com Semeraro (2006), os intelectuais orgânicos descritos por Gramsci fariam parte de um organismo em expansão:

Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte ativa dessa trama, os intelectuais “orgânicos” se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a “conformação das massas no nível de produção” material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio

estatal da classe que representam (Gramsci, 1975, p. 1.518). Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social. (SEMERARO, 2006, p. 377-378)

Assim, o papel do intelectual orgânico gramsciano envolveria a criação de uma nova organização de conhecimento, pautada na reflexão crítica da atividade intelectual, não estando restrita à função daqueles a quem a sociedade confere o status de intelectuais (TIKLE, 2001).

Elliot (2003), ao evocar o pensamento gramsciano para examinar a relação entre educadores críticos de gestão, os profissionais com quem eles se engajam e as reivindicações emancipatórias dos estudos críticos de gestão, caracteriza o intelectual orgânico no contexto das organizações como o educador que conduz processos de aprendizagem orientados à inovação, e que atua no engajamento da evolução do conhecimento emancipatório, buscando romper com a hierarquização do conhecimento reproduzida na maior parte das organizações.

Embora seja difícil generalizar a visão de Paulo Freire sobre intelectuais (MAYO, 2011), é possível dizer que Paulo Freire também corrobora a referida concepção gramsciana ao refletir sobre a concepção da atividade intelectual ser caracterizada pela *práxis* e pela orientação transformadora diante dos arranjos hegemônicos existentes. Ao refutar o legado colonial, Freire também evoca que intelectuais orientem suas ações *com*, e não *para* o povo (MAYO, 2015), distanciando o caráter elitista e autoritário dessa dinâmica e aproximando-se da noção da pedagogia crítica para uma educação libertadora (FREIRE, 1987, 2018, 2021).

Se adotarmos a conceituação da ES enquanto projeto político emancipador (SINGER, 2009; BOCAUYUVA, 2009), é possível identificar a teorização partindo da influência das obras críticas mobilizadas por *intelectuais tradicionais*, *intelectuais orgânicos* — no Brasil capitaneado por Paul Singer —, e de outros *acadêmicos engajados* (VAN DE VEN, 2007) que se incorporam ao longo do processo. O percurso dos atores acadêmicos na performatividade crítica da ES, ilustrado na experiência das ITCPs foi bem explorado nos estudos de Leca e Barin Cruz (2014, 2021).

Com efeito, uma ideia crítica que tem a educação popular e freiriana como base (ADAMS, 2010), como a ES, passou por diferentes fases e rotulações, recebendo influências de entidades religiosas de base católica (maristas, jesuítas), movimentos sociais (de base rural x sindicais) e, *a posteriori*, de diferentes gestores públicos que também teorizaram e criaram novas subjetividades sobre a concepção de ES e a construção metodológica para sua

aplicabilidade ao longo dos anos. Dessa maneira, o processo de teorização em ES no Brasil invariavelmente contou com a produção de normas, papéis e recursos que escapam do ambiente acadêmico, mas que foram acumuladas ao longo do processo pelos atores que compartilham crenças e valores diante do seu posicionamento na arena pública.

Para apoiar tal argumentação, é preciso refletir sobre o lugar do poder na performatividade de teorias. Bowden *et al.* (2021) conduzem uma interessante discussão sobre a relação entre poder e performatividade, compreendendo de que modo o poder molda as crenças. A partir de um estudo de como a teoria sobre mudanças climáticas foi formada por dinâmicas de poder local, os autores demonstraram o processo de tradução da referida teoria, passando de projeções científicas revisadas por pares a uma teoria popular e autorreferencial com foco em problemas do local (preço de propriedades).

Com isso, os autores destacam o papel dos atores tanto em fornecer legitimidade e autoridade a uma determinada teoria, como em enfraquecê-la deliberadamente por meio de suas interações e alianças. A partir da interação entre teorização e *enablement* — geradores de atividades, fluxos e interações que evoluem ao longo do tempo dos atores —, é possível identificar como novas teorias podem ser geradas e postas em práticas de maneira autorreferencial, mesmo sem apoio de especialistas ou evidências materiais.

Nesses termos, esta tese busca revelar o processo de interações, colaborações e disputas entre os atores, de modo a compreender as implicações desse referencial para o campo da ES a partir da caracterização das diferentes trajetórias e crenças. Ao se tratar de uma ideia crítica com inúmeras fronteiras com os movimentos sociais, é pertinente aprofundar tal debate sobre os espaços e estratégias mobilizados por esse grupo na esfera pública. Assim, recorre-se à ideia de *políticas prefigurativas*, conceito apresentado a seguir.

3.2.3 Políticas prefigurativas

Em uma primeira aproximação, a prefiguração pode ser definida como a tentativa deliberada de materializar no aqui e agora resultados desejados da ação política no futuro (GAUTNEY, 2009; YATES, 2015, 2020). Assim como a etimologia da palavra sugere¹⁷, trata-se de uma representação de algo que ainda está para existir ou acontecer. Posicionada no campo de estudos sobre movimentos sociais, a ideia de política prefigurativa começou a ressoar nos debates acadêmicos no final dos anos 1970, a partir dos trabalhos de Carl Boggs (1977) e

¹⁷ *Prefigurare*: formado por *prae-*, antes; *figurare*, de figura, aspecto, aparência, forma.

posteriormente pelo estudo de Wini Breines (1980), quando se discutia sobre estratégias institucionais, dilemas e desafios da chamada *New Left*, tensionados pelas diferentes vertentes do anarquismo, sindicalismo e marxismo.

De acordo com Yates (2020), nos anos 1990 houve uma segunda onda de estudos sobre prefiguração concentrada em classificar novos movimentos sociais, a partir da emergência de pautas como feminismo, direitos civis e movimentos antirracistas. Na efervescência das discussões sobre identidade coletiva e cultura abordadas por autores como Epstein (1991) e Melucci (1989), a prefiguração se destacava enquanto expressão moral e espaço alternativo diante dos códigos culturais dominantes. Como colocado por Yates (2020, p. 206, tradução nossa¹⁸):

A política pré-figurativa desliza entre vários significados, mas geralmente é entendida como algo que é moral, cultural e expressivo, mas que pode ser produtivamente combinado com correntes estratégicas (ver argumento abaixo). Melucci (1989), provavelmente o mais sofisticado e continuamente influente dos teóricos dos novos movimentos sociais e da virada cultural nos estudos dos movimentos sociais, promoveu a ideia de que muitos novos movimentos sociais não eram, ou não apenas agonísticos, mas também desenvolveram novas ideias, normas e práticas, e que as dimensões imaginativas e temporais da atividade política eram muito importantes. A prefiguração marca presença por meio da discussão dos espaços e agrupamentos que fazem parte de sua análise e desempenha um papel central nos desafios dos movimentos aos códigos culturais dominantes, embora o conceito apareça apenas ocasionalmente.

Com efeito, após um hiato de publicações contendo esse termo na literatura de movimentos sociais, a noção de política prefigurativa volta a ganhar notoriedade nos anos 2000, a partir de estudos sobre prefiguração aplicada às estratégias de ativistas durante protestos de movimentos *anti-globalização*, contra a Organização Mundial do Comércio ocorridas em Seattle no ano de 1999 (TEIVAINEN, 2016; BROWN, 2020). Ao analisar o referido movimento e suas agendas próprias e paralelas, a prefiguração foi identificada em táticas organizadas por diferentes grupos e coletivos na busca por transformar o protesto em uma expressão direta de um “outro mundo é possível” (MAECKELBERGH, 2011, p. 3).

¹⁸ Citação original: “Prefigurative politics slips between several meanings, but generally is taken to mean something which is moral, cultural and expressive but which can be productively combined with strategic currents (see argument below). Melucci (1989), probably the most sophisticated and continuously influential of the new social movement theorists and of the cultural turn in social movement studies, promoted the idea that many new social movements were not, or not only agonistic but also developed new ideas, norms and practices, and that the imaginative and temporal dimensions of political activity were very important. Prefiguration holds a presence through discussion of the spaces and groupings that are part of his analysis and plays a central role in movements’ challenges to dominant cultural codes, although the concept appears only occasionally”.

De lá para cá, as políticas prefigurativas foram utilizadas como *frame* teórico e contêm diferentes funções para investigar diferentes movimentos sociais contemporâneos ao redor do mundo, intensificados pela crise financeira de 2008. Um primeiro grupo de artigos seguiu investigando os aspectos prefigurativos em táticas de protesto de rua e ocupação do espaço público, a exemplo do Occupy Wall Street, movimentos antiausteridade nos EUA e ativismo pró-migrantes na Europa (MENSINK, 2020). Também foram objetos de análise os protestos realizados durante a chamada Primavera Árabe ocorridos no Egito (VAN DE SANDE, 2013), 15-M em Madrid (MENSINK, 2020), e as estratégias de ativistas que buscavam mudanças no Serviço Nacional de Saúde da Grã-Bretanha (MOSKOVITZ; GARCIA-LORENZO, 2016).

Um segundo grupo de estudos se debruçou sobre os *espaços* que promovem as políticas prefigurativas. Assim, há trabalhos que desdobram diferentes ações para materializar tal referencial no cotidiano, com vistas à construção de uma sociedade livre, igualitária e democrática. Exemplos nesse sentido são trazidos pelos festivais Queers na Europa (ELEFThERIADIS, 2015); centros sociais anarquistas (COOPER, 2020); projetos de pedagogia crítica atrelados a discussões feministas de cuidado e culturas contracapitalistas em Brisbane, na Austrália (CARLSON; WALKER, 2018), engajamento de jovens no Norte da Índia (JEFFREY; DYSON, 2016), políticas de paz (THALER, 2019) e brincadeiras infantis (CARROLL *et al.*, 2018), jardinagem e iniciativas ambientais alternativas, além do destaque para o caráter processual das utopias (FOIS, 2019).

Há ainda um grupo de produções acadêmicas voltadas a formas alternativas de organização. Exemplos nesse sentido podem ser identificados na América Latina, sobretudo a partir do estudo de Marina Sitrin (2020) sobre empresas recuperadas na Argentina. O trabalho de Reedy, King e Coupland (2016) igualmente contribui para aprofundar o papel da prefiguração aplicada às organizações alternativas. A partir de um estudo etnográfico em uma cidade do Reino Unido, os autores discorrem sobre processos integrados para a criação de novas formas de vida a partir das noções de identidade, política e organização. Também há registros de práticas de prefiguração identificadas em experiências de segurança alimentar na Itália (KOENSLER, 2020) e práticas de Economia Solidária na Grécia (ZAIMAKIS, 2018).

Interessante destacar que o trabalho de Zaimakis (2018) associa o referencial de prefiguração com discussões sobre decrescimento e iniciativas de autogestão desdobradas a partir da crise financeira que atingiu a sociedade grega em 2010. A partir do uso de análise crítica do discurso, o autor investigou significados e experiências sociais e econômicas com potencial transformador no campo da ES. Ao interpretar o pensamento utópico nos participantes, o autor identificou diferentes narrativas, tais como militante, humanismo

romântico, objetivos igualitários e um *ethos* de coletivismo contra o imaginário capitalista vigente. Nesse contexto, a prefiguração se materializa na realização de ações participativas e formas de cooperativismo dos trabalhadores, experimentando formas alternativas de vida social. De acordo com o autor, a crise financeira representou um marcador de trajetórias dos participantes, compreendidos na pesquisa enquanto narradores:

Os narradores desenham - ou dão sentido - a eventos e experiências coletivas e interações dentro do espaço da economia solidária para responder aos terríveis efeitos da crise que mudou suas trajetórias de vida. Os narradores são ativistas envolvidos em políticas radicais e atividades de movimentos sociais. Informados por ideologias conflitantes e levando em consideração questões políticas, eles constroem *ideoscapes* de desejáveis mundos utópicos e contra-narrativas que se estendem além do imaginário capitalista neoliberal. Por meio de seu envolvimento em políticas prefigurativas, eles geram novas formas emancipatórias de relações sociais e econômicas voltadas para o futuro e tentam administrar recursos de propriedade comum para benefícios coletivos. (ZAIMAKIS, 2018, p. 96-97, tradução nossa¹⁹)

Embora com participação minoritária entre as publicações sobre o tema, há artigos que discutem sobre políticas prefigurativas e sua interação com a institucionalidade e o papel estatal (GYFORD; LEACH; GAME, 1989; COOPER, 2016; COOPER; HERMAN, 2020; COOPER, 2020; RAEKSTAD; GRADIN, 2020). Apesar do argumento influenciado pelas correntes anarquistas clássicas que identificam que as transformações sociais não poderiam emergir das estruturas obsoletas e de opressão do Estado (MAECKELBERGH, 2011; SPRING, 2012), haveria espaço para o exercício da prefiguração no âmbito institucional. Em resumo, a luta dos movimentos sociais não deveria concentrar-se tão somente em demolir, emendar, apropriar-se ou abandonar o Estado, mas buscar influenciar mudanças a partir dele.

Nessa direção, há aqueles que reivindicam o caráter plural do Estado, compreendendo que órgãos públicos também podem se engajar no processo de prefiguração, encenando o que o mundo poderia ser caso houvesse mudanças em todas as escalas institucionais (COOPER, 2020). Cooper cita o trabalho de Gyford, Leach e Game (1989) para destacar que na década de 1980, David Blunkett, líder do conselho da cidade de Sheffield, no Norte do Reino Unido, descreveu o radicalismo municipal como um ensaio, apresentando, em suas palavras: “o que

¹⁹ Citação original: “Narrators draw meanings – or give meaning to – events and collective experiences and interactions within the space of solidarity economy to respond to the dire effects of the crisis that have changed their life trajectories. The narrators are activists who are involved in radical politics and social movement activities. Informed by conflicting ideologies and taking into consideration political issues, they construct ideoscapes of desirable utopian worlds and counter-narratives that extend beyond the neoliberal capitalist imaginary. Through their engagement in prefigurative politics, they generate new and future-oriented emancipatory forms of social and economic relations and attempt to manage common property resources for collective benefits”

poderíamos fazer como um governo socialista em nível nacional” (GYFORD; LEACH; GAME, 1989, p. 329).

O argumento é que há um potencial transformador nas entranhas de Estados capitalistas ao explorar suas contradições, lógicas, inconsistências, atores e diferentes racionalidades (COOPER, 2020; COOPER; HERMAN, 2020). Nesse cenário, as políticas prefigurativas contribuiriam para uma política transformadora progressiva, não somente restrita à política de base, mas também impactando em procedimentos, normas, sistemas, conhecimentos e temporalidades dentro de uma visão não-monolítica das instituições (COOPER, 2020).

Cooper (2020), ao investigar a adoção da configuração institucional dentro de políticas progressistas de justiça social na Grã-Bretanha, explora diferentes situações como se as condições legais e políticas necessárias para transformações desejadas já estivessem em vigor. A prefiguração foi identificada nas experiências analisadas exercendo ações de aprendizagem, prática e exibição. Como principais implicações da inserção da prefiguração sobre instituições, a autora cita que “inova, energiza, estimula, antecipa, apressa e normaliza” (COOPER, 2020, p. 908).

As instituições prefiguradoras agiriam enquanto mediadoras, reconstituindo e impactando a relação entre o real e o imaginário, trazendo condições autorizadoras dentro de circuitos de poder difusos e desiguais (COOPER, 2020). A prefiguração poderia avançar em reformas legislativas e novos significado, de acordo com a autora:

Sua existência, efeitos e força são mediados por instituições convencionais juntamente com outros órgãos, e essa mediação também molda como e se a prefiguração institucional é reconhecida como "real" (e, portanto, não lida nos termos do "como se"). Pois a prefiguração possa envolver deliberadamente ir além do que pode ser realizado, também pode ser uma forma de ler iniciativas e reformas que recebem reconhecimento insuficiente para serem realizadas e que não têm força para trazer tal reconhecimento em prática. (COOPER, 2020, p. 909, tradução nossa²⁰)

Finalmente, sobre as principais críticas dirigidas às políticas prefigurativas identificadas na literatura, estas se relacionam principalmente ao risco de romantização e ao caráter ingênuo sobre o processo de mudança social (RAEKSTAD; GRADIN, 2020). Ainda há o risco de se tornar insular por se restringir a círculos ativistas; e que corroboraria uma maior fragmentação

²⁰ Citação original: “Their existence, effects and force are mediated by mainstream institutions along with other bodies, and this mediation also shapes how and whether institutional prefiguration is recognised as ‘real’ (and so not read in the terms of the ‘as if’). For while pre-figuration can involve deliberately reaching beyond what can be accomplished, it can also be a way of reading initiatives and reforms that receive insufficient recognition to be realised, and which lack the force to bring such recognition into effect”.

do campo da esquerda (RAEKSTAD; GRADIN, 2020). Há ainda a problemática *política popular*, que constituiria uma barreira potencial para engajamento político sério (SRNICEK; WILLIAMS, 2015).

3.2.3.1 Postulações do construto teórico de políticas prefigurativas para esta tese

Diante do exposto, a partir da leitura da vasta literatura sobre políticas prefigurativas aplicadas em uma variedade de trabalhos empíricos, cabe destacar as características gerais que sustentam a escolha do conceito de prefiguração enquanto construto na problematização teórica desta tese.

A despeito do enfoque em futuros imaginários, a política prefigurativa não é sinônimo de utopia ou sonho impraticável. Isso porque não se estabelece radicalmente isolada da vida social ou alheia a controvérsias e contradições (ELEFThERIADIS, 2015). Yates (2020) destaca que, assim como o referencial clássico sobre a dinâmica de movimentos sociais, as políticas prefigurativas exercem papéis de reprodução, mobilização e coordenação.

Outra consideração é que as políticas prefigurativas emergem para rejeitar a dicotomia entre meios e fins em práticas políticas (LEACH, 2013; ELEFThERIADIS, 2015; COOPER, 2020; YATES, 2020). Finalmente, a prefiguração significa vivenciar ativamente, e na prática, a mudança que grupos e movimentos desejam alcançar no futuro, a partir da encenação e adoção de formatos alternativos de organização (YATES, 2020; MAECKELBERGH, 2011; ELEFThERIADIS, 2015). Tal referencial é especialmente útil para compreender o objeto da ES em suas diferentes facetas — discurso, movimento social e ação pública —, uma vez que estimula ações e práticas contestadoras e alternativas ao sistema capitalista vigente, materializadas tanto em trabalhos voltados à base quanto no desejo de comprometer-se e aderir a um projeto coletivo mais amplo de transformação social. Assim como a discussão sobre políticas prefigurativas, a ES emerge enquanto força contestadora e se engaja para que mude relações sociais e econômicas.

Acolhendo o argumento de que o pessoal é político, abordado por Raekstad e Gradin no livro *Building tomorrow today* (2020), a lente teórica busca explorar as trajetórias individuais e coletivas que influenciam a adesão dos diferentes grupos sociais para colocar em prática as políticas prefigurativas no contexto das organizações alternativas ao capitalismo e as tensões que derivam do referido processo. De acordo com os autores, para alcançar uma sociedade livre, igualitária e democrática, não é preciso apenas pessoas com poderes para

organizá-la, mas pessoas engajadas que pressionam o sistema para transcendê-lo por meio da ação nas estruturas de tomada de decisão formais e informais.

Se as pessoas querem implementar uma sociedade livre, igualitária e democrática, elas precisam desenvolver os poderes, impulsos e consciência corretos para fazê-lo, o que só pode ser feito por meio da prática. O argumento ‘pessoal-é-político’ desenvolve essas idéias, mostrando o que o feminismo e o anti-racismo nos dizem sobre que tipo de prática deveria ser. Como veremos, entre seus principais insights estão, em primeiro lugar, que os ativistas prefigurativos devem não apenas criar estruturas de tomada de decisão formalmente iguais, mas também lidar com hierarquias e desigualdades informais e indiretas. Somado a isso, devemos reconhecer o papel que as emoções e as experiências pessoais desempenham em nossa política. Finalmente, devemos lidar com as maneiras pelas quais diferentes formas de opressão, sejam classificadas, racializadas ou de gênero, se cruzam. (RAEKSTAD; GRADIN, 2020, p. 200, tradução nossa²¹)

Ainda de acordo com os autores, um dos efeitos sobre os participantes dessas experiências é o empoderamento, uma vez que passam a experienciar momentos emocionalmente gratificantes, seja por adquirir gostos pelos tipos de liberdade, comunidade, ou por aproximar ao mundo desejado por meio do exercício de representação e imaginação, verdade e ficção, cálculo e improvisação (RAEKSTAD; GRADIN, 2020).

Em suma, a escolha das políticas prefigurativas enquanto construto teórico propõe um maior diálogo entre o debate realizado no campo da administração e na lente teórica sobre movimentos sociais. Ao estabelecer uma lente crítica sobre o papel dos atores e sua inserção na institucionalidade, busca-se compreender as diferentes racionalidades e tensões quando diferentes valores são questionados.

3.3 *FRAMEWORK* TEÓRICO DA TESE

A partir da revisão da literatura realizada até aqui, propõe-se um modelo multinível que combina conceitos derivados de diferentes paradigmas epistemológicos para explicar a dinâmica relacional e organizacional dos atores da ES para influenciar transformações

²¹ Citação original: “The latter showed that, if people are to implement a free, equal, and democratic society, they need to develop the right powers, drives, and consciousness in order to do so, which can only be done through practice. The personal-is-political argument elaborates on these ideas by showing what feminism and antiracism tell us about what kind of practice that should be. As we will see, among its main insights are, firstly, that prefigurative activists must not only create formally equal decision-making structures but must also address informal and indirect hierarchies and inequalities. Added to this, we must recognise the role that emotions and personal experiences play in our politics. Finally, we must grapple with the ways in which different forms of oppression, whether classed, racialised or gendered, intersect with each other”.

institucionais. Baseado na identificação dos construtos teóricos postulados nas seções anteriores, o modelo busca fornecer uma visão integrada e multidimensional do fenômeno da ES, preenchendo *gaps* da literatura ao articular diferentes teorias da administração e ciências sociais, e trazer aporte ferramental que ajude a dirimir as dificuldades de estabelecer comparações, além de aumentar o potencial de incidência prática das experiências analisadas.

Como ponto de partida do *framework* teórico, tem-se a referência proposta por Pozzebon e Diniz (2012), que por sua vez atualizou modelo teórico analítico criado por Pozzebon, Diniz e Jayo (2011), que desenvolveram um modelo analítico multinível e pluralista que, embora tenha sido inicialmente desenhado para investigar fenômenos ligados à Tecnologia e Informação (TICs), fornece um enquadramento analítico bastante conveniente para este trabalho, considerando a complexidade das redes de articulação entre os atores da ES e a heterogeneidade das iniciativas investigadas. Influenciado pela teoria da estruturação (GIDDENS, 1984), abordagem contextualista (PETTIGREW, 1990) e da configuração da tecnologia social (WILSON; HOWCROFT, 2005), o modelo combina quatro conceitos principais — grupos sociais relevantes, *frames interpretativos*, negociação e tecnologia na prática, organizado em três dimensões principais: *contexto*, *processo* e *conteúdo*. A pertinência de estruturar um modelo multinível é apontada pelos atores:

Em resumo, existem oportunidades para a pesquisa em SI abordar a relação entre TIC e pessoas em contextos mais amplos do que apenas o ambiente organizacional específico. Deve-se fazer um maior esforço para “ampliar o escopo da pesquisa em SI a partir de seu foco tradicional nos fenômenos associados aos sistemas de informação baseados em computador nos níveis individual, de grupo e organizacional, para abordar os desenvolvimentos institucionais e sociais mais amplos nos quais os SI estão cada vez mais implicados” (Jones e Karsten, 2008, p. 150). O surgimento de marcos teóricos que abordem esses níveis deve ajudar a resolver o desequilíbrio atual. Nesse contexto, a estrutura conceitual proposta aqui é particularmente útil para pesquisas que envolvem interações complexas e multiníveis entre indivíduos, grupos, organizações e redes no nível da comunidade / sociedade, lutando para implementar e utilizar as inovações de TIC para fins de mudança e desenvolvimento. (POZZEBON; DINIZ, 2012, p. 292, tradução nossa²²)

²² In brief, there are opportunities for IS research to address the relationship between ICT and people in broader contexts than just the specific organizational setting. Greater effort should be made to “broaden the scope of IS research from its traditional focus on phenomena associated with computer-based information systems at the individual, group, and organizational levels, to address the broader institutional and social developments in which IS are increasingly implicated” (Jones & Karsten, 2008, p. 150). The emergence of theoretical frameworks that address these levels should help to resolve the current imbalance. In this light, the conceptual framework proposed here is particularly useful for research involving complex and multilevel interactions between individuals, groups, organizations and networks at the community/societal level, struggling to implement and utilize ICT innovations for change and developmental purposes.

Atribuindo uma estrutura conceitual para indução analítica, o modelo não prevê hipóteses ou proposições prévias — como é o caso desta tese —, e oferece chaves de interpretação para a investigação empírica. Uma outra vantagem identificada em usar tal modelo é que o mesmo não é estanque, permitindo que novas categorias e fatores explicativos emergjam durante a prática interativa entre o mundo teórico e empírico. A Figura 3 apresenta o *framework* conceitual do referido modelo proposto por Pozzebon e Diniz (2012):

Figura 3 — Adaptação do *framework* conceitual

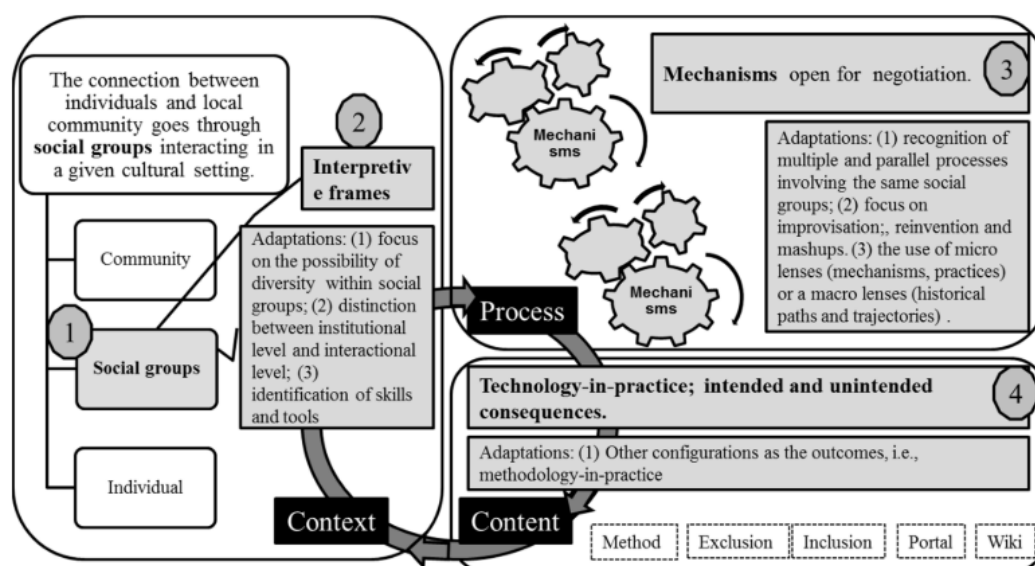


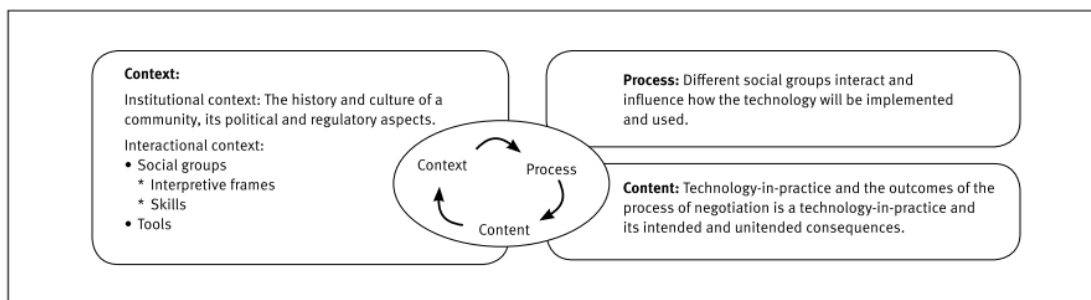
Figure 2. The Conceptual Framework with Proposed Adaptations.

Fonte: Pozzebon e Diniz, 2012

Anos após essa publicação, Pozzebon e Tello-Rozas (2015) realizaram novas atualizações ao modelo analítico em questão (Figura 4), aprofundando a dimensão de análise contextual, inserindo noções de contexto institucional e interacional. Para as autoras, o contexto institucional refere-se aos aspectos históricos, culturais, políticos e regulatórios. O contexto interacional, por sua vez, diz respeito à identificação de diferentes grupos sociais interagindo em um determinado cenário social e cultural e à identificação de *frames* interpretativos para cada grupo social.

Figura 4 — *Framework* para análise participatória em comunidades

Figure 2. Framework for participatory GIS analysis in communities



Fonte: Pozzebon e Tello-Rozas (2015)

Ao fixar o contexto nesse modelo, é possível aprofundar o entendimento sobre as interações entre atores com interesses e expectativas diferentes (POZZEBON; DINIZ; JAYO, 2011). Na dimensão contextual interacional, os grupos sociais são aqueles diretamente envolvidos no desenvolvimento e implementação da iniciativa, e os *frames interpretativos* correspondem aos modelos mentais estruturados em valores e interesses compartilhados por um grupo, e que influenciam a tomada de decisão dos atores. As habilidades, por sua vez, correspondem aos artefatos, materiais, recursos financeiros e intangíveis identificados em cada grupo (POZZEBON; TELLO-ROZAS, 2015).

Quanto à dimensão do processo, corresponde à interação e negociação dos diferentes grupos sociais para participar e influenciar a constituição da iniciativa ao longo do tempo. De acordo com Langley (2007), as teorias de processo buscam investigar “fenômenos que se apresentam dinamicamente - em termos de movimento, atividade, eventos, mudança e evolução temporal” (LANGLEY, 2007, p. 271). Nessa direção, é importante demarcar as diferentes fases e os papéis desempenhados pelos atores ao longo do tempo. Igualmente, é nessa dimensão que se explora a ação dos instrumentos e mecanismos mobilizados pelos participantes em termos de adaptação, improvisação ou inovação. Ao tratar da dimensão do processo, nesta tese pretende-se refletir sobre a interação dos atores junto à arena pública em busca de transformações institucionais. Finalmente, assim como Pozzebon e Tello-Rozas (2015), que adaptaram referido *framework* ao analisar uma experiência de ES no Peru (Figura 5), utiliza-se a dimensão de consequências ao invés de conteúdo.

Figura 5 — *Framework* para análise de iniciativas SSE de forma *bottom-up*

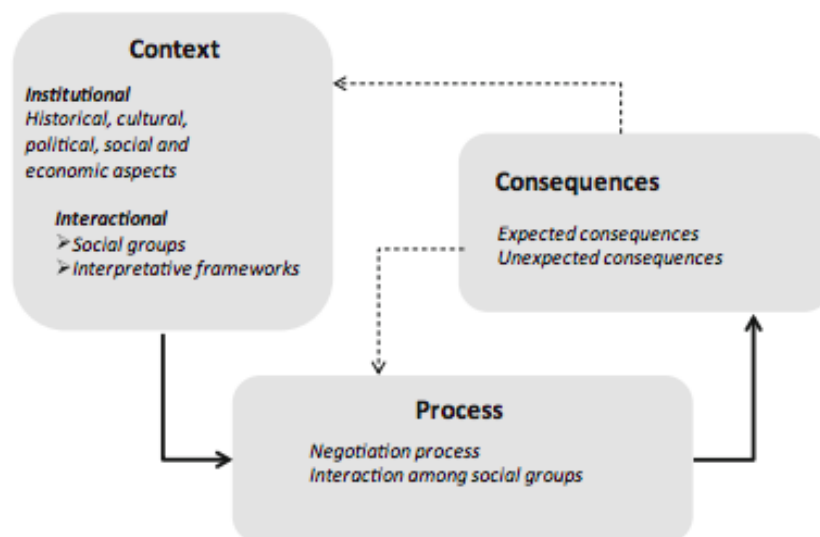
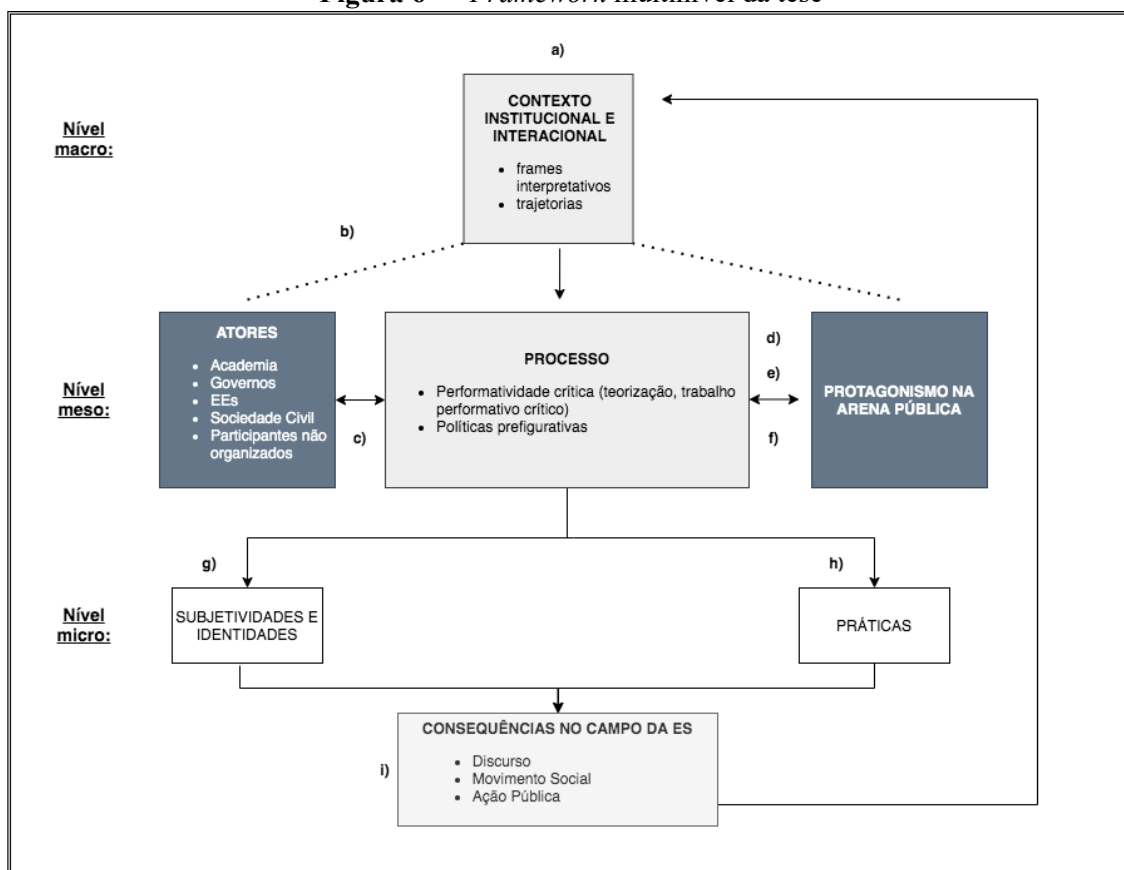


Fig. 1 Framework for bottom-up SSE initiative analysis

Fonte: Pozzebon e Tello-Rozas (2015)

Nessa dimensão, busca-se refletir sobre as implicações derivadas da interação entre os diferentes atores em um contexto específico, sejam elas consequências esperadas ou inesperadas. No caso específico desta tese, retoma-se a problematização da ES identificada no capítulo 2 e busca-se refletir sobre as consequências para a ES nas dimensões do discurso, movimento social e ação pública.

Dessa maneira, a partir da discussão apresentada, construiu-se o *framework* teórico-analítico desta tese ilustrada pela Figura 6.

Figura 6 — *Framework* multinível da tese

Fonte: Elaboração própria, 2021

Para sua operacionalização, assume-se:

(i) Nível Macro: Contexto Institucional e Interacional

- a. O contexto institucional apresenta os aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos em que a experiência está inserida. Ao descrever tal dimensão, identifica-se o ambiente macro em que as iniciativas partem e estão territorialmente situadas.
- b. Contexto interacional identifica os diferentes grupos sociais e destaca seus *frames* interpretativos e habilidades a partir da reconstituição de suas trajetórias individuais e coletivas. Nessa etapa, busca-se captar as diferentes expectativas e referenciais mobilizados pelos diferentes grupos sociais cruciais para explicar a tomada de decisões dos atores e sua influência no ambiente institucional. Também é nessa categorização que se explicita as diferentes habilidades e ferramentas disponíveis na referida interação.

(ii) Processo: Nível meso

- c. Conforme será apresentado na etapa metodológica, esta pesquisa se utiliza da estratégia de *temporal bracketing* (LANGLEY, 1999) para examinar os dados empíricos coletados e sistematizar a análise processual. Nesse sentido, tal dimensão explora as diferentes fases e destaca eventos críticos e mecanismos causais observados na criação e evolução da experiência diante do contexto institucional e interacional apresentado.
- d. Explora o nível de interação e negociação entre os grupos sociais diante da arena pública. Nessa categoria identifica-se se há interações convergentes ou divergentes no campo relacional, destacando ações de colaboração e estabelecimento de alianças. Igualmente, são identificadas disputas e são explorados eventuais pontos de controvérsia derivados da ação dos atores. Também se explora ações voltadas à adaptação, improvisação ou inovação exercida pelos participantes da experiência.
- e. Identifica formas de intervenção crítica dos atores e de trabalho performativo crítico (LECA; BARIN CRUZ, 2021) visando criar, manter ou romper propositalmente com instituições para favorecer a performatividade da ideia crítica de ES. Nessa dimensão, busca-se explorar artefatos no processo de teorização e tradução das ideias mobilizadas pelos atores para influenciar transformações institucionais.
- f. Identifica políticas e práticas prefigurativas mobilizadas pelos atores para encenar imaginários sociais desejados no presente (YATES, 2020). Nessa dimensão também se busca explorar as contradições e controvérsias para a aplicabilidade dos referidos imaginários na arena pública, explorando as fronteiras com a institucionalidade.

(iii) Processo: Nível micro

- g. A partir da aproximação das lentes de performatividade crítica e políticas prefigurativas, busca-se avançar na compreensão sobre a ativação das referidas lentes na produção de novas subjetividades e identidades em cada experiência.
- h. Explorar as práticas exercidas pelos diferentes atores, explorando as microrrelações e a sociomaterialidade derivada da mobilização de ideias críticas de ES nas experiências estudadas.

(iv) Consequências

- i. Identifica as consequências intencionais e não intencionais resultantes da interação dos atores para a ES enquanto discurso, movimento social e ação pública. Nela, busca-se sintetizar os principais aprendizados derivados da análise processual e suas implicações para o ambiente institucional.

Em suma, esse modelo busca fornecer uma lente de interpretação para explicar e colher aprendizados sobre a ação dos atores no campo da ES em suas diferentes facetas. Para subsidiar a análise, a próxima seção apresenta o arcabouço metodológico aplicado para coleta e análise dos dados.

4 METODOLOGIA

Com a proposição do *framework* teórico, este capítulo se dedica à apresentação da metodologia de pesquisa desta tese. Assim, primeiramente aborda-se o tópico da reflexividade da pesquisadora no campo-tema. Em seguida é apresentado o desenho de pesquisa, compartilhando as escolhas e motivações que sustentaram o processo de seleção dos casos. A terceira parte deste capítulo discorre sobre os procedimentos e métodos de coleta de dados, bem como o processo de codificação e interpretação de dados aqui adotado. Por fim, são apresentados os critérios de qualidade ética que fundamentam este estudo.

4.1 REFLEXIVIDADE NO CAMPO-TEMA

Esta pesquisa parte de um posicionamento epistemológico influenciado pelas perspectivas construtivistas, ou seja, tem o entendimento de que a realidade é algo socialmente construído (SPINK; MEDRADO; MELLO, 2014). Nesse sentido, há a compreensão de que os fenômenos devem ser identificados e interpretados a partir do constante questionamento sobre como o contexto produz e é produzido, compreendendo as implicações das convenções e regras historicamente e socialmente situadas. Portanto, o estudo não tem a pretensão de instituir postulados universalizantes, mas enriquecer o aprendizado teórico e prático sobre o tema.

A reflexividade na consecução do estudo é entendida enquanto exercício regular de ter consciência e agir diante da relação construída entre a investigação e seus contextos, bem como na articulação de condicionamentos estruturais e socioculturais (ARCHER, 2011). Os questionamentos e recortes derivados do referido processo estão também relacionados à proximidade da pesquisadora com o que Peter Spink (2003) denomina por campo-tema. De acordo com o autor:

Campo, entendido como campo-tema, não é um universo ‘distante’, ‘separado’, ‘não relacionado’, ‘um universo empírico’ ou um ‘lugar para fazer observações’. [...] O campo-tema, como complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado – usando a noção de Henri Lefebvre (1991) – herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação. Entretanto, isso não quer dizer que é um espaço criado voluntariamente. Ao contrário, ele é debatido e negociado, ou melhor ainda, é argüido dentro de um processo que também tem lugar e tempo. (SPINK, 2003, p. 28)

Nessa direção, antes de apresentar o desenho de pesquisa, é importante discorrer sobre a própria inserção da pesquisadora em relação a seu objeto de pesquisa, além de destacar momentos cruciais para definir e refinar as escolhas metodológicas desta tese.

Entre diferentes momentos de aproximação e afastamento com esse campo, a autora desta tese tem na ES um tema de constante interesse e inquietação, sobretudo ao acompanhar o lado de quem fomenta esse tipo de prática no contexto subnacional, reconhecendo suas potencialidades, bem como lidando com os desafios e fragilidades de tais ações ao longo dos anos.

Assim como grande parte dos atores que integram o movimento de ES, transitou entre academia, terceiro setor e gestão pública. Com esse movimento, percebeu diferentes tendências no processo de teorização e inserção prática da ES no cotidiano de acordo com os diferentes grupos sociais, ao mesmo tempo em que se reconhecia a fluidez do referido campo diante do ambiente institucional.

De modo específico, a pesquisadora interagiu com o escopo da ES ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional nos seguintes momentos e exercendo os seguintes papéis:

- Pesquisadora (2011): Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso sobre um projeto exitoso de ES implementado em Osasco, entre os anos de 2005 e 2012. O Projeto Educação e Inclusão, inserido no programa Osasco Solidária, foi uma experiência inovadora, pois atrelou à ES o potencial das compras públicas. Mais especificamente, o projeto forneceu formação e qualificação socioprofissional no setor têxtil e de confecção, apoiou a criação de um Arranjo Produtivo Local (APL), e garantiu o escoamento do produto gerado no setor por meio da aquisição pública de uniformes escolares absorvidos pela rede municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Após trocas na gestão municipal, esse projeto foi descontinuado. Desse estudo, desdobrou-se pesquisa sobre o papel indutor das compras públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável no mestrado acadêmico em Administração Pública e Governo (NONATO, 2015).
- Funcionária de organização do Terceiro Setor: Instituto de Tecnologia Social (ITS BRASIL) de 2011 a 2012. Atuando na elaboração de projetos e captação de recursos junto a entidades governamentais com enfoque em desenvolvimento local, ES e tecnologia social. Em tal experiência foi possível identificar diferentes práticas e mecanismos de colaboração técnica e cooperação entre organizações da sociedade civil, governos subnacionais e governo federal, a exemplo da SENAES

e MDS. Também vivenciou a prática de captação de recursos e desenho de projetos orientados à inclusão socioprodutiva.

- Servidora pública em regime de comissão na Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura Municipal de São Paulo (2015 a janeiro de 2017). Como assessora técnica, atuou na construção do Decreto da Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, participou de reuniões para estruturação da governança da iniciativa, além de monitorar de perto as metas e resultados alcançados pelo convênio celebrado junto à organização do terceiro setor responsável por assessorar empreendimentos solidários no município. Diante da mudança na condução governamental, viu o programa ser descontinuado e refletiu criticamente sobre a fragilidade de iniciativas de ES no contexto subnacional, buscando compreender os fatores explicativos desse aparente fracasso.
- Relatora em eventos mobilizados pela Rede de Gestores de Políticas de Economia Solidária (2017). Ao participar de eventos organizados pela Rede de Gestores, foi possível ter acesso a diferentes atores que traziam a ES enquanto pauta e seus esforços para materializar tal referencial no cotidiano. Acompanhar o grupo de WhatsApp igualmente permitiu acompanhar pautas, discussões e notícias compartilhadas pelos participantes.

Já no doutorado em Administração Pública e Governo, algumas experiências tiveram influência na delimitação do projeto de pesquisa, bem como na validação e refinamento do referencial teórico e instrumentos metodológicos, tais como a participação no congresso organizado pelo European Group of Organization Studies (EGOS) na Estônia em 2018, o Encontro Nacional de Administração Pública e Governo da ANPAD (ENAPG) e o *workshop* Mobilization for Change: Marginalized people and their access to opportunities and resources in a developing world, realizado pelo Right Livelihood College na Alemanha em 2019. A participação no *workshop* ainda iluminou a necessidade de sistematizar a experiência da ES no contexto brasileiro a partir de casos instrumentais, uma vez que a partir das trocas entre os estudantes evidenciou-se a potencialidade de disseminação do referido debate para outras nações e contextos do Sul Global.

Em 2020, a participação no PHD Seminar pelo International Society for Third -Sector Research ISTR igualmente evidenciou potenciais contribuições do estudo para o debate internacional, além de se apontar para a necessidade de incorporar e evidenciar o papel dos

atores não-estatais para a constituição de futuros alternativos e pós-capitalistas. A partir dessa descrição inicial, ressalta-se que a reflexividade da pesquisadora diante do campo é um dos princípios norteadores deste estudo, uma vez que influenciou sua elaboração em todas as suas etapas, seja na construção da pergunta de pesquisa, seja na proposição do desenho e delimitação dos instrumentos metodológicos, validados e aperfeiçoados a partir de diferentes momentos de trocas com pares e especialistas da comunidade acadêmica. A próxima seção detalha esse processo.

4.2 DESENHO DA PESQUISA E SELEÇÃO DOS CASOS

Para compreender como os atores do campo da ES se articulam, interagem e se mobilizam para influenciar transformações institucionais, a estratégia da pesquisa está centrada na realização de estudos de caso. De acordo com Stake (1998, p. 443, tradução nossa²³), “o estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do que deve ser estudado”. Para essa concepção, o caso é entendido enquanto um sistema delimitado, que se apresenta tanto como processo de indagação quanto um produto resultante da investigação, podendo ser intrínseco, instrumental ou coletivo (STAKE, 1998).

Conforme já mencionado, o estudo busca indagar e compreender as dinâmicas comportamentais dos atores a partir de suas interações sociais e contextos específicos. Assim, optou-se pela realização de estudos de casos coletivos, de modo a fornecer visões ampliadas da questão proposta, mobilizando interesses gerais e particulares sobre o entendimento do campo da ES.

Quanto ao processo de seleção dos casos, o primeiro critério adotado foi a possibilidade de construir uma base empírica que produzisse o maior grau de aprendizagem e produção de conhecimento. Conforme orienta Stake (1998), mais que representatividade, é desejável que o estudo de caso apresente diversidade. Assim, segundo o autor, “o objetivo de um estudo de caso não é representar o mundo, mas representar o caso” (STAKE, 1998, p. 460, tradução nossa²⁴).

Nesse sentido, considerando o *framework* teórico multinível proposto para esta tese, foram desenvolvidos três estudos de caso em uma perspectiva longitudinal e processual, buscando, com isso, reconstruir diferentes narrativas sobre a ação dos atores da ES influenciando transformações institucionais. Por pesquisa processual entende-se a teorização

²³ Citação original: “case study is not a methodological choice but a choice of what is to be studied”.

²⁴ Citação original: “The purpose of a case report is not to represent the world, but to represent the case”.

que se debruça empiricamente sobre fenômenos em evolução, incorporando progressões temporais como elementos de explicação (LANGLEY *et al.*, 2013), de modo a explicitar a dimensão temporal e eventos críticos que influenciaram o curso das ações e atividades identificadas.

Ao recorrer ao pensamento de Czarniawska (2009) sobre o caráter recursivo das instituições, a seleção de casos buscou priorizar a diversidade de iniciativas que pudessem revelar diferentes narrativas criadas por ações e atores e, por sua vez, captar a produção de novas subjetividades e identidades derivadas da interação dos atores. Dessa maneira, explorar as fronteiras e os interstícios na relação Estado, sociedade civil e movimentos sociais se revelou crucial para a condução do estudo. Diante dos critérios estabelecidos, optou-se por analisar três casos que, tendo natureza e escalas distintas, reconstituem três narrativas que permitem explicar as diferentes ações dos atores para promover transformações institucionais no contexto brasileiro.

O primeiro caso é o da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Criada em 2003 e integrante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), trata-se de um espaço de constante articulação de gestores e gestoras de políticas públicas de governos subnacionais, onde há intercâmbio, interlocução, processos de formação para definir estratégias de fomento de ES. Tendo importante papel na formatação do campo da ES em nível nacional, esse caso foi escolhido por captar diferentes dispositivos mobilizados pelos atores com interesses distintos para a construção de um repertório comum e, consequentemente, para colocar em prática a ideia da ES. Ao mobilizar diferentes mecanismos de aprendizagem e diferentes iniciativas para legitimar as organizações alternativas ao capitalismo enquanto ação pública, o caso foi escolhido para compreender de que forma a construção da rede e suas ações diretas implicaram em transformações institucionais da ES ao longo do tempo.

O segundo caso explora uma iniciativa da prefeitura de São Paulo e debruça-se sobre as potencialidades e desafios práticos de fomentar uma ação pública de ES no contexto subnacional. Trata-se da Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da cidade de São Paulo. Instituída em 2015, é fruto de um projeto municipal que contou com uma rede complexa de atores, tais como movimentos sociais, escritórios de projeto, parceria com universidades, entre outros. A análise da referida experiência foi selecionada para aprofundar o entendimento sobre resultados e consequências da interação dos diferentes atores diante do contexto institucional apresentado. A escolha desse caso também se mostrou apropriada na medida em que é possível identificar inovações nos instrumentos de ação pública mobilizados,

bem como no reconhecimento das diferentes lutas de novos movimentos sociais, a exemplo da intersecção entre o debate da ES e os Direitos Humanos. Ao ser descaracterizada logo após a eleição municipal, compreender os diferentes elementos que contribuíram para o aparente fracasso da política também se mostrou um importante mecanismo de aprendizagem sobre o fenômeno e para compreender a institucionalização da ES no cenário brasileiro.

Por fim, o terceiro caso está pautado na análise da Associação das Mulheres da Economia Solidária (AMESOL). Fundada em 2013 no estado de São Paulo, trata-se de uma organização de empreendimentos autogestionários formados majoritariamente por mulheres que atuam no fomento de organizações alternativas da ES por meio de formação, realização de feiras e criação de fundo solidário rotativo. A escolha desse caso se deu porque, além de se tratar de uma iniciativa proveniente da sociedade civil, permite identificar as dinâmicas organizacionais e relacionais atreladas à questão de gênero da ES, além das diferentes estratégias mobilizadas para incorporar discursivamente tais ideias no cotidiano. Ao analisar o referido caso, é possível apontar para possíveis caminhos e desdobramentos para o movimento de ES, sobretudo no contexto urbano.

Dessa maneira, a seleção dos três casos pretendeu fornecer uma visão diversa e atualizada do fenômeno da ES ao longo de sua trajetória, considerando os diferentes atores e escalas de ação pelas esferas nacional, estadual, municipal, bem como explorando as especificidades dos atores participantes. Ao explorar o protagonismo de diferentes grupos sociais sobre o mesmo fenômeno, busca-se uma investigação complementar e aprofundada sobre as potencialidades e fragilidades dos instrumentos e ferramentas mobilizadas para compreender os resultados alcançados até aqui. Portanto, não se pretende realizar comparações entre os casos, mas evidenciar como as diferentes experiências fornecem respostas diante da pergunta de pesquisa à luz dos seus diferentes contextos (STAKE, 1998).

4.3 COLETANDO OS DADOS

O processo de coleta de dados se deu de modo interativo com o andamento e refinamento do referencial teórico (GIOIA; CORLEY; HAMILTON., 2013). Para conduzir a estratégia de estudo de caso para a presente pesquisa, além da revisão sistemática da literatura descrita no capítulo 3, a coleta de dados foi pautada em diferentes fontes de informação, concentradas na realização de pesquisa documental; observação e realização de entrevistas semiestruturadas. Cada uma dessas fontes será detalhada a seguir.

4.3.1 Pesquisa documental

De acordo com May (2004, p. 213), “os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contêm. Eles não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos”. Ao aproximar o debate da abordagem institucional das organizações, os documentos são importantes fontes para compreender o processo de construção do campo, bem como para identificar os efeitos longitudinais e históricos do objeto em questão.

Assim, o primeiro ponto privilegiou o levantamento de informações como documentos oficiais, atas de reuniões, livros e eventos temáticos, de modo a construir um mapeamento dos atores-chave que estão inseridos na formatação do campo da ES. O resumo dos documentos analisados em profundidade é sintetizado no Quadro 3:

Quadro 3 — Fontes consultadas para a elaboração da tese

Documento	nº
Livro e registros de experiências	7
Legislação	58
Regimento e Normativas Internas	7
Atas, relatórios governamentais	5
Portais eletrônicos de transparência	1
Atas de assembleias	3
Vídeos	8
Total	86

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tal exercício permitiu uma visão ampliada sobre o estado da arte do debate estabelecido e permitiu delimitar o enfoque do estudo de caso à luz da discussão teórica. Os documentos também emergiram como elemento crucial na triangulação com diferentes fontes de dados (observação, discursos, entrevistas), uma vez que forneceram contexto e serviram de suporte cronológico para a condução da análise processual dos dados.

Ainda no âmbito da pesquisa documental, além de relatórios e normativas, levantou-se dados governamentais disponibilizados pelo Portal da Transparência para mapear a evolução temporal do uso de mecanismos de Transferências Voluntárias da União (TVU) voltadas à ES, o que permitiu o levantamento de dados financeiros e orçamentários sobre o fenômeno.

4.3.2 Observação

A observação não participante nesta tese é prática entendida enquanto o modo de captar as diferentes versões e significados construídos no cotidiano (SPINK, 2008). Nesse sentido, além das conexões derivadas de experiências profissionais da pesquisadora, a participação em fóruns online e redes sociais (grupos de WhatsApp, Facebook) foi importante para identificar grupos, selecionar entrevistados, bem como para acompanhar as discussões e pautas mobilizadas no dia a dia dos atores da ES.

A participação em eventos temáticos sobre ES igualmente exerceu papel importante para captar os embates, as convergências e as especificidades percebidas pelos diferentes grupos de atores. O Quadro 4 destaca os principais eventos do período:

Quadro 4 — Participação em eventos

EVENTO	LOCAL	ANO
IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável - Relatoria do GT da Rede de Gestores (três dias de duração)	Brasília	2017
Encontro Estadual e municipal dos Gestores de Economia Solidária - Relatora (dois dias de duração)	São Paulo	2018
Festa Junina – Economia Solidária Feminista – AMESOL	São Paulo	2019
Feira de Economia Solidária da AMESOL	São Paulo	2019
Encontro preparatório “Economia de Francisco” PUC SP (dois dias de duração)	São Paulo	2019
Feira Mixtura Criativa	São Paulo	2020

Fonte: Elaboração própria, 2021

4.3.3 Entrevistas semiestruturadas

Para complementar o entendimento do fenômeno, a coleta de dados concentrou-se na realização de entrevistas semiestruturadas, de modo a explorar o que não se percebe diretamente e “observar como as pessoas organizam o mundo e os significados que atribuem ao que acontecem no mundo” (PATTON, 2002, p. 341). A estratégia de escolha da amostragem objetiva dos entrevistados se pautou na identificação de atores-chave de cada caso apontados pela literatura, seguida da técnica *snowball* (CRESWELL, 2013; PATTON, 2002).

A realização das entrevistas foi distribuída em duas fases. A primeira, de caráter exploratório, ocorreu entre agosto de 2017 e dezembro de 2018, em que foi possível delimitar o objeto e subsidiar empiricamente os pressupostos teóricos iniciais do projeto de pesquisa.

Após exame de qualificação do doutorado, realizado em outubro de 2019, iniciou-se então a segunda fase de entrevistas, que se estendeu ao longo do ano de 2020 e envolveu entrevistados de 7 estados brasileiros: São Paulo, Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. A lista consolidada dos 33 entrevistados cujas entrevistas foram gravadas, perfil e acrônimos está disponível no Quadro 5. Os acrônimos seguiram o grupo social dos entrevistados nas respectivas experiências. Assim, gestores e gestoras públicos foram classificados como GPE, ativistas da sociedade civil foram classificados como SOC, participantes organizados em empreendimentos e organizações

alternativas da ES foram classificados como EE e, finalmente, aqueles que atuam exclusivamente na academia foram classificados como ACAD.

Quadro 5 — Lista de entrevistados

Informante #	Acrônimo	Perfil	UF	Caso
1	GPE1	Gestora pública na prefeitura de São Paulo e Osasco	São Paulo	Rede de Gestores; Incubadora
2	GPE2	Gestora pública nas prefeituras de São Paulo e Santo André; cofundadora do GT brasileiro e Rede de Gestores	São Paulo	Rede de Gestores
3	GPE3	Gestor público nas prefeituras de São Carlos e Araraquara	São Paulo	Rede de Gestores
4	GPE4	Gestora pública no governo estadual do Maranhão	Maranhão	Rede de Gestores
5	GPE5	Gestor público na prefeitura de Porto Alegre e no governo estadual do RS	Rio Grande do Sul	Rede de Gestores
6	GPE6	Gestor público no governo estadual da Bahia	Bahia	Rede de Gestores
7	SOC1	Especialista no IBASE; cofundador do GT brasileiro e FBES	Rio de Janeiro	Rede de Gestores
8	GPE7	Educadora popular no Centro Josué de Castro; gestora pública na prefeitura de Recife	Pernambuco	Rede de Gestores
9	GPE8	Professor universitário no Rio Grande do Norte; gestor público na SENAES	Rio Grande do Norte; DF	Rede de Gestores
10	GPE9	Gestor público na Secretaria de Direitos Humanos PMSP	São Paulo	Incubadora Pública
11	GPE10	Educadora popular; técnica de incubação, gestora pública	São Paulo	Incubadora Pública
12	GPE11	Secretário de Direitos Humanos PMSP; Vereador; Senador	São Paulo	Incubadora Pública
13	GPE12	Gestor público na Secretaria de Direitos Humanos - PMSP	São Paulo	Incubadora Pública
14	GPE13	Secretaria de Saúde - Ponto de Economia Solidária do Butantã	São Paulo	Incubadora Pública
15	GPE14	Gestora pública Secretaria do Trabalho – PMSP CDE	São Paulo	Incubadora Pública
16	GP15	Gestor público Secretaria de Direitos Humanos PMSP - programa Transcidadania	São Paulo	Incubadora Pública
17	GP16	Gestor público Secretaria de Direitos Humanos PMSP - programa Transcidadania	São Paulo	Incubadora Pública
18	SOC2	Cargo de direção da UNISOL	São Paulo	Incubadora Pública
19	SOC3	Conselheira comunitária Ponto de ES do Butantã	São Paulo	Incubadora Pública
20	SOC4	Coordenadora na UNISOL; Técnica NESOL USP	São Paulo	Incubadora Pública
21	SOC5	Técnica de Incubação UNISOL	São Paulo	Incubadora Pública
22	EE1	EES do Polo Ecoturismo de Parelheiros	São Paulo	Incubadora Pública
23	EE2	EES Ponto de Economia Solidária do Butantã	São Paulo	Incubadora Pública
24	EE3	EES TRANSOL	São Paulo	Incubadora Pública
25	SOC6	ONG SOF	São Paulo	AMESOL
26	SOC7	Ativista feminista; SOF, Fórum Estadual de ES	São Paulo	AMESOL
27	ACAD1	Pesquisadora UFSCAR; empreendedora da ES	São Paulo	AMESOL
28	ACAD2	Professor UFSCAR; gestor público SENAES	São Paulo	AMESOL
29	EE4	EES no segmento do artesanato	São Paulo	AMESOL
30	EE5	EES no segmento da confecção	São Paulo	AMESOL
31	EE6	EES no segmento de alimentação	São Paulo	AMESOL
32	EE7	EES no segmento do cerveja artesanal	São Paulo	AMESOL
33	EE8	EES no segmento de material gráfico	São Paulo	AMESOL

Fonte: Elaboração própria, 2021

As entrevistas ocorreram de forma presencial e à distância (por Skype ou videochamada do WhatsApp), de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Após março de 2020 e o advento da pandemia do novo coronavírus, todas as entrevistas que se seguiram foram realizadas de modo virtual.

Sobre a dinâmica de entrevistas, todos os encontros foram iniciados com a apresentação da pesquisadora e do escopo da tese, detalhando o protocolo ético de pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para colhimento de assinatura (Apêndice D). Em seguida, procedeu-se com a aplicação de entrevista adaptada aos seguintes grupos sociais: (i) empreendimentos da economia solidária; (ii) gestores públicos; (iii) terceiro setor e academia. Os roteiros estão disponíveis no Apêndice E e tiveram por objetivo estabelecer diretrizes básicas ao mesmo tempo em que se abriu espaço para livre expressão dos entrevistados (PATTON, 2002).

As entrevistas tiveram duração entre 33 minutos e 2 horas e 13 minutos. As 33 entrevistas foram gravadas e transcritas em sua integralidade, totalizando 22 horas e 33 minutos de gravação. Como material de apoio durante a condução das entrevistas, utilizou-se notas de campo e registrou-se as impressões da pesquisadora. As notas serviram ainda para destacar o que não era dito, além de captar aspectos emocionais atrelados aos discursos dos atores. Assim, buscou-se registrar a percepção da pesquisadora diante dos atos de fala do entrevistado, identificando emoções e subjetividades como esperança, motivação, desapontamento, desconfiança, fracasso, engajamento, entre outros. A partir desse exercício foi possível situar os dados fornecidos pelos entrevistados diante das questões apresentadas, contribuindo, assim, para a identificação de lacunas ou melhorias a serem realizadas na próxima entrevista.

Ao longo das entrevistas, por vezes os informantes sinalizaram que não gostariam que determinadas falas fossem incorporadas ao estudo, sobretudo quando discorriam sobre conflitos que envolviam outras pessoas ou quando endereçavam críticas mais duras a partidos políticos. Em outro momento, quando se contava as particularidades de determinados processos decisórios, o entrevistado sublinhou “isso não dá para escrever. Mas dá para entender o contexto”. Tais passagens iluminaram para identificar pontos críticos e controversos, além das ausências identificadas nos discursos dos entrevistados sobre as experiências investigadas.

Ao final de todas as entrevistas, solicitava-se a indicação de informantes relevantes para contar sobre a referida experiência, além de comunicar que a transcrição da entrevista, bem como as demais devolutivas do estudo seriam encaminhados por e-mail.

Por fim, cabe mencionar que as entrevistas realizadas durante o ano de 2020 tiveram desafios adicionais, uma vez que a pandemia da COVID-19 trouxe maior dificuldade de acessar

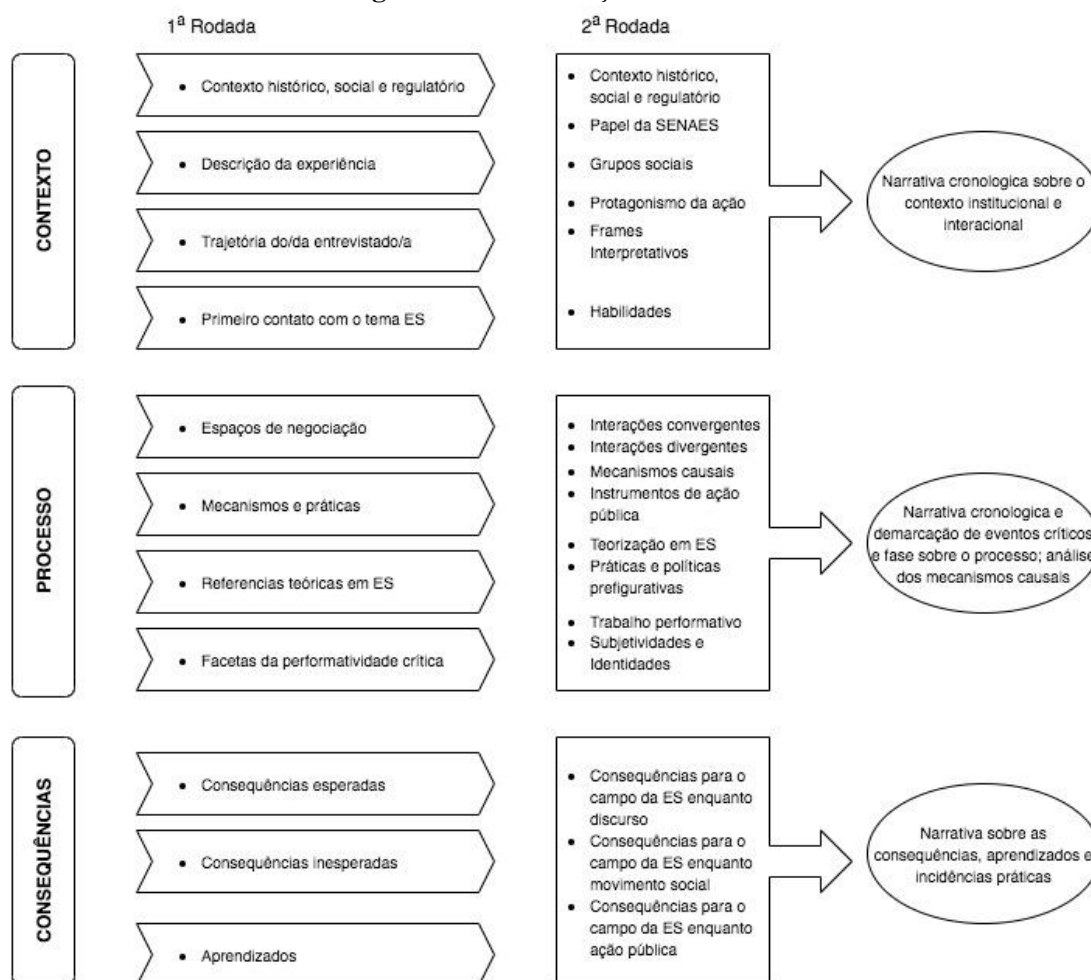
e confirmar agendas diante de uma rotina que se transformou completamente para grande parte da população brasileira. O cenário de apreensão e incertezas também foi invariavelmente captado pelas narrativas dos entrevistados, seja para comentar sobre problemas imediatos derivados da crise, seja para elaborar discursivamente a ideia da ES sob um novo contexto, agora marcado pela pandemia.

4.4 CODIFICANDO E INTERPRETANDO OS DADOS

Para a análise dos dados coletados, optou-se por combinar diferentes estratégias metodológicas da teoria processual (LANGLEY, 1999). Considerando a vastidão dos dados e diferentes níveis e unidades de análise, Langley (1999) recomenda a visão processual, por propiciar uma visão temporal e longitudinal do fenômeno, de modo a avançar em termos de precisão, duração e relevância.

Em poucas palavras, a análise processual busca compreender as informações de *o que*, *quem*, *qual* e *quando* sobre dado evento ou atividade. Ao mostrar como uma sequência de eventos levou a um determinado resultado, se torna possível detectar padrões entre eles. Para a condução da categorização abductiva da análise processual, utilizou-se o apoio do *software* de pesquisa de análise qualitativa MAXQDA. O ciclo de codificação e seleção está sintetizado na Figura 7:

Figura 7 — Codificação dos dados



Fonte: Elaboração própria, 2021

O primeiro passo foi recuperar o *framework* proposto por Pozzebon e Diniz (2012) e criar macrocategorias relacionadas às dimensões de contexto (institucional e interacional), e processo e conteúdo. A partir da interação com os dados empíricos, durante todo o processo de pesquisa foram sendo ajustadas e refinadas as dimensões teóricas, como demonstrado no capítulo 3.

A partir desse exercício, dentro do contexto, criou-se as seguintes categorias: contexto histórico, social e regulatório; descrição da experiência; trajetória dos participantes diante dos diferentes grupos sociais (movimentos sociais, terceiro setor, gestão pública ou academia); e primeiros contatos com a ES. Em uma segunda rodada de codificação, foram incorporadas as categorias papel da SENAES, protagonismo da ação, *frames* interpretativos e habilidades.

No âmbito do processo, as seguintes categorias foram destacadas: espaços articulatórios de negociação, mecanismos e práticas, referências que embasam a noção teórica de ES, além das facetas da performatividade crítica descritas por Esper *et al.* (2017), incluindo novos

modelos organizacionais, novas subjetividades e identidades no campo da ES, conectando com a dinâmica política mais ampla. Na segunda rodada, incorporou-se a identificação de interações convergentes e divergentes, de modo a explorar dinâmicas de colaboração ou competição, além de avançar na identificação de práticas e políticas de prefiguração (YATES, 2020), trabalho performativo crítico (LECA; BARIN CRUZ, 2021) e instrumentação de ação pública.

Finalmente, criou-se a categoria relacionada às consequências, identificando os códigos: consequências intencionais, não intencionais e aprendizagem. Após revisão, foram desdobradas as consequências diante da problematização do fenômeno observado, compreendendo a ES enquanto discurso, movimento social e ação pública.

Para a apresentação e análise dos dados, mobilizou-se três estratégias principais: estratégia narrativa, *visual mapping* e *temporal bracketing*. No presente trabalho, a narrativa é entendida como estratégia para organizar e sistematizar os eventos observados à luz do modelo teórico-analítico proposto. Ao se reconectar com a discussão dos métodos linguísticos aplicados à teoria institucional explorada no capítulo 3, as narrativas correspondem à “estrutura de significado que organiza eventos e ações humanas em um todo, atribuindo significado a ações e eventos individuais de acordo com seu efeito no todo” (POLKINGHORNE, 1988, p. 18).

De acordo com Harvey (1995), tratam-se de artefatos sociais complexos por serem “construções semelhantes a histórias contendo descrição, interpretação, emoção, expectativas e material relacionado” (HARVEY, 1995, p. 3). Nessa direção, os dados coletados e confrontados com as diferentes fontes de coleta formam uma história descrita de forma densa e detalhada, elucidando as ambiguidades e especificidades das situações observadas. Tal narrativa estabeleceu uma ordem cronológica para reconstituir os eventos que acompanharam a evolução da ES, de modo a demarcar as diferentes abordagens dos atores analisados em uma perspectiva temporal e a descrição de eventos e ações interrelacionados para influenciar transformações institucionais ao longo do tempo (CZARNIAWSKA, 2004, 2009).

A técnica de *visual mapping*, por sua vez, foi escolhida para dar suporte à estratégia narrativa, trazendo representação gráfica às diferentes fases que acompanham a experiência ao longo do tempo (LANGLEY, 1999). Por fim, para aumentar o grau de precisão da análise dos dados, utilizou-se a *abordagem temporal bracketing*, que, assentada na perspectiva teórica institucional, busca compreender de que forma a ação e estruturas interagem ao longo do tempo (LANGLEY, 1999). Nessa direção, a apresentação e análise dos casos foi estruturada de modo a demarcar fases e explicitar eventos críticos que acompanharam sua evolução diante do contexto apresentado.

Em suma, a estratégia de análise de dados esteve centrada na reconstrução de narrativas institucionais de diferentes grupos sociais, avançando na compreensão dos discursos e práticas mobilizados pelos atores em uma perspectiva longitudinal e processual.

4.5 CRITÉRIOS DE QUALIDADE ÉTICA DA PESQUISA

Para a consecução da presente pesquisa, adotou-se procedimentos para atender aos critérios de validade propostos por Pozzebon (2004) para estudos cuja abordagem epistemológica é a não-positivista, a saber: autenticidade, plausibilidade, criticidade e a já mencionada reflexividade. No que tange os aspectos de autenticidade, o projeto realiza descrição detalhada sobre a forma de inserção e interação da pesquisadora no campo, de modo a evidenciar a estratégia de aproximação com o objeto do estudo, bem como contextualizar a obtenção de informações por meio da triangulação das diferentes fontes de dados utilizadas — entrevistas, observação participante, observação não participante e pesquisa documental. Tal processo busca explicitar a coerência entre fundamentação e os resultados alcançados.

Em termos de plausibilidade, o protocolo de pesquisa exerceu papel fundamental, uma vez que definiu as etapas do percurso metodológico, garantindo maior clareza e precisão dos procedimentos adotados. Nele, foram definidas as estratégias e procedimentos de coleta e interpretação dos dados. Considerando que o estudo de caso está centrado nos dados fornecidos por informantes, foi garantida a anonimização dos respondentes cuja contribuição para o estudo foi voluntária, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D). De maneira complementar, vale salientar que o protocolo de pesquisa foi submetido ao Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEPH/FGV), que concedeu a autorização do projeto.

5 REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: APRESENTAÇÃO DO CASO E ANÁLISE

Este capítulo apresenta os resultados identificados a partir da análise do caso da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Criada formalmente em 2003, trata-se de uma organização que reúne gestoras e gestores de prefeituras, governos estaduais e do governo federal para articular experiências de fomento e desenvolvimento de práticas e políticas de ES. Entre os objetivos da rede descritos em seu Regimento Interno, estão:

- I - Construir e desenvolver uma agenda comum para a ampliação, consolidação e institucionalização de políticas públicas de economia solidária no país, vinculadas às estratégias de desenvolvimento, fortalecendo o perfil sustentável que estas devem ter.
- II - Ampliar a articulação com outros atores da economia solidária com vistas a fortalecer um espaço comum para a discussão de políticas públicas neste campo e para fortalecer a organização e participação social deste segmento.
- III- Fortalecer a interlocução entre as esferas de governo (municipal, estadual e federal) pela integração de estratégias, programas e instrumentos que possam estruturar e consolidar as políticas públicas de economia solidária.
- IV - Contribuir para a formação de gestores públicos em economia solidária e para a ampliação do espaço desta nos programas de governo e nas estruturas administrativas do Estado brasileiro, nas suas diferentes esferas.
- V - Estimular a organização de redes e cadeias produtivas entre empreendimentos da economia solidária. (REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, [2015])

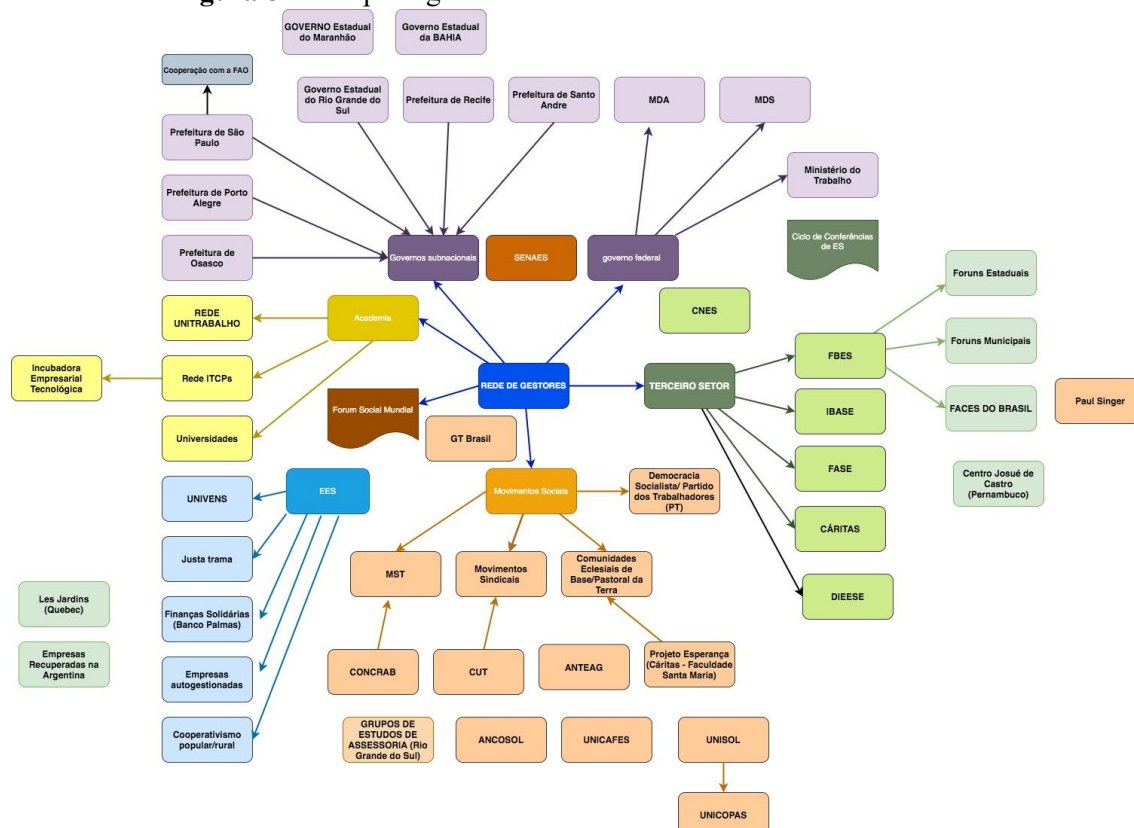
A partir da análise processual desse caso, pretende-se identificar diferentes táticas adotadas pelos atores no sentido de influenciar mudanças no ambiente institucional a partir dos dispositivos que favoreceram e constrangeram as referidas ações ao longo do tempo. Busca-se, ainda, destacar as iniciativas e ações de reinvenção, improvisação e inovação, tanto em termos de microlentes (mecanismos, práticas), quanto também a partir de macrolentes — caminhos e trajetórias históricas (POZZEBON; DINIZ, 2012).

Observar a experiência da Rede de Gestores é, portanto, observar o retrospecto da interação de atores que orbitam o movimento de ES, identificando ainda as políticas e práticas prefigurativas mobilizadas no processo de reprodução, mobilização e coordenação de alternativas incorporadas pelos atores envolvidos (YATES, 2020). Além disso, fornece aprendizados sobre em que medida a trajetória individual performa a visão crítica sobre a institucionalidade da ação dos atores e corrobora a capacidade transformadora da prefiguração.

Para reconstituir esse percurso, propõe-se então estabelecer uma visão de médio alcance sobre o fenômeno, de modo a reconectar diferentes processos e refletir em que medida estes

implicaram na constituição da Rede de Gestores no contexto subnacional. Igualmente, buscou-se demarcar os eventos críticos e fases derivados da interpretação dos dados coletados. Os grupos sociais envolvidos citados ao longo das entrevistas realizadas são ilustrados na Figura 8.

Figura 8 — Mapa cognitivo dos atores no caso da Rede de Gestores



Fonte: Elaboração própria, 2021

5.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL E INTERACIONAL

O período de redemocratização brasileira foi reconhecido por seu caráter descentralizador, além da efervescência de inovações sociais que caracterizaram as políticas e ações públicas que partiam do local. Esse movimento foi captado em diferentes políticas públicas e registrado em estudos sobre desenvolvimento local e inovação no setor público (SPINK, 2003; MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010; MALUF, 2000; SINGER, 2001).

No plano estatal federal, é o período em que iniciativas como o Comunidade Solidária e os programas de Desenvolvimento Local e Sustentável foram implementados. Criado em 1995, o programa Comunidade Solidária tinha como objetivo promover o enfrentamento da pobreza e exclusão social por meio da criação de espaços públicos, não necessariamente

estatais, para a mobilização entre diferentes níveis de governo, promovendo maior diálogo entre Estado e sociedade, uma vez que se acreditava que a ação era dispersa e fragmentada, dificultando o diálogo dos referidos atores (PERES, 2005).

Esse mesmo momento histórico é marcado por um processo de crise econômica em que ainda se colhiam os prejuízos do regime militar. O cenário macroeconômico passou por grandes mudanças na década de 1990, partindo de uma economia fechada ao fluxo do capital estrangeiro para diferentes medidas de redução da proteção comercial, privatizações e políticas neoliberais que implicaram em efeitos importantes sobre a estrutura do crescimento econômico do período. Entre momentos de recessão econômica e de relativa estabilidade seguida de crises financeiras internacionais no âmbito macroeconômico, o mercado de trabalho na década de 1990 foi marcado pela redução do emprego industrial e pelo aumento expressivo do número de trabalhadores informais no país (NERI; CAMARGO; REIS, 2000).

Como consequência, ao longo da década a taxa de desemprego do trabalho assalariado passou de 10% para 17% da referida força de trabalho, a despeito do crescimento expressivo da População Econômica Ativa (PEA) registrado no mesmo período (DUARTE, 2014). A partir dessa nova realidade, o crescimento do trabalho informal incorporou um novo contingente composto por pessoas que passaram a trabalhar por conta própria, com ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, revelando o cenário de precarização do trabalho em vigor. De acordo com a entrevistada GPE7:

Existia um forte desemprego, nessa década o desemprego era alto, sem perspectiva de ampliar o mercado de trabalho formal, existe ainda hoje grande informalidade do trabalho em Recife, na região metropolitana e até em outros lugares também em Pernambuco, você sabe disso, muito mais pela flexibilização, né, do que pelos programas anteriores que a gente vivenciou na década de 80 e 90, né, que foi aquela fase da crise de reestruturação produtiva e o modelo neoliberal implantado pelo Fernando Henrique, a crise toda da moeda e tudo o mais, inflação, pagamento de dívida, etc, então o empobrecimento era enorme. (GPE7 em 05/01/21)

Reagindo a essa crise no mundo do trabalho e ao contexto de exclusão social e pobreza da população, algumas ideias eram articuladas ao mesmo tempo em que práticas eram experimentadas no território, ações estas advindas de diferentes setores da sociedade. Para alguns economistas, a resposta estaria na realização de reformas da legislação trabalhista vigente, de modo a aumentar o incentivo para investimento em qualificação e treinamento nas relações de trabalho (NERI; CAMARGO; REIS, 2000). Também houve incentivo ao empreendedorismo para iniciar novos negócios. Nessa década se expandia a metáfora do

indivíduo enquanto empresa, em que cada trabalhador ou trabalhadora deveria focar-se no aumento de suas habilidades e competências para a gestão de seu próprio capital (MELO, 2008).

Dessa maneira, a ética centrada na figura do trabalhador-investidor era reificada e disseminada, na qual valores como capacidade de adaptação, liderança, motivação e criatividade eram inseridos na centralidade das ações de fomento e promoção do empreendedorismo no país (MELO, 2008). Paralelamente a essa movimentação, argumentos críticos foram despontando para construir respostas à crise estrutural do emprego. Nessa linha, rechaçava-se o discurso que a permanência, recolocação e solução da crise do trabalho fosse atribuída a cada pessoa em particular e não ao sistema capitalista (BERTUCCI; SILVA, 2003). Essa crítica à valorização do individualismo incutida no termo empreendedorismo foi destacada pela entrevistada GPE1:

um empreendedorismo extremamente reprodutor do individualismo, do capital, do “você é um vencedor, então você pode crescer não importa se precisar passar por cima do outro”. Então esse tipo de empreendedorismo disseminado nos territórios, principalmente nas periferias. (GPE1 em 07/01/2020)

É a partir do incômodo com as respostas que vinham sendo construídas no mundo do trabalho e com as políticas públicas dirigidas às populações vulneráveis no período pré e pós redemocratização que podem ser identificadas diferentes ações dos atores que mais tarde viriam a formar a Rede de Gestores. Ao acompanhar direta ou indiretamente ações prefigurativas de experimentação, inovação e aprendizagem, os atores passam a reconhecer modelos alternativos ao capitalismo e os instrumentos possíveis para sua disseminação em diferentes territórios.

Compreendendo que tal percepção se manifesta por meio da produção sociomaterial de subjetividades e identidades, observar os percursos trilhados pelos atores por meio de suas trajetórias individuais e influências de lutas sociais coletivas nesse contexto é crucial para entender de que forma os referenciais sobre ES foram mobilizados e articulados. Assim, para compreender quais foram as estratégias utilizadas pelos atores, se faz necessário observar as diferentes trajetórias e *frames* interpretativos dos atores, que, por sua vez, inspiraram a formatação do campo que se convencionou chamar de ES.

5.1.1 Trajetórias e *frames*

Os entrevistados desta pesquisa trazem em si trajetórias que representam a diversidade

dos percursos possíveis no campo da ES no Brasil, e que podem ser identificados no referido processo histórico: (i) atuação na Igreja católica e movimentos religiosos; (ii) movimentos sindicais; (iii) movimentos de luta pela terra; (iv) movimento estudantil e da educação popular; (v) atuação no terceiro setor. A partir das narrativas e documentos analisados, as trajetórias individuais e coletivas dos referidos segmentos serão detalhadas a seguir.

5.1.1.1 Atuação oriunda da igreja católica

As comunidades eclesiais de base (CEBs) foram mencionadas pelos entrevistados como primeiros laboratórios para experimentar formas de cooperação, associativismo e desenvolvimento territorial, sobretudo no meio rural. Com atuação no território brasileiro pelo menos desde a década de 1970, as CEBs podem ser caracterizadas como instâncias de participação para aproximação entre a população e a Igreja católica, orientando a forma comunitária comprometida com a causa popular e atenção aos mais pobres e aos Direitos Humanos.

Situando-se em paróquias rurais e periferias urbanas, as CEBs se destacaram pela atuação junto a outros movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos de esquerda, tais como Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central de Movimentos Populares e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no período de redemocratização. O engajamento simultâneo nos referidos movimentos foi explicitado na fala dos entrevistados. Tal como foi ilustrado por GPE4, gestora no estado do Maranhão:

Então, minha formação é Economia, sou economista e a minha militância se inicia no movimento estudantil, depois partido político, né? E também das Comunidades Eclesiais de Base. (GPE4 em 16/02/2020)

As entrevistas apontam que a vivência nas CEBs também influenciou os demais movimentos sociais no campo da teorização, principalmente manifestadas nas atividades de formação e mobilização da comunidade, bem como no estabelecimento de uma valorização da horizontalidade do saber. Sobre a pedagogia do trabalho pastoral, Frei Betto (1985) argumenta:

A pastoral popular procura estabelecer uma relação dialética com as bases e um dos aspectos mais importantes dessa relação é a descoberta de uma nova pedagogia do trabalho com as classes populares. Uma pedagogia que permite verificar algumas das razões pelas quais não se firmou ainda no país um instrumento político enraizado no povo e capaz de se afirmar, historicamente como “vanguarda libertadora”. A tradição política brasileira, em suas formas

institucionais, tem sido elitista onde as pessoas do alto dos seus privilégios, consideram possível criar um modelo político que corresponde às necessidades do povo. (BETTO, 1985, p. 12)

Nessa perspectiva, há então a preocupação do reconhecimento da prática no fazer cotidiano, rejeitando que o processo de intelectualidade se restrinja à elite acadêmica. Em outro trecho, Frei Betto (1985) segue refletindo sobre a relação entre formadores e comunidade, a partir dos princípios pedagógicos de Paulo Freire:

Uma coisa importante na pastoral popular foi a descoberta de que o processo de conscientização é um pouco mais complicado do que se supõe: ele se faz na medida em que a nossa prática corresponde às nossas ideias. Acontece que entre os intelectuais, em geral, há coerência de ideias, elas, muitas vezes não há coerência na prática. Entre os moradores da periferia reais é fácil encontrar coerência de prática que de ideias. No contato agente-base, um outro se reeducam como bem o demonstra Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido. (BETTO, 1995, p. 12)

Além das CBEs, foram mencionadas iniciativas da igreja católica que despertaram os primeiros contatos dos entrevistados com mobilização de base comunitária e projetos de cooperação e assistência técnica no território. GPE1 destacou sua atuação profissional junto à pastoral da terra e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em Santa Catarina, e a ligação entre o trabalho da Igreja católica e as ideias progressistas:

Bom, eu sou catarinense de origem e de coração. Mas quase virei paulista, já que estou há quase 24 anos aqui. Eu comecei a minha vida profissional na iniciativa privada, em um escritório de projetos agrícolas. Foi uma trajetória curta porque tive um incidente de saúde. E depois disso eu fui trabalhar com iniciativas da igreja, na época remunerada inclusive, mas muito inserida na ideia das pastorais. Eu participei da efervescência da criação da pastoral da Terra e do CIMI - Conselho Indigenista Missionário. E outro elemento que apareceu foi a criação dos conselhos eclesiais de base que eu morava no Oeste de Santa Catarina, lá tinha o bispo Don José Gomes que na história da Igreja católica mais progressista ele teve um papel muito importante nesse processo, também tinham muitos padres ligados à ideia da Teologia da libertação. (GPE1 em 07/01/2020)

GPE8, por sua vez, mencionou sua vivência no seminário da Igreja católica para destacar seu trabalho junto à comunidade popular e ações para luta pela moradia e pela reforma agrária no Rio Grande do Norte:

Sou de Natal, Rio Grande do Norte. A minha trajetória vem de comunidade popular, de periferia de Natal, e morando no bairro Nordeste, um bairro bem

popular aqui em Natal, a gente participou de um grupo de jovens, do grupo de jovens foi para as pastorais populares, começa a fazer trabalho em comunidade, se envolve com a participação política mais forte em partido, depois teve um tempo que eu fui seminarista, passei 4 anos no seminário, sai do seminário, experimentei outras coisas na vida, mas em 1987 eu fui trabalhar num órgão chamado de Serviço de Assistência Rural, ligado aqui à arquidiocese de Natal e trabalhava em áreas de conflito de terra e tal e fui morar num município chamado São Rafael, em que a população tinha sido deslocada de seu local de residência, de moradia e de trabalho para a construção de uma grande barragem e quando eu cheguei lá, eles tinham já conquistado 4 áreas de assentamento de reforma agrária. (GPE8 em 24/11/2020)

A atuação da Igreja católica ainda foi desdobrada em uma organização de fomento às práticas de associativismo que tiveram destaque no período: a Cáritas Brasileira. Vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e criada em 1956, desenvolveu diferentes projetos para a promoção da dignidade humana, bem como para promover o protagonismo dos excluídos enquanto ações de caridade libertadora, ganhando proeminência na esfera pública pela iniciativa dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs).

Os primeiros projetos alternativos apoiados pelas Cáritas ocorreram no Rio Grande do Sul, onde já em 1983 buscavam fortalecer cooperativas de pequenos produtores (BERTUCCI; SILVA, 2003). Ao incentivar o movimento de cooperativismo alternativo no Rio Grande do Sul, tais projetos foram caracterizados e destacados por suas redes de articulação. Tais iniciativas se desdobraram em diferentes espaços de mobilização no estado, e em 1998 foi realizada a Feira do Cooperativismo Alternativo de Santa Maria, que depois assumiu uma dimensão estadual e nacional (BERTUCCI; SILVA, 2003). De acordo com GPE5:

E fora, lembrando um pouquinho mais, mas um pouco no interior, é Santa Maria, tem um projeto ligado à Igreja Católica, Cáritas, que é o projeto Esperança, e aí tem Co-Esperança que é a Cooperativa Esperança, que já colheu....Fiz Faculdade Santa Maria, 90-95 e esse projeto já existia lá e com corte claro de Economia Solidária, então do ponto de vista histórico ele é um pouquinho anterior assim, mantém a organização, até hoje tem um encontro anual que acontece lá de ES, um dos maiores do Brasil, que acontece em Santa Maria todos os anos e que protagonismo acontece até hoje. (GPE5 em 09/04/1990)

Tal vínculo com a organização também foi explicitado por GPE8:

mantive um laço muito forte com a Cáritas, porque aqui no Nordeste 2, essa área que pega Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas estava criando um regional da Cáritas aqui, era uma instituição muito importante da Igreja e aqui já fazia algum tempo que o foco da ação era o apoio aos projetos

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como espaços de engajamento no território rural:

Olha, desde muito cedo - acho que com 16 anos, eu atuava em movimentos sociais, basicamente na área rural, no Rio Grande do Sul aonde eu nasci, cresci, vim embora de lá com 20 anos de idade. Entre os 16 e os 20 eu atuei no Movimento Sem Terra. Na constituição dos departamentos sindicais rurais protagonizados pela CUT à época. Então todo o processo de constituição da CUT e do MST eu estava ali. (GPE02 em 20/01/2020)

GPE1 destacou sua vivência junto ao MST e lembrou diferentes eventos que marcaram o histórico dos movimentos ligados à luta pelo direito à terra de que participou:

Sempre gosto de registrar na minha trajetória que eu peguei vários momentos históricos da luta pela terra com o movimento e outras organizações. Quando eu cheguei logo foi o massacre do Pará, depois teve a mudança da sede Sapiência de perdizes para a nova sede. Depois teve a criação da escola Florestan Fernandes que eu tenho orgulho de dizer que eu participei de toda a concepção do projeto e a própria sede. A marcha de 1997, o livro do Sebastião Salgado e as fotos que fizeram parte da exposição Terra. O CD do Chico Buarque. O primeiro livro didático do movimento. O congresso com 11 mil pessoas em Brasília. Eu tive a gratidão e a oportunidade de participar de momentos muito importantes do movimento e muito históricos. (GPE1 em 07/01/2020)

A trajetória dos movimentos ligados à luta pela Reforma Agrária trouxe importantes legados para a teorização sobre ES, sobretudo para as dinâmicas ligadas ao cooperativismo no meio rural. As cooperativas agrícolas formadas nos assentamentos dos sem terra oriundos de movimentos como o MST são exemplos nesse sentido. Em 1990, o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados e, com essa instância, nasceu a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB), no nível nacional.

Também merece destaque a experiência do Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (CRESOL), que se mostrou um instrumento de apoio técnico em áreas como formação, contabilidade, análise e negociação de projetos, informática, comunicação e representação política para cooperativas no meio rural que se articulavam no período analisado. Tais práticas impulsionaram o debate nacional sobre temas como cooperativismo rural e agricultura familiar articulado pelo MST e pela CUT, tal como ilustra a GPE2:

Eu tinha uma trajetória bastante longa com movimentos sociais, no MST eu fazia formação de base e ajudava na estruturação do que veio a ser a Central de Cooperativas. Então todo o trabalho inicial - na época chamava articulação nacional de cooperação agrícola. Então todo o debate sobre o cooperativismo,

sobretudo o cooperativismo rural e de agricultura rural e familiar eu tinha conhecido na CUT. (GPE2 em 20/01/2020)

Se os movimentos de luta pela Reforma Agrária contribuíram para as noções teóricas sobre cooperativismo e instrumentalização de assistência técnica, o percurso do movimento sindical trouxe contribuições sobre o tema da autogestão e práticas que permitiram a aproximação paulatina das discussões sobre cooperativismo no contexto sindical, abrindo inclusive para o debate sobre formas de acompanhar e assessorar tais práticas, bem como na teorização do que se convencionou chamar Economia Popular Solidária. GPE5 menciona sua experiência no estado do Rio Grande do Sul:

fora da prefeitura, numa relação que eu estabelecia na época com uma organização não governamental de apoio ao movimento sindical, ao movimento popular, eu participava dela, integrava e a gente abriu uma frente dentro dessa organização para a Economia Popular Solidária [...]
A organização era voltada para o movimento sindical, ela era de formação, de assessoria, de acompanhamento, ao movimento sindical, esse é o primeiro período que eu vou me relacionar (*com ES*). (GPE5 em 09/04/2020)

A atuação dos movimentos sindicais também é relacionada à representação de organizações autogestionárias que, desde a década de 1980, vinham ganhando destaque no contexto das empresas recuperadas.

Em 1994, a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) foi fundada em São Paulo por cooperativas de trabalhadores em sistema de autogestão e cogestão, com apoio do DIEESE e sindicatos locais, apoiando-se na metodologia desse formato de organização e na transferência de empresas para seus trabalhadores e trabalhadoras (LIMA, 2004). Em 1999, também em São Paulo, cooperativas formadas com ajuda do sindicato do ABC associaram-se para fundar a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL). A ANTEAG foi lembrada por GPE2 como importante iniciativa para aproximar o debate da autogestão ao sindicalismo:

a ANTEAG que já tinha um trabalho importante a época e foi uma das primeiras a surgir, aliás foi a primeira a levantar a discussão da autogestão. Eles também não se nomeavam de autogestão. Vinha da tradição do sindicalismo e é uma discussão diferente do debate da caritas que vinha da discussão dos fundos rotativos do Nordeste mas não só. E era de fomento do associativismo urbano e rural, mas sobretudo rural. (GPE2 em 20/01/2020)

Assim, a influência dos movimentos populares de base rural e sindical na trajetória dos entrevistados aponta para aprendizados no campo da teorização sobre conceitos como *cooperativismo*, *autogestão* e *assistência técnica*. Valores como cooperação, emancipação dos trabalhadores e reconhecimento de práticas de uma Economia Popular Solidária podem ser destacados como lastros que sustentaram a cognição dos atores entrevistados.

5.1.1.3 Ação oriunda dos movimentos estudantis e do engajamento universitário

O movimento estudantil e as práticas no meio universitário também foram lembradas como sementes do entendimento que sustenta a noção conceitual da economia solidária. GPE3 destacou sua formação em Engenharia de Produção e as teorias que influenciaram seu interesse em compreender a autogestão e organizações alternativas ao capitalismo:

Olha, na década de 80, no período que cursei engenharia de produção, ocorreu a queda da ditadura militar, o movimento pelas diretas já, a eleição do congresso constituinte e a elaboração da constituição “cidadã”. Naquela época participei do movimento estudantil e apesar de me filiar ao PT na sua fundação, sempre tive um interesse muito grande pelo anarquismo, mais especificamente pela prática da autogestão no processo de produção e, nesse período, organizei seminários e feiras de livros sobre o anarquismo na universidade. Nas minhas eventuais crises existenciais políticas, sempre vou atrás do anarquismo para tentar me revitalizar. (GPE3 em 05/02/2020)

A vivência nas incubadoras universitárias foi igualmente apresentada enquanto espaço propício para discutir as noções de autogestão, associativismo e cooperativismo. GPE3 segue narrando sobre sua trajetória profissional e acadêmica:

Quando me formei, fui contratado por um banco, participei como bancário da CIPA e do movimento sindical e cinco anos depois, resolvi fazer o mestrado em economia na Universidade Federal do Ceará, sobre o mundo trabalho e a autogestão. Logo em seguida, tive a oportunidade de participar da criação da 2ª a experiência de incubadora universitária tecnológica de cooperativas populares, na UFC. Depois saí da incubadora para assessorar uma cooperativa e após as eleições de 2000, voltei para São Carlos para participar da Administração Municipal e implementar a política pública de ES. (GPE3 em 05/02/2020)

A experiência da incubadora na Universidade Federal do Ceará (UFC) mencionada pelo referido entrevistado integra a expansão de iniciativas nessa área que se assistiu nos anos 1990, sucedendo da criação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), na COPPE/UFRJ. As referidas ações foram ainda impulsionadas pelo Programa Nacional de

Incubadoras de Cooperativas (PRONINC) financiado pelo Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) em 1998. Entre as universidades que se destacaram com experiências nesse sentido na década de 1990, estão as Universidades Federais de Juiz de Fora (UFJF) e do Paraná (UFPR), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), as Universidades Estaduais da Bahia (UNEB) e de São Paulo (USP). Ao reunir técnicos, estudantes de graduação e pós-graduação voltados ao fomento de organizações alternativas, as ITCPs trilharam um importante caminho na produção de novas identidades e subjetividades de performatividade crítica, como descrito no referencial teórico deste estudo (LECA; GOND; BARIN-CRUZ, 2014).

5.1.1.4 Ação oriunda do terceiro setor

A atuação em organizações não governamentais (ONGs) também foi lembrada enquanto momento de se aproximar de temas atrelados ao que se viria nomear ES pelos entrevistados, a exemplo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Trata-se de uma ONG fundada em 1981 após anistia política de Herbert de Souza, Carlos Afonso e Marcos Arruda. Na década de 1990 até o início dos anos 2000, a organização realizava diferentes pesquisas e estudos voltados ao processo de constituição de organizações alternativas e temas ligados à democratização, participação e processos autogestionários. SOC1 mencionou um projeto realizado em parceria com a ANTEAG:

Quando eu voltei para o IBASE, como eu tinha trabalhado com o tema da participação, surgiu um projeto, que era o projeto da ANTEAG, uma das organizações fundamentais desse processo inicial, que é Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Auto-gestão[...]. Eles me colocaram nessa tarefa, porque a Anteag estava querendo realizar um estudo empresas recuperadas no Rio Grande do Sul. O trabalho da Anteag era com empresas recuperadas, criar um campo, foi um período interessante, muito rico, e aí eu me envolvi nesse trabalho de pesquisa e fiquei responsável por coordenar a pesquisa e a gente fez estudos sobre 13 empresas recuperadas no Rio Grande do Sul. Foi a partir daí que eu me envolvi muito com o tema da autogestão. (SOC1 em 24/04/2020)

Outra organização que ganhou destaque na narrativa dos entrevistados foi o Centro Josué de Castro, situado em Pernambuco. Fundado em 1979, o centro teve importante papel na produção de pesquisas em diferentes frentes voltadas à superação da pobreza e da fome. Também atuou diretamente em ações voltadas à educação popular e ao fortalecimento de redes, onde se explorou alternativas econômicas no território brasileiro, com especial atenção ao Nordeste.

GPE7, que atuou no Centro Josué de Castro, destacou a importância da construção territorial, de práticas de fundos solidários e práticas associativas no enfrentamento das vulnerabilidades como iniciativas que embrionaram a concepção sobre ES que se consolidou naquele momento:

Eu participei do Centro Josué de Castro. Nesse caminho a gente começou a trabalhar numa perspectiva de superação da pobreza, na década de 90, já havia todo um caminho trilhado na década de 80, pela participação social, a construção cidadã, a constituinte cidadã, né, tudo isso criou um lastro de organização social e política em Recife bem importante nos movimentos populares, e a partir daí a gente começou a perceber a importância de trabalhar essa dimensão mais econômica, ou seja, como essas populações que estão nas periferias, favelas, morros de Recife, nos alagados, a partir dessa participação social e política em Recife como vão construir a sua sobrevivência, o seu estar nesses lugares, então a gente começou a elaborar projetos para a cooperação internacional a partir do Centro Josué de Castro e começamos a desenvolver projetos muito mais no campo da educação popular, essa é minha trajetória, no campo da educação, que a gente chama de formação, assessoria, né, aos grupos, trabalhar coletivamente experiências nas comunidades, como costureiras em Casa Amarela, com marceneiros, artesãs, artesãos, enfim, então desse trabalho a gente começou a construir as perspectivas de forma coletiva associativa. (GPE7 em 05/01/21)

Dessa forma, o lastro de organização social e política do processo que antecedeu e procedeu a redemocratização trouxe ferramentas para inserir a dimensão da emancipação econômica na estratégia de enfrentamento da pobreza. Diferente das experiências oriundas das atividades tipicamente fabris, igualmente foram mobilizadas estratégias ligadas às especificidades territoriais, marcadas ainda pelas relações com o trabalho rural e com os povos tradicionais. Contudo, a construção dessas experiências inovadoras requereu superar a resistência em compreender o trabalho coletivo na mesma concepção de cooperativismo e cooperativas agrícolas tradicionais.

Essa preocupação foi trazida por GPE8 e GPE7, a partir da experiência do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, respectivamente:

Ali a gente já sabia que o caminho era o cooperativismo, cooperação agrícola, **cooperativa era uma coisa rechaçada pelos trabalhadores aqui no Rio Grande do Norte, porque as experiências históricas eram muito ruins, então a gente tinha que inventar as coisas, trabalho coletivo, associação, cooperativismo era uma coisa bem distante, bem longe deles** e eu trabalhei de 1987 até 1994, diversas áreas aqui no Rio Grande do Norte, e sempre com processo de organização dos trabalhadores e em muitos casos processo de organização comunitária, para organizar produção, subsistência, essas coisas, **a gente não chamava isso de ES, a gente falava de associativismo, de cooperação no campo, muito..o MST tinha uma...experiência mais forte**

no Sul do país e a gente estudava muito os documentos do MST, tentando entender a cooperação agrícola, foi aí que a gente encontrou o que a gente chama hoje de ES, foi por aí. (GPE8 em 24/11/2020, grifo nosso)

A gente achava que não poderia trabalhar o cooperativismo, porque uma experiência no Nordeste tinha sido muito negativa historicamente, o cooperativismo, porque tinha sido muito apropriada pelos latifundiários, pelos proprietários de terra e as cooperativas tinham se tornado o que a gente chama hoje de super gatos, né, coopergatos e que a cooperativa em si já nascia com o compromisso, vamos dizer assim, institucional, que naquele momento da organização social não era o que estava estabelecido, era preciso construir laços mais de confiança, né, porque tinha muito autônomo, muita gente não acreditava nessa possibilidade de construção de um projeto econômico coletivo, embora existisse toda uma tradição de luta social coletiva, né, por moradia, contra a carestia, e tudo o mais, né, mas como se tratava de um empreendimento que a gente vai tirar a nossa sobrevivência dali, como é que a gente vai fazer isso? Coletivamente, né. (GPE7 em 05/01/21, grifo nosso)

Assim, a partir da ressignificação do entendimento sobre cooperativismo, os diferentes grupos sociais experimentaram formas de associativismo no território, ampliando o número de organizações alternativas. Nesse mesmo momento aumentou a pressão por iniciativas que promovessem o crédito, então iniciativas como bancos comunitários — o mais expoente sendo o Banco Palmas no Ceará — e fundos rotativos passam a aparecer com mais força no cenário nacional. Em linhas gerais, tal perspectiva incorpora uma visão de que a interação social diminuiria o risco moral e a informação imperfeita, valorizando formas de coordenação territorial com aval solidário. Tais iniciativas foram denominadas *finanças solidárias*, *microcrédito* e *microfinança*, sendo um braço importante dos instrumentos de políticas públicas da ES até os dias de hoje. Tais aprendizados colhidos a partir da experiência de Recife foram mencionados por GPE7:

Dessa perspectiva de trabalho, a gente começou a criar fundos solidários com esses grupos, porque os financiamentos com a Caixa eram exorbitantes e a gente começou pensar microcrédito, assessoria, formação, oficinas, a criar grupos e surgiu, esse movimento daí, foram juntando outras organizações e começou a constituir uma rede, em Recife, formadas por ONGS, Josué de Castro, Fase, os Seas urbanos [...] tinha o pessoal da CUT [sic]. ADS CUT [sic] e a gente começou a criar esse movimento e a partir daí houve a eleição. (GPE7 em 05/01/21)

Dessa forma, os dados analisados sugerem que a influência de práticas e políticas locais que partem da sociedade civil e dos movimentos populares são fatores-chave para compreender quais correntes e soluções praticadas eram absorvidas enquanto mecanismo de luta social pelos diferentes grupos sociais. É interessante notar que, embora as iniciativas sejam percebidas de

forma dispersa no território, não se tratou de movimentos isolados, mas sim ocorrendo em diferentes regiões do país.

Quadro 6 — Quadro contexto interacional Rede de Gestores

Trajetória	Frames interpretativos	Habilidades e ferramentas
Atuação em movimentos da igreja católica	<ul style="list-style-type: none"> • Crença na pedagogia popular para transformação social • Busca pelo protagonismo dos excluídos • Valorização de práticas associativas e solidárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência na mobilização e formação comunitária • Prática no trabalho pedagógico pastoral • Horizontalidade do saber
Atuação em movimentos sindicais e de acesso à terra	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperativismo como meio para emancipação dos trabalhadores • Prática organizacional pautada na autogestão 	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência em trabalho coletivo e associado • Experiência em mobilizar instrumentos de assistência técnica e crédito em meio rural
Atuação em movimentos estudantis	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de modelos alternativos de organizações e práticas econômicas • Teorias críticas frente ao sistema econômico 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento teórico sobre os tópicos abordados • Conhecimento técnico para viabilizar projetos • Engajamento no território
Atuação no terceiro setor	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas de trabalho em rede • Ações territoriais e autogestionárias como estratégia de combate à pobreza 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento técnico sobre metodologias de formação e pesquisas aplicadas

Fonte: Elaboração própria, 2021

O Quadro 6 condensa as principais informações apresentadas do contexto interacional, destacando os *frames* interpretativos e as principais habilidades e ferramentas de cada um dos movimentos descritos. A próxima seção se volta para a análise processual da experiência, destacando suas distintas fases, conforme será detalhado na próxima seção.

5.2 PROCESSO

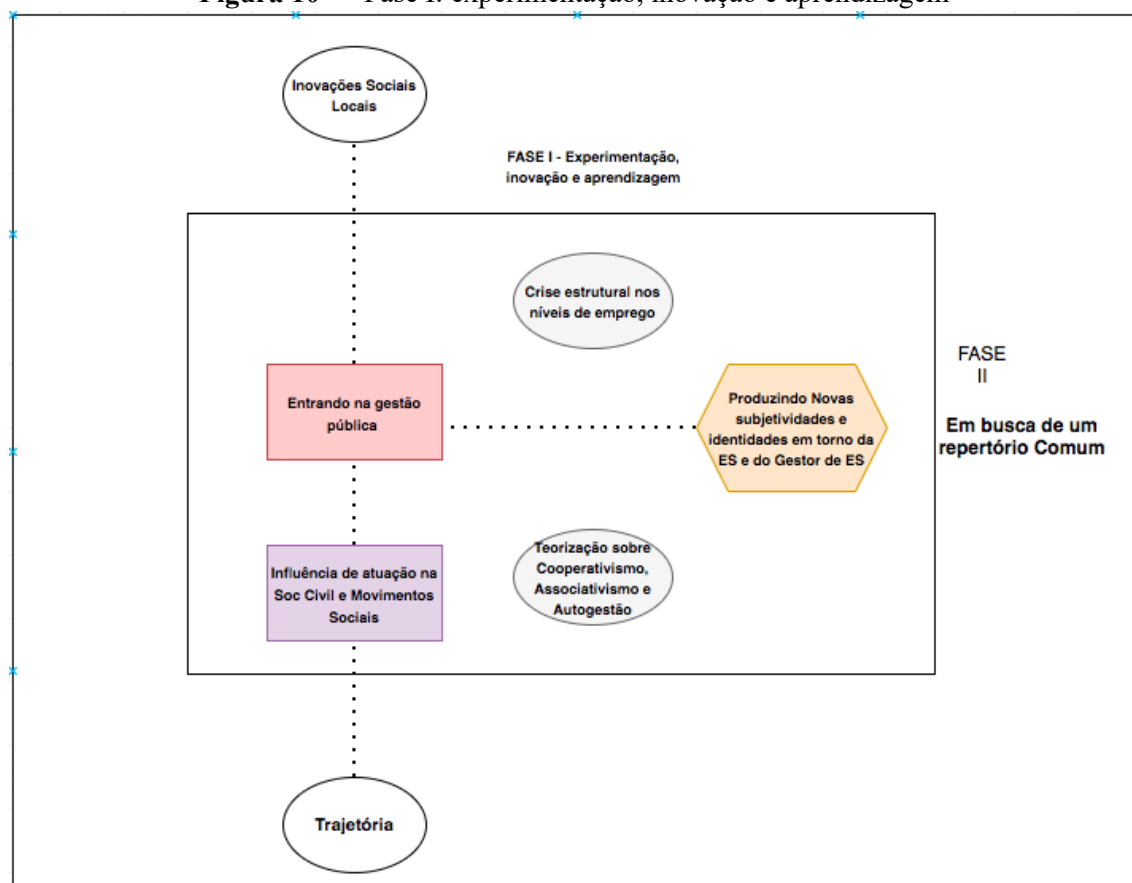
Ao inserir a lente processual sobre o caso, foi possível identificar quatro fases principais da experiência, sendo elas:

- Fase I: experimentação, inovação e aprendizagem;
- Fase II: a busca por um repertório comum;
- Fase III: o protagonismo da SENAES e a lógica do edital;
- Fase IV: diminuição do alcance da SENAES até a extinção do MTE.

Os próximos tópicos detalham cada uma dessas fases, ressaltando os principais destaques do processo vinculado ao caso.

5.2.1 Fase I: experimentação, inovação e aprendizagem

Figura 10 — Fase I: experimentação, inovação e aprendizagem



Fonte: Elaboração própria, 2021

De acordo com os registros nos documentos oficiais, os primeiros programas que continham o termo *Economia Popular Solidária* vieram da experiência do Rio Grande do Sul, cujas políticas para o desenvolvimento territorial estavam em curso no período em questão. Essa construção pode ser observada tanto em nível municipal, nos governos de Olívio Dutra (1989–1993), Tarso Genro (1993–1997) e Raul Pont (1997–2001), quanto no nível estadual no governo de Olívio Dutra (1999–2003).

Sobre essa etapa, GPE5 relembra:

Quando cheguei, já tinha o Plano de Desenvolvimento Econômico de Porto Alegre, eu acho que é um dos documentos precursores de política pública e onde vai aparecer, né, referência à política solidária, nós chamávamos na

época demuitos dos documentos no Rio Grande do Sul de Economia Popular Solidária, era uma das opções, enfim, naquele contexto, então ali para mim, a minha inserção, eu entro na história ali e nessa época o que eu posso te dizer é que a prefeitura tinha alguns projetos, algumas ações e não institucionalizadas ainda, nada como lei, nada do ponto de vista de política pública e constituição... tampouco de estrutura, mesmo dentro do setor público. Havia alguns projetos, os primeiros projetos que dialogavam com a ES, um deles é o Compras Coletivas e alguma coisa que já começava a se pensar em incubação, mas esse documento do Plano de Desenvolvimento Econômico de Porto Alegre, eu acho que é um documento precursor e ali vão aparecer os primeiros elementos ainda não estruturados na forma de política pública de ES. (GPE5 em 09/04/2020)

Ao analisar o documento elaborado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre, mencionada por GPE5, percebe-se as estratégias de atrelar descentralização e regionalização na dinamização da economia local com ações de enfrentamento à exclusão social, estimulando ainda “estratégias populares de resistência” (SMIC, 1994, p. 22). Assim, além de programas e projetos mobilizados por instrumentos fiscais e tributários, ações voltadas ao abastecimento, ocupação e renda incentivaram a organização de base comunitária, conectando a produção de alimentação no ambiente rural e a oferta nas áreas urbanas.

No âmbito do Comitê Municipal de Ocupação e Renda, foram mobilizados encontros com diferentes segmentos da sociedade, tais como ONGs, igrejas, sindicatos e órgãos governamentais para o debate sobre o mundo do trabalho, tendo na autogestão uma de suas alternativas. Sobre essa movimentação, GPE5 argumenta:

Então teve uma certa proximidade e nessa época aí já tinha algumas organizações que a prefeitura de Porto Alegre se relacionava no movimento localmente que já tinham...não sei se na época já eram o Fórum Municipal da Economia Popular, não lembro se já tinha esse nome na época, ou se foi na sequência, não vou lembrar. Mas, alguns projetos, principalmente aos artesãos e algumas cooperativas, principalmente mulheres costureiras já tinham essas organizações e a política pública se aproxima delas, aí vai ter um processo de interação, tanto da política pública se aproximando como dele se estruturando e...então nesse período uma das ações que vai materializar mais a política de ES é a incubadora, né, não tenho certeza do nome, vai buscar incubação dos primeiros empreendimentos de ES, aqui em Porto Alegre nós já tínhamos experiência de incubação,né, a primeira incubadora tecnológica aqui no Rio Grande do Sul. (GPE5 em 09/04/2020)

No mesmo plano de desenvolvimento, há também referência às Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IETEC) e Incubadoras Culturais, reforçando o papel da interlocução entre governo, sociedade civil, empresas e trabalhadores que acessam essa

tecnologia. GPE5 comentou sobre a experiência das incubadoras e a relação entre ação estatal e os diferentes grupos sociais envolvidos:

o formato na época ainda era muito novo, incubadora, o termo já é um termo quase que sendo superado, né, pelo menos alguns tentam superar a ideia de incubação, mas na época era tudo novo, novidade, então a ideia de incubadora era o que reunia a política pública no caso da prefeitura no primeiro momento, mas buscando as parcerias nas universidades e constituindo um ambiente, um espaço físico em comum, então a ideia de compartilhamento de espaço físico, de equipamentos, compra de equipamentos e assessoria técnica, essa era a ideia, com o elemento chave que tinha que ter grupo organizado. Então tinha que ter um protagonismo não é vertical. A prefeitura não era um processo vertical, a prefeitura chamava o grupo e o grupo se organizava, não, esse elemento é bem importante, sempre a gente trabalhou muito com isso, né, se punha a auto-organização, tinha que ter uma iniciativa de auto-organização, uma demanda concreta do grupo e a partir daí, a política pública passa a interagir, tá. Isso sempre foi fundante para nós, eu particularmente sempre defendi muito isso, assim, essa ideia de que...num reúne um grupo e diz agora vamos fazer ES, né, essa demanda, elemento inicial tem que partir, não é vertical, não é uma definição que compete à política pública criar por norma, né, cabe responder a demanda, então a gente sempre trabalhou muito com esse viés, e a partir daí então a prefeitura, o fórum se constitui nesta época, o Fórum da ES. (GPE5 em 09/04/2020)

Sobre a estrutura organizacional para a provisão de políticas públicas da chamada Economia Popular em Porto Alegre, GPE5 discorreu:

começa para mim essa incursão ali nesse ano de 97 e em paralelo...aí na sequência...já em 97 estou dentro nós modificamos a estrutura da secretaria, dessa secretaria de Comércio e dentro também foram constituídas algumas supervisões, uma espécie de diretorias porque eram ligados diretamente ao secretário, só que optou-se pelo nome de supervisão. Eu fiquei atuando numa que era mais especificamente como supervisor de apoio a empreendimentos e foi constituído ao lado, a gente compartilhava salas até a supervisão de economia popular. Bom, não tinha nem a solidária. [...] nessa supervisão foram aglutinados os primeiros projetos ligados à Economia Solidária, aí me parece que a gente tem a primeira mexida dentro da estrutura da prefeitura de Porto Alegre, a primeira estrutura institucional que foi criada aí, se não vai me falhar a memória isso é o ano de 97 ou 98, puxando um pouquinho assim só para pegar essa fase inicial. (GPE5 em 09/04/2020)

Do ponto de vista do referencial teórico mobilizado para compreender a Economia Popular dentro da estratégia estatal, GPE5 citou a figura de José Luis Coraggio como autor de trabalhos que inspiraram modelos alternativos de políticas públicas para a geração de trabalho e renda:

ok, discussão especificamente de desenvolvimento local, muitas dessas iniciativas do poder público para o desenvolvimento local e a economia popular é um dos primeiros, é um dos temas, um deles. De autor desta época que eu lembro assim que teve influência na política pública foi o Coraggio [sic], José Luis Coraggio, argentino, você tem referência dele. Ele é um cara que elaborava muito na linha da economia popular. (GPE5 em 09/04/2020)

Como mencionado, com a eleição de Olívio Dutra, essas ações voltadas ao desenvolvimento territorial foram propostas também em nível estadual. Assim, parte da equipe que trabalhava na Secretaria do Desenvolvimento migrou para o Governo do Estado, onde avançaram políticas de ordenamento territorial para o desenvolvimento. Sobre esse evento, GPE5 comentou:

Em 98 tem eleição do Olívio Dutra, governador do Rio Grande do Sul, e aí parte desta equipe que estava na Secretaria do Desenvolvimento, em particular o secretário Zeca Moraes e vai ser secretário de desenvolvimento do governo Olívio Dutra no Estado e na equipe a gente vai montar a secretaria e aí sim novos programas e vai ter novo capítulo da ES dentro do governo do estado. (GPE5 em 09/04/2020)

Da mesma forma que a estruturação da política da capital, o governo estadual vinculou a política de Economia Popular Solidária à Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais. O programa foi viabilizado inicialmente por meio de um convênio com a já citada ANTEAG, conforme segue GPE5:

A gente buscou referências nacionais e aí entra um protagonismo na constituição da política do estado, a gente tinha a experiência de Porto Alegre, mas sabia que tinha que dar um salto não só em tamanho como de qualidade também, na época se constituiu então, um programa estadual de ES começa aí [...] Nós optamos pela referência que na época nós encontramos como a mais consolidada nacionalmente, e o governo do Estado faz uma parceria com Anteag Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionadas, que era uma referência que a gente já tinha da prefeitura, e que enfim, imagino que você tenha aí uma referência, mas tinha um trabalho muito forte na recuperação de empresas, de empresas recuperadas, então tem aí, década de 90, uma falência muito grande de empresas, um processo de sucateamento da indústria nacional, desemprego, precarização, em contexto Collor, Fernando Henrique e aí vem o movimento das empresas recuperadas então, as empresas que vão à falência e os trabalhadores tomam a iniciativa de retomar essa empresa, né, de forma muito resumida essa é a.... história então a Anteag já tinha expertise técnica de organizar cooperativa, de recuperar empresa, e a gente também tinha essa demanda no Rio Grande do Sul. (GPE5 em 09/04/2020)

Assim, a estratégia estava focada em atender empreendimentos solidários, sobretudo os que tinham vocação industrial. Sobre a composição da equipe, GPE5 destacou:

O perfil era o técnico, tá, ou seja, tinha uma formação superior, administrador, engenheiro, economista, e o outro perfil era mais de articulador, a gente chamou de monitor na época, então era aquela primeira linha de frente, com o trabalhador, com as organizações, mais um perfil de organização popular, de intervenção social e depois os técnicos já para a estruturação do projeto. Essa foi a primeira fase do programa e vou dizer assim, em linhas gerais durou 2 anos, 99-2000, essa estruturação do convênio, colocar equipe, identificar empreendimentos, linhas gerais nós chegamos a uns 300 empreendimentos no Rio Grande do Sul, ta, apoiados por essa política. (GPE5 em 09/04/2020)

Com o desdobramento dessas iniciativas, em 2001 o Programa de Economia Popular Solidária do Rio Grande do Sul passou a ser instituído por meio do Decreto nº 41.062, de 21 de setembro de 2001 (RIO GRANDE DO SUL, 2001). Nessa normativa, reconhece-se o papel de “organizações de trabalhadores em empreendimentos econômicos autogestionados, de caráter coletivo e participativo, que integram o movimento de economia popular solidária” (RIO GRANDE DO SUL, 2001). Além disso, traz entre os principais eixos da política: formação e educação em autogestão; capacitação do processo produtivo; financiamento; comercialização; e incubadoras de empreendimentos.

Sobre a experiência do governo estadual do Rio Grande do Sul, que articulava inclusão produtiva e ordenamento territorial, a gestora de São Paulo GPE2 destacou:

o governo do estado do Rio Grande do Sul que tinha uma área que era dedicada a economia solidária. Então ele já estava trabalhando com esse nome. E aí algumas prefeituras do Rio Grande do Sul que eram governadas principalmente pelo PT e estavam alinhados com a política do Olívio Dutra na época também começaram a ter política de economia solidária em cooperação com o governo do Estado. Eu acho que era Pelotas, Bagé...tinham alguns municípios que estavam atuando em parcerias com o governo do Estado. E foi interessante porque era uma política que caminhava com um programa de regionalização econômica do estado. O governo do Olívio Dutra seguiu uma tradição bem gaúcha tentou uma nova divisão territorial e administrativa do estado. Teve várias ao longo da história do Rio Grande do Sul. Teve no governo Lula a discussão dos Territórios da Cidadania, mas eles fizeram uma regionalização no estado a partir das características econômicas e um pouco de visão cultural. Aí a partir de política de fomento, os arranjos produtivos locais entravam também o fomento às cooperativas no campo da economia solidária, já com esse debate político. (GPE2 em 20/01/2020)

O aprendizado da experiência do Rio Grande do Sul também foi mencionado pelo entrevistado GPE8:

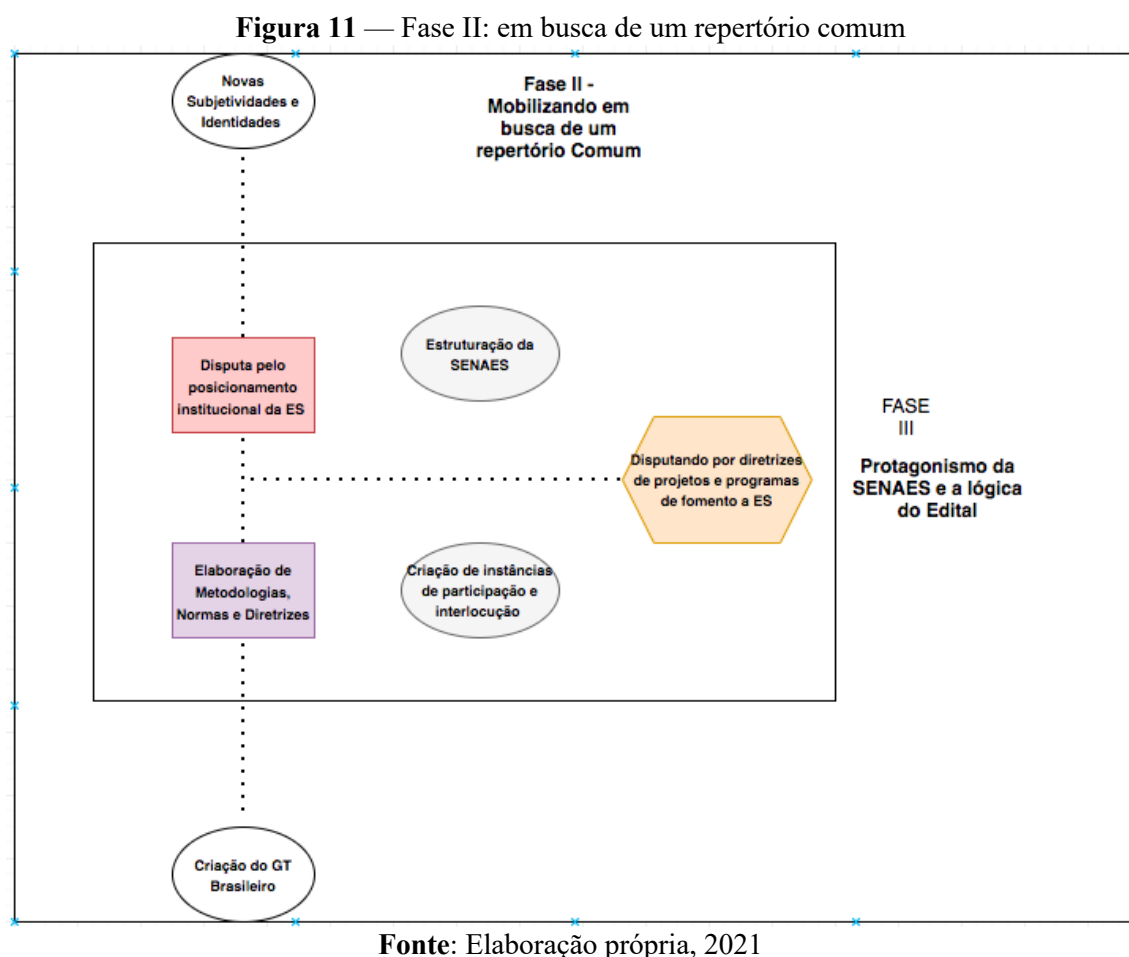
Nesse momento de pensar como que articula, como que junta essas peças é que a gente concebe que além das organizações da sociedade civil, das pastorais, dos movimentos sociais que têm prefeituras e o governo do Rio Grande do Sul que tá, digamos assim, ressignificando aquelas práticas antigas que se chamava de geração trabalho e renda para o desenvolvimento local e estava dando uma orientação em direção a política, mais digamos assim, apropriada com quem queria fazer processos diferentes, né. Foi aí que a gente se deparou com o debate também de que ES tem essa vertente de disputar um fundo público importante de se tornar política pública. (GPE8 em 24/11/2020)

Além do Rio Grande do Sul, diferentes projetos e programas foram implementados no período, inovações advindas dos governos subnacionais das regiões do Sudeste, a exemplo das cidades de Santo André e São Paulo, Belém no Norte e Recife no Nordeste. É no início dos anos 2000, portanto, que toda essa efervescência de inovações sociais passa a se reconhecer enquanto tal e avança no sentido de disseminar suas práticas e aprendizados para outros contextos, plantando a semente do que viria a se tornar a Rede de Gestores. De acordo com GPE2:

E eu conhecia os atores que estavam se articulando em torno dessa temática de economia solidária, que era muito recente. Tinham poucas experiências, naquele momento só tinham as experiências do Rio Grande do Sul e não lembro se tinha mais alguma com o nome da economia solidária. Tinha outras experiências no Recife, mas eram políticas de associativismo. Não tinha ainda essa chamada de economia solidária. Que é muito uma virada para os anos 2000, no contexto dos Fóruns Sociais em Porto Alegre. Aí vamos entrar na discussão da Rede, porque bem no meio que começa essa história. (GPE2 em 20/01/2020)

Dessa maneira, encerra-se a primeira fase do caso da Rede de Gestores. Com a análise dos eventos que marcaram o processo de experimentação, inovação e aprendizagem, observou-se diferentes linhas de atuação a partir da narrativa dos gestores e os documentos que dão suporte à referida análise. Em primeiro lugar, destaque para a mobilização diante dos problemas sociais advindos do sistema econômico. Ao mobilizar discursos sobre alternativas centradas em políticas voltadas ao desenvolvimento do território, a ES passa a ser fomentada em diferentes localidades e por diferentes gestores, seja em meio urbano ou em meio rural. Ao final dessa etapa, há produção de novas subjetividades em torno da ideia da ES, além da consolidação de um perfil que fomenta a ES na gestão pública.

5.2.2 Fase II: em busca de um repertório comum



Conforme mencionado, o período que iniciou os anos 2000 foi marcado por diferentes eventos que consolidaram a criação da Rede de Gestores e trouxeram uma nova configuração ao campo da ES no país. Foi nesse período que ocorreram as três primeiras edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, respectivamente em 2001, 2002 e 2003.

O evento se propunha a contrapor-se ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, e representou uma instância importante de debate e reflexão a partir das diferentes origens dos participantes, bem como da organização descentralizada e não deliberativa visando a colaboração dos atores (LEITE; GIL, 2005).

Apesar do caráter não deliberativo, tal espaço foi estratégico para a articulação dos atores que posteriormente deram início às ações do GT Brasileiro de Economia Solidária, bem como na demarcação política dos objetivos do campo da ES. Sobre esse momento, SOC1 relembrou:

O grande marco dessa história da SENAES e do Fórum de ES é o Fórum Social Mundial. O primeiro Fórum Social Mundial de 2001, é...a gente organizou uma mesa de ES que foi muito concorrida, na verdade como a gente se articulou em 2000, né, com a Anteag, começou esse trabalho, aí vinha a expectativa do Fórum, se criou uma articulação de entidade de organizações para promover a atividade do Fórum Social Mundial. Essa articulação é que ficou conhecida como GT Brasileiro de ES, que envolvia na origem a Cáritas Nacional, O IBASE, a FASE [sic], a CUT, que na época era ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) que depois vai criar a Unisol, né, mas a Unisol não existia, existia as redes de desenvolvimento solidário. Estou falando um pouco aqui de memória. (SOC1 em 24/04/2020)

GPE5 também mencionou o Fórum Social Mundial como evento crítico para a estruturação da articulação que levou à construção da Rede de Gestores:

Então, essa foi uma deliberação importante e a outra é que a gente tinha a certeza quando a gente fez aquele evento no Pará de que para fazer crescer tinha que juntar as forças, todo mundo, então isso também foi importante porque se construiu na organização do Fórum Social Mundial em 2001 e daí em diante tu sabe da história toda. (GPE8 em 24/11/2020)

O evento em questão representou, portanto, uma oportunidade de encontro de diferentes organizações e agentes que atuavam pelo país e que produziam novas subjetividades da ES naquele período. Entre as atividades realizadas, damos destaque para a oficina com a temática *Economia Popular Solidária e Autogestão*, que reuniu 1.500 pessoas, apontando para a necessidade de organizar as demandas do movimento de modo a ganhar escala nacional e dialogar com as experiências internacionais (NAGEM; JESUS, 2013). Traduzindo esse anseio, cria-se o GT Brasileiro de Economia Solidária.

5.2.2.1 Da criação do GT Brasileiro até a criação da Rede de Gestores

O grupo denominado GT Brasileiro de Economia Solidária reunia os diferentes segmentos da ES que se observava no período, grande parte deles já mencionada aqui:

- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase);
- Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG);
- Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase);
- Cáritas Brasileira;
- Centro Josué de Castro;
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)/Confederação das Cooperativas de

Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB);

- Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs);
- Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)/Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Unitrabalho.

Além disso, organizações como a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED) compuseram o referido grupo, que tornava-se embrião para a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). De acordo com GPE7, o início dos anos 2000 foi o momento de refletir sobre as táticas e estratégias para operacionalizar a ES no Brasil. Igualmente, foi o momento de reconhecer as diferentes trajetórias dos atores que congregavam as vivências da ES:

começou a criar esse movimento e a partir daí em 2000, nesse intervalo antes da eleição, toda uma conversa sobre a construção d.a ES no Brasil, Fórum Brasileiro, encontros do Fórum Brasileiro, para se formar, como é que a gente fazia, como se organizaria, momentos que a gente se encontrou no Fórum Social Mundial, tudo isso faz parte desse contexto e desse movimento, né? Quando a gente organiza o Fórum começa...é muito vinculado a esse momento, muito enredado. Tínhamos todos uma trajetória, a grande maioria tinha trajetória nos movimentos sociais, populares, sindical ou feminista, de várias populares urbanos, né, igreja, várias trajetórias. Então, é...lembro que no Fórum em Porto Alegre, a gente resolveu criar esse processo de construção do Fórum Brasileiro. (GPE7 em 05/01/2021)

Sobre a participação desses diferentes grupos, o entrevistado SOC1 lembrou:

Bem, importante dizer que nesse processo do GT Brasileiro, eu falei da Cáritas, da FASE, da ...CUT [sic], havia também o FASE [...] e havia também o pessoal da Uni Trabalho [sic]. A Unitrabalho era uma Rede Universitária de incubadoras, tinha a rede de incubadoras, por um lado, porque havia um racha, porque havia a Rede de Incubadoras e a Unitrabalho, que era também uma rede universitária, mas que tinha sido um racha lá no âmbito acadêmico do pessoal que trabalhava com as discussões sobre economia popular, mudança no trabalho, tinha a Unitrabalho e tinha a Rede de Incubadoras. E aí nesse processo também que tinha presença da secretaria, porque o elemento articulador, um dos elementos importantes do GT Brasileiro foi a secretaria estadual lá do Tasso Genro, teve papel importante nessa costura e a partir disso vai sendo constituída também uma Rede de Gestores de ES. Eu não lembro exatamente quando a Rede adentrou aí o grupo, né, não sei...A Rede, pelo que me lembro, estava no GT Brasileiro, antes da criação do Fórum, porque o fórum brasileiro é meio que uma resultante desse processo de mobilização do GT, mas não lembro que a Rede tava no GT mas não estava no iníciozinho, a

Rede vem se somar, foi na época da prefeitura da Marta que tinha a Secretaria de Trabalho, que era ótima, né, e o pessoal começou a se agregar aí. Bem, mas essa memória da Rede de Gestores, exatamente o momento que ela se junta a essa articulação, eu não tenho muita clareza não. (SOC1 em 24/04/2020)

A participação dos gestores públicos no GT foi incorporada no segundo semestre de 2001, de acordo com uma gestora entrevistada. Naquele momento em que se via iniciativas partindo de governos locais com o objetivo de inclusão e participação social, a contribuição dos gestores públicos foi também de organizar encontros, eventos que propiciassem debates e articulação entre os demais atores, a exemplo do conselho de economia solidária de São Paulo, citado por GPE2:

Aí eu assumi em 2001 aqui na prefeitura e tava exatamente nesse momentoaí durante o Forum Social, esse GT organizou um debate nacional e internacional sobre economia solidária e isso ganhou um impulso. Aí o GT Brasil começou a se articular. Eu por conta de ter assumido a coordenação do programa aqui em SP, acabei entrando nesse gt num segundo momento, no segundo semestre de 2001. Mas antes de entrar, a primeira coisa que me ocorreu foi verificar o que tinha de experiência de fomento à economia solidária ou algo que fosse parecido para poder dar uma olhada e pensar o programa de SP. Para além do debate que apareceu de cara na prefeitura que foi a criação de um conselho de economia solidária ligada ao programa, mas com uma institucionalidade de ter sido criada não por lei mas por portaria pelo Márcio, no segundo semestre de 2001. [...] Aí criamos o espaço de debate, este conselho reuniu vários atores, várias ONGs que já começavam a atuar com economia solidária nos distritos. A gente foi estabelecendo esse debate, esse conselho foi presidido pelo Paul Singer na época. (GPE2 em 20/01/2020)

A partir de tal movimentação, a gestão da prefeitura de São Paulo passou a avançar na proposição de atividades para promover a ES nas prefeituras brasileiras. GPE2 se lembrou da viagem para visitar as experiências do Rio Grande do Sul e do primeiro seminário em SP para reunir diferentes governos locais que inspiraram a ideia de constituir uma rede de gestores de políticas públicas de ES:

Aí eu fui para o Rio Grande do Sul, conhecer a experiência de Porto Alegre. Eu sugeri a eles realizar um seminário em SP convidando as prefeituras que já tivessem iniciativas que estavam iniciando naquele momento ou atividades em continuidade de mandatos anteriores. O objetivo era trocar experiências. Esse seminário foi realizado em São Paulo, acho que em 2001, ou início de 2002. A gente fez um seminário a convite do programa oportunidade solidária e o Marcio apoiou a ideia na época. Acho que veio Recife, vieram as do Rio Grande do Sul e mais algumas do nordeste. Acho que tinham umas 15 prefeituras mais o estado do Rio Grande do Sul. E aí a gente fez esse seminário e desse seminário veio a ideia de fazer um fórum de rede de gestores de políticas públicas de economia solidária. (GPE2 em 20/01/2020)

Sobre esse aspecto, GPE7 comentou sobre o propósito de criação da Rede de Gestores, explicitando que desde a concepção estava à busca de interlocução junto ao governo federal:

a ideia da Rede de Gestores era a gente constituir um espaço de articulação dos gestores municipais e estaduais para a gente dialogar com o governo federal e dialogar no sentido de construir políticas integradas, né, políticas articuladas, ou seja complementaridade entre entes federados, municipal, estadual e federal, principalmente, a gente discutiu os fundos públicos, como seria isso, né, a construção e um fundo público de ES surge, inclusive, dessa discussão, como a gente constituir um fundo que até hoje é a grande questão, enfim, quem financia e como financia ES porque a gente queria sair do padrão do financiamento bancário, a gente queria um política pública que pudesse ser de investimentos do Estado nas iniciativas que já existiam da ES ou naquelas que já estavam pelas incubadoras ou que haviam surgido das empresas falidas etc e tal, naquele momento no Sul e Sudeste tinha muita empresa autogestionária que tinha saído da falência e tal. No Nordeste a gente não tem muito isso não, a nossa composição de ES vem muito, sua base vem do campo, dos povos tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, periferias, de artesanato, diferente de outras experiências mais fabris. (GPE7 em 05/01/2021)

GPE8, por sua vez, ao refletir sobre as razões que explicam a criação da Rede de Gestores, relembra que tal articulação permitiu que as ações individuais dos governos locais ganhassem corpo e representatividade no ambiente institucional, sendo um grupo bastante relevante para a estruturação da SENAES, que ocorreria em 2003:

A Rede de Gestores é uma das criadoras das SENAES, foi também um espaço para os gestores, as gestoras, que estavam nos municípios, nos estados, **se encontrassem e não ficassem isolados**, várias redes, várias articulações, então está na origem das SENAES e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, né. (GPE8 em 24/11/2020)

GPE1 também destacou 2003 como um marco para a criação da Rede de Gestores, além de pontuar que a organização em questão não possui razão jurídica nem é formalmente instituída:

Em 2003 a Rede se constituiu oficialmente. Quando eu falo se constituiu é fato que ela se constituiu enquanto rede e não que ela tenha um CNPJ - que até hoje não tem. Isso é importante. A rede não é uma instituição formal. Ela é um agrupamento de pessoas vinculadas às gestões públicas. (GPE1 em 07/01/2020)

A partir do fortalecimento dessas iniciativas, o evento das eleições presidenciais movimentou esse grupo de gestores que, a partir da interação com os demais atores, disputou

para incidir sobre as diretrizes e posicionamento institucional da ES no contexto apresentado, tal como explicita GPE2:

Tanto no processo de transição do governo Lula como nessa discussão que tinha acontecido com as eleições a gente caminha e cria a rede de gestores. Aí a rede de gestores já de cara acaba virando e entra nessa história, no processo. (GPE2 em 20/01/2020)

De modo mais específico, a entrevistada segue relatando a participação direta da rede na construção do plano de governo e na defesa por um espaço institucional para abrigar a ES no governo federal:

De imediato já teve uma discussão de ter uma área dedicada à política de economia solidária. O GT Brasil assume a liderança para debater com o grupo que estava fazendo a transição de governo, a turma do governo Lula que estava fazendo transição. Esse GT teve um diálogo durante a formulação do plano de governo para ver como a economia solidária seria contemplada. (GPE2 em 20/01/2020)

SOC1 também se lembrou desse evento, além de destacar a importância do Fórum Social Mundial enquanto instância de articulação política e abordagem das demandas do GT brasileiro. De acordo com SOC1:

o Lula já vai ter sido eleito, já vai estar presidente, o Lula participa desse Fórum, né, é e a gente começa a discutir no âmbito do GT Brasileiro a possibilidade de fazer uma proposição junto ao governo Lula para criar espaço da ES e a gente...GT brasileiro nessa época, e aí a gente conversa...primeiro, quem deu o apoio importante nesse momento foi a Tânia Bacelar que era uma das coordenadoras do governo de transição que foi instituído...porque antes do Lula assumir, a gente já estava com a expectativa de que haveria espaço no governo, é...então a gente já preparou o Fórum dentro desse ambiente de discussão de qual seria a alternativa melhor. (SOC1 em 24/04/2020)

GPE7, então gestora de Recife, se lembrou que esse evento impulsionou ainda a ideia de aproximar gestores de diferentes governos subnacionais:

lembro que no Fórum em Porto Alegre, a gente resolveu criar esse processo de construção do Fórum Brasileiro, aí já estava na Rede de Gestores, por exemplo, 2000 eu já estava no governo do município de Recife, né, e a gente na eleição de Lula. Em 2003 que a gente resolve constituir esse movimento, na articulação de gestores que já estava em prefeituras e governos estaduais, São Paulo, Recife, Belem, Santo André, se não me engano, e outras prefeituras do Nordeste, de todo o Brasil. (GPE7 em 21/01/2021)

Durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo entre 9 e 10 de dezembro de 2002, foi aprovada uma carta ao governo Lula, *Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento – apresentação de diretrizes e situação da ES no Brasil*, contendo diretrizes gerais da ES e reivindicando a criação da SENAES. Sobre a carta, SOC1 mencionou:

Foi lançado uma carta onde a gente apontava e nesse documento aqui que conta essa história, que a gente aponta um conjunto de proposições no sentido das políticas de ES. (SOC1 em 24/04/2020)

5.2.2.2 Disputando pelo lugar institucional da ES

A disputa pelo lugar institucional da ES pós eleições presidenciais de 2002 foi manifestada por diferentes entrevistados ao relembrar a participação da Rede de Gestores no processo de criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), bem como na definição dos rumos e contornos das políticas de ES que viriam fomentar tal segmento.

Um primeiro ponto de divergência correspondeu à definição do ministério que abrigaria o que viria a ser instituído enquanto SENAES. Isso porque, além das tensões políticas, tais narrativas revelam diferentes concepções conceituais sobre a Economia Solidária enquanto ideia mobilizadora dos gestores públicos. De um lado, orbitava a perspectiva da ES enquanto parte integrante das estratégias das políticas de trabalho e emprego do país, devendo estar ligada, portanto, ao Ministério do Trabalho. Tal defesa da ida ao Ministério do Trabalho também se deu pelo primeiro ministro da referida pasta no período de transição. De acordo com GPE8:

Naquele momento, eu diria que se sentia que era algo importante, mas não era algo tão grandioso de disputar um [...] e o Jaques Vagner que era da equipe de transição que foi o primeiro ministro do Trabalho, ele tinha...o Miguel Rosseto, do Rio Grande do Sul. O Vagner tinha assim a visão de que o espaço tinha que ser o espaço do trabalho. Quando a gente vai da área de política pública para governos, você tem os filtros, você tem toda uma concepção ampla e de ES, do que ela significa, modo de produção etc, mas se faz filtro, um pouco de vincular a ideia de enfrentar a crise do desemprego, de gerar trabalho, e renda para ajudar as pessoas a saírem da pobreza, era um pouco isso. No Fome Zero que é a primeira estratégia, digamos assim, grande de governo que a gente consegue colocar a ES era o Fome Zero que estava dentro do eixo de geração de trabalho e renda, né, é... isso influencia muito o início das SENAES, né, mas a gente vai do Ministério do Trabalho, eu diria, por conta de uma compreensão e o Vagner luta muito por isso, ele compra mesmo a proposta. (GPE8 em 24/11/2020)

SOC1 mencionou que uma das propostas iniciais era a participação do professor Paul Singer como um nome a ocupar uma diretoria social no BNDES, mas que acabou convergindo para o Ministério do Trabalho:

Ainda em preparação ao terceiro Fórum nessas discussões eu lembro que se cogitou que o Paul Singer que era um nome de referência para a gente, de unanimidade viesse a ocupar uma diretoria social no BNDES e...aí se discutia a necessidade de uma secretaria especial, como havia a secretaria do Fome Zero, né, em que a ES pudesse ganhar uma centralidade. A gente conversou na época, tanto com Jaques Vagner, que foi primeiro ministro do Trabalho do Lula, quanto com o Rosseto que era de Desenvolvimento Agrário e aí foi-se construindo a ideia de uma secretaria no ministério do Trabalho. É...e aí foi se desenhando essa possibilidade. (SOC1 em 24/04/2020)

Outra perspectiva, porém, inseria a ES enquanto estratégia de desenvolvimento, defendendo que tais iniciativas deveriam ser assumidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), onde parte do GT brasileiro se situava. Esse debate travado na transição foi elucidado pela entrevistada GPE2:

Isso também tensionado. A rede de gestores na verdade teve uma posição um pouco diferente dos outros atores naquele momento. A rede de gestores achava que a economia solidária deveria ficar no Ministério de Desenvolvimento e não no Ministério do Trabalho. A gente achava que ficar no Ministério do Trabalho mantinha a economia solidária refém de um debate sobre o mundo do trabalho como um mundo do trabalho assalariado. E a gente teria dificuldade de destacar os conceitos que regem a política, das metodologias, dos instrumentos e dos indicadores que viriam para avaliar esta política. Foi bem tenso esse debate, eu me lembro que dentro do GT eu fiquei meio isolada nessa conversa mas enfim, eu acreditava muito nisso. A gente só recuou quando a gente viu quem ia assumir o Ministério do desenvolvimento, não me lembro quem era mas era alguém politicamente completamente...a gente pensou que seria muito difícil construir um espaço lá. Mas as ferramentas a gente achava que tava lá. (GPE2 em 20/01/2020)

Quanto à estrutura organizacional que resultou na SENAES, inicialmente pensada para ser um departamento, o nome do professor Paul Singer pareceu ser fator determinante para elevar o status da referida área a uma Secretaria Nacional. Nas palavras de GPE2:

tinha um debate no início da transição que a economia solidária seria um departamento da secretaria de políticas públicas de emprego, trabalho e renda do Ministério do Trabalho. Mas aí quando GT Brasil apresentou o nome do Singer como um possível nome para assumir uma área nesse campo o debate ganhou outros contornos e aí ficou uma discussão no governo e ninguém sabia direito o que fazer, até que resolveram criar uma Secretaria de Economia Solidária e não mais um departamento. (GPE2 em 20/01/2020)

GPE1 igualmente revelou o papel do prof. Paul Singer enquanto fator determinante para influenciar a aprovação da constituição de um espaço institucional para promoção de políticas desse tema. De acordo com a gestora:

Formalmente, o discurso é assim. A SENAES foi criada e por isso pautou o governo. Na verdade, quem pautou isso foi o Singer. Nunca foi uma pauta prioritária do governo. O Singer foi um lutador, com uma simbologia incrível. (GPE1 em 07/01/2020)

Além disso, a gestora entrevistada mencionou a ideia de que estruturar esse debate por meio de uma secretaria garantiria maior independência para discussões sobre alternativas de trabalho e renda, não sendo refém do debate vigente. Nas palavras de GPE2:

Havia uma ilusão que uma Secretária poderia criar instrumentos mais apropriados e se distanciaria, uma vez que não era um departamento dentro da Secretaria de Emprego, trabalho e renda. Poderia lidar com outros conceitos, com outros instrumentos enfim...Bom, aí caminhou para criar a Secretaria. (GPE2 em 20/01/2020)

Cabe ainda destacar que a tensão entre concepções de trabalho e desenvolvimento travada no período de transição e na constituição da SENAES pode ser entendida enquanto resultante de uma disputa por protagonismo da política que já havia sido assistida nas primeiras experiências do contexto subnacional, conforme lembrou o gestor entrevistado a partir de sua vivência no Rio Grande do Sul:

nós pensamos política de desenvolvimento e a mesma secretaria na época, que era secretaria do trabalho e assistência social, que também queria trabalhar com ES e dentro do governo nós disputamos uma concepção, se a ES ficaria dentro do trabalho da assistência social ou da secretaria do Desenvolvimento e nós defendemos e levamos para o desenvolvimento porque a ES deveria ser uma política de desenvolvimento e não vinculada à ideia de assistência, de apoio social, então isso para mim é marco definitivo, tem um recorte desse debate, falei que ia refrescar a memória conversando contigo, né. (GPE5 em 09/04/2020)

Para o entrevistado GPE5, essas diferentes visões fizeram com que ele se afastasse do campo da ES, revelando sua decepção com os rumos em que a referida política estava sendo configurada:

em 2003 eu me afasto, tomei outro rumo, não me envolvi, não fui a Brasília, não tenho esse giro que muitos colegas nossos fizeram, tá? A partir dali e

também por algumas questões eu acabo não só pelo pessoal, mas também por...digamos, diferenças na forma da política, da relação, também me fez afastar. Algumas estratégias que acabaram se constituindo em 2003, o que virou a SENAES e no princípio não tinha muito acordo, na forma, eu acabei me afastando, minha preferência foi me afastar porque entrar e disputar, tomei outros rumos, tinha outras coisas para fazer, acabei me afastando da ES, assim te confesso que é um pouco diferente, inclusive na forma como eu via que estavam sendo encaminhados. (GPE5 em 09/04/2020)

Aos que ficaram, a criação da SENAES em 2003 representou um marco importante para a condução de um repertório comum ao campo da ES. Por meio do Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 (BRASIL, 2003), estabeleceu-se que a missão da SENAES seria “promover o fortalecimento e a divulgação da ES, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário”. Tal instância foi criada para “colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza”.

No mesmo ato legal, instituiu-se o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), órgão consultivo de interlocução entre governo e sociedade civil, visando o acompanhamento da execução das ações voltadas à política nacional de ES. Tal instância reunia 56 membros, agregando representantes do governo federal, secretarias estaduais de trabalho, representantes dos empreendimentos e outras organizações da sociedade civil e serviços sociais. A presença da Rede de Gestores nessa instância foi mencionada pelos entrevistados:

O conselho nacional era tripartite - cota governo, empreendimentos e instituições da sociedade civil. Na cota do governo, você tinha todos os ministérios. Na hora de compor os ministérios era uma disputa porque não podia estar todo mundo. A rede de gestores tinha uma vaga automaticamente. (GPE1 em 07/01/2020)

GPE2 também destacou o papel do CNES para discutir temas relacionados à municipalização da política e da contribuição da Rede de Gestores, para avançar em termos de institucionalização da política.

A participação no CNES foi bem importante, inclusive no conselho tinham outros ministérios que tinha experiência de municipalização das políticas. Acabou que ali também conseguiu fazer aquele debate que conseguisse avançar na esfera municipal e a gente conseguisse avançar na institucionalização. (GPE2 em 20/01/2020)

Sobre essa instância de participação, o gestor do SENAES entrevistado ressaltou:

Acho que é uma coisa importante, a SENAES sempre apostou no espaço coletivo, né, nos diálogos direto com o Fórum, com a rede, sobretudo com os conselhos de gestão de políticas públicas para nós era...o caminho. Para garantir esses espaços, que os atores estivessem lá, discutissem, debatessem suas divergências, construíssem aquilo que fosse possível e garantissem o controle social da política pública, era a nossa grande esperança, que os conselhos pudessem, depois nós aprendemos que isso só era possível com governos democráticos, e se não fossem governos de perfil democrático, o conselho como é o nosso conselho nacional de ES, quando se tem..muda perfil de governo, o conselho perde toda a sua existência, maioria perdeu. Os que existem já não têm mais quase perderam toda capacidade de influenciar decisão, de consulta etc. (GPE8 em 24/11/2020).

A partir dos encontros mobilizados pelo Fórum Brasileiro Economia Solidária (FBES), que, assim como a Rede de Gestores, se trataram de um desdobramento do GT brasileiro, foi possível a construção de arenas de discussão para a definição de diretrizes e princípios que norteariam a política de ES no nível federal. Nas palavras de GPE2:

Ao mesmo tempo o GT Brasil a partir das organizações da sociedade civil resolvem chamar uma plenária nacional do movimento e aí realizam uma plenária nacional junto com, na mesma semana, que a SENAES foi criada formalmente. Eu me lembro que o ato de abertura foi uma posse simbólica do Singer na história. Então o Fórum, a Rede e a Senaes foram criadas nesse mesmo contexto político e histórico. (GPE2 em 20/01/2020)

5.2.2.3 Gestão do conhecimento, produção de papéis, normas e decretos

Diante desse cenário, a Rede de Gestores iniciou o processo de produção de materiais e informações para influenciar o processo de formulação de políticas públicas de ES pelo país. GPE3 lembrou o início dessa troca de experiências e também do trabalho em produzir materiais para circulação tanto no FBES quanto na formulação de políticas impulsionadas pela SENAES:

Esse primeiro grupo, que éramos 30 gestores mais ou menos, que tive o privilégio de estar junto com eles, pessoas brilhantes, [...], genial, a ideia, a solidariedade em socializar a informação, sabe? A ideia era de escala, sabe, de multiplicação, então era muito importante, muito comum focar tudo, projeto, lei[...] troca de experiências com a questão também de construir uma interlocução, né, que por parte do gestor, na medida que está se constituindo a política pública no âmbito federal, quem seria o interlocutor dos ponto de vista da universidade, que vem a partir do trabalho e das redes....Tinha a interlocução dos empreendimentos que vinham do Forum Brasileiro, necessitava de interlocução do poder público, que era a Rede Nacional, que foi assim...deu grandes contribuições do ponto de vista da formulação da política pública. (GPE3 em 05/03/2020)

GPE2 também destacou a importância da rede enquanto organização de mediação para a construção de um repertório comum sobre ES, bem como de articulação política:

A rede de gestores tinha dois propósitos inicialmente. Um era - e era o principal de origem - era trocar experiência e sistematizar experiências de políticas públicas de economia solidária que estavam acontecendo e começavam a acontecer antes de começar a ter uma linguagem, para criar um repertório comum, conhecer uns aos outros, articular para tentar dar maior visibilidade para isso para tentar fortalecer, principalmente as novas que estavam sendo criadas. Com esse processo político nacional, a rede acaba se instituindo como interlocutor junto a Secretaria Nacional para tentar construir com a Secretaria linhas de atuação conjunta entre governo federal e os municípios. E aí que é importante que estava muito em debate a municipalização da política de trabalho e renda. (GPE2 em 20/01/2020)

Nessa perspectiva, a Rede de Gestores iniciou um processo em pelo menos duas direções principais. A primeira *olhando para si*, ou seja, buscando observar as diferentes práticas, experiências e inovações que já haviam emergido ou estavam prestes a ser implementadas nos primeiros anos pós eleições presidenciais. O segundo movimento correspondeu à atuação *para fora* com os demais atores, se posicionando de forma preponderante na interlocução com a SENAES. As primeiras contribuições da Rede de Gestores no processo de gestão do conhecimento foram destacadas por GPE1:

Outra coisa da rede super importante são as contribuições nas construções das políticas públicas de economia solidária no Brasil nesse período todo, principalmente na SENAES, no conselho nacional a rede cumpriu um papel e cumpre até hoje no debate, na concepção, tanto no nacional como nos municípios. Outra coisa é que a rede mostra que em termos de organização coletiva, quão interessante é esse modelo de rede. (GPE1 em 07/01/2020)

Sob o aspecto prático, a rede também se apresentou enquanto grupo de atores que poderiam fornecer um ferramental útil para diferentes governos subnacionais. Um exemplo citado por mais de duas gestoras públicas entrevistadas corresponde à metodologia de incubação e Projeto de Lei proposto na cidade de São Paulo, no âmbito do programa Oportunidade Solidária (2003 a 2005). Embora não tenha sido aprovado durante o mandato da então prefeita Marta Suplicy (PT-SP), o processo de construção em rede deste documento serviu de base para a construção das normativas que se seguiram sobre a ES nos municípios. De acordo com E2:

A primeira lei proposta de Economia Solidária foi a de SP só que não tivemos tempo de aprová-la. A gente encaminhou para a câmara. Como a gente

sistematizou essa experiência de SP, muitos municípios do Brasil copiaram esse projeto de lei quase *ipsis literis*, de vez em quando eu vejo uma lei municipal e eu vejo que ela é ou uma tradução ou tem muito. Acho que foram 2 anos debatendo aquele projeto de lei com o movimento, na rede. Até chegar numa conceituação que fizesse sentido e convencer os procuradores do município que aquilo fazia sentido. Acho que ele foi muito importante para difundir esse conceito. Mesmo que a lei não garantisse a continuidade, no mínimo era mais um instrumento de luta. No mínimo é mais uma coisa para você tentar que o projeto seja implementado. (GPE2 em 05/01/2020)

Do ponto de vista das ações voltadas à formação dos gestores, houve articulação entre os gestores públicos e o Centro Josué de Castro (Recife) para executar o projeto *Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária*, que visava complementar as capacitações então ofertadas pela SENAES e pela própria rede. Voltadas aos gestores das três esferas de governo, as formações tinham como principal objetivo:

Construir e sistematizar referenciais e estratégias de políticas públicas para a economia solidária e aprimorar o domínio de metodologias de gestão pública, inclusive, o uso de instrumentos e mecanismos institucionais com a participação dos servidores públicos - gestores de políticas públicas das três esferas de governo, em um processo formativo sequencial utilizando oficinas, seminários e encontros. (REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 28-29)

Organizado a partir da realização de videoconferência, 3 oficinas de formação, seminários regionais e 8 encontros regionais, a rede estima que o referido projeto tenha atingido cerca de 1400 gestores públicos (REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008). Sobre o aspecto de formação de gestores, GPE2 destacou a conexão entre a capacitação e os demais debates que estavam acontecendo junto aos demais atores:

E logo de cara nós pensamos na formação de gestores. Ainda no primeiro mandato a gente conseguiu um projetinho de formação de gestores, acho que foi a única coisa que a gente conseguiu. [...] A troca de experiência, a formação de gestores, o espaço para criar uma concepção, o entendimento, o que poderia se integrar ao fórum e aos debates que estavam acontecendo, discutir com o movimento, enriquecendo as políticas. Ter conseguido convencer a SENAES que era importante pensar em uma integração de políticas e entes da federação e que eles pensassem no município como locus. (GPE2 em 05/01/2020)

GPE7 também comentou o papel do referido projeto na ampliação da produção de conhecimento em torno da ideia da ES, bem como retomou o debate sobre ES na perspectiva do desenvolvimento:

foi então quando a Rede de Gestores, eu mantinha o vínculo com a Rede de Gestores e aí se construiu um projeto articulado à Rede de Gestores com a SENAES, para que a gente trabalhasse essa formação dos gestores de como assumir a gestão pública, de como construir uma política de ES, o que é a política de ES, que diretrizes são essas de ES, enfim, tem algumas publicações que você deve ter tido acesso, né, é...cadernos, folhetos, acho que livros também, enfim, foi bastante produtivo, daí surge toda a discussão da ES na perspectiva do desenvolvimento e não na perspectiva compensatória, né, hoje em dia eu questiono essa ideia de desenvolvimento, para mim é uma ideia superada. (GPE1 em 07/01/2020)

Os encontros promovidos no âmbito do projeto permitiram ativar conexões e ampliar o papel mobilizador dos gestores em prol de alternativas viáveis a serem implementadas no contexto subnacional. GPE1 ilustrou tal inserção:

Nisso a rede deu contribuições nos debates e formulações em coisas muito históricas. No Conselho, no Fórum Brasileiro, a gente contribuía muito na qualificação dos debates, na formação e aí que foi se ampliando o grupo de gestores. Teve uma época que tínhamos um projeto que reuniu um grupo de gestores maravilhoso, sabe com aquele perfil que pensava e formulava junto, quebrava a cabeça? Porque a gente conseguiu um determinado período da rede muita formação presencial com projetos. De passar uma semana um grupo de 30 gestores discutindo e formulando e pensando. (GPE1 em 07/01/2020)

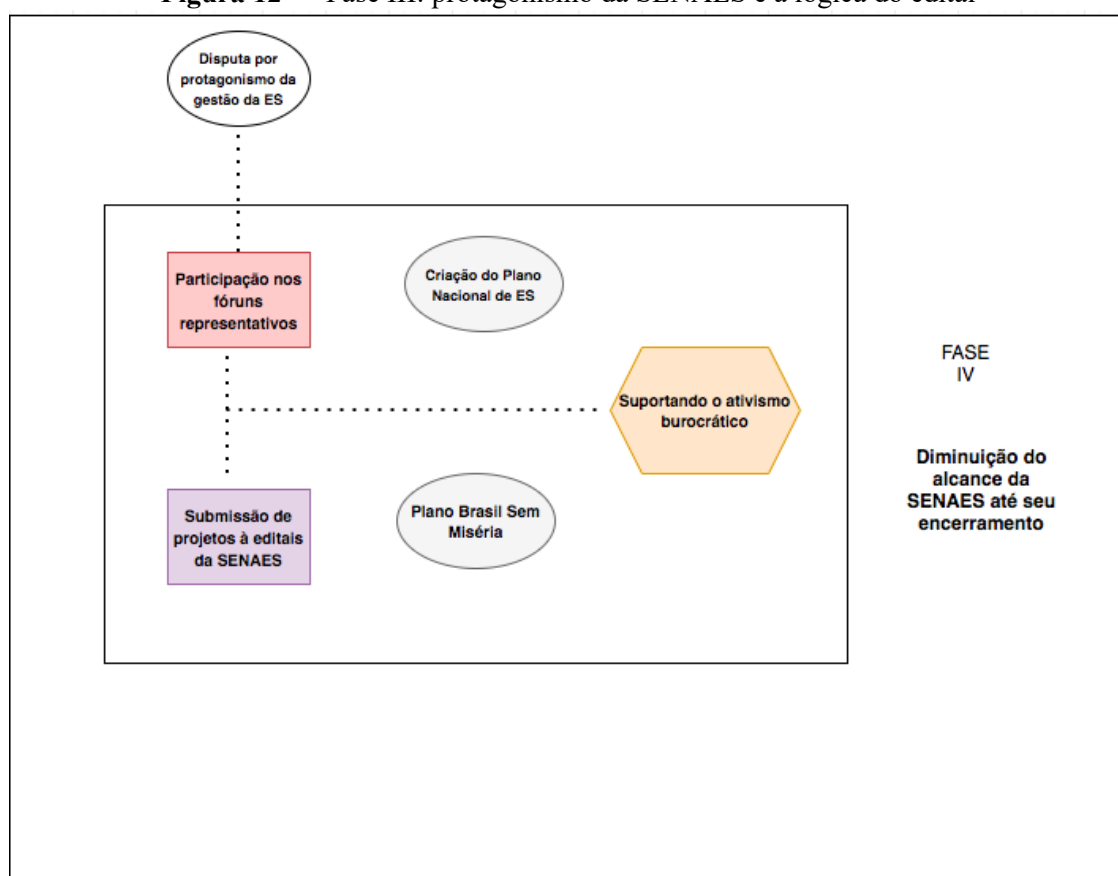
Assim, finaliza-se a segunda fase do caso da Rede de Gestores. Com a análise dos eventos que marcaram o processo de articulação em torno de um Repertório Comum da ES, observa-se diferentes estratégias de atuação da rede para buscar incidir sobre o debate que se estruturou no período descrito.

Em primeiro lugar, atuou diretamente na constituição do GT brasileiro, estreitando a relação com organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Tal articulação em rede possibilitou incidir sobre processos políticos, pautando a temática da ES na campanha eleitoral presidencial e, em seguida, trouxe legitimidade para participar do debate sobre o lugar institucional que a ES deveria ocupar no plano federal. Finalmente, a rede deu suporte ao trabalho institucional no plano subnacional, uma vez que proveu diferentes materiais para a gestão de conhecimento, produção de normas e diretrizes sobre ES.

5.2.3 Fase III: protagonismo da SENAES e a lógica do edital

A terceira fase do processo analisado sobre o papel da Rede de Gestores é marcada por um fortalecimento das ações da SENAES enquanto ente de coordenação e de aporte financeiro e institucional para práticas e políticas de ES no contexto subnacional. Igualmente, foi o período em que a rede continuou seu trabalho de formação junto aos gestores, vindo na SENAES um espaço de interlocução para o avanço de instrumentos e ferramentas para o fortalecimento das políticas públicas de ES. A Figura 12 sintetiza:

Figura 12 — Fase III: protagonismo da SENAES e a lógica do edital



Fonte: Elaboração própria, 2021

5.2.3.1 Disputando por protagonismo na gestão da ES

Para explicar o papel da SENAES e seus recursos frente à atuação dos demais atores do referido campo, é preciso, antes de tudo, refletir sobre mecanismos de coordenação federativa inerentes ao processo de relações intergovernamentais. Se antes os gestores entrevistados destacavam sua militância ou crenças em relação às alternativas que deveriam ser incorporadas, nesse momento percebe-se uma certa disputa por protagonismo entre os fomentadores, ou seja,

quem deveria ser o público-alvo das ações da SENAES no plano subnacional. Afinal, seriam os atores estatais ou entidades de representação e/ou terceiro setor?

A partir da narrativa dos gestores entrevistados, a visão do Secretário Nacional de Economia Solidária, professor Paul Singer, vislumbrava que as ações da SENAES deveriam estar orientadas ao apoio direto dos empreendimentos, sendo construídas a partir dos vínculos e demandas observadas no território. De acordo com GPE2:

Ele tinha sua visão, ele vinha de uma ideia que o Estado deveria ficar o mais longe possível da organização social, ele queria gerar o máximo de autonomia e endogenia dos processos sociais. Mas isso tudo era muito contraditório porque ao mesmo tempo ele estava liderando uma secretaria nacional, que tinha recursos públicos, etc. (GPE2 em 07/01/2020)

GPE2 se lembrou de um episódio sobre a proposição de Centros Públicos (futuramente implementados) em que se destacou a visão de priorizar o orçamento da SENAES para o financiamento de projetos conduzidos pela sociedade civil e movimentos sociais. Nas palavras da entrevistada:

ele dizia que tinha um orçamento em torno de 500 mil reais, uma coisa assim na época, era uma bobagem o orçamento dele. que ele tinha naquele momento mais recursos que projetos. e o que ele queria era que os movimentos sociais mandassem projetos e, a partir dos projetos que chegassem eles iriam selecionar e iam começar a implantar e que ele achava que não era o caso de fazer aquilo com os municípios naquele momento. Foi assim que começou a história. Aí depois de um tempo e ele acabou vindo junto. (GPE2 em 07/01/2020)

A narrativa proferida por GPE3 endossa tal perspectiva sobre a visão de Paul Singer diante da condução da política de ES e da necessidade de protagonismo dos empreendimentos. Nas palavras do gestor entrevistado:

Então o Singer, era a figura que era unânime, então, na verdade, e ele tinha todo esse viés, todo esse poder com a classe trabalhadora, era figura maravilhosa e ele, na verdade, ele inclusive se posicionava numa posição um pouco mais, é....entre os empreendimentos e os gestores, ele claramente tinha a posição a favor dos empreendimentos. (GPE3 em 05/02/2020)

Com efeito, tal visão, de acordo com GPE2, contrastaria com a necessidade de definir instrumentos e recursos de políticas públicas para os entes subnacionais, possibilitando, assim, uma fragilidade da ação em termos de desenho e estrutura. Nas palavras de GPE2:

A rede de gestores passa a tentar uma interlocução. Mas a visão do Singer principalmente no início era que a ação da SENAES deveria ser direta com os empreendimentos, com as entidades da sociedade civil que atuavam com os empreendimentos da economia solidária. Ele não via como uma estratégia integrar as políticas nacional, estaduais e municipais. Não achava que era uma questão. Ele achava que o papel da Secretaria Nacional poderia cumprir era atuando diretamente nas localidades, sem a intermediação de estados e municípios. Isso foi tenso porque exatamente tinha essa questão. O SUS tinha conseguido se municipalizar, mas passava por uma discussão de como municipalizar, o SUAS veio com uma força incrível no início e se municipalizou. E tinha uma discussão que o Ministério do Trabalho conseguisse ter uma política colaborativa que integrasse instrumentos e recursos. Mas o Singer não topou, achou que não era o caso. (GPE2 em 07/01/2020)

De acordo com outro gestor entrevistado, somando-se às diferentes perspectivas sobre a maneira de operacionalizar a ES no contexto subnacional, foram relevadas algumas críticas sobre uma aparente fragilidade do ponto de vista político e da capacidade de angariar recursos e ganhar maior espaço na agenda governamental federal. Nas palavras de SOC1:

Então tinha essa fragilidade do ponto de vista de gestão, do ponto de vista político, não do ponto de vista administrativo, o cara que obviamente empenhado, dedicado, correto, agora do ponto de vista político, você que faz administração sabe que a administração é...exige também habilidade político-institucional (SOC1 em 24/04/2020).

Em reação a essa percepção dos gestores públicos subnacionais, GPE8 — gestor público federal na SENAES — reforçou a característica da ES ser fruto da organização social, necessitando, portanto, construir as iniciativas de fortalecimento a partir das demandas observadas de baixo para cima, destacando o papel dos empreendimentos e da descentralização das ações. De acordo com o entrevistado:

Tem um elemento que acho que é importante, né, o professor Singer era muito forte nisso, ele dizia: nós temos que dialogar, todos os gestores temos que ter essa ideia da descentralização etc. Agora, ele dizia assim: não vamos esperar que o Estado vai construir a ES. Não é o Estado que vai construir a ES. Ele dizia olhando para a gente, para a secretaria, para o governo. A ES só existe graças à teimosia e ao esforço da sociedade. Não é nem das ONGs. Não era assim que Singer refletia, refletia como movimentos, como processos organizados da sociedade. Então, quem tem que construir a ES é a sociedade. Nós estamos aqui para apanhar, não estamos aqui para dizer é isso, que a política é essa. Singer era muito indutivo nesse sentido, indução e dedução para ele se combinava muito bem, ele dizia assim: para a gente definir o que fazer a gente tem que ouvir o que as pessoas querem, o que os empreendimentos querem, quais são as demandas e a partir daí pode ter ideia do que fazer. (GPE8 em 24/11/2020)

As diferentes perspectivas que se desdobram nessa fase revelam a disputa por orçamento e financiamento dos atores locais. De acordo com GPE2:

E o que a gente fez? A rede continuou tentando expandir as políticas aonde a gente podia e continuou tensionando o debate com a Secretaria Nacional. Aí acabou que o debate ficou tensionado, o debate - olhando retrospectivamente - ficou o falso debate como se houvesse uma disputa de recursos entre municípios e o movimento. Quando na verdade a ideia é que pudesse ter um planejamento local integrando os recursos públicos isso nos vários atores locais, a partir de uma realidade local e não pela diretriz nacional [...]
Só sei que esse debate foi indo, em algum momento, principalmente depois da 2ª conferência nacional que começou a discutir um projeto de desenvolvimento mais efetivamente que tinha mais claramente a questão das políticas públicas. Aí na 3ª conferência sai o Plano Nacional de Economia Solidária. (GPE2 em 07/01/2020)

Diante dessa aparente disputa pelo protagonismo na condução das ações de ES no contexto subnacional, a SENAES passou a ser figura preponderante na coordenação e proposição de iniciativas de fomento aos diferentes segmentos da política. Nesse sentido, a partir de chamadas de edital, projetos e convênios, o referido órgão passou a pautar as linhas de atuação do campo da ES. De acordo com o entrevistado SOC1:

Bem, então, esse período então de 2004, 2005, 2006, é muito intenso em relação a esses eixos, ao apoio aos empreendimentos diretamente, pensando formas de financiamento, de apoio a esses empreendimentos, a questão da comercialização, comércio justo, mapeamento, a gente começou trabalhar, cada um tentando contribuir na medida do possível, com essas iniciativas, então as SENAES começou a pautar, né. Aí inverte a história, a gente começa a ser pautado pelas SENAES, né, essa é uma das questões que a gente começou a perceber, o pessoal brincava, a gente fica respondendo a edital, a gente tá correndo atrás, porque na verdade o Fórum Brasileiro de ES ele também se articulando nos estados. Por exemplo, no Rio, já existia o Fórum de Cooperativismo Popular desde 1996, e aí o Fórum(cortou) comercialização, finanças solidárias, né, cadeias produtivas, redes de integração entre os empreendimentos, as feiras, e aí as reuniões eram todas, as SENAES mandou um edital, vocês vão fazer isso...vocês precisam ver quem quer fazer a feira, então a dinâmica do Fórum começou nesse período que vai de 2004 até quando eu saí de lá em 2007, é...começa essa história de responder edital. (SOC1 em 24/04/2020)

Dessa forma, a partir da análise das entrevistas, é possível identificar que, seguido de um período de intenso diálogo nos fóruns participativos, a coordenação da política e a mediação das iniciativas centrou-se na figura da SENAES e explicitou disputas dos demais atores frente ao papel do Estado, sociedade civil e movimentos sociais diante dessa questão. Antes de finalizar a análise da terceira fase, a próxima seção apresenta dados sobre os convênios

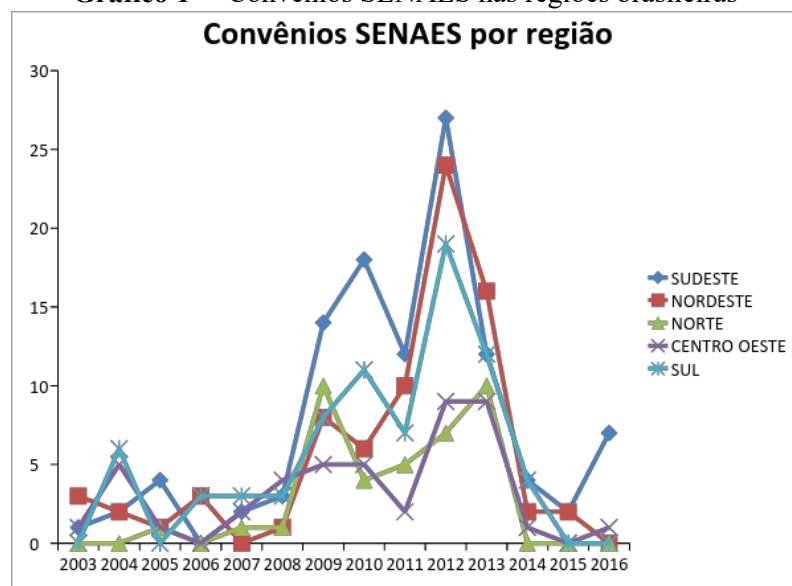
celebrados pela SENAES com órgãos públicos, de modo a ilustrar a distribuição dos recursos e dos projetos apoiados a partir desse instrumento.

5.2.3.2 O papel das Transferências Voluntárias da União (TVU) para atuação nos governos locais

A despeito da disputa por protagonismo da gestão da ES na narrativa analisada dos entrevistados, é importante destacar o papel do financiamento de políticas de ES no contexto subnacional via SENAES e de que maneira tal iniciativa reverberou no cotidiano dos participantes da Rede de Gestores dentro da administração pública. Para tanto, propôs-se realizar uma análise das Transferências Voluntárias da União no período, de modo a ilustrar de que forma os instrumentos pactuados entre as fases anteriores foram materializados e operacionalizados do ponto de vista orçamentário.

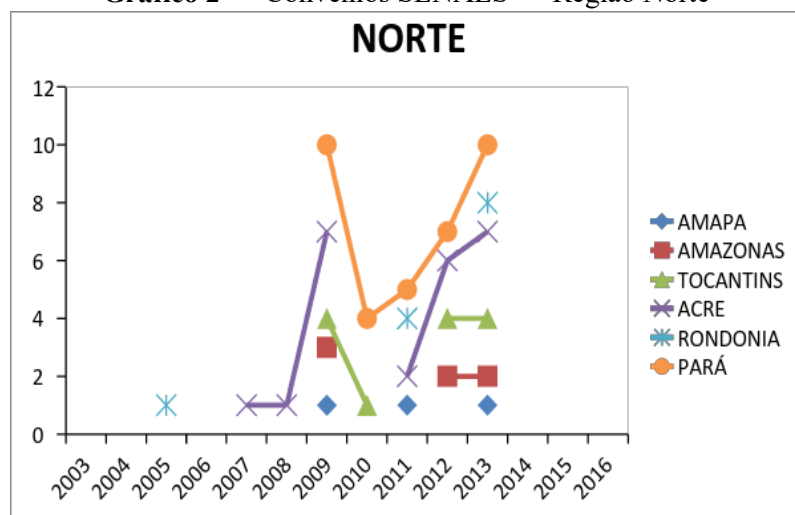
A fim de possibilitar a análise da evolução temporal do uso do mecanismo de TVU pela SENAES, foi adotada como fonte de dados a relação dos convênios exercidos entre entes governamentais disponibilizada pelo Portal da Transparência. Reunindo dados a partir de 1996, inicialmente foi realizado recorte para abranger o período de criação do órgão em questão.

Assim, entre 2003 e 2017, foram identificados 343 convênios celebrados especificamente pela SENAES, enquanto no Ministério do Trabalho e Emprego foram identificados 2.122 convênios no mesmo período. A análise descritiva dos dados em questão considera as dimensões: (i) territorialidade; (ii) volume orçamentário; e (iii) status dos convênios. Assim, do ponto de vista territorial e geográfico, o Gráfico 1 apresenta a distribuição dos convênios por regiões brasileiras ao longo do período estudado.

Gráfico 1 —Convênios SENAES nas regiões brasileiras

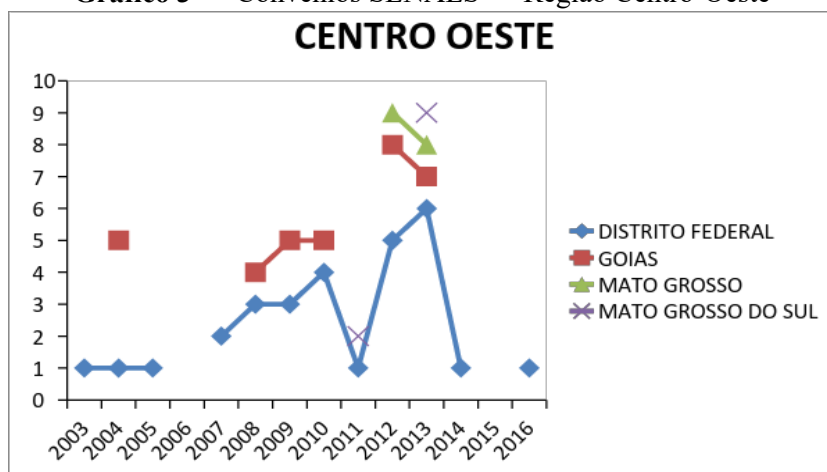
Fonte: Elaboração própria, 2021

A região que concentrou maior número de TVU no período analisado foi a Sudeste, concentrando 31% dos convênios celebrados, seguida pelas regiões Nordeste e Sul do país, ambas com 22% de convênios celebrados entre entes governamentais. Ao aproximar a lente de análise para cada região, é possível identificar que as TVU contemplaram governos subnacionais de todos os estados brasileiros, com exceção de Roraima. Os gráficos 2 e 3 apresentam a evolução das TVU com recorte por estado nas regiões Norte e Centro-Oeste, respectivamente. Quanto à região Norte, é possível identificar que nos primeiros anos da SENAES não foi identificado qualquer convênio celebrado na região, que teve o primeiro contrato celebrado apenas em 2005. De modo geral, o estado do Acre foi o ente federado da referida região que mais recebeu TVU no período analisado.

Gráfico 2 — Convênios SENAES — Região Norte

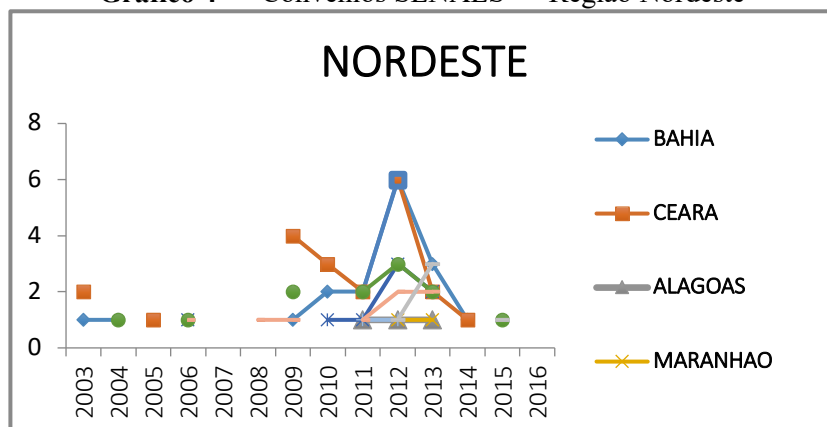
Fonte: Elaboração própria, 2021

A região Centro-Oeste assistiu a um crescimento de TVU a partir de 2007, tendo no Distrito Federal o ente com o maior número de convênios celebrados, seguido do estado de Goiás.

Gráfico 3 — Convênios SENAES — Região Centro-Oeste

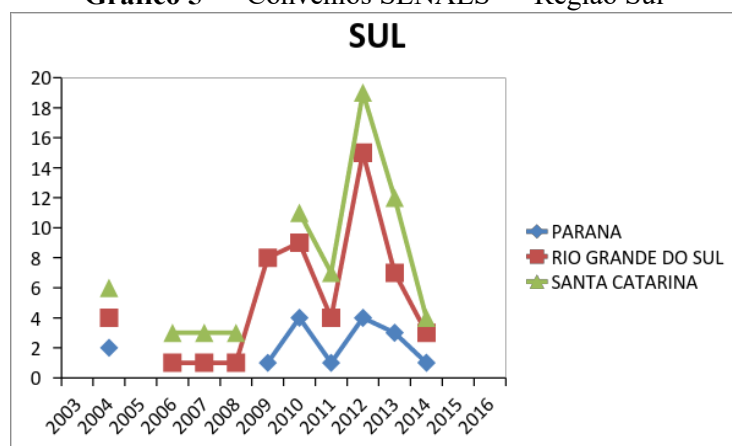
Fonte: Elaboração própria, 2021

Os dados da região Nordeste, por sua vez, indicam que logo nos primeiros anos da SENAES houve a celebração de convênios com o objeto da economia solidária, conforme pode ser visto no Gráfico 4. O estado com maior número de convênios firmados é o Ceará, com 19 projetos ligados a essa temática no período.

Gráfico 4 — Convênios SENAES — Região Nordeste

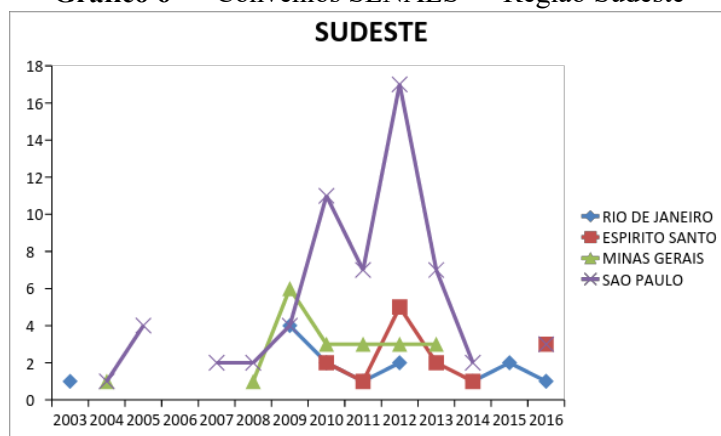
Fonte: Elaboração própria, 2021

Os governos subnacionais da região Sul, conhecida como importante polo para o cooperativismo social, sobretudo no que concerne à Agricultura Familiar, celebraram 76 convênios junto à SENAES, concentrando-se principalmente nos municípios do Rio Grande do Sul. O Gráfico 5 apresenta a evolução do referido mecanismo ao longo do período estudado.

Gráfico 5 — Convênios SENAES — Região Sul

Fonte: Elaboração própria, 2021

Por fim, a região Sudeste apresenta um período em que TVU foram realizadas de forma pontual, e passa a se fortalecer a partir de 2007, conforme ilustra o Gráfico 6. Os governos subnacionais do estado de São Paulo apresentaram maior número de convênios no período, recebendo 55% das transferências governamentais oriundas da SENAES.

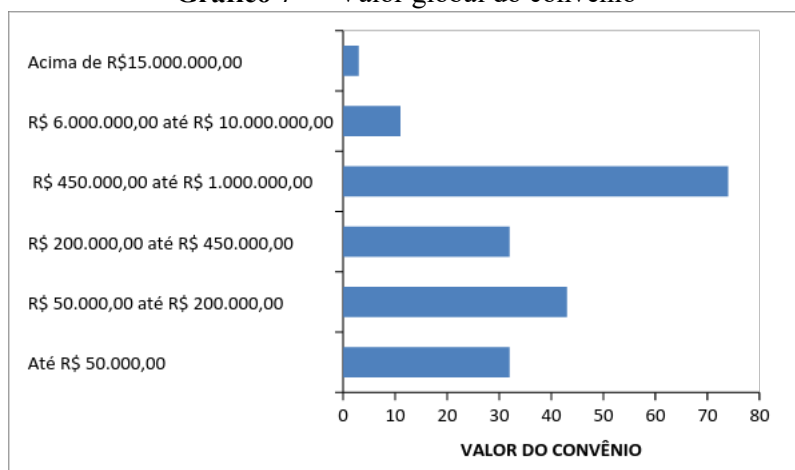
Gráfico 6 — Convênios SENAES — Região Sudeste

Fonte: Elaboração própria, 2021

Traçando um paralelo sobre esse ponto, o Gráfico 7 apresenta os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) sobre o recebimento de apoio, assessoria ou capacitação pelos Empreendimentos da Economia Solidária (EES) no Brasil (19.708 EES), na região Sudeste (3.228 EES), no estado de São Paulo e no município de São Paulo. Observa-se que em geral os EES do estado de São Paulo (1.167 EES) e da sua capital (201 EES) possuem os maiores percentuais.

Apenas no município de São Paulo a formação sociopolítica, autogestão, cooperativismo e economia solidária, e a qualificação técnica e gerencial superam os 50% dos EES. Tal posição corresponde às várias iniciativas que historicamente foram mobilizadas no território, que incluem a criação de Incubadoras Públicas e Universitárias, Centros Públicos e atividades de formação e assessoria técnica junto ao público da Economia Solidária.

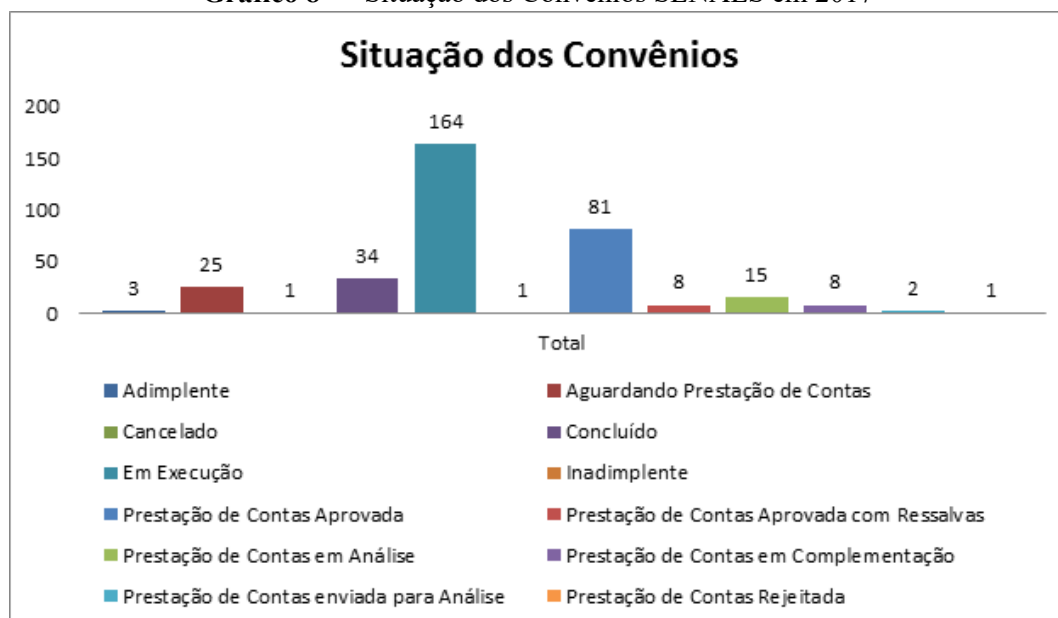
Partindo para a segunda dimensão de análise, no que concerne ao volume orçamentário observado nos convênios firmados junto à SENAES, o Gráfico 7 apresenta os valores das TVU firmadas via SENAES.

Gráfico 7 — Valor global do convênio

Fonte: Elaboração própria, 2021

Dos 343 convênios observados, 43% possuem valor global entre R\$450 mil e R\$1 milhão de reais. Apenas 3 convênios apresentaram valor acima de 15 milhões, sendo dois projetos implementados no Distrito Federal, destinados à Fundação Banco do Brasil e à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e um destinado à Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho do estado de São Paulo, firmado em 2016.

Finalmente, cabe tecer algumas considerações sobre a situação atual dos convênios observados, cenário ilustrado pelo Gráfico 8. Os dados de 2017 indicam que 34 projetos tinham sido concluídos e 164 projetos estariam com o status *em execução*. No entanto, os dados não permitem inferir se, no âmbito local, os recursos foram executados. Além disso, apenas 23% dos convênios tinham suas respectivas prestações de contas aprovadas.

Gráfico 8 — Situação dos Convênios SENAES em 2017

Fonte: Elaboração própria, 2021

Sobre esse cenário, cabem reflexões sobre capacidades locais para efetivar a TVU como mecanismo de fomento para a formulação e implementação de políticas públicas de ES. Isso porque a dimensão técnica parece fundamental para iniciar o processo de captação de recursos junto ao poder público, uma vez que é necessário construir um plano de trabalho em consonância com as diretrizes nacionais, bem como cumprir as exigências legais para a gestão do convênio na plataforma SICONV.

Essa conjuntura impõe desafios ao cotidiano do gestor público, que ainda precisa lidar com o descompasso entre a execução financeira das TVU frente à dinâmica orçamentária praticada nos estados e municípios. Assim, mesmo sendo um *dinheiro carimbado*, o convênio coexiste com as demais ações da administração pública, muitas vezes reproduzindo a rigidez burocrática, ocasionando morosidade na realização e cumprimento do objeto.

Com efeito, a despeito das fragilidades e do baixo volume orçamentário destinado à temática de ES via SENAES, é inegável que os convênios celebrados entre SENAES e entes governamentais foram mecanismos importantes para a viabilidade e estruturação de políticas subnacionais de ES. Ao avançar dos anos, entrando no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011–2014), o programa Brasil Sem Miséria, coordenado pelo MDS, foi um instrumento importante para a proposição de editais e chamadas para financiamento de projetos e programas de ES no cenário subnacional.

Tais ações foram importantes para conectar públicos e outras políticas nacionais e marcos institucionais, a exemplo dos catadores via Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei

nº 12.305/2010; BRASIL, [2020b]), agricultores familiares via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, Lei nº 10.696/2003; BRASIL, [2021a]), e o Plano Nacional de Alimentação Escolar PNAE (11.947/2009; BRASIL, [2020a]). De acordo com o levantamento fornecido por Silva e Schiochet (2013), ao analisar as ações de ES financiadas pelo Brasil Sem Miséria, identificavam 106 projetos voltados a iniciativas de superação da pobreza extrema a partir da alternativa da ES, somando o valor de R\$243 milhões de reais até aquele período, conforme é ilustrado na Figura 13:

Figura 13 — Ações de ES no programa Brasil Sem Miséria

TABELA 2

Ações de ES no PBSM: projetos e recursos por objetivos

Descrição do objetivo	Número de projetos	Valor total dos projetos	Valor da transferência	Valor empenhado até dezembro de 2012
Editais 002 e 003/2011 – Ações integradas de economia solidária para o desenvolvimento local e territorial visando à superação da extrema pobreza.	50	88.423.214,62	78.092.209,81	62.535.529,48
Editais 004/2011 e 003/2012 e Termo de Adesão dos governos estaduais – Fomento a EES e redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos constituídas por catadores e catadoras de materiais recicláveis.	37	108.214.975,66	98.215.786,42	50.840.587,51
Edital 001/2012 – Promoção da formação e apoio à assessoria técnica em ES visando à promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema.	6	14.741.788,86	14.634.468,86	3.889.818,65
Edital 002/2012 – Certificação no SNCJS como instrumento para inclusão social e geração de trabalho e renda.	2	2.536.279,24	2.485.239,84	1.253.271,63
Edital 004/2012 – Apoio, fortalecimento e organização de redes de cooperação solidária com vistas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável e à superação da pobreza extrema.	11	29.148.184,15	28.661.989,15	4.925.494,00
Total	106	243.064.442,53	222.089.694,08	123.444.701,27

Fonte: Dados administrativos da Senaes/MTE.

Fonte: Silva e Schiochet, 2013, p. 76

Sobre o financiamento federal das estratégias subnacionais de ES, GPE1 relembra a partir de sua atuação no município de Osasco:

Por isso, e nós pegamos uma época de ouro - os governos Lula e Dilma - que a gente tinha muito edital para captação de recursos. Então o Pão Sol que tinha a história da alimentação era um projeto com FINEP. Na agricultura urbana a gente tinha projeto com MDS. Então teve vários projetos. O centro público foi projeto da SENAES. (GPE1 em 07/01/2020)

Esse momento foi visto como bastante favorável para a atuação da rede e para a proposição de iniciativas de fomento da ES, a exemplo dos Centros Públicos. De acordo com GPE2:

Até que em algum momento finalmente a SENAES topou abrir um edital para os centros públicos de economia solidária que foi a primeira proposta da rede de gestores de economia solidária. (GPE2 em 20/01/2020)

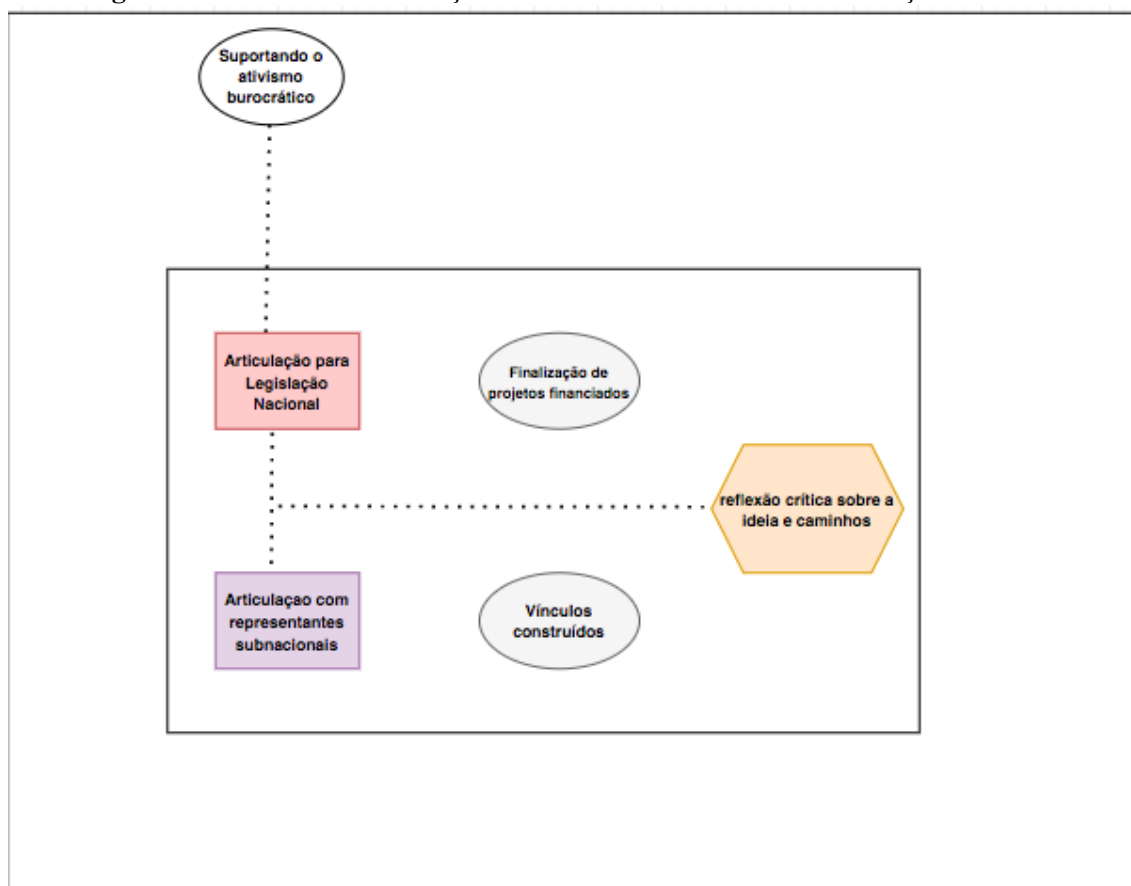
Assim, se encerra a fase III da Rede de Gestores. As entrevistas analisadas revelam o constante conflito entre a figura do gestor e do militante, sendo a atuação militante preponderante para o trabalho de agenciar e contribuir para a criação de novas institucionalidades no cotidiano da administração pública. Sobre essa percepção, GPE1 argumenta:

Quem se integra e participa da rede primeiramente vira militante. Porque encontra ali um espaço para socializar, elaborar, para conceber. Para divergir. Como gestor, ela acaba um espaço, uma ferramenta, um instrumento. Sabe aquela coisa de você não se sentir só? É assim. Outra é que acaba sendo um espaço que propicia construção coletiva mesmo, que propicia você aprofundar algumas questões. Outra coisa da rede super importante são as contribuições nas construções das políticas públicas de economia solidária no Brasil nesse período todo, principalmente na SENAES, no conselho nacional a rede cumpriu um papel e cumpre até hoje no debate, na concepção, tanto no nacional como nos municípios. Outra coisa é que a rede mostra que em termos de organização coletiva, quão interessante é esse modelo de rede. Até hoje a gente não tem clareza se a gente teria que ser uma organização com CNPJ ou se a gente deveria se manter enquanto ator consolidado politicamente que se articula sem ter uma institucionalidade. Isso tem o lado bom e o lado ruim. O lado ruim é que quando a gente quer promover algo mais completo, por exemplo, a gente quer criar um projeto e demanda recursos, demanda parceiros e instrumentos que não são da rede. Mas a gente teve experiências de executar projetos de formação que a gente fez a parceria, conseguimos trabalhar e dar as diretrizes em conjunto. (GPE1 em 07/01/2020)

Nesse sentido, a atuação da Rede de Gestores se destaca pela insistente mobilização e por transitar nas diferentes ações, ora trabalhando na formação e produção de conhecimento, ora atuando no embate político, ou ainda enquanto ativista que pode ganhar mais escala quando coopera e troca com outros atores e em outros espaços.

5.2.4 Fase IV: diminuição do alcance da SENAES até a extinção do MTE

Figura 14 — Fase IV: diminuição do alcance da SENAES até a extinção do MTE



Fonte: Elaboração própria, 2021

A última fase analisada da Rede de Gestores corresponde à sua atuação após a diminuição do alcance das ações da SENAES no plano federal, iniciadas a partir de 2014 até a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), consumada pela Lei 13.844/2019 (BRASIL, [2021b]), em que a então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) se tornou um departamento e teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania. Após um período de aparente protagonismo do governo federal no financiamento e coordenação das ações de ES, o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff foi interrompido pelo processo de impeachment em 2016. Esse período que antecedeu o referido processo já se mostrava desfavorável para a força institucional da agenda de ES, situação agravada pela gestão do presidente Michel Temer (2016–2018). De acordo com o gestor público representando a SENAES:

Antes do golpe já estava ruim a situação, já estava meio assim, já tinha muitas fragilidades e a grande questão é, a ES não ia sobreviver sozinha no governo, tinha que ter cada vez mais proximidade com os outros movimentos sociais. Com o golpe, o que acontece, todos os espaços, que foram conquistados pelos servidores que a gente....setores que historicamente excluídos da sociedade tinham construído alguns espaços, catadores, as mulheres, os jovens, negros, indígenas, agricultura familiar, esses espaços foram esvaziados, né, então, você acaba com a MDA e mantém uma subsecretaria da ES, faz diferença, os dois perderam, então...eu diria que 2016 foi o ano mais difícil porque a gente está já vivendo aquela fragilidade e tinha aquela história, você tinha que lutar pelo país, né, depois contra o golpe, depois contra as políticas neoliberais decorrentes, ultra neoliberalismo decorrente do golpe, então, sabia que tinha que fazer esforços muito maiores e ao mesmo tempo não perder aquilo que tinha de ES, né. (GPE8 em 24/11/2020)

SOC1 também aponta que, a partir de 2016, as ações de mobilização e debate animadas pela SENAES diminuíram e o fizeram se afastar do debate nacional sobre ES:

Tanto é que quando se desarticula a secretaria a partir do golpe de 16, eu já não acompanho, me chamam eventualmente, já participei de algumas atividades, a última atividade que eu participei de caráter nacional de ES foi o balanço de 10 anos, em 2013, houve um balanço. (SOC1 em 24/04/2020)

GPE4, por sua vez, destacou o impacto da saída do professor Paul Singer enquanto evento crítico para os projetos em andamento da rede:

Só que aí também coincidiu com um processo do impeachment da Dilma e as Senaes ficou enfraquecida, o Paul Singer saiu, foi logo no início de 2016, aquele processo, o Paul saiu, a equipe também saiu veio um outro pessoal que não tinha uma história de entendimento, da própria lógica da economia solidária que a gente vinha pautando isso, dificultou um pouco, arrastou algumas coisas que a gente estava conseguindo avançar em relação aos projetos, dificultou um pouco. (GPE4 em 16/02/2020)

GE2 também destacou a fragilidade de espaços de representação diante das mudanças no contexto institucional:

Acabou a Secretaria Nacional. O fórum não teve força, tudo bem que ninguém teve força pra nada, então não é um demérito do fórum. Ninguém tá conseguindo impedir a desgraça que foi a reforma trabalhista [...].

Diante do contexto institucional no plano federal, a Rede de Gestores passou a se reunir para pressionar normativas ligadas à política pública de ES ao mesmo tempo que se

reorganizava na articulação com entidades de representação e movimentos sociais. Sobre isso, GPE8 comentou sobre as iniciativas no âmbito do FBES:

Num determinado momento, em 2017, tinha a coisa que tinha que repensar o próprio movimento da ES, né? Como que se reorganiza desse contexto que estava vivendo. Tinha que se enfrentar as divergências, além de fortalecer a frente Brasil popular, mas tinha que pensar a ES e tinha uma divergência que era assim, não, o que a gente tem que fazer é fortalecer o Fórum Brasileiro e ali estava se criando a Unicopas, então parecia ser uma ameaça ao Fórum Brasileiro, parecia, furada essa dicotomia no meu entendimento. (GPE8 em 24/11/2020)

Para os gestores entrevistados, o aparente descompasso entre legislação nacional e avanços subnacionais representavam risco para a continuidade e fortalecimento das ações ao longo do tempo. Sendo assim, a primeira frente de articulação correspondeu à participação de audiências públicas na Câmara dos Deputados para discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 137 de 2017 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017) e aprovado pelo Congresso em 2019. Entre os pontos abrangidos pela lei está a melhor caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), bem como a definição da Política Nacional de ES e a criação de um Sistema Nacional da Economia Solidária.

Outra frente de atuação da rede se concentrou no âmbito subnacional, tendo nos estados esferas de articulação e coordenação. De acordo com GPE3, esse tema foi trabalhado dentro dos encontros regionais celebrados pela Rede de Gestores naquele período:

Com a tragédia do Golpe, das políticas no âmbito federal, né, deu sim um suporte importante da política pública e acho que hoje se transfere para outro âmbito, que são os governos do Estado. Isso eu defendi muito dentro do âmbito da discussão desse projeto que eu estava fazendo, da importância dos estados assumirem o papel que as SENAES tinha, particularmente Ceará, o Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, que estavam levando políticas no âmbito estadual, o próprio Rio de Janeiro, quer dizer...o Rio Grande do Sul, mesmo com governos conservadores. Vocês querem ter capilaridade, passa necessariamente por estreitar as relações com o município. Eu penso que hoje o limite, a perspectiva que existe são esses estados se articularem, assumirem a rede nacional de ES e a partir dela fazer essa ação dentro dos seus estados, articulados...interestadual e atuar depois especificamente dentro dos seus estados, através dos seus municípios. (GPE3 em 05/02/2020)

Ainda na ação junto ao contexto subnacional, a Rede de Gestores passou a se aproximar de entidades de articulação e representação de governos subnacionais, a exemplo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), de modo a participar de eventos e discussões mobilizadas pelas referidas entidades e continuar o trabalho de disseminação de políticas de ES no Brasil.

Ao final dessa fase, e com o encerramento de projetos financiadores da secretaria executiva e operacional da rede, o que resiste é a militância e os laços construídos ao longo do tempo, além de tentativas para incidir novamente sobre o contexto institucional. Há, ainda, a reflexão crítica sobre os percursos trilhados e as aprendizagens colhidas. GPE2 realizou um balanço ao observar a trajetória e evolução da Rede de Gestores, dirigindo suas reflexões para o aspecto macro do desenho institucional da política de ES. O primeiro ponto destacado foi a distinção entre políticas de mercado de trabalho e políticas de trabalho desenvolvidas no plano federal. Nas palavras da entrevistada:

E as verdadeiras políticas de trabalho não estão no ministério do trabalho. O Ministério sempre tinha políticas de mercado de trabalho que é muito diferente de políticas de trabalho. Política de trabalho quem faz são os ministérios que lidam com o investimento, é o BNDES, é o ministério de desenvolvimento com políticas de indução da atividade econômica, desenvolvimento agrário, agricultura, são ministérios que operam investimentos, as políticas habitacionais, saneamento básico. Esses ministérios têm instrumentos de investimento que de fato conseguem, a partir disso, discutir estratégia de desenvolvimento. (GPE2 em 20/01/2020)

A segunda reflexão se relaciona com as dificuldades em torno do processo de institucionalização da política de ES no contexto subnacional. Para GPE2, a dificuldade em estabelecer a obrigatoriedade de estados e municípios adotarem programas dessa natureza deriva da ausência de um sistema que disciplinasse esse tema em todo o país, assim como é feito na saúde, educação ou assistência social. De acordo com a gestora:

A gente vive de gestão em gestão. A institucionalização das políticas públicas no Brasil, tirando aquela que a constituição federal diz que tem que ter institucionalização, que são políticas que o Estado não conseguem operar - Educação, Saúde e Assistência Social. Todas as outras acontece se der, não tem nada que obrigue. Mesmo quando tem plano municipal fica condicionado à existência de recursos, os municípios mais que a união se veem comprimidos pelo orçamento obrigatório. (GPE2 em 20/01/2020)

Adicionalmente, a entrevistada apontou para a dispersão dos grupos e empreendimentos de ES no território, dificultando a continuidade das políticas no plano subnacional:

A não institucionalização que é decorrente de não aprovação de lei, um dos problemas disso não ter sido feito é porque não há obrigatoriedade de estados e municípios ter esse tipo de ação. Pensando que a economia solidária fica vinculada a questão do trabalho. Trabalho não é uma obrigação do município. Então para mim é um dos fatores de baixa institucionalização. O outro fator é a dispersão do movimento da economia solidária no território. A economia

solidária precisa avançar muito na discussão de desenvolvimento local ou desenvolvimento territorial, o conceito que quiser colocar. Local não precisa necessariamente ser um município, mas ter uma densidade em uma localidade, ser importante para aquelas comunidades, para fazer alguma diferença na vida das pessoas. E mesmo que sejam para poucas pessoas, conseguir mostrar a importância disso. A política vai ser do tamanho da demanda. (GPE2 em 20/01/2020)

Nesse sentido, na ausência de densidade de organizações alternativas no território, a articulação com o movimento social de ES se torna crucial:

O movimento consegue quando encontra um bom interlocutor ou alguém que já tenha compromisso, alguém que se sensibilize, alguém que venha do movimento, algum gestor maluco que tope encarar, e aí sai catando misérias de recursos no orçamento para fazer. Se você olhar o mapa da economia solidária são poucos os municípios brasileiros que tem uma densidade mínima de empreendimentos. Isso faz toda diferença, uma coisa é você mexer em uma política de saúde, educação e ter toda uma população contra. Outra é uma política de economia solidária que vão afetar 10 empreendimentos que estão espalhados no território, não tem impacto. (GPE2 em 20/01/2020)

Dessa maneira, na constituição de programas de fomento de ES, seria importante prever e incentivar vínculos com diferentes organizações da sociedade civil do território, bem como com entidades de representação, para que em um contexto de descontinuidade política uma pressão social pudesse ser exercida e, conseqüentemente, a política fosse fortalecida.

5.3 CONSEQUÊNCIAS

5.3.1 ES enquanto discurso

A análise das entrevistas e os documentos observados permitem dizer que as ações da rede se voltaram para incidir sobre o processo de significação sobre ES, a partir das diferentes experimentações vivenciadas ao longo do processo histórico por diferentes segmentos da sociedade.

A experiência ressalta o caráter emancipador da ES enquanto ideia crítica que busca a transformação da sociedade, além de avançar na compreensão sobre políticas de fomento de ES e articulação em rede. A ideia crítica de ES foi mobilizada como reação a problemas socioeconômicos, e se adaptou a partir do contexto institucional. A fala de GPE3 aponta para esse sentido, ao sustentar a pertinência do conceito, mesmo com o encerramento da SENAES:

Porque a SENAES acabou, é uma mera ficção o que existe hoje. não tem nada, não tem ideia do que vai fazer. Por outro lado, a ES cada vez mais atual, vai contrária ao discurso do ódio, da intolerância, do individualismo, da concorrência, governo de exclusão, terceirização que na prática sinaliza que todo mundo tem que ter um cafetão, para poder trabalhar. (GPE3 em 05/02/2020)

GPE8 relacionou a pertinência da ideia de ES também em um contexto de pandemia. Destacou experiências de produção de máscaras e iniciativas de segurança alimentar articuladas no Brasil, e que a Rede de Gestores promoveu diferentes encontros virtuais para disseminar e dar visibilidade para tais iniciativas. Na visão dele, reforça-se a contribuição dessa iniciativa diante do desemprego e miséria por meio da solidariedade e trabalho associado. Nas palavras de GPE8:

a Rede de Gestores fez umas lives muito interessantes para debater, construir uma plataforma, né, de nossos aprendizados, mas também foi interessante esse ano, mesmo com toda a dificuldade porque na pandemia a ES também mostrou ter muitos sinais da presença de ES, seja do ponto de vista de solidariedade, as ações de MST são sensacionais, de mostrar naquela dicotomia, economia. Olha precisamos fazer outra economia, isso aqui que a gente tem que garantir que as pessoas possam viver. Redes de máscaras pelo Brasil inteiro, produção, distribuição para a população mais pobre, ações diversas de solidariedade e disputa de política pública porque a criança não vai para a escola então deixa de ter aquela merenda escolar, então entrega cesta básica na casa das crianças, de quem? Tem que ser da agricultura familiar então, né. A agricultura familiar vai disputar, a ES vai em vários lugares se propor a organizar as pessoas, cada um nas suas casas, essas mulheres com máquinas de costura, produzindo máscara, produzindo material aqui no Rio Grande do Norte há todo um processo, é lento porque política pública, meu Deus, é muito difícil, mas a rede de confecções para produzir material hospitalar, lençóis, batas etc. (GPE8 24/11/2020)

Há também movimentos para problematização do discurso compartilhado de ES, de modo que ele possa ser atualizado a partir de novas influências e tendências sociais. GPE7 argumenta que a dimensão ecológica e a relação com a natureza devem ser ressignificadas na visão da esquerda e nas visões da ES. Nas palavras dela:

Desenvolvimento para mim é uma outra perspectiva que se coloca hoje. O desenvolvimento não trouxe, muito pelo contrário, exploração da natureza, do consumo desenfreado, desenvolvimento muito mais na perspectiva econômica do mercado do que propriamente uma situação de bem estar, principalmente um desenvolvimento com sua visão colonialista, né, é um modelo que se implanta a partir de um centro, né, de um modelo que tem que ser igual para todo mundo, então perde a diversidade, perde a pluralidade territorial, perde as diferenciações e tudo o mais, você cria uma homogeneidade que é isso que interessa à visão desenvolvimentista da

economia, de mercado, etc, e da sociedade e cria padrões que o Estado possa controlar, mesmo aquele modelo, vamos dizer assim desenvolvimentista mais à esquerda e tal, mas com aquela ideia de planejamento, mas que no fundo ainda é a mesma perspectiva de exploração da natureza, enfim...do industrialismo e do urbano, uma negação muito forte da importância da produção de alimentos, negando o rural como não sendo importante, o rural como atrasado, várias questões que estão aí dentro. (GPE7 em 05/01/2021)

Finalmente, há a consequência para o discurso de ES sobre o próprio exercício do gestor público em seu cotidiano, disputando por protagonismo nesse campo para propor modelos, iniciativas e instrumentos para colocar em prática tais imaginários sociais.

5.3.2 ES enquanto movimento social

O processo de constituição da rede ilumina o trânsito institucional dos atores, ora agindo como ativista, ora agindo diretamente na burocracia do contexto subnacional. Com efeito, ao partir para a gestão pública, há conflitos de identidade e disputas por recursos comuns.

Como consequência para o movimento de ES, o caso da Rede de Gestores ainda aponta para formas de ação coletiva, pautadas em alianças com diferentes segmentos da sociedade em busca de valorização da temática no ambiente macro. Ao longo do processo, foram realizadas diferentes ações no sentido de influenciar processos organizacionais, ativados tanto em mobilizações *extrainstitucionais*, a exemplo do GT brasileiro, quanto partidas de *dentro*, sobretudo no contexto subnacional. A importância do ativismo burocrático para romper com os limites e as barreiras identificadas é destaque nas narrativas analisadas. A articulação em rede possibilita reforço mútuo para dar maior visibilidade a práticas prefigurativas e promover aprendizagens e inovações rumo a mudanças sociais que se almejam em conjunto. Ressalta-se ainda a dimensão de ES enquanto projeto político, conforme é ilustrado no trecho de GPE2:

Nesse contexto que estamos, onde a economia solidária disputa um lugar ao sol com o capitalismo em um Estado que é todo formatado para empresa capitalista. Esses são os grandes dilemas das teorias dos movimentos sociais. Quando os movimentos sociais nos anos 80 conseguiram ter força aglutinadora o SUS veio, a educação avançou a municipalização, avançou a descentralização da tomada de decisão, além da descentralização de recursos, a criação de conselhos. Quando os movimentos sociais conseguiram ter essa força foi, as coisas avançaram. Agora você acha que o Estado vai se democratizar por conta própria no Brasil? A economia solidária é essencialmente falar da democratização, assim como qualquer política pública, no sentido que todos os grupos sociais devam ser contemplados. (GPE2 em 20/01/2020)

5.3.3 ES enquanto ação pública

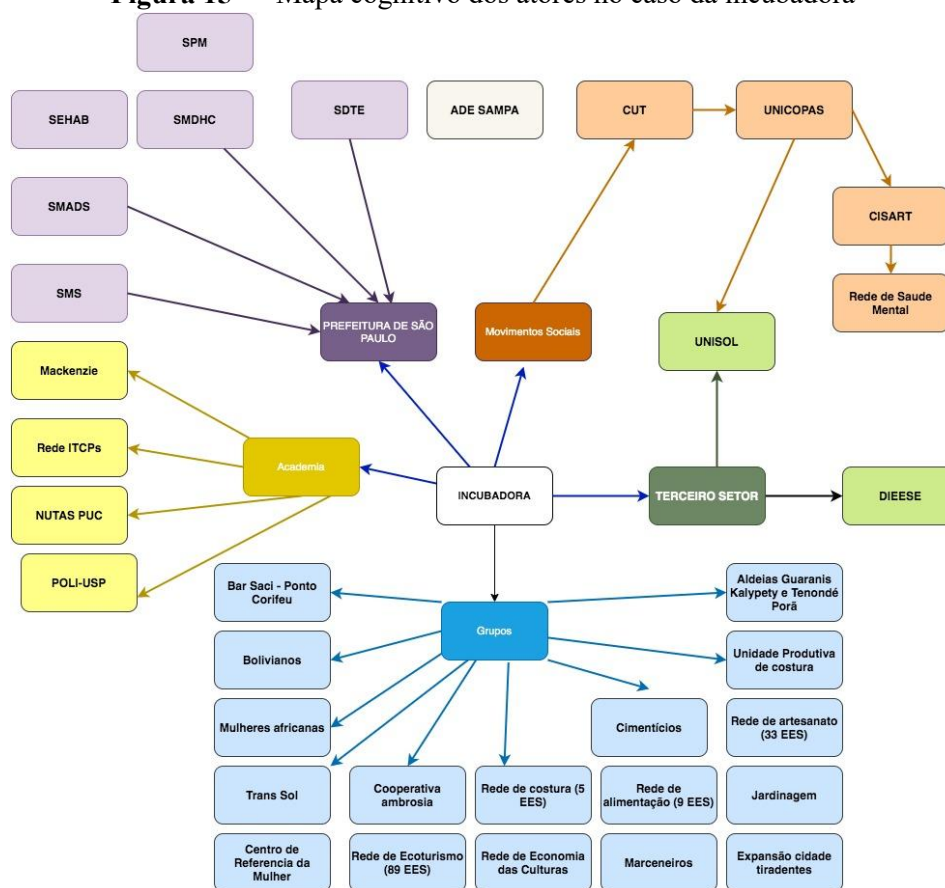
As consequências para a ação pública de ES são manifestadas por diferentes instrumentos técnicos e simbólicos. Do ponto de vista técnico, o processo da rede demonstra a importância de trabalhar em normativas, cartilhas de formação, entre outros.

Ao agir diretamente para a delimitação de equipamentos públicos nos moldes das Incubadoras Públicas e Centros Públicos, a Rede de Gestores contribuiu para referenciais sobre modelos organizacionais alternativos e que pudessem fomentar esse ambiente. A análise das entrevistas iluminam o esforço cotidiano em mobilizar instrumentos técnicos simbólicos para que tal ideia seja apropriada dentro da administração pública, requerendo processos de persuasão e convencimento, de modo a reunir aliados e parceiros em busca de objetivos comuns, a despeito de repertórios e contextos institucionais diversos.

6 INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE SÃO PAULO: APRESENTAÇÃO DO CASO E ANÁLISE

Este capítulo apresenta os resultados identificados com a análise do caso da Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários. Fundada em 2015, trata-se de uma tentativa de reconstituir programas municipais voltados ao fomento da ES no município de São Paulo, mobilizando diferentes estruturas que partem do governo subnacional e estabelecem interações com o terceiro setor e participantes organizados e não organizados. O conjunto de atores citados pelos narradores está no mapa cognitivo ilustrado na Figura 15. Antes de avançar, porém, cabe mencionar que trata-se da primeira experiência de objeto de análise, em que as primeiras versões de roteiro de pesquisa foram aplicadas e os dados foram interpretados a partir disso, foram aprimoradas as técnicas e instrumentos de coleta de dados, além de buscar alterações na configuração analítica e processual do referido caso.

Figura 15 — Mapa cognitivo dos atores no caso da incubadora



Fonte: Elaboração própria, 2021

6.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL E INTERACIONAL

São Paulo possui 12,087 milhões de habitantes distribuídos em 1.521 km². Desses, 37% se declararam negros e 0,12% pertenciam à população indígena (IBGE, [2010]). A pirâmide etária está concentrada na faixa de 20 a 64 anos, com quase 6,4 milhões de habitantes na população economicamente ativa. Do ponto de vista econômico, as atividades estão concentradas em serviço (46,3%), seguidas pelo comércio (39,4%) e indústria (11,9%) (IBGE, [2021b]). Apesar do alto potencial econômico, há 102.788 pessoas abaixo da linha de extrema pobreza, bem como um cenário de alta informalidade. No final de 2016, a taxa de desemprego era de 15,3% (DIEESE, 2016).

Antes do governo de Fernando Haddad em janeiro de 2013, a cidade tinha sido governada por diferentes tendências políticas desde o período da redemocratização brasileira. O município foi governado por Luiza Erundina do PT (1989–1992), Paulo Maluf (1993–1996) e Celso Pitta então do PPB (1997–2000), Marta Suplicy do PT (2001–2004), José Serra do PSDB (2005–2006) e Gilberto Kassab do então DEM (2006–2012). Chama atenção o curto período de cada gestão, o que destoa do padrão de reeleição de governantes observado em outros municípios e âmbitos federativos.

É diante de um cenário de fragmentação das experiências e de dispersão de grupos e redes de ES no contexto paulistano que a iniciativa da Incubadora Pública emerge. Antes de avançar, contudo, cabe compreender as diferentes trajetórias e *frames* interpretativos identificados nos grupos examinados.

6.1.1 Trajetórias e *frames*

Os entrevistados que participaram da experiência da incubadora mobilizam diferentes trajetórias assentadas em: (i) ativismo da sociedade civil e movimentos sociais; (ii) atuação em organizações alternativas; e (iii) prefeitura de SP. Cada uma dessas trajetórias é descrita a seguir.

6.1.1.1 *Ativismo da sociedade civil e movimentos sociais*

Os entrevistados mencionaram passagens em movimentos estudantis e de base sindical como marcadores para inserção no movimento da ES. SOC2, que atualmente ocupa cargo de liderança nacional na UNISOL, ilustra esse percurso ao conectar sua formação acadêmica em

Ciências Sociais e aproximação com modelos alternativos de organização na região da grande São Paulo:

Eu comecei minha atividade social e política no movimento estudantil. Comecei com grêmios estudantis e depois também na universidade, mas sempre dentro de uma lógica que é chamada como extensionista. Atuei com grupos culturais. No Hardcore realizamos eventos e shows para levantar recursos para ocupações. Participei do centro cultural Florestan Fernandes em Guarulhos que produzia formações em geral e de atividades culturais. Lá eu pude ter contato com o que veio a ser o MTST, que era um pouco essa visão de transformar as ocupações rurais que já eram tradicionais no Brasil em processos de ocupações urbanas.

[...] Quando vou para para Universidade meu primeiro interesse é identificar como fazer para o movimento estudantil se ligar ao movimento das lutas populares e da luta sindical. Naquela ideia de “trabalhadores estudantes”, como fazer isso? E aí eu fui do centro acadêmico de Ciências Sociais por duas gestões. Lá eu conheci a Incubadora de cooperativas, no caso da PUC, ligada a UNITRABALHO e através dela, a gente começou a acompanhar as experiências de catadores de materiais recicláveis, depois acompanhamos também cooperativas ligadas ao movimento de moradia, enfim, até a vários segmentos. E lá eu conheci também o que a gente chama hoje de cooperativismo e associativismo social, ligados à saúde, dentro daquela ideia da economia solidária promovendo o SUS. (SOC2 em 18/12/2019)

Seguindo seu relato, SOC2 também demonstrou sua atuação em eventos de articulação com outros países da América Latina, além da participação em eventos históricos do movimento de ES, como o Fórum Social Mundial e a constituição do FBES e da SENAES:

E aí eu continuo pós Universidade com esses movimentos populares também da Argentina de forma muito intensa em outras organizações, e aí eu começo a militar de forma muito orgânica no primeiro Fórum Social Mundial. Participo do Acampamento Intercontinental da Juventude e conheço o que seria o início do I Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Estava presente quando anunciou-se a criação da SENAES, na época o grupo político que eu atuava foi para a diretoria de fomento da SENAES, umas das mais importantes diretorias. Aí nunca mais parei. (SOC2 em 18/12/2019)

Ao situar a UNISOL no movimento de ES, discorreu sobre a atuação da referida organização detalhando sua interação com a experiência de empresas recuperadas no Brasil, além das interlocuções com diferentes entidades de representação e movimentos sociais:

UNISOL Brasil surge da UNISOL São Paulo e da experiência de Empresas Recuperadas. A UNISOL SP começou a congrega outras experiências da

economia solidária da área de confecção, artesanato, cooperativismo e associativismo social, na área de milho e policultura, apicultura, enfim, um universo.... é assim se torna uma importante central de cooperativa do campo solidário. Mais recentemente a UNISOL Brasil, superando divergências, superando outros problemas no campo da economia solidária, tomou uma iniciativa e foi uma das grandes impulsionadoras da formação da UNICOPAS, que reúne a UNISOL, a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Aliás, estamos realizando esta entrevista no armazém do campo com produtos das cooperativas ligadas aos assentamentos rurais e do MST. O armazém tem os produtos da CONCRAB. (SOC2 em 18/12/2019)

Se SOC2 destacou a articulação entre sua trajetória acadêmica e profissional com organizações coletivas e representativas para explicar sua aproximação com ES, GPE10 destacou sua trajetória no cooperativismo e na atuação prática na sociedade civil junto à população em situação de rua, que data dos anos 1980. Nas palavras da entrevistada:

eu comecei a trabalhar em 88, com pessoas, nunca trabalhei em escritório, mas na década de 90 foi que eu entrei para trabalhar com a população de rua. Esse trabalho tinha o eixo de trabalhar a comunidade dos sofrendores de rua, trabalhar na confecção da sopa, para entender o trabalho dos catadores na cooperativa. Eu fui contratada para trabalhar com a cooperativa, com a Copamaris, a primeira cooperativa de São Paulo, é...só que para mim entender a funcionalidade da Copamaris eu tinha que entender como que era...como o morador de rua vivia, como reagia a determinados tipos de ações...aí eu comecei na Sopa do Glicério, fazia o sopão, eu era a M.das Facas, assim que era conhecida, eu tinha uma bolsa de faca onde eu recrutava os moradores de rua para cortar legumes, para fazer a sopa ali na frente deles. A primeira vez que eu cheguei, eu abaixei a cabeça, eu lembro que quando eu levantei tinha um mundo na minha frente que eu não conhecia, eu não tinha noção do que era...e lembro que sofri muito, apanhei demais para aprender a trabalhar, foi tudo muito difícil, então eu tive que dormir na rua, tive que ir puxar carrinho junto com catador, conhecer os materiais, para conhecer o universo deles e aí desenvolver o trabalho na cooperativa, foi assim que comecei. Só que eu não sabia que isso era ES e eu já fazia antes dela ser implementada, anos 90, eu já trabalhava com a cooperativa, com a gestão, com as reuniões, com a organização do trabalho, junto com os catadores, com organização da gestão, com a organização da estruturação em si, então eu fui desenvolvendo o trabalho, eu não sabia o que era, eu fui entendendo e fazendo e ao mesmo tempo. (GPE10 em 29/01/2020)

Assim, a entrevistada destaca sua percepção de que as ações voltadas ao cotidiano da cooperativa se alinhavam com o que seria definido por ES e teorizado por especialistas e lideranças naquele mesmo período. GPE10 segue:

Sei que a USP já estava com técnicos, alunos se preparando enquanto se preparavam teoricamente eu estava na prática, trabalhando, foi assim que eu comecei. Depois fui para fazer vários trabalhos, diversos, da população de rua,

fui trabalhar em albergues, para mulheres, depois para mulheres africanas regressas e refugiadas, fui fazendo várias coisas dentro dessa questão do morador em situação de rua, e da moradora. Atrelada sempre à ONG. (GPE10 em 29/01/2020)

GPE10 também destacou que sua trajetória em movimentos sociais foi influenciada pela sua mãe:

Eu nasci num ventre católico, só que aquela católica praticante, de movimentos. Minha mãe era do movimento Saúde, ela foi...essas pessoas que trabalham com parto, ela fez curso para isso, era do movimento de Saúde, ela foi para o movimento sem terra e a gente tudo pequenininho acompanhou essa trajetória no movimento. O movimento do sem teto foi para adquirir a nossa casa, foi início do movimento do sem terra da zona leste, eu moro exatamente neste local que a gente conseguiu pela luta pela moradia, depois ela foi trabalhar com as mulheres que sofriam violência doméstica. Na Zona Leste tem uma associação com o nome de Anzol, Associação das Mulheres da Zona leste. Eu acompanhei muito esse trabalho dela, então meio que isso me encaminhou para essa questão dos movimentos, aí depois fui para o movimento de moradia, grupo de jovens, fui para...entrei em vários movimentos, lutas, me deu suporte para desenvolver o trabalho que desenvolvo hoje, então o movimento social está dentro da veia. (GPE10 em 29/01/2020)

Após descrever seu trabalho em ONGs voltadas à população de rua, relatou que sua aproximação com a temática da ES foi estreitada quando integrou o programa Osasco Solidária, aprofundando seus conhecimentos em cooperativismo e os elementos constitutivos de uma organização da ES.

Comecei estudando Paulo Freire, quando comecei trabalhando na rua, a gente tinha grupo de estudo Paulo Freire trazendo para a realidade dos moradores em situação de rua, depois deste processo, busquei informação do cooperativismo que só tinha a lei das cooperativas agrícolas, que era a questão mais formal, né? mais jurídica que é a lei 576.471, que falava de um cooperativismo agrícola e aí a gente começou a estudar dentro da incubadora, foi onde eu estudei mais a ES, suas leis e o cooperativismo na sua essência legal, foi dentro da incubadora que estudei para caramba sobre ES e cooperativismo e suas leis. (GPE10 em 29/01/2020)

Os relatos apontam, de maneira geral, que mesmo a partir de trajetórias distintas, as redes formadas e as relações sociais construídas no percurso foram fundamentais para a construção do referencial sobre ES desses atores.

6.1.1.2 Empreendimentos

Um outro percurso identificado entre os entrevistados corresponde à atuação direta em empreendimentos que participaram da política promovida pela prefeitura de São Paulo. EE1, liderança comunitária na região de Parelheiros, destacou sua atuação na região e a pousada que estruturou com foco na região da Zona Sul:

Eu trabalho na área de hotelaria. Eu tenho uma pequena pousada aqui no polo de ecoturismo. Este ano completa 30 anos dessa caminhada. A ideia começou lá atrás de ter um espaço no meio da Mata Atlântica para levar as pessoas e no meu caso levar as crianças e os jovens. Eu como sou geógrafo, minha ideia foi levar crianças e jovens extremamente humildes da área urbana e levá-los para uma experiência neste local. Tivemos sucesso nessa caminhada. O empreendimento cresceu. Virou uma pousada, antes era só um espaço de educação ambiental. A proposta era experienciar “um dia na floresta” e voltar pra sala de aula. O espaço servia para estudo do meio, uma formação complementar da escola. Hoje as escolas continuam indo, mas também estamos focados na parte do ecoturismo com a hospedagem ecológica. Antes as crianças queriam voltar com os pais no fim de semana, depois de um estudo, construímos uma pousada para virem e ficar.

20 anos atrás começou a ideia de um acampamento. A pousada foi estruturada a partir de 2014 com a criação do polo de ecoturismo de Parelheiros. Percebemos a demanda não só da criança, mas o paulistano e até gente do exterior procurando esse canto da zona sul de SP. (EE1 09/01/2020)

EE2, por sua vez, destacou sua relação com a Rede de Saúde Mental e sua participação em um empreendimento Bar Saci antes de atuar no Ponto de ES do Butantã:

Eu sou usuária do CAPS Butantã desde 2004, então depois de dois anos no CAPS já comecei a participar do movimento da luta anti-manicomial e a gente criou o conselho gestor no CAPS Butantã e aí é lutar por melhores possibilidades de atendimento e recursos para o tratamento de saúde mental. e participando da Rede de Economia Solidária do Estado de São Paulo também e...aí logo entrei no Coletivo que chamava Bar Saci [sic], em 2010[...] , lá tinha gente de Bar Saci [sic], uma cozinha, tinha a livraria, uma estante, tivemos uma loja de artesanato que era na sala da casa, sobrado pequenininho, mas deixamos ele bonitinho. [...] foi assim uma experiência muito interessante, foi a concretização de um sonho também, mas durou um ano porque a gente não tinha experiência nenhuma, fizemos contratos só de um ano, aí ela quis aumentar o aluguel e aí a gente só trabalhava para pagar aluguel, não conseguimos ficar e aí a maioria a maioria dos empreendimentos voltaram para os CAPS. O CAPS Perdizes tem uma padaria, na época eles forneciam pães para os lanches que a gente fazia no Bar Saci, então tinha umas trocas. (EE2 em 14/01/2020)

Essas duas falas ilustram que a trajetória e percursos trilhados pelos grupos e empreendimentos participantes da incubadora é diverso e possui diferentes graus de experiência no que diz respeito à vivência no movimento da ES, abrangendo tanto micro e pequenas empresas (pousada) quanto coletivos com usuários do CAPS.

6.1.1.3 Prefeitura de São Paulo

São Paulo já havia experimentado uma experiência de políticas públicas voltadas para a ES. Criado em 2001, sob a administração da prefeita Marta Suplicy (PT), o programa Oportunidade Solidária (nesta tese já mencionado no capítulo 5) foi coordenado pela então Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade, e buscava combater a exclusão social por meio da geração de trabalho e renda.

Nesse momento, a formação sobre ES era oferecida ao público atendido como requisito para participar de programas de transferência de renda no território, a exemplo do programa Renda Mínima, Bolsa de Trabalho, Operação de Trabalho ou Recomeçar. De acordo com o relato dos entrevistados, naquela oportunidade a política de ES visava atrair jovens sem experiência profissional e pessoas com mais de 40 anos que estavam fora do mercado de trabalho.

O treinamento foi realizado mediante a contratação de diferentes organizações não governamentais locais (ONGs) para ações territorialmente situadas. SOC4, coordenadora de projetos do UNISOL BRASIL que atuou à época pela NESOL-USP como educadora no programa Oportunidade de Solidariedade, salientou:

Cada entidade foi responsável por um território. Nós da Universidade de São Paulo (USP) estávamos na região de Jardim Ângela, o Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária estava na Zona Norte, Grajaú estava na UNISOL e a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) era responsável pela Zona Leste. (SOC4 em 09/08/2017)

A triagem dos beneficiários era realizada pela prefeitura, e o treinamento era realizado nas escolas e prédios públicos da região. A metodologia foi estruturada por dois anos, destinada à formação teórica da ES e ao processo de incubação dos empreendimentos. Sobre o processo de sensibilização, a coordenadora continuou:

Um dos principais desafios foi lidar com uma sala de 40 pessoas. No mesmo ambiente tinha tudo, costureira, mecânico, pessoas que nunca trabalharam na vida ... O primeiro esforço foi identificar esses diferentes perfis e separá-los em grupos. É importante enfatizar que a maioria das pessoas não se conhecia, portanto houve um grande trabalho para despertar sentimentos de grupo e estabelecer relações de confiança entre eles inicialmente. (SOC4 em 09/08/2017)

Dessa forma, o treinamento teórico buscou despertar no público o interesse em adotar a dinâmica organizacional prevista na ES, ao mesmo tempo em que se almejava fortalecer os laços sociais entre os participantes da iniciativa. Outro instrumento relevante para a implementação do programa Oportunidade de Solidariedade correspondeu ao banco São Paulo Confia. Da oferta de microcrédito aos beneficiários, esse mecanismo representou um passo importante para a constituição dos empreendimentos, focando principalmente nos segmentos de costura, alimentação e artesanato.

Ao realizar um pequeno balanço sobre o programa Oportunidade Solidária, a despeito de ter atendido diretamente 19.209 pessoas até 2004 (POCHMANN, 2004), tais iniciativas governamentais foram descontinuadas após a troca de governo, resultando na dispersão e até no fechamento dos empreendimentos criados durante o programa. Entre as principais razões para a falta de continuidade dos projetos citados pelos entrevistados estavam: (i) a falta de apoio financeiro do governo; (ii) não amadurecimento dos empreendimentos para sobreviver à lógica do mercado; e (iii) quebra de vínculos entre os participantes do grupo para a realização do trabalho associado no longo prazo.

Ao final desta descrição, apresentam-se aqui as diferentes trajetórias e grupos sociais relevantes, com seus respectivos *frames* e habilidades. A próxima seção discorre sobre o processo de constituição da incubadora.

Quadro 7 — Contexto interacional no caso da incubadora

Grupos	<i>Frames</i> interpretativos	Habilidades e ferramentas
Ativistas em Movimentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> ● Prática extensionista como ponte para atuação em movimentos sociais ● Cooperativismo experimentado na prática cotidiana junto à população vulnerável 	<ul style="list-style-type: none"> ● Participação direta em eventos históricos do movimento de ES ● Conhecimento prático de articulação de grupos em situação de vulnerabilidade
EES e grupos	<ul style="list-style-type: none"> ● ES como modelo de colaboração entre organizações ● ES como inclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> ● Vivência cotidiana no movimento de ES ● Vínculos formados entre grupos e empreendimentos
Prefeitura de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> ● Aprendizagem com experiências implementadas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Celebração de convênio ● Disponibilização de auxílio POT

Fonte: Elaboração própria, 2021

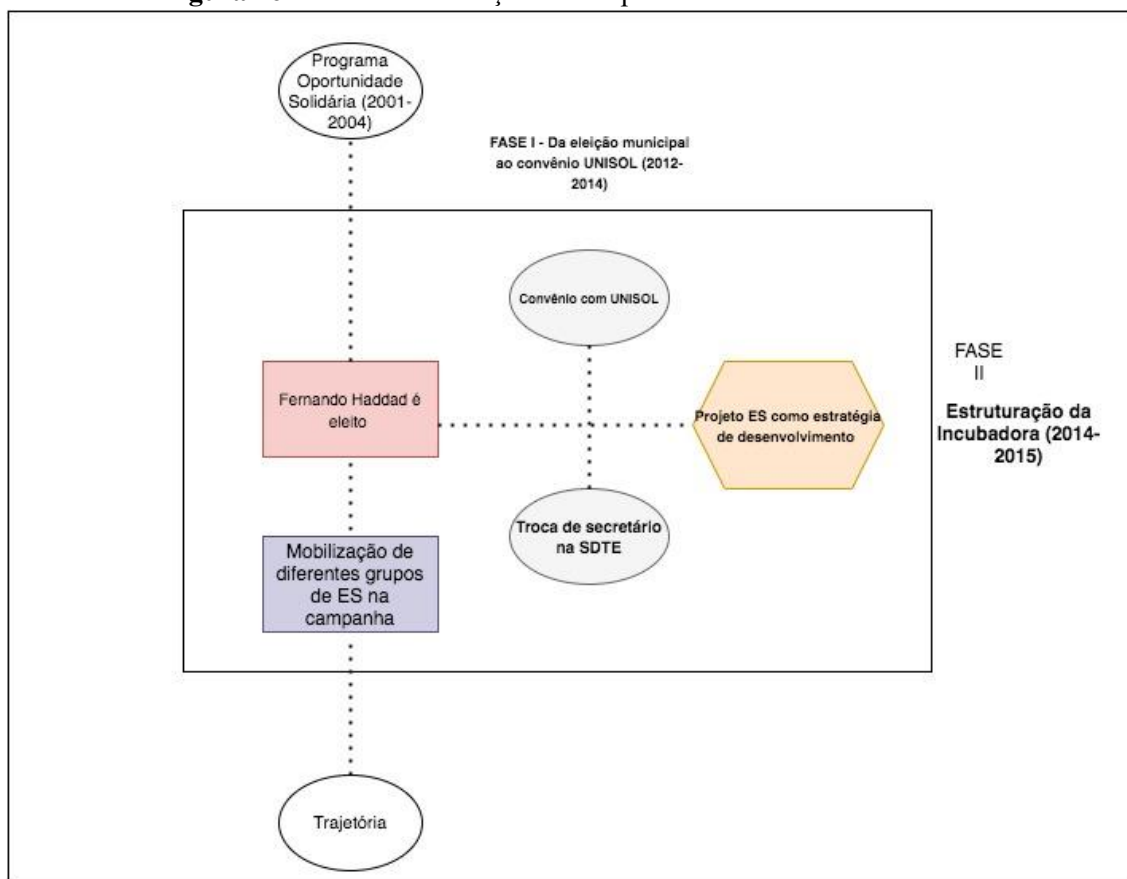
6.2 PROCESSO

A metodologia adotada permitiu identificar quatro fases principais no caso da Incubadora Pública, sendo elas:

- Fase I: da eleição municipal ao convênio com UNISOL;
- Fase II: estruturando a incubadora;
- Fase III: transversalidade de políticas e públicos no cotidiano;
- Fase IV: mudança de governo e mais uma descontinuidade.

6.2.1 Fase I: da eleição municipal ao convênio com UNISOL

Figura 16 — Fase I: da eleição municipal ao convênio com UNISOL



Fonte: Elaboração própria, 2021

Em 2013, com a retomada do grupo político do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura de São Paulo, estruturou-se um movimento para retomada da ES no município. Os entrevistados mencionaram que a pauta para garantir ações voltadas a essa estratégia foi

construída ainda na campanha eleitoral, na elaboração do plano de governo e em eventos em busca do comprometido com o então candidato para a pauta.

No entanto, após a eleição, entrevistados mencionaram que as composições partidárias levaram para a liderança da pasta do trabalho o então vereador Eliseu Gabriel (PSB), que, na percepção de participantes, não tinha a ES como uma pauta central, o que dificultou que esse tema fosse estruturado desde o início do mandato. Os convênios celebrados junto à SENAES em 2014, ao serem submetidos por outras secretarias, a exemplo da Secretaria de Saúde ou da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), apontam também que a Secretaria do Trabalho não era o lugar proponente de políticas de ES naquele momento. De acordo com GPE1 e SOC2:

No caso de São Paulo, a gente tem que olhar do ponto de vista da gestão pública. Observar que tivemos um erro - me coloco como sociedade civil - no período da campanha teve dois grupos para discutir o plano de governo com Haddad. E essa disputa dos dois grupos não ajudou em nada [...] acabou que o Haddad começou, entrou um Secretário que não tinha nada a ver. (GPE1 em 07/01/2020)

Por exemplo, durante a campanha o povo do cooperativismo social e associativismo pediu para o Fernando Haddad assinar e tirar foto com esse compromisso. Mas as composições partidárias podem prejudicar compromissos assinados pelo candidato. O PSB que assumiu no início da gestão Haddad não tinha como centralidade do seu campo político a economia solidária, uma vez que a economia solidária seria de um outro campo. Aí eu fui destacado para fazer N negociações para conseguir fomentar essas ações. Mas a gente ficou com iniciativas muito pontuais, muito pontuais, uma coisinha ali....não posso dizer que fechou as portas mas naquele momento quem abriu mais as portas foi a turma da Saúde e da Assistência Social. (SOC2 em 18/12/2019)

Em março de 2014, porém, foi nomeado um novo secretário, Arthur Henrique Santos, com histórico ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em São Paulo, abrindo caminhos para responder às reivindicações do movimento sindical de ES no município. No final desse mesmo ano foi celebrado o convênio com a UNISOLBrasil, para implementar o projeto *ECOSOL SP como estratégia de desenvolvimento*. Sobre esse evento, SOC2 relatou:

E aí entra obviamente o Arthur (Arthur Henrique) e ex presidente da Central Única dos Trabalhadores conhece todo o trabalho do campo da ES e aí ele chama para dialogar e nesse diálogo também ele compõe sua equipe e uma das pessoas que vem é uma das maiores responsáveis por criar a Rede de

Gestores de Políticas de Economia Solidária no Brasil. Aí o caminho ficou fácil. (SOC2 em 18/12/2019)

Com o foco em atuar nos territórios vulneráveis, o convênio reforçou a noção de que promover a criação de novas cadeias de produção e consumo de *outra economia* significa consolidar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento local. Conforme mencionado, os atores que vivenciaram o programa Oportunidade Solidária já haviam aprendido algumas lições. Segundo a coordenadora de projetos da UNISOL:

A primeira lição correspondeu ao entendimento de que não é possível unir pessoas que nunca se viram na vida e que não têm experiência de trabalho coletivo e desejam montar uma cooperativa de uma hora para outra. Nesse sentido, a estratégia era identificar pessoas que já se viam em grupo e que já debatem sobre trabalho coletivo e democracia, mesmo que não conhecessem adequadamente esses conceitos. (SOC4 em 09/08/2017)

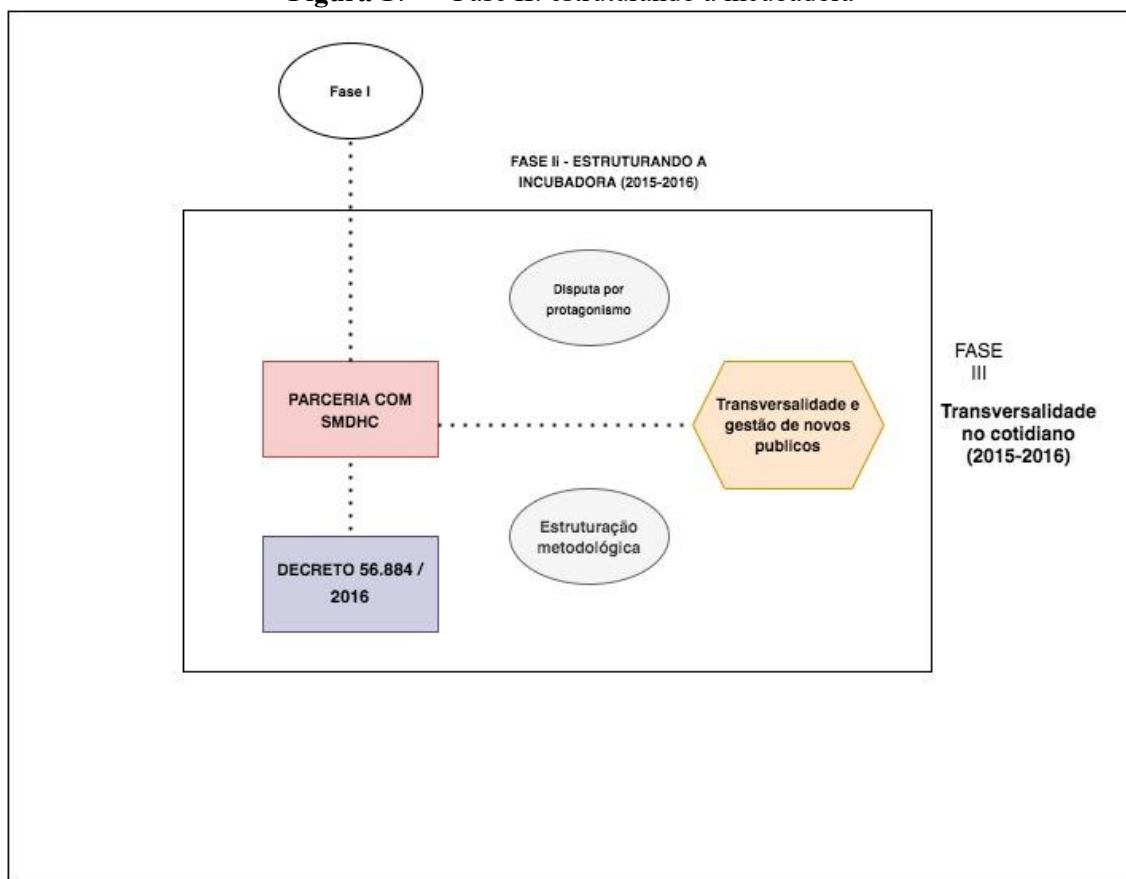
Dessa forma, a primeira fase correspondeu à sensibilização e identificação das atividades existentes. Nessa etapa foram realizadas reuniões pela entidade gestora (UNISOL) para mapear a demanda dos movimentos e associações locais. O processo resultou na organização de discussões em 6 principais segmentos que posteriormente se constituíram em redes setoriais: Alimentação, Artesanato, Cooperativismo Social (articulado com o público da Saúde Mental), Economia das Culturas/Economia Criativa, Ecoturismo e Segurança Alimentar. Segundo os gestores públicos entrevistados, a dimensão da participação foi essencial para alinhar o escopo do projeto de acordo com a demanda local. Segundo a GPE1:

não é possível pensar em uma intervenção no campo da Economia Solidária sem a participação direta de quem é o público-alvo, e por isso o acordo considerou essa dimensão como um dos pilares da implementação. (GPE1 em 07/01/2021)

Todas as reuniões envolveram um grande número de participantes e organizações da sociedade civil. Em 2014, foram realizadas 80 atividades de mobilização e treinamento em Economia Solidária, envolvendo 3.374 pessoas e 108 organizações da sociedade civil local (SDTE, 2016). A partir dos diálogos estabelecidos, foi criada uma equipe de educadores multidisciplinares para acompanhar sistematicamente as redes formadas de 6 setores, representando 186 empreendimentos.

6.2.2 Fase II: estruturando a incubadora

Figura 17 — Fase II: estruturando a incubadora



Fonte: Elaboração própria, 2021

O segundo ano do convênio foi acompanhado da proposta de instituir uma Incubadora Pública na cidade. Na inspiração estava a experiência implementada em Osasco (2005–2014), embora não possuísse recursos próprios municipais disponíveis para a viabilização dessa iniciativa. De acordo com GPE1:

A concepção era a gente começar no espaço do Cambuci, porque não havia recursos. Mas a concepção era a mesma de Osasco. Aquilo que a Rede de Gestores também entendia. É um instrumento público que seja o instrumento responsável por apoiar a estruturação dos empreendimentos. E quando falo apoiar, falo em todos os sentidos. Constituição, produção, tecnologia, todo aparato necessário para que o empreendimento possa se estruturar. Aí em termos de concepção, a estratégia foi “não vamos pensar um convênio para cada região produzir uma formação. Vamos construir um instrumento público e esse instrumento que vai irradiar e multiplicar nos territórios”. O espaço referencial era no Cambuci, mas as ações eram nos territórios. (GPE1 em 07/01/2020)

SOC2 comentou sobre a interlocução cotidiana junto à secretaria adjunta da SDTE e a ideia de estruturação da incubadora para estabelecer um espaço físico e trazer materialidade para ações até então desenvolvidas:

tínhamos divergência, mas era sempre para construir algo melhor. Ela tem muita experiência em materializar ideias. Ela sempre dizia “nós temos que instituir algo”, precisamos materializar em algo, aí veio a ideia da Incubadora, que foi um dos aspectos. (SOC2 em 19/12/2019)

O local escolhido para acolher a incubadora foi uma antiga gráfica do município que estava sob gestão da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SDMDHC), o que ocasionou o estabelecimento do termo de cooperação entre as referidas pastas que, por sua vez, desdobrou em transversalidade da política de ES no município, criando a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários e o Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária. Ao ser questionada a origem da parceria entre SDTE e SMDHC, o então secretário destacou que conectar um equipamento público sem função à incubadora possibilitou angariar forças para atingir o público-alvo da pasta de direitos humanos, ao mesmo tempo que se avançava na geração de trabalho e renda. De acordo GPE11:

a grande questão acho que é menos estruturado do que parece, a gente tinha um equipamento gigante no Cambuci que não tinha muita função e que a gente tinha muita dificuldade de gerir aquele equipamento, fazer a manutenção daquele equipamento, justamente pelo tamanho que ele tinha, tinha problemas estruturais, porque a Sabesp em determinado momento fez uma obra na rua, deu uma rachadura, enfim, a gente tinha alguns problemas estruturais em um equipamento ocioso e gigante, e aí, por isso, na época da Secretaria de Direitos Humanos procuramos a Secretaria do Trabalho para pensarmos uma alternativa, que a gente conseguisse não só uma ajuda não só para implementar projetos de ES, mas também uma ajuda na prática para tocar e gerir aquele equipamento. Então, o Centro Público nasce dessa ideia e desse sentimento de que era necessário garantir uma alternativa de renda para os nossos públicos vulneráveis, isso do ponto de vista programático, mas na prática ele foi impulsionado pela....

Raquel - necessidade real e prática

- E daí a secretaria do Trabalho, por ter o.. POT (programa operação trabalho), tinha uma facilidade maior de conseguir viabilizar a gestão disso. Então, a gente reuniu essa parceria, reuniu essas forças, a Secretaria do Trabalho, tendo a facilidade de gerir é...dinheiro e a possibilidade de pagar as pessoas que fizessem ou ajudassem incubar os projetos e tudo o mais e por outro lado, nós tínhamos é...o público vulnerável que necessitaria dessas alternativas de renda e um equipamento gigante onde tudo isso poderia se dar. (GPE11 em 23/01/2020)

A SMDHC havia sido criada em 2013 via Decreto 53.685/2013 (SÃO PAULO, 2013). Inicialmente estruturada em torno de 13 temas, de acordo com entrevistados, sua estruturação requereu diferentes movimentos de planejamento, construção de órgãos colegiados e de instrumentos de participação social junto à sociedade civil. Ao longo de sua estruturação, no entanto, foi se percebendo os limites e a real capacidade de implementação por parte da referida secretaria. Nas palavras de GPE12:

A Secretaria foi criada em 2013. O Suplicy chega em 2015, 2 de fevereiro, na verdade a Secretaria foi criada, existia a Comissão de Direitos Humanos e a Secretaria de Parcerias, acho que é assim que chamava, e aí as duas virou a Secretaria de Direitos Humanos. Quem veio assumir a Secretaria de Direitos Humanos foi Rogério Sottili, na época, e ele vinha da experiência de Brasília, na Secretaria Nacional, trouxe toda a equipe e aí ele montou uma secretaria muito a cara do que era a secretaria de Brasília, então a gente tinha aí, aos poucos foi se estruturando, algumas partes no desenho administrativo acabaram não sendo implementadas, porque a gente entendeu que não cabia ou que não era viável, outras áreas foram abrindo, mas depois desse primeiro período, de construção e organização da secretaria, ela acabou se consolidando com 13 temas e aí tinham: o recorte etário, né, criança, adolescente, juventude e idosos, LGBT, situação de rua e imigrantes, é...questões mais programáticas, mais promoção de direitos e menos de defesa, que é Educação em Direitos Humanos, Direito à Memória e à Verdade, Direito à Cidade, Promoção do trabalho decente, participação social e o balcão que era....que seria a ouvidoria de Direitos Humanos, eram esses temas que a gente tinha. Foi criado meio que numa expectativa muito descolada do que depois a realidade se mostrou, né? (GPE12 em 23/01/2020)

Ainda de acordo com o entrevistado GPE12, em 2015, com a chegada de Eduardo Suplicy (PT) como secretário da pasta, promoveu-se discussões sobre o papel que deveria ser exercido pela pasta, definindo se ela teria que ser orientada a ações finalísticas, ou seja, se deveria atingir diretamente a população ou se dar de forma transversal, agindo por intermédio de outras secretarias. Sobre a dimensão transversal, GPE12 ilustrou:

Chegou um momento que esse papel de convencer todas as secretarias a implementar não funcionava, não era assim fácil de chegar para a Secretaria de Educação, queridos, a gente tem um projeto lindo, mas você tem uma realidade de milhares de crianças fora da escola, toda a realidade de cada secretaria que era muito difícil, de fato, eles abraçarem um projeto nosso como deles, então essa dimensão transversal ela foi se enfraquecendo e, ao mesmo tempo, a gente foi substituindo por ações finalísticas e aí começam a surgir vários problemas de bolsas direcionadas, então os articuladores territoriais do juventude viva, a bolsa POT para... POP rua, o programa cidadania, o programa Braços Abertos, eram várias ações que no fim a gente viabilizava dando uma transferência de renda direta, e aporte, e aí ES nasce nesse contexto de você conseguir...a gente tinha a necessidade de ter entregas, precisava ter marcas, precisava viabilizar e que as pessoas entendessem os

Direitos Humanos não só como uma abstração, uma política e a melhora da qualidade de vida como se fosse algo não concreto, a gente precisava ter entregas definidas e aí com isso a gente começa a adotar essas medidas e aí o centro público vem um pouco nesse contexto. (GPE12 em 23/01/2020)

Um outro gestor da SMDHC também ressaltou as características do espaço no Cambuci e as potencialidades identificadas para a parceria com a SDTE:

cheguei me encantei com a incubadora, um lugar lindo subutilizado, cheguei com muita vontade lá. Área gigantesca com anfiteatro, na época o que tinha era um museu, antiga gráfica do município, mas um lugar em boas condições. Prédio antigo com problemas sérios de telhado, alguma infraestrutura mas muito legal. fiquei muito tempo lutando para ver o que poderia ser feito lá. Dado o tamanho do local, não cabia uma iniciativa pequena, alguma coisa grande que ocupasse a maioria do espaço, por estar no centro da cidade e numa região boa, realmente acenava um lugar muito interessante para montar um equipamento de políticas públicas. Aí, eu cheguei na Secretaria de Direitos Humanos e eu imaginava - sempre que trabalhei foi na perspectiva de políticas integradas - porque eu acho que é o que faz otimizar os recursos e atender de forma mais plena, sempre trabalhei na prefeitura de maneira integrada. A secretaria de Direitos Humanos, ela toda, a possibilidade de trabalhar com políticas integradas, porque você tinha LGBT, juventude, só de mulheres e a racial que não estava, todas as outras pautas estavam no Direitos Humanos e coordenadoria. (GPE9 em 05/02/2020)

A técnica de incubação da SDTE igualmente comentou sobre a parceria com a SMDHC:

Do ponto que eu consegui presenciar a relação com os Direitos Humanos foi muito boa, a gente teve aí várias discussões, do que era em si o trabalho da incubadora, e os Direitos Humanos abraçou a causa, e acabou até cedendo o local de trabalho deles, que tinha lá um espaço no Cambuci e cedeu para ser a incubadora, para se instalar e fazer o trabalho ali dentro, parceria que casou, não teve dificuldade. (GPE10 em 29/01/2020)

Após firmar o Termo de Cooperação e estabelecimento do uso compartilhado do equipamento público, a inauguração oficial ocorreu em 6 de novembro de 2015, com a presença de Paul Singer. O Decreto de criação nº 56.884 / 2016 formalizou e instituiu as ações abordadas pelo referido equipamento público. A incubadora possuía as seguintes áreas de atuação:

- I - treinamento, experimentação e incubação técnica e profissional;
- II - apoio à formação técnica, tecnológica e profissional;
- III - apoio à criação de espaços para redes de intercâmbio e solidariedade;
- IV - apoio à pesquisa, inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas para os objetivos das empreendimentos;

V - assessoria técnica, nas áreas de associativismo, cooperativismo, gestão financeira, contábil, econômica, jurídica e econômica, bem como nas áreas de pesquisa, produção, consumo, marketing, conhecimento e informação;
 VI - apoio ao acesso a políticas de investimento social e linhas de crédito, preferencialmente por meio de finanças conjuntas
 VII - Apoio ao acesso a políticas de investimento social e linhas de crédito, preferencialmente por meio de finanças conjuntas (fundos mútuos de rotatividade e cooperativas de crédito e desenvolvimento comunitário). (SÃO PAULO, [2018])

De acordo com GPE10, a incubadora nasce para dar suporte técnico aos empreendimentos da ES e fornecer “assessorias jurídicas, administrativa, de organização e implementação de grupos, então, pensar o todo de um empreendimento, de um negócio, criada para isso. E também para auxiliar no trabalho em redes de empreendimento” (GPE10 em 29/01/2020). À UNISOL coube seguir com seu trabalho de mobilização das redes e processos de formação, agora tendo na incubadora um espaço para realização de encontros e articulações. De acordo com SOC2:

A UNISOL era responsável pela execução do fomento das redes. Toda a estruturação da Incubadora foi de responsabilidade da secretaria do trabalho, a UNISOL teve um papel que era previsto, nas atribuições de fomentar as redes para mobilizar para a Incubadora e as diversas políticas de Economia Solidária e Agricultura Familiar da secretaria do trabalho. (SOC2 em 19/12/2019)

Com base na caracterização dos grupos que já estavam sendo atendidos pelo convênio celebrado entre SDTE e UNISOL, as atividades da incubadora centraram-se em: (i) Treinamento, Assistência Técnica e Incubação; (ii) Comércio e Certificação Justa e Solidária; e (iii) Comunicação. A incubação foi entendida enquanto processo de acompanhamento e treinamento em ES, com o objetivo de mobilização, sensibilização, criação e organização de projetos de EES e Redes Solidárias. Sobre essa estratégia, SOC2 comentou:

Uma das estratégias foi mobilizar redes para não apoiar empreendimentos de forma individual. Antes se focava no empreendimento em si, então a gente fomentou diversas redes. A Incubadora representou um lugar que materializava esse incentivo para não acontecer a descontinuidade ou dificultar a descontinuidade. (SOC2 em 18/12/2019)

A SDTE destacou uma servidora para apoiar na estratégia de incubação dos grupos:

O meu papel ficou um pouco confuso, porque eu estava dentro da Secretaria trabalhando com os grupos de ES, formando, preparando, auxiliando na metodologia junto à UNISOL [sic] a metodologia de como atuar com os grupos, pensar na pré-incubação, na sensibilização, na incubação, então era meio que pensar essa forma, esse método de trabalho com os grupos que já existiam, que trabalharam arduamente a ES sem nenhum apoio do poder público e os grupos que criamos junto neste processo do projeto. (GPE10 em 29/01/2020)

O percurso metodológico da incubação foi projetado para ser executado em um período de dois anos e meio, compreendendo as etapas de sensibilização, pré-incubação, incubação e pós-incubação. Na concepção do projeto houve a busca pelo desenvolvimento de novas tecnologias e novos processos produtivos que visassem a melhoria das condições de trabalho e dos produtos e serviços do EES, e das redes e cadeias produtivas (SANTOS, 2018).

Ainda a partir da análise dos relatórios de execução do projeto, o processo de trabalho proposto nas ações de formação baseiam-se nos princípios da educação popular e na estimulação de diferentes formas de organização do trabalho, bem como em modelos alternativos de produção e consumo. Além disso, ao colocar o cooperativismo na centralidade da estratégia, o projeto visava fomentar em grupos e empreendimentos da ES (SANTOS, 2018):

- Gestão democrática;
- Participação econômica dos membros;
- Valorizar e construir gestão através da autonomia e independência;
- Promover educação, treinamento e informação horizontal;
- Promover processos de cooperação e articulação mútua entre empreendimentos, território e comunidade local.

Com um custo total de R\$3.680.000 até o final de 2016, o convênio *Ecosol como estratégia de desenvolvimento* atingiu 18 grupos e 1.278 pessoas nas ações da Incubadora Pública. Os participantes receberam uma bolsa-auxílio no valor de R\$551,49 (20h semanais) até R\$800 (30h semanais) por meio do Programa de Operação de Trabalho (POT²⁵) durante o processo de formação. Os empreendimentos e redes econômicas solidárias participantes da referida iniciativa são descritos abaixo:

²⁵ Lei n.º.13.178 de 17/09/2001 (BRASIL, [2003]).

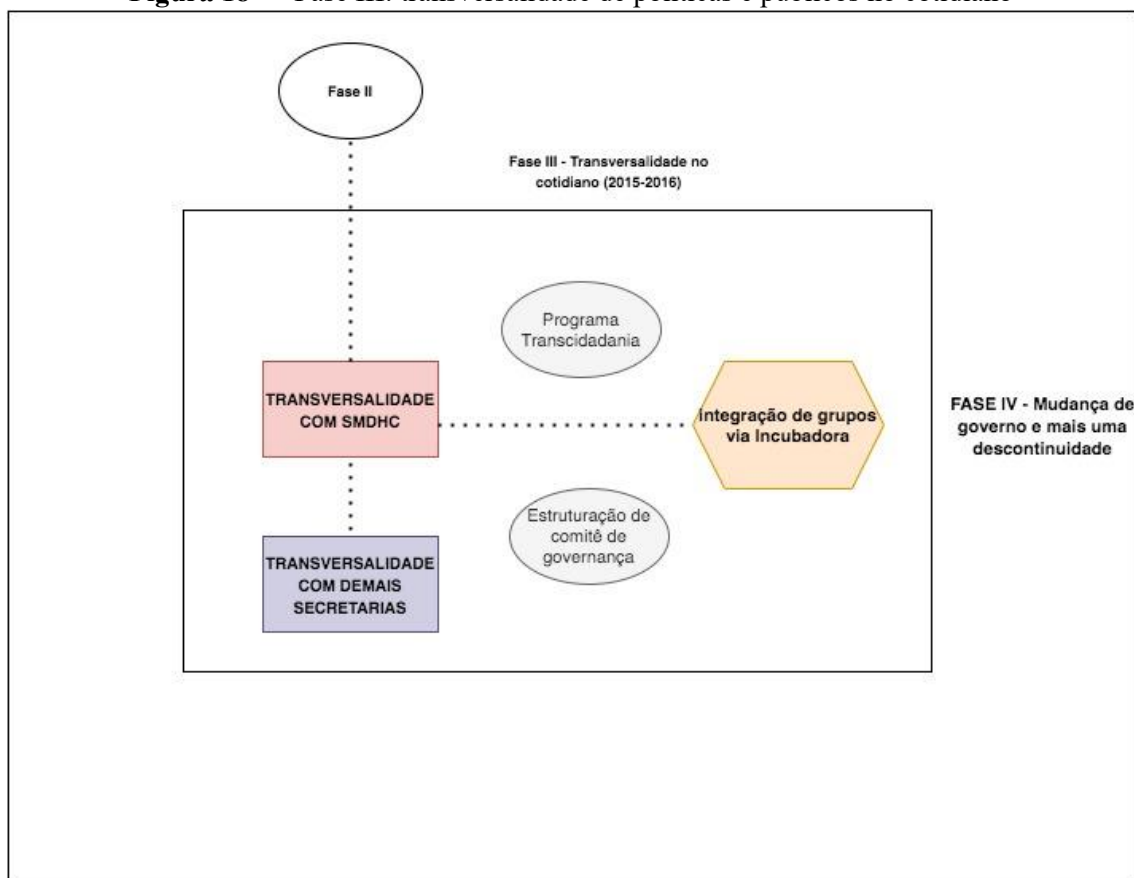
Quadro 8 — Empreendimentos e redes econômicas solidárias

Grupo/EES	Setor	Perfil do público atendido
Bar Saci – Ponto Corifeu	Alimentação	Rede de Saúde Mental
Bolivianos	Alimentação	Imigrantes
Mulheres Africanas	Alimentação	Imigrantes
Cooperativa Ambrosia	Alimentação	Baixa Renda /Desempregados
Delícias da Vida	Alimentação	Rede de Saúde Mental
Rede de Alimentação (9 EES)	Alimentação	Baixa Renda /Desempregados
Aldeias Guaranis Kalipety e Tenondé Porã	Artesanato e agricultura familiar	Áreas rurais, comunidades tradicionais
Rede de Artesanato (33 EES)	Artesanato	Baixa Renda /Desempregados
Cimentícios	Construção	População em situação de rua
Jardinagem– Sol de Primavera	Construção	População em situação de rua
Unidade Produtiva de Costura	Confecção e costura	Baixa Renda /Desempregados
Centro de Referência da Mulher	Confecção e costura	Mulheres vítimas de violência
Trans Sol	Confecção e costura	LGBTQIA+
Rede de Confecção (5 EES)	Confecção e costura	Baixa Renda /Desempregados
Expansão Cidade Tiradentes	Cultura	Juventude
Rede de Economia das Culturas	Cultura	Baixa Renda /Desempregados
Rede de Ecoturismo (89 empresas)	Ecoturismo	Baixa Renda /Desempregados
Marceneiros	Marcenaria	Baixa Renda /Desempregados

Fonte: UNISOL Brasil, 2017

6.2.3 Fase III: transversalidade de políticas e públicos no cotidiano

Figura 18 — Fase III: transversalidade de políticas e públicos no cotidiano



Fonte: Elaboração própria, 2021

Conforme mencionado, a inovação da Incubadora de São Paulo frente às anteriormente implementadas corresponde à parceria com a SMDHC e à inclusão de novos públicos, a exemplo da população migrante, LGBTQIA+ e outros grupos em situação de vulnerabilidade social. Tal parceria permitiu, ainda, ampliar a transversalidade da ação para outros órgãos municipais, a exemplo da SMADS, SPM, SEHAB, de modo a otimizar resultados almejados por diferentes programas sociais mobilizados pela prefeitura municipal. Esta seção destaca as implicações práticas dessa transversalidade no cotidiano e de que modo os diferentes grupos foram incorporados à estratégia de fomento da ES via Incubadora Pública.

6.2.3.1 Transversalidade com a população imigrante

Tratando dos empreendimentos formados por imigrantes, as narrativas colhidas destacaram as experiências de Quirquiña - Sabor Boliviano e do grupo de mulheres africanas. Quirquiña - Sabor Boliviano, empreendimento no segmento de alimentação composto por 16 imigrantes bolivianos que vivem na região do Brás, um território conhecido por explorar a força de trabalho imigrante e submetê-los a más condições de vida. Em 2015, o grupo passou a participar de processos de sensibilização e treinamento da incubadora. Além disso, o grupo passou a integrar a Rede da União de Sabores Solidários.

Ao integrar-se às redes, passou a contribuir e ter acesso a um fundo financeiro para viabilizar estrutura e insumos para o empreendimento, bem como para acessar os canais de comercialização e feiras. Quanto às principais demandas do grupo Quirquiña - Sabor Boliviano, a educadora da SDTE relatou que o projeto buscava adaptar sua produção para atrair o público brasileiro. GPE10 também apontou que o subsídio financeiro via POT era fundamental para a permanência do grupo durante as formações:

O grupo de bolivianos nos procurou adaptar a apresentação dos produtos, bem como adaptar a manipulação de alimentos ao paladar e à legislação brasileira. A troca de ações foi fundamental para garantir a permanência do grupo, pois muitos estavam no mercado informal. (GPE10 em 29/01/2020)

GPE9, da SMDHC, destacou que o processo formativo fornecido na incubadora trouxe qualificação à produção desse público e possibilitou crescimento dos participantes:

Acho que o exemplo dos imigrantes é muito bom. Uma grande parte dos imigrantes trabalhava com alimentação, e aí vem um projeto que os qualificou em receitas, cadastrou as receitas, sistematizou, trabalhou com vigilância sanitária, com preço, ou seja, aquilo que era feito de maneira espontânea, começou a ser feito de maneira profissional e se descobrir a sinergia que tinha trabalhando junto de forma solidária, que tinha ganho para todo mundo. Eu vi os bolivianos, os peruanos lá..nossa! O crescimento deles... espetacular! (GPE9 em 05/02/2020)

O grupo de mulheres africanas, por sua vez, reunia 16 mulheres imigrantes dos países Guiné-Bissau, Angola e Congo. Iniciado em 2015, de acordo com a fala de técnicos de incubação da UNISOL, o trabalho junto ao coletivo privilegiou aspectos de gestão social, econômica e contábil dos grupos diante de suas iniciativas, abordando os princípios da ES e da autogestão.

O coletivo participou gradualmente de feiras promovidas pelo projeto e foi inserido em canais de comercialização de produtos alimentícios e serviços estéticos, como penteados e tranças. Segundo a coordenadora de projetos da UNISOL, o trabalho com o grupo de mulheres africanas também permeou questões de identidade e gênero, potencializando ações afirmativas e de empoderamento:

Além de participar de treinamentos e oficinas sobre temas como Boas Práticas em Manipulação de Alimentos e estruturação de empreendimentos solidários, o projeto realizou oficinas sobre descolonização de corpos e ginecologia feminista. Essa abordagem certamente ajudou a aproximar o grupo da estratégia do projeto, além de gerar benefícios intangíveis para suas vidas. (SOC4 em 09/08/2017)

6.2.3.2 Transversalidade com a população LGBTQIA+: o coletivo TRANS SOL

O TRANS SOL nasce a partir da iniciativa de duas ativistas cisgênero ligadas a movimentos sociais voltados a familiares de LGBTQ+ que lutavam contra a violência sofrida por público e pela garantia da igualdade de direitos. A vontade inicial de se aproximar do público T foi concretizada após um encontro casual de uma das criadoras do coletivo com uma travesti em situação de extrema vulnerabilidade. Ao ser perguntada como estava, a travesti respondeu “na merda, como você está vendo” (EE5, 02/05/2018).

Além disso, o filho da ativista estava se relacionando com alguém que naquele momento passava pela transição de gênero, despertando a ideia de pensar um projeto voltado para inclusão social desse público. Um ano depois, após tentativas frustradas em encaminhar essa pauta dentro do movimento social, a dupla participou de uma reunião da Rede de Artesanato mobilizada pela Incubadora Pública, abrindo caminhos para aproximar a *expertise* das ativistas com as ações que emergiam na cidade no campo da ES e direitos humanos, mais especificamente do programa Transcidadania. De acordo com a técnica de incubação da UNISOL:

A Incubadora foi o elo para nos aproximarmos das alunas. Após reunião com a gestora do programa Transcidadania, pedagogas e assistentes sociais, acertamos o conteúdo do curso que precisou ser adequado à formação em confecção e costura, inicialmente faríamos somente um curso de bonecaria e crochê. (SOC5 em 12/05/2018)

Assim, ao ser incorporado à estratégia municipal, cerca de 35 participantes do programa Transcidadania passaram pela capacitação em costura e artesanato, no âmbito das iniciativas

conduzidas na incubadora. Além do ofício, o trabalho abrangeu questões como senso de grupo, empatia, formas de organização e preparação para o trabalho, entre outros.

Sempre tentamos fazer um curso humano, nos preocupávamos com a história das alunas, ouvir sobre suas trajetórias e histórias de abuso. (SOC5 em 12/05/2018)

Logo nos primeiros 2 meses de trabalho, o coletivo foi mobilizado para participar de uma feira de ES na cidade de São Paulo, ECOSOL FEST, onde produziram bonecas para exposição. Sobre esse processo, a ativista relembra:

Quando a gente fez as bonecas, a situação mudou dentro da sala de aula. Elas não sabiam costurar nada, então entenderam que, se não trabalhassem juntas, não conseguiriam chegar ao seu objetivo. (EE5 em 12/05/2018)

A interação entre os atores, porém, não foi alheia a conflitos, seja do ponto de vista da lógica de atuação, seja pelas dificuldades em estabelecer o diálogo entre o grupo, incubadora, UNISOL e prefeitura de São Paulo. Assim, alinhar as expectativas dos atores envolvidos, principalmente do poder público e do órgão executor, tornou o ambiente estressante para o grupo. De acordo com a EE5, havia conflitos entre os interesses e, principalmente, confusão sobre o papel das ativistas na condução das atividades dentro do coletivo TRANSOL:

No início a gente não queria se tornar um empreendimento, a gente só queria dar o curso...a intenção do projeto [de Economia Solidária] era formar empreendimentos, mas a gente não sabia disso. Nós somos voluntárias, mas éramos pressionadas para entregar algo que não tínhamos clareza. (EE5 em 12/05/2018)

Essa aproximação entre empreendimento e formadores é descrita por uma técnica entrevistada também como complexa. No processo de pré-incubação, abordou-se o conteúdo formativo do cooperativismo, com atenção especial à valorização do trabalho associado, autogestão e artesanato de costura para geração de trabalho e renda. Na visão da técnica de incubação SOC5, a aproximação da temática da ES se deu de modo incremental, e só foi possível pelo vínculo estabelecido entre as ativistas voluntárias e as alunas.

Fomos com muita calma. Tínhamos que empoderá-las, trazer a história, os *cases*, o que deu certo, deixá-las pertencer às questões e acolher as críticas. O papel das voluntárias foi fundamental para alinhar a linguagem e adentrar a lógica do movimento LGBT. Ao final de 4 meses, 12 meninas estavam

dispostas a formar um empreendimento e trabalhar no ramo da confecção de moda trans. (SOC5 em 12/05/2018)

Entre os resultados destacados dessa interação, estiveram a possibilidade do entendimento da Incubadora Pública enquanto instrumento de articulação e de circulação de ideias que promovem alternativas de geração de trabalho e renda e, ao mesmo tempo, que mobilizam diferentes pautas no campo dos direitos humanos. Para a ativista do coletivo:

O lado positivo da Incubadora foi a possibilidade de reunir em um mesmo espaço pessoas com histórias e trajetórias diferentes. Com a parceria com Direitos Humanos, você recebia refugiados, mulheres religiosas e conservadoras e uma série de outras pessoas que tiveram que se respeitar. As pessoas sempre imaginam o corpo da travesti como um objeto sexual, não como um ser humano. E a Incubadora proporcionou essa quebra, de você entender o outro como ser humano. E respeitar. (EE5 em 12/05/2018)

Além disso, entre os pontos fortes, foram estabelecidas diferentes parcerias e oportunidades de exposição dos produtos confeccionados pelo coletivo em feiras nacionais e parceria com estilistas brasileiros. A bolsa-auxílio do POT também foi levantada como elemento fundamental para a implementação dessa iniciativa. Entre os principais obstáculos narrados, estão a dificuldade em fortalecer os elos desse grupo, bem como a busca por estratégias de financiamento e crédito a longo prazo.

A experiência do coletivo TRANS SOL apresenta um debate muito útil, pois aponta para dois elementos fundamentais para refletir sobre potencialidades da ES para a comunidade LGBTQIA+. Em primeiro lugar, o projeto parte da iniciativa de duas voluntárias, com engajamento na área de direitos humanos, cuja intenção era inicialmente promover formação para a inclusão social de um público em situação de vulnerabilidade. A incubadora emergiu, então, enquanto possibilidade de local para as oficinas e a apropriação de um novo ofício pelas participantes. Em segundo lugar, ao integrar a estratégia municipal de ES, foi possível garantir recursos financeiros (POT) para a participação nas ações de sensibilização e formação, além de acesso a canais de comercialização, como as feiras realizadas no âmbito do projeto. Com efeito, as narrativas colhidas também apontam para os desafios em alinhar expectativas e interesses, sobretudo na relação cotidiana entre grupo, ONG executora e prefeitura.

6.2.3.3 Transversalidade com demais secretarias e programas

Do ponto de vista da parceria com demais secretarias e organizações da administração direta, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres direcionou participantes para a incubadora, de modo a atuar na ES orientada às mulheres vítimas de violência. Ao se articular com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS), a população de rua também foi inserida na estratégia municipal de ES. Nesse público específico, se dá destaque para o grupo JOOCA - Amigos Cooperados de João de Barro. Sendo um grupo de revestimentos cimentícios composto por 7 pessoas em situação de rua, o coletivo foi iniciado por uma iniciativa articulada entre a prefeitura e a Faculdade de Engenharia da Universidade de São Paulo (POLI-USP). Tal esforço possibilitou a criação de oficinas temáticas, incentivando a geração de renda e trabalho, e a reintegração social de seus participantes. De acordo com os entrevistados, durante o ano de 2016 o coletivo participou de oficinas para estabelecer a identidade do empreendimento, capacitação técnica em manutenção elétrica, desenvolvimento de produtos e organização da produção, entre outros. Com os recursos provenientes da produção e do valor da bolsa POT, os beneficiários criaram um Fundo Solidário para despesas coletivas e compra de itens essenciais para o desempenho de suas atividades. As entrevistas sugerem que investir na construção como um dos possíveis segmentos da ES foi inovador e demonstrou grande potencial. A educadora social e servidora da SDTE argumenta:

É muito difícil colocar alguém em situação de rua em uma sala fechada, pois aumenta a ansiedade e limita a atenção. Ao realizar oficinas ao ar livre, os beneficiários tendem a se interessar mais e a prever que o empreendimento trará perspectivas de emancipação econômica. (GPE10 em 29/01/2020)

A Secretaria de Habitação (SEHAB) também estabeleceu pontes com a Incubadora Pública, assinando uma parceria com a Secretaria do Trabalho para promover alternativas de trabalho e renda para a população que vive em áreas desapropriadas e conjuntos habitacionais. Tal parceria possibilitou a estruturação da Unidade Produtiva do Jardim Edite, resultado de uma luta histórica por moradias da comunidade local.

A área de 1.000m² foi equipada pela Prefeitura de São Paulo com toda a infraestrutura de um restaurante e, após sensibilizar os moradores, foi estruturado o empreendimento Mistura e Sabores Edith, composta por 15 mulheres e um homem, moradores do conjunto habitacional. A partir do processo de pré-incubação e incubação do empreendimento, a Unidade Produtiva do Jardim Edite foi criada para ser autogestionada pelo coletivo, para contribuir com a

dinamização da economia local. Na experiência de Jardim Edite, a Secretária Adjunta argumenta:

Ao estruturarmos a unidade produtiva, conseguimos, por um lado, promover o trabalho e a renda dos moradores e, por outro lado, conseguimos aumentar a oferta de alimentos saudáveis na região a um preço justo, uma vez que é um bairro nobre. (GPE1 em 07/01/2020)

O grupo foi atraído pela oportunidade de montar um negócio de alimentos para atender à demanda da comunidade. No final de 2016, o estatuto foi assinado e foi definido o Conselho Fiscal e Administrativo do empreendimento, que também procurou articular-se com a comunidade empresarial local.

Outro exemplo de integração das ações da incubadora experimentadas com outros programas municipais ocorreu com a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) da SDTE. Com foco no desenvolvimento das áreas rurais da cidade, o projeto exerceu articulação para a formação de grupos e empreendimentos para a produção de alimentos saudáveis e orgânicos. Sobre essa parceria, SOC2 destacou:

Quero destacar que essa ação foi em conjunto com a política de incentivo à produção orgânica. Eu sou presidente da Associação de Agricultura Natural de Campinas e região que faz o processo de certificação de orgânicos e acompanhei também muito de perto as cooperativas da região do Vale do Ribeira que entraram no PNAE em São Paulo na gestão Haddad.

Democratizou o acesso aos editais públicos de alimento escolar e também criou uma legislação incentivando a progressividade do consumo orgânico. Então o Vale do Ribeira que era altamente contaminado por agrotóxico, as próprias cooperativas vendo vantagens e possibilidades de agregar valor começam a fazer transição para a cadeia orgânica. Então eu queria destacar que houve essa combinação entre o fomento da agricultura familiar orgânica e o fomento à política de economia solidária criando um ciclo virtuoso de surgimento e consolidação de redes e arranjos produtivos, transformando a vida da cooperativa do Vale do Ribeira. Surgiu uma cooperativa de segundo grau que montou um polo logístico em Santo André que criou uma estrutura de comercialização de produtos da Agricultura Familiar. (SOC2 em 18/12/2019)

Entre os projetos apoiados pela Incubadora Pública voltados à produção orgânica, destacam-se o trabalho realizado nas aldeias de Guaranis Kalipety e Tenondé Porã em Parelheiros, no extremo Sul de São Paulo. Através de atividades de treinamento e aconselhamento local, um coletivo de 15 moradores buscava gerar subsídios para o plantio

voltado ao consumo, resgatando práticas agrícolas tradicionais para o gerenciamento da terra. Dessa maneira, a comunidade local começou a cultivar hortaliças, tubérculos e frutas para subsistência, e a impulsionar a geração de trabalho e renda entre seus moradores através da comercialização da produção excedente.

Como resultado do pagamento de subsídios do Programa de Operação do Trabalho (POT), a comunidade tradicional em questão realizou esforços conjuntos para abrir novas áreas de plantio e também para comprar alimentos para a aldeia. Alguns dos residentes também realizaram cursos de permacultura e engenharia agroflorestal.

Para a coordenadora de projetos do UNISOL, esse processo foi extremamente rico para aproximar a dimensão da ES às comunidades indígenas e tradicionais, representando uma importante estratégia para a emancipação econômica desse público na cidade de São Paulo.

As interações entre os membros do coletivo e o educador do projeto despertaram a conscientização de ambas as partes sobre o quanto a cultura Guarani e a Economia Solidária têm semelhanças e compartilham valores como o coletivo, a troca e a valorização do conhecimento popular, a reciprocidade, a cooperação e a convivência harmoniosa entre as pessoas e a natureza. (SOC4 em 09/08/2017)

Ainda na região Sul de São Paulo, outra interface que se abriu com a estratégia da incubadora foi a constituição de uma rede de atores para a constituição do Polo de Ecoturismo de Parelheiros. De acordo com EE1, a mobilização realizada pelo grupo data do início dos anos 2000:

A história do Polo é uma história de vontade popular. Aqui em Parelheiros tem uma característica muito rural. Todos se conhecem. Há uma relação. O foco do ecoturismo em Parelheiros começou em 2001 com a APA Capivari criou um programa de desenvolvimento do ecoturismo. Esses atores se reuniram na câmara técnica de turismo. Fizemos várias reuniões com agentes públicos, fomos construindo essa política pública. 2004 temos apoio no SEBRAE com programa do desenvolvimento do turismo receptivo. Foi um pontapé a começar a entender o processo de organização. Durou de 2004 a 2009. De 2009 a 2014 ficamos órfãos, o poder público totalmente ausente. Depois começou um movimento de mobilizar os empreendimentos da região, construindo essa atividade organizada até chegar na ideia de construir um Polo de Ecoturismo. (EE1 em 09/01/2020)

Participando do projeto *Ecosol como estratégia de desenvolvimento* desde o primeiro ano de implementação, o entrevistado EE1 relatou que nunca havia tido contato com o termo ES até então:

No começo ninguém sabia o que era economia solidária, eu não sabia. Muita gente pensava que tinha algo a ver com caridade, se perguntando “será que vou ter que dar dinheiro para alguém? Mas a metodologia participativa facilitou. Vários encontros para as pessoas entenderem o que era economia solidária e como atuar com ela. Aí a gente percebeu que muitas coisas que fazíamos lá atrás, na década de 2000, a gente percebeu que já estávamos trabalhando com economia solidária no sentido de união, produção em cadeia, não enxergar o outro como corrente. Ver que a minha dor era mesmo a dor do outro. O processo participativo foi fundamental na metodologia, além da integração dos atores para implementar a economia solidária no polo. E muita capacitação. Muito estudo. (EE1 em 09/01/2020)

Ao passar por processos de formação, os integrantes passaram a se mobilizar para a realização de eventos coletivos e de construção de uma identidade enquanto grupo. Também foi destacada a apropriação de questões contábeis, jurídicas e de comercialização, precificação, entre outros tópicos. Ao fazer um balanço da experiência, EE1 comenta:

Hoje o que cristaliza o resultado dessa política, várias oficinas, vários encontros. Começamos com 30 empreendimentos. Nossa função era ampliar esse leque, trazer todo mundo pra fazer a rede ligado à cadeia de turismo. Nas oficinas falavam que precisava cristalizar e reunir todos. Aí surgiu a ideia do Festival de Inverno do Polo. Aqui o clima parece de Campos do Jordão a temperatura aqui que chega próximo a 0 no inverno. Antes nesse período os empreendimentos fechavam. Então na Economia Solidária vem resolver essa questão. Unidos, todo mundo comprometido consegue fazer um evento coletivo de inverno, com show, com muita atividade dentro do empreendimento. 2019 foi a 5ª edição do Festival de Inverno. Desses 5 anos nós movimentando 170 mil turistas e movimentamos quase 5 milhões de reais, para um mês de inverno que não acontecia nada. Acabamos o projeto com 125 empreendimentos na nossa rede. (EE1 em 09/01/2020)

Em relação às parcerias estabelecidas pela Incubadora Pública com atores privados e da sociedade civil no cotidiano, foram citadas a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Mackenzie, Instituto Léo Madeiras, Instituto Kairós e o Centro de Estudos e Pesquisa no Trabalho e Ação Social NUTAS / PUC. Para estruturar a governança dessas ações em colaboração, foi constituído um comitê de direção para os projetos de Economia Solidária da cidade de São Paulo que, ao se reunir periodicamente, tinha como objetivo debater sobre a direção da política de Economia Solidária na cidade e o calendário de eventos a serem realizados ao longo do ano.

Cabe destacar as ações da Incubadora Pública e as demais ações fomentadas pela SDTE e pela Agência de Desenvolvimento de São Paulo (ADESAMPA). Embora com princípios distintos, e até mesmo antagônicos, a transversalidade das ações tentou articular ações voltadas

à economia criativa, empreendedorismo e ES. A esse respeito, a coordenadora do desenvolvimento econômico do SDTE daquele período argumenta:

Um exemplo da aproximação entre Economia Solidária e Economia Criativa é o VAI TEC. Alguns projetos propuseram uma inovação ligada à economia criativa, geralmente com a intenção de criar uma startup. Após aproximar as atividades desses grupos, identificamos potencialidades na integração dessa estratégia com a economia solidária, inserindo a dimensão participativa da cooperação e do trabalho coletivo. (GPE14 em 08/08/2017)

Assim, entendeu-se que as demandas geradas pela implementação do VAI TEC²⁶ muitas vezes se assemelhavam às demandas do campo da ES, principalmente por inserir a dinâmica colaborativa na organização do trabalho, não tendo o objetivo, portanto, de inserir os demais princípios da ES na organização. Com recursos do British Council, por sua vez, cursos e *workshops* no âmbito do projeto Empreendedorismo e Economia Criativa em Territórios Vulneráveis foram fornecidos também ao público participante da Incubadora Pública.

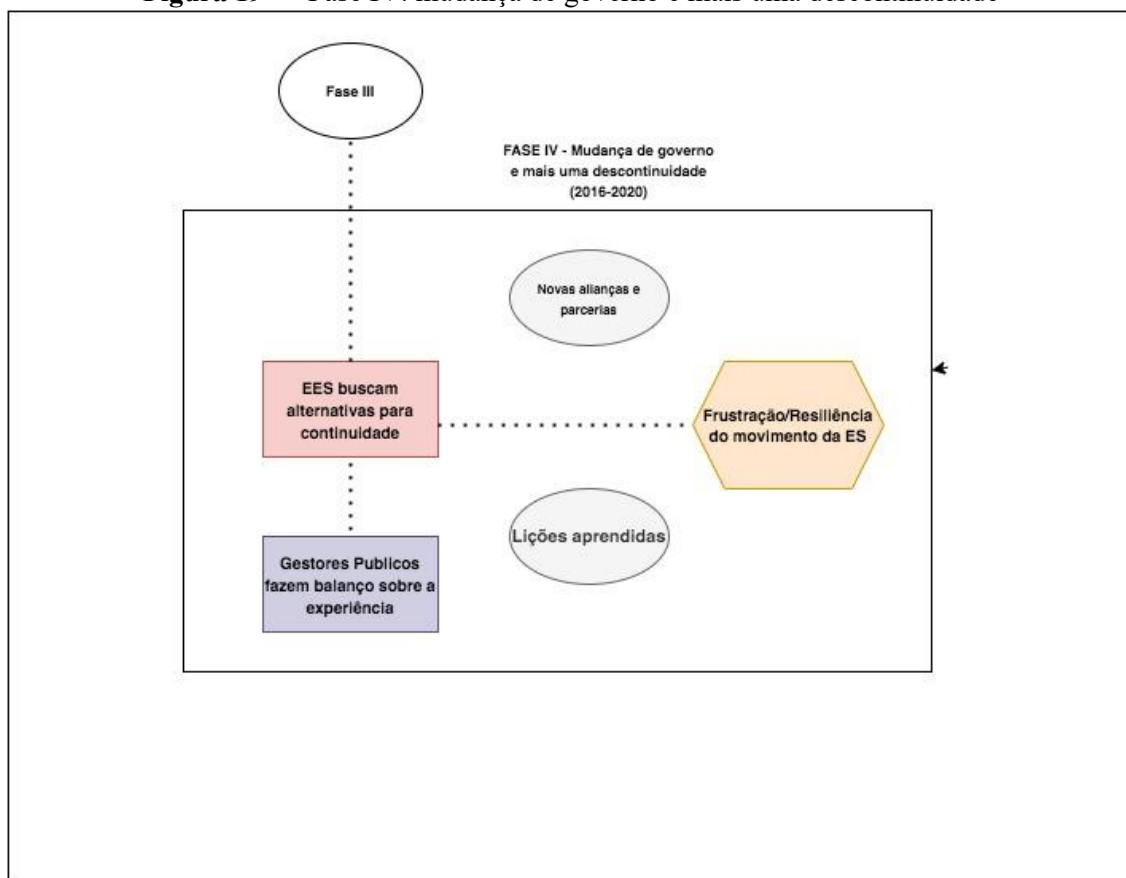
Finalmente, uma outra frente de articulação da incubadora foi a parceria para a exposição de empreendimentos de EES em feiras organizadas por organizações empresariais, a exemplo da Design Craft e eventos organizados em shoppings na capital paulista. Sobre essa articulação, o entrevistado representando a UNISOL comentou:

Houve uma quebra de paradigma porque na economia solidária só falava com o meio social e o sindical. A grande inovação foi não, nós vamos conversar com - usando expressões do mundo corporativo - dos grandes *players*, se é uma estratégia de desenvolvimento, por que não entra em uma feira tão importante da América Latina? porque a gente não entra e faz feira de design no Shopping Frei Caneca? Teve gente que perguntou por que estava “*Gourmetizando* a economia solidária”. Temos que ocupar todos os espaços da sociedade. (SOC2 em 18/12/2019)

²⁶ É instituído pelo Decreto 55.462/2014 (BRASIL, 2014) o Programa de Valorização de Iniciativas Tecnológicas coordenado pela ADESAMPA em parceria com a Secretaria do Trabalho. Tem como objetivo apoiar pessoas de baixa renda a colocar em prática ideias com uso de tecnologias. Os selecionados recebem apoio financeiro, atividades de formação e mentorias sobre tópicos relacionados a empreendedorismo.

6.2.4 Fase IV: mudança de governo e mais uma descontinuidade

Figura 19 — Fase IV: mudança de governo e mais uma descontinuidade



Fonte: Elaboração própria, 2021

Em 2017, com a derrota eleitoral do então prefeito Fernando Haddad (PT) já no primeiro turno, passando a administração da cidade para João Dória (PSDB), o projeto de ES na prefeitura foi paulatinamente descontinuado, refletindo no rompimento das ações da Incubadora Pública junto aos grupos.

Retomando a experiência da TRANS SOL, de um total das 12 participantes que desejavam formar um empreendimento, em 2019 apenas 2 estavam próximas ao coletivo. De acordo com os relatos colhidos, isso se deu principalmente pelo rompimento da política e pelo término do pagamento da bolsa-auxílio via POT. Mesmo com o término das atividades na Incubadora Pública e com o desligamento de grande parte das participantes, as ativistas que iniciaram o TRANS SOL se dirigiram à Casa 1, organização não governamental localizada no centro de São Paulo, buscando sistematicamente reconstituir a mobilização do grupo. O grupo seguiu na confecção de roupas agênero e firmou parcerias com institutos filantrópicos, como o

Instituto C&A, para o fornecimento de matéria-prima e recursos para viabilizar a continuidade da iniciativa.

A técnica de incubação da UNISOL que acompanhou a TRANS SOL argumentou sobre as implicações da mudança de gestão:

O chato é essa relação, não tivemos muito tempo para trabalhar a metodologia de incubação com o grupo pois houve um rompimento na condução governamental. Termina uma gestão, vai para o ralo, cria uma descrença na política. (SOC5 em 12/04/2018)

Ao final dessa fase, as narrativas dos entrevistados apontam para uma reflexão sobre os aprendizados e as razões que explicam o aparente fracasso de construir uma ação pública de ES que não esteja refém tão somente da vontade política. Do ponto de vista dos participantes, a descontinuidade da política gera sentimentos de frustração e desconstrói espaços importantes de interlocução junto ao Estado. Nas palavras de EE1:

Frustrante para quem está participando. Porque você dedica uma parte do seu dia e da sua vida em reuniões, em apresentar para as pessoas. Tivemos um problema sério nessa gestão porque tivemos 2 prefeitos em um período de 4 anos. Teve um prefeito eleito que foi embora e outro que assumiu no meio do caminho. Isso mata, isso destrói. Imagina para nós do movimento social? Você conhece o Secretário, conhece a equipe toda de tanto que você bate na porta reivindicando e pedindo. Depois da eleição, começa tudo de novo. No mínimo demora 1 ano para eles entenderem qual é a demanda, conhecer o movimento. Porque eles mudam tudo. No nosso caso, quando você começou a conhecer o cara (prefeito) foi embora. Essa administração, por exemplo, estamos trabalhando com ela só em 2019. Porque nos últimos anos ficamos batendo de porta em porta. Infelizmente nosso gestor público tupiniquim, quando temos uma política pública é raríssimo dar continuidade. Quer dar outro nome. Acaba atrapalhando aquilo que estava fluindo muito bem. Só agora está chegando investimento de capacitação. (EE1 em 09/01/2020)

Do ponto de vista dos gestores públicos, as narrativas dos entrevistados apontam para novos aprendizados obtidos com mais uma tentativa de fomentar a ES na cidade de São Paulo via política municipal. Diferente do programa Oportunidade Solidária, a estratégia do governo buscou inicialmente trabalhar com grupos previamente estabelecidos, acreditando que os laços pessoais, familiares ou de amizade contribuem para fortalecer a constituição e manutenção de EES. No entanto, ao examinar as experiências de forma mais acurada, percebe-se que a tentativa de formar grupos sem vínculos prévios foi novamente experimentada, a exemplo do coletivo TRANS SOL.

Ao refletir sobre a experiência, os gestores destacaram a boa adesão dos grupos das diferentes áreas diante das ações de mobilização e sensibilização. Além disso, entende-se que, embora não tenha a mesma natureza descentralizada do programa Oportunidade Solidária, a iniciativa reuniu e fortaleceu redes de EES assentadas em diferentes territórios, atraindo, assim, a população de baixa renda e desempregada. Ao estabelecer a parceria com a SMDHC na constituição da Incubadora e Centro Público, abriu-se um leque de possibilidades para a execução de ações em uma perspectiva integrada e intersetorial.

Dessa parceria ainda rendeu a possibilidade de articular a ES com temas como diversidade e políticas afirmativas, inserindo sobretudo a população imigrante, comunidades tradicionais e a comunidade LGBTQIA+ como participantes da ES. Essa parceria foi destacada por GPE1 e GPE12 ao responderem sobre os aprendizados na política:

Só que São Paulo foi um tempo muito curto entre nós chegarmos. Olhando agora eu acho até que a gente avançou bastante porque conseguimos implantar a Incubadora por decreto, tramitou em tempo record o Centro Público. Eu acho que foi uma experiência maravilhosa juntar com a questão dos direitos humanos. Com uma característica de SP, pensando nos públicos vulneráveis que a Secretaria de Direitos Humanos trabalhava e trazer isso integrado à discussão de inclusão socioeconômica eu achei bárbaro. (GPE1 em 07/01/2020)

que aí acaba sendo super estratégico e interessante na época justamente por isso, porque a gente...formou o projeto de travestis, de rua, imigrantes e então a gente conseguia dar uma alternativa...mas que conseguia construir uma trajetória de busca da autonomia, então essa trajetória em busca da autonomia, o Centro público vem um pouco em torno desse contexto. (GPE12 em 23/01/2020)

Nessa direção, a ES emerge enquanto solução possível para atender às necessidades de geração de trabalho e renda desse público, além de refletir sobre a interseccionalidade com temas como identidade e reconhecimento. Entre os avanços dessa experiência, a educadora da SDTE destaca o papel da incubadora no fortalecimento dessas experiências, além do instrumento de transferência de renda (POT):

Ter um equipamento público como a Incubadora é uma inovação, pois ter espaço todo equipado para realizar as atividades faz toda a diferença. A concessão de bolsas para o grupo Economia Solidária também representou um ganho. (GPE10 em 08/10/2017)

Por outro lado, ao refletir sobre as razões que explicam as fragilidades da iniciativa, os entrevistados descrevem fatores de ordem institucional, organizacionais e políticas. Quanto ao

primeiro aspecto, há relativo consenso de que não houve progresso na elaboração de marcos legais que promovessem a ES como política pública no município. Sobre esse ponto, GPE1 comentou sobre o andamento da legislação municipal:

No Projeto Economia Solidária, foi realizada uma pesquisa de estrutura legal de outras localidades nos níveis federal, estadual e municipal que subsidiou a criação da Incubadora. No entanto, a construção da proposta de Lei Municipal de Economia Solidária, proposta em 2004, ainda está sendo processada pelo Conselho Municipal, o que certamente não fortalece as políticas de promoção desse segmento em São Paulo. (GPE1 em 10/08/2017)

A inexistência de legislação municipal também foi apontada como fator determinante para que a política de ES não fosse continuada, a depender do grupo político no poder, o que, por sua vez, corrobora o cotidiano do EES. Segundo a coordenadora de projetos da UNISOL, a dependência do financiamento público por parte dos empreendimentos é um ponto de alerta:

Mais uma vez, falta tempo para amadurecer as conquistas alcançadas na cidade e fortalecer os empreendimentos da Economia Solidária. Dependendo da visão do estado do próximo governo, os empreendimentos não terão mais apoio e a probabilidade de acabar é muito alta. (SOC4 em 09/08/2017)

Ainda do ponto de vista institucional, a interação cotidiana entre atores do governo, terceiro setor e movimentos sociais é marcada por debates e disputas, seja em busca pelo protagonismo da ação, seja pela visão construída sobre ES. GPE1 defendeu que essas disputas também ocorrem dentro da administração pública, dificultando a integração das políticas municipais de ES, tornando-as fragmentadas. De acordo com a entrevistada, de fundo está o imbróglio quanto às competências municipais diante do tema do trabalho e renda:

Porque quando você tem uma experiência fragmentada e as pessoas ficam disputando papel. Descaracteriza. Eu faço essa crítica. Vamos pegar o exemplo de São Paulo. Que sentido faz a Saúde fazer ações de trabalho e renda para Saúde Mental? Não faz sentido nenhum. É a discussão que eu fazia no De Braços Abertos. Quem tem que executar as ações de trabalho e renda somos nós. É a mesma discussão com assistência social. Vocês não tem que fazer curso de capacitação. A gente tem que combinar junto a demanda. Essa foi a mesma discussão do PRONATEC. Isso é um negócio muito grave nas gestões públicas. Só que por um lado, se você for ver a legislação da saúde, lá prevê que a saúde faça isso. Se pegar a legislação do SUAS trabalho, você vê que está lá...dirigido às pessoas - história da porta de saúde de beneficiários de programas de transferência de renda. É um problema. Como a discussão nos municípios o trabalho ainda não é uma atribuição local essa neurose vem de uma semente das legislações nacionais. Diferente da saúde que você tem uma atribuição clara no município ou educação. Então quando a gente fala em

institucionalização da política de economia solidária é isso. A ideia da lei de fundo a fundo. A discussão toda sobre o Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda era isso. Para você ter uma política de Estado para ter uma articulação para todos os locais. Como isso não tem, a discussão do trabalho está em diferentes pastas a depender do município. Você vai em um município e o trabalho está na pasta da cultura, outro na saúde, outra nem tem. Se eu fosse uma gestora nacional eu iria rever. Não vejo sentido no papel da saúde em promover geração de trabalho e renda. A saúde tem que fazer essa discussão integrada com quem faz ações de inclusão produtiva ou trabalho. Porque isso dá uma confusão na ponta e uma situação de disputa por lugar, de papéis. Imagina a economia solidária que tem transversalidade com tudo? Com segurança alimentar, ambiental, resíduos...fica muito confuso no território. (GPE1 em 07/01/2021)

Ao final desta fase, percebe-se, então, dois movimentos principais. O primeiro de frustração e afastamento do movimento de ES, principalmente realizado por grupos e empreendimentos que foram fomentados durante o programa municipal. O segundo se volta para a busca de alternativas de financiamentos, editais e demais instrumentos que possam viabilizar as atividades da ES no município, se não via poder estatal, via organizações do terceiro setor.

6.3 CONSEQUÊNCIAS

6.3.1 ES enquanto discurso

Ao refletir sobre a experiência da incubadora, é possível compreender as diferentes implicações práticas sobre a mobilização de diferentes referenciais em torno da ES, e como ela é compartilhada ou disputada no cotidiano. Sendo um equipamento de iniciativa estatal, representou um importante instrumento mediador e facilitador entre os diferentes grupos sociais, conectando discursos assentados nas vivências da sociedade civil, movimentos sociais e projetos políticos. Com efeito, tal configuração trouxe para as interações relacionais discursos da gestão pública, a exemplo do discurso técnico, administrativo e burocrático. Tais elementos conectados apontam para as potencialidades e desafios da performatividade da noção de ES nesse contexto.

Assim, o processo de constituição da Incubadora Pública em São Paulo emerge enquanto necessidade de trazer materialidade para uma ideia crítica, tal equipamento já fazia parte do repertório de gestores públicos ativistas dentro do movimento de ES. O discurso idealista pode ser observado na fala da GPE10:

Penso o seguinte...nós vivemos numa sociedade muito individualista e agora ainda de uma forma escancarada, cada um na sua, enquanto isso, a gente vai perdendo direitos, e olho para a economia solidária e eu vejo como movimento de pensar no outro, o pensar em sociedade, o discutir as questões do mundo em sociedade, penso que a ES não é só geração de renda, mas é pensar o formato do mundo, que mundo é que a gente quer para os filhos, netos, para os bisnetos, será que é esse mundo tão separatista? ES ela mexe com toda a questão social que é a moradia, a Saúde, Educação, lazer, cultura, vejo que está muito ligada a isso tudo. Lógico que não tão fácil, como diz minha amiga, não é flor é luta, porque as pessoas que chegam até a gente, a maioria não sabia o que era ter um ganho, pegar o seu dinheiro e falar é meu. (GPE10 em 20/01/2020)

Ao estabelecer convênio com a UNISOL, organização atrelada a movimentos de base sindical, foi necessário o alinhamento de visões sobre as diretrizes da política em busca de objetivos comuns. O lema *ES como estratégia de desenvolvimento* destaca-se como ideia repetida por diferentes entrevistados, além de aproximar a ES como política de emancipação orientada a públicos em situação de vulnerabilidade. Outros discursos mobilizados tanto pelos gestores públicos quanto pela entidade gestora são os discursos técnicos e de gestão de projetos.

Tendo como foco um público em situação de vulnerabilidade, os agentes fomentadores da ES tanto do poder público quanto da entidade executora manifestaram a articulação de diferentes tipos de formação que extrapolam e, em certa medida, são contraditórias quanto aos princípios da ES, a exemplo da economia criativa ou empreendedorismo individual. Na narrativa dos entrevistados, não apareceu tal reflexão crítica sobre as implicações dos referidos discursos.

Quanto aos grupos e demais participantes *fomentados* via incubadora, o discurso varia a depender do grau de envolvimento e apropriação diante da referida ideia. Assim, há narrativas que relacionam ES a um tipo específico de formação, *ES fornece cursos*, ou reforçam uma identidade, *a turma da ES*. Como consequência inesperada para o discurso de ES, a partir de uma necessidade de aproximar ações finalísticas da SMDHC e da estratégia mobilizada pela SDTE, o estreitamento do discurso dos direitos humanos emerge para novas potencialidades e relações estratégicas. De acordo com GPE10, trouxe para a ES a dimensão da diversidade:

Foi um ganho na ES, porque a gente trabalhou com equatorianos, com africanas, com o grupo LGBT, grupo extremamente excluído, isso foi um ganho, era público do Direitos Humanos, para a gente trabalhar a geração de renda com essas pessoas, com aquilo que elas sabiam fazer. LGBT mexe com cabelo, trabalha com estética, postura, então vamos trabalhar com esse grupo. As africanas trabalham com cabelo, alimentação, com costura, naquilo que elas sabem desenvolver. Para A ES trouxe diversidade nas pessoas atendidas. (GPE10 em 20/01/2020)

6.3.2 ES enquanto movimento social

O processo de constituição da incubadora revelou a existência de diferentes grupos no movimento de ES, que buscavam pautar essa temática desde o período eleitoral. Ao assumir um secretário com histórico ligado ao movimento sindical, a UNISOL foi a organização responsável pela execução de um convênio de fomento à ES. Com essa escolha, o projeto permitiu o fomento de redes e cadeias já mobilizadas pela entidade na grande São Paulo, experiências assentadas no cooperativismo social, saúde mental e assistência social, economia das culturas, entre outras. Ao firmar convênio com a prefeitura de São Paulo, exerceu papel híbrido, ora como entidade executora da política, ora como ente de representação e mobilização social da ES.

Do ponto de vista dos empreendimentos ouvidos, integrar ações governamentais representa uma oportunidade de interlocução para demandas coletivas no território.

Existem na gestão pública ferramentas para contribuir com esse empreendedor, seja uma capacitação, seja um crédito barato, seja uma orientação que você tenha. Você está mais próximo do poder público de maneira coletiva e não individual e fazendo que a gestão pública entenda que aquela economia local é fundamental para cidade. No contexto de desemprego em que vivemos. Estamos longe dos empregos da cidade, alguém de Marsilac não vai trabalhar no largo 13. Nossa atividade do ecoturismo, agricultura, artesanato, você potencializar isso localmente e, a partir daí você demandar um fluxo de turismo constante para gerar renda no território, eu te garanto que vamos acabar com este IDH baixo de Marsilac. Eu te garanto que, com a colaboração com o poder público, de pessoas que nem você que estuda e que vai colocar isso para frente para que as pessoas pensem. Eu tenho certeza que vamos colocar Parelheiros e Marsilac no lugar devido e que ela merece, essa região dentro da economia que mais cresce no Brasil (cidade de São Paulo). É essa percepção que a Economia Solidária me trouxe e por isso que eu sou militante desta área. (EE1 em 09/01/2020)

No cotidiano da experiência analisada, a adoção da metodologia de incubação envolve estratégias de prefiguração, manifestadas nesta metodologia e também nas formas de comercialização praticadas, além de dispor de um espaço físico para reuniões e articulações entre grupos e redes, o que resultou em um ambiente favorável à integração das ações e ganhos em escala e visibilidade.

6.3.3 ES enquanto ação pública

O processo de constituição da incubadora resultou em aprendizados sobre a forma, as potencialidades e os desafios de formatar uma ação pública de ES e seus instrumentos na arena pública. Trata-se de um equipamento público cujo desenho permite a interação cotidiana entre diferentes grupos sociais da ES, além de fornecer formação técnica para interessados em estruturar organizações alternativas. Seu perfil heterogêneo e diverso tem o poder de atrair diferentes segmentos sociais, representando em certa medida um laboratório de inovação, conectando grupos, interesses e anseios. Entre os instrumentos técnicos, a transferência de renda via POT foi fundamental para garantir a participação de integrantes no período de estruturação do empreendimento.

As razões para que isso ocorresse foram justificadas pelos entrevistados pelo pouco tempo disponível para a realização do projeto. De acordo com SOC2:

A questão temporal é algo importante neste projeto. Fizemos tanta coisa mas em 1 ano e meio. Quando colocamos no papel e avaliamos a gestão Arthur: O cara Funda uma incubadora, organiza a agricultura familiar. Para a temporalidade da política pública é praticamente uma loucura. Se tivesse uma política desde o início da gestão, a consolidação disso e mobilização social disso como foi na gestão da Pochman.... Se tivesse 4 anos com certeza seria uma política transformadora. (SOC2 em 18/12/2019)

GPE10 igualmente trouxe a dimensão temporal como crucial para ditar os rumos da ação pública, além de haver um descompasso entre as expectativas relacionadas ao trabalho junto às organizações alternativas diante das expectativas de resultados alcançáveis ao longo de um mandato de quatro anos:

Olha, a ES como ela é uma política, é um novo olhar para o mundo do trabalho, para a relação de trabalho diferenciada, não é uma política que ela...uma coisa que me incomoda muito nessa política é que assim...dentro da prefeitura ela tem um tempo,mas para a população o tempo da prefeitura não é o tempo das pessoas. Então, você vive num mundo capitalista que exclui as pessoas, aí você vai falar de uma economia que é possível trabalhar coletivamente, conjuntamente, desenvolver uma relação de trabalho com mais respeito, com mais dignidade, é uma mudança de...concepção do que é o mundo do trabalho. Então, ela dura quatro anos? Não, ela não dura 4 anos, porque a pessoa vai ter uma outra concepção do que é o trabalho quando ela começa ela mesma discutir as regras de como fazer o trabalho dela. (GPE10 em 29/01/2020)

No que concerne aos instrumentos normativos e regulatórios, as entrevistas demonstram as limitações e a morosidade de prover legislação específica voltada à ES, além das barreiras identificadas na tramitação de documentos que autorizassem a realização de atividades e parcerias entre órgãos da administração pública. De acordo com o gestor da SMDHC:

A parte legal demorou demais, absurdamente. Eu escrevi a portaria, eu que não sou advogado. Peguei uma portaria de parceria do CEU e escrevi e... falei... caminhei para a procuradora que achou ótimo (risos) e caminhei para cima. A tramitação muito demorada e quando passou para o Trabalho, muito demorado, mas muito... nas duas secretarias, demora inexplicável de tramitação e aí o que aconteceu? Eu não podia fazer as coisas... (GPE9 em 05/02/2020)

Entre os instrumentos de conhecimento mobilizados, por sua vez, a metodologia de incubação induzida pelo poder público traz igualmente aprendizados e implicações práticas. Com a metodologia firmada em uma relação de médio e longo prazo, na prática, a incubação de grupos se deu de maneira acelerada, o que acarretou em um processo muitas vezes marcado por interações de cima para baixo, trazendo consequências negativas no cotidiano dos grupos, onde princípios como autonomia e autogestão parecem não terem sido priorizados.

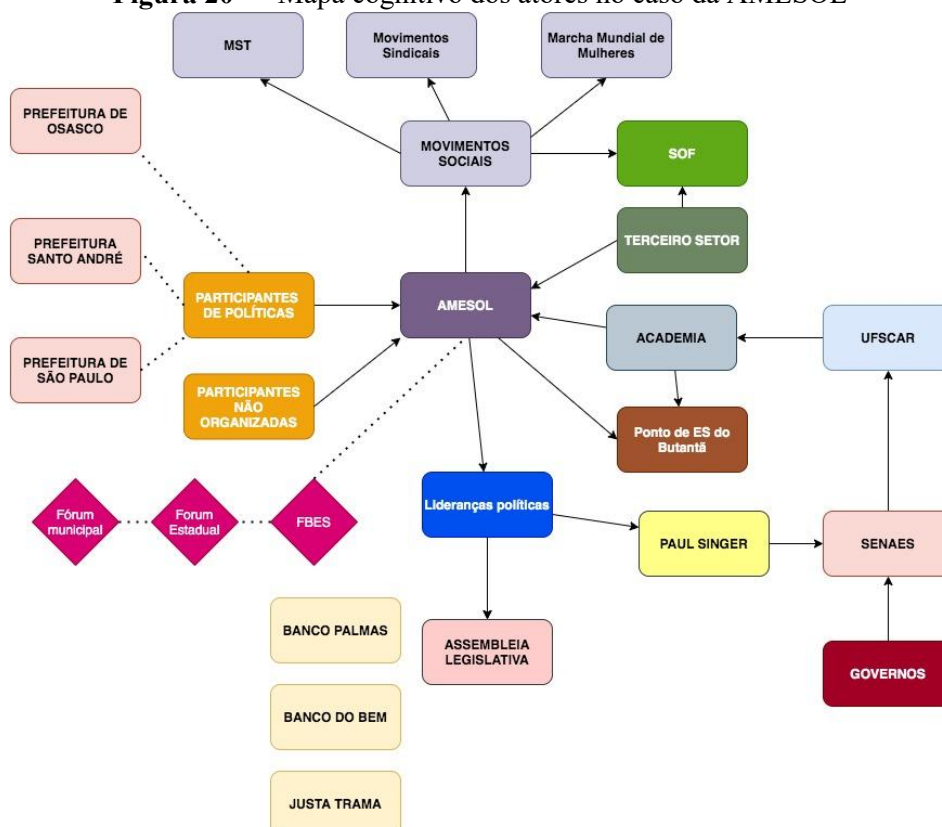
Dessa maneira, para estabelecer vínculos duradouros na Incubadora Pública, é preciso reunir atores com crenças compartilhadas sobre o potencial do equipamento em fomentar um ecossistema favorável à ES. Mais que criar e manter organizações alternativas, a incubadora aponta para a potencialidade de se tornar um laboratório de inovação, sendo uma ferramenta estratégica para a articulação de atores, transferência tecnológica e qualificação.

7 AMESOL: APRESENTAÇÃO DO CASO E ANÁLISE

Este capítulo apresenta os resultados identificados com a análise do caso da Associação de Mulheres da Economia Solidária (AMESOL). Fundada em 12 de abril de 2013, a organização reúne mulheres do estado de São Paulo em uma rede feminista que compartilha dos princípios da ES como estratégia de mobilização política.

Orientada para a autogestão das mulheres em seus empreendimentos — que podem ser mistos ou compostos apenas por mulheres —, a iniciativa envolve atividades de formação, articulação e aporte financeiro para ampliação e qualificação dos grupos envolvidos. Ao longo da sua trajetória, estabeleceu diferentes conexões entre atores do campo da ES, conforme mencionado pelas entrevistadas²⁷ e ilustrado no mapa cognitivo de atores na Figura 20.

Figura 20 — Mapa cognitivo dos atores no caso da AMESOL



Fonte: Elaboração própria, 2021

²⁷ Entre as entrevistas realizadas para o caso da AMESOL, apenas uma contou com a participação do gênero masculino, portanto, quando tratarmos de frases que buscam representar a maioria ou o todo, utilizar-se-á o gênero feminino, *entrevistadas* ou *todas*.

As atividades são coordenadas com apoio da ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF), com sede na cidade de São Paulo. A organização foi fundada como associação em 1963, desenvolve ações de formação desde a década de 80 e tem concentrado seus esforços no tripé “movimento social, transformação e feminismo” (SOF, [s. d.]). Desde os anos 2000, a organização também atua na articulação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no Brasil. Entre seus principais propósitos está o enfrentamento das desigualdades e seus efeitos sobre as mulheres no cotidiano:

processos organizativos que possam interferir no sentido de modificar relações sociais de desigualdade, que têm como uma de suas consequências a escassa participação de mulheres entre as camadas dirigentes de nossa sociedade. Em particular, as mulheres pobres, em função dessa desigualdade, sejam na vida privada seja no âmbito público, estão fortemente excluídas tanto do acesso à renda e à riqueza social quanto dos processos de direção política da sociedade. (SOF, [s. d.])

Pautada na educação popular em uma relação dialética entre teoria e prática, a organização se debruça sobre a relação entre as relações econômicas, sistema patriarcal e a violência contra as mulheres como um elemento estruturante dessas relações. A constituição da AMESOL é, portanto, um elemento que conecta as discussões sobre gênero à dimensão econômica. Com o processo de reconstituir essa iniciativa e sua manifestação ao longo do tempo, será possível lançar luz sobre as dinâmicas e microrrelações sociais que constituem a ação das narradoras em seus cotidianos. A primeira seção se debruça sobre o contexto institucional e interacional da experiência.

7.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL E INTERACIONAL

Em 2012, o estado de São Paulo reunia cerca de 1.167 Empreendimentos Econômicos Solidários, destes, 945 assentados na área urbana (SIES, 2014). Após um período de protagonismo da SENAES e de programas públicos subnacionais no incentivo de modelos alternativos de organização, a exemplo dos municípios da grande São Paulo, o movimento da ES no plano estadual se articulava principalmente nas ações do FBES, que naquela altura se preparava para a realização da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Precedida de um processo de mais de 200 plenárias subnacionais e envolvendo 10.000 participantes da ES (FBES, 2016), tal debate buscou atuar em três dimensões principais: orientação política, orientações das ações e organicidade da estrutura e organização do FBES.

No âmbito das discussões travadas durante o evento sobre a coordenação nacional do FBES esteve a mobilização para constituir um grupo de trabalho conduzido exclusivamente por mulheres, de modo a aumentar sua representação, atuação e incidência sobre os espaços do FBES e articulações na arena pública. De acordo com SOC7:

a gente começou a questionar um pouco a ES que contrapõe toda a economia capitalista que hoje nós vivemos, mas nós tínhamos uma coisa que nos incomodava muito que os grandes empreendimentos, as empresas recuperadas eram com número maior de homens na sua governança, tá, tinham todo o esquema da ES, elas eram autogestionadas, viviam, decidiam a vida através das assembléias, tudo...era altamente respeitado, mas o número de mulheres numa empresa autogestionada, por exemplo, é...metalúrgica, geralmente, mais homem. Nós tínhamos um número muito grande de pequenos empreendimentos, todos eles de mulheres e os grandes, de homens e, portanto, na coordenação da ES, mais homem do que mulher, aí a gente começou a levantar a voz. Nós levantamos a voz em várias plenárias, quinta plenária foi assim maravilhosa, mas nós começamos a levantar a voz e querer instituir também um grupo de mulheres. (SOC7 em 08/09/2020)

Ao analisar os documentos da IV Plenária Nacional de ES, constituiu-se o Grupo de Trabalho de Mulheres do FBES, que buscou representação, atuação e incidência sobre espaços de articulação do FBES. Juntas, elaboraram o documento *Mulheres Rumo à V Plenária Nacional de Economia Solidária* e atuaram na Rede de Economia Solidária e Feminista em março de 2014 como atividades preparatórias para a III Conferência Nacional de Economia Solidária (FBES, 2016). Sobre esse período, SOC7 comentou sobre o papel da mulher no espaço doméstico e espaço público:

passamos algumas etapas, nós estivemos juntos em 2012/13 a gente ficou até 2015 junto com a criação da RESF que é Rede de ES feminista, com produção, discussão, isso também avançou bastante, ajudou bastante e entraram e saíram, porque as mulheres entram já querendo que as coisas estejam prontas para serem resolvidas e aí nós temos um outro papel que é muito importante, queremos discutir a mulher nesta produção, a mulher dentro do espaço doméstico e do espaço público, para que essa mulher que quer uma autonomia financeira que ela também tenha uma autonomia de vida e aí nós temos discussão da economia feminista, colocando inclusive a divisão sexual do trabalho, o papel dessas mulheres dentro dos espaços domésticos, a acumulação de trabalho, relação marido e mulher, a relação delas com a sociedade, então isso também é um ponto importantíssimo para nós mulheres. (SOC7 em 08/09/2020)

Tal discussão é, então, reverberada no Fórum Estadual de ES e impulsiona a proliferação do debate sobre o papel das mulheres na ES. Em São Paulo, um desdobramento das referidas discussões foi a criação da AMESOL. De acordo com SOC7:

Chegamos à necessidade de termos uma organização de mulheres no estado de São Paulo, e aí criamos a Amesol (Associação de Mulheres da ES). Isso foi em 2013 e de lá para cá viemos tentando nos adequar ao estatuto que nós temos que é muito complicado e saímos, voltávamos, colocávamos de novo, para poder dar entrada no cartório, e estamos até hoje. (SOC7 em 08/09/2020)

A ideia inicial era instituir uma organização que pudesse fortalecer empreendimentos e mulheres que tinham na ES uma prática de trabalho e renda. A ONG SOF, que naquele momento já era responsável por organizar feiras e debates com a temática da economia feminista, nas palavras da SOC6:

já tinha realizado umas duas ou três feiras no Largo da Batata, uma no Sindicato dos Bancários, um seminário que aconteceu no Cajamar, seguido de uma feira, que foi no sindicato, da Tabatinguera, e depois duas feiras no Largo da Batata e aí com participação de empreendimentos do Vale do Ribeira, sempre tentando trazer muito esse debate da agroecologia também, então já tinha iniciativas nesse sentido de alimentar e refletir sobre outra economia. (SOC6 em 18/02/2020)

Diante disso, a partir da conexão entre ativistas da ES e da SOF, foi fundada a AMESOL, com evento de lançamento na Câmara Municipal no dia 12 de abril de 2013.

Antes de avançar na compreensão do funcionamento e dinâmica de atuação da AMESOL, contudo, cabe apresentar como as diferentes trajetórias das narradoras se conectam, e de que forma os diferentes *frames interpretativos* e habilidades se apresentam no contexto interacional.

7.1.1 Trajetórias e *frames* interpretativos das participantes

Ao analisar a trajetória das entrevistadas, é possível identificar influência de diferentes grupos sociais: (i) ativistas historicamente ligadas a movimentos sociais e com atuação profissional no terceiro setor; (ii) trabalhadoras que entraram no campo da ES via políticas públicas subnacionais; (iii) mulheres que estavam no mercado informal e foram convidadas a entrar na AMESOL ao longo do percurso; e (iv) pesquisadores engajados. Cada um desses percursos é descrito e explorado a seguir.

7.1.1.1 Ativismo em movimentos sociais

A efervescência de práticas mobilizadas por movimentos sociais e na sociedade civil no período dos anos 1970 e 1980 foi evocada como marcador de trajetórias para a experimentação de ações e práticas que viriam a ser caracterizadas como ES no futuro. A entrevistada SOC7 destacou que sua militância foi iniciada no período de ditadura militar, no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base. Nas palavras dela:

trajetória pensada que já vem anterior ao meu casamento, meu marido e eu nos conhecemos na faculdade, nos aproximamos de um projeto de país que nós queríamos e na época era muito difícil, nós vivíamos numa época de ditadura, mas fizemos uma vida política clandestina, tá, mas ao casar tudo, fiz opção, continuei com a mesma opção, fazendo as mesmas coisas, tive meus filhos e coloquei nomes até revolucionários. Nesse momento descobri instrumento para continuar a fazer alguma política era CEBEs também. As Comunidade Eclesial de Base, foi ótimo. (SOC7 em 08/09/2020)

A partir desse movimento, a entrevistada seguiu sua atuação na dinâmica política partidária (PT), onde acompanhou o desdobramento dos debates sobre ES, atuando diretamente na criação do Fórum Municipal de Economia Solidária da cidade de São Paulo. Igualmente, a entrevistada destacou sua participação em eventos como FSM e na mobilização que sucedeu a eleição do governo Lula. Nas palavras dela:

Nos anos 2001, ele (o fórum) estava fraco, nós resgatamos esse fórum, nos anos 2000, Lula eleito, começamos a articular a necessidade de ter uma política pública de ES, não só na cidade de São Paulo, mas também no país. Então, nós fizemos vários encontros. O último encontro foi novembro de 2002, apontou uma conversa com Lula no Fórum Social Mundial para que a gente apresentasse a necessidade de ter um espaço institucional da ES no governo dele. (SOC7 em 08/09/2020)

Em resposta a essa demanda, a SENAES se tornou o lugar institucional para vocalizar as ações dos diferentes grupos sociais que formam a ES, muito embora também revelou a grande contradição em abrigar diferentes lógicas, interesses e instrumentos, resultando em um conflito de papéis exercidos pelos atores. Diante disso, a entrevistada não acompanhou parte dos colegas na ida para o governo e optou por seguir o caminho de fortalecer espaços de participação social e de articulação da sociedade civil. De acordo com a entrevistada:

Aí foi criada as SENAES, algo que foi assim uma conquista nossa e aí a gente durante um certo tempo não soube um pouco separar o que era movimento e

o que era governo. E a gente brigava porque a gente achava que era movimento e governo ao mesmo tempo e não era, e nessa época criamos...começamos a articular o Fórum paulista de ES, no mesmo dia que foi criada a SENAES, em 2003, junho, no outro dia estávamos dando criação ao Fórum Brasileiro de ES. Logo em seguida, nós começamos a articular em São Paulo, nós estávamos já articulando, mas dando mais prioridade ao Fórum paulista de ES e aí eu fiz parte do Fórum Brasileiro e fiz parte, faço parte do Fórum paulista e Fórum municipal. (SOC7 em 08/09/2020)

Se a trajetória na construção da ES no contexto brasileiro foi mencionada por SOC7 ao revisitar seu passado, SOC6 destacou sua trajetória no movimento feminista e sua atuação em uma cooperativa de catadores, fato que a levou a trabalhar na ONG SOF desde 2004. Nas palavras dela:

Eu estava num movimento de juventude que fez um debate sobre as questões de gênero. Esse movimento de juventude era misto, homens e mulheres e quem assessorou esse momento foi a SOF. Curso longo, assim de alguns meses e tal, com momentos concentrados, então, 3, 4 dias concentrados, ao longo de um período. Conheci a SOF nesse período, portanto o debate de gênero aí e depois de alguns anos eu saí, a juventude tem um determinado momento, eu deixei de ser jovem, saí desse movimento, fui trabalhar numa cooperativa de catadores, e aí a SOF me convidou para fazer parte da equipe, então, desde 2004, novembro de 2004 trabalho na Sof. (SOC6 em 18/02/2020)

7.1.1.2 Participantes de políticas públicas de ES

Um outro percurso identificado entre as entrevistadas é a participação pregressa em programas públicos municipais com a temática da ES experimentados nos anos 2000, a exemplo dos municípios de Osasco, Santo André, além da capital paulista. Assim, antes de comentarem sobre suas atuações na AMESOL, as entrevistadas lembravam seus primeiros contatos com programas de ES, revelando a sua entrada nesse campo.

EE8, por exemplo, chegou à AMESOL após participar de formações promovidas pela Incubadora Pública de São Paulo em 2016:

Então, na verdade, eu e o meu marido. Eu trabalhava em outros trabalhos, mas meu marido sempre teve uma pequena gráfica que sofreu muito com as mudanças tecnológicas, uma vez que ele não conseguiu a essas novas mudanças, então ele passou a trabalhar com as artes gráficas de uma maneira mais artesanal, entendeu? E além de trabalhar com impressoras, digamos assim, da tipografia, coisas da off set plana que praticamente não existe mais, ele também começou a incluir nesse repertório técnicas de gravura, como xilogravura...e não sei exatamente quando, mas eu fiquei sabendo de um programa, acho que foi em 2016 ou 2017, sei lá, fiquei sabendo de um programa que existia ali no Glicério, da incubadora de ES, a Ecosol, eles

estavam dando uma formação e montando grupos e tal e eu acabei indo fazer esse curso e aí eu conheci esses grupos de ES, foi aí que eu me aproximei tanto do pessoal da Design Possível que trabalha...um dos dos grupos que participava da organização da formação daquele trabalho e aí que eu conheci também a Amesol que é a Associação que eu faço parte hoje e outros empreendimentos de ES. (EE8 em 28/08/2020)

A entrevistada EE5 também iniciou sua fala descrevendo sua situação de vida quando participou de um processo de formação em ES na cidade de Santo André, no ano de 2015. Ao se encontrar fora do mercado de trabalho e com filhos pequenos, o anúncio de cursos em ES em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da cidade chamou a atenção da entrevistada:

Eu trabalhava como CLT, sofri muitos assédios morais, sexual também por parte de chefe essas coisas, sabe? Muito constrangimento e resolvi parar, porque estava muito abalada com tudo isso, aí começou vir os filhos e aí começou a ficar difícil eu trabalhar fora, e aí numa época que estava sem trabalhar, eu também não gosto de ficar parada e apareceu um chamamento que naquela época eu estava recebendo o bolsa família e aí apareceu no CRAS, onde a gente fazia inscrição, lá sempre tinha umas palestras, essas coisas, voltada para mãe de família, para quem está no programa e aí apareceu essa oportunidade de eu conhecer a ES. (EE5 em 17/04/2020)

A partir da participação no referido processo de formação, a participante constituiu empreendimento no ramo da costura e confecção, ofício aprendido e desenvolvido nas ações da incubadora municipal:

Então essa parte que eu fiquei da ES tinha vários cursos, que na época tinha um grupo gestor que fazia a nossa capacitação, né, e tinha uma empresa credenciada que dava esses cursos para a gente. Foi bem legal para mim, porque comecei a crescer, sabe, como empreendedora, era coisa assim que eu sabia mais o básico, sabia costurar, pouco também, agora aperfeiçoamento foi vindo depois com o tempo. (EE5 em 17/04/2020)

Ainda de acordo com EE5, que hoje se dedica à produção de bonecas, bolsas e acessórios, a partir do processo de formação e sensibilização, a ES passou a ser uma estratégia possível, uma vez que ela poderia estar aliada à dinâmica e rotina doméstica e familiar:

tenho um empreendimento, na verdade, três nichos. Uma, eu faço boneca personalizada e boneca negra, em outra eu faço bolsas e acessórios, a partir de banco de carro e outro a gente tem de customização. Customização de jeans, de roupa, também tem um objetivo em cima disso que é para diminuir grandes consumos, né, e conscientização de não jogar essas roupas no meio ambiente, não jogar fora, não descartar, sendo que dá para reaproveitar.

[...]

O nosso [empreendimento] é mais família mesmo, mais familiar, eu minha filha e meu marido às vezes ajuda, meu filho adolescente, às vezes me dá uma ajudinha, mais família mesmo. Tem, às vezes, alguém que vem, dá uma mão, faz alguma coisinha [...]

Achei interessante porque dava para mim trabalhar num horário flexível, né, onde eu poderia conciliar os meus afazeres domésticos, cuidado com os filhos, e também teve essa oportunidade de eu começar a trabalhar nos horários que podia, que dava para mim. (EE5 em 17/04/2020)

A entrevistada EE6, por sua vez, destacou sua participação no programa Osasco Solidária e seu ingresso no ano de 2006. A participante igualmente ficou sabendo do programa por um folheto de chamamento de ES, e destacou que tal estratégia promovia identificação com práticas já realizadas no seu convívio familiar e comunidade:

Na época, eu morava ali no [bairro] Santo Antônio e fui levar a minha filha na escola e vi um folheto com chamamento. Não entendia o termo ES e aí você vê, com o passar dos anos, que ES foi tudo que você sempre fez na sua vida, porque se identifica com a ES aquela pessoa que sempre praticou ES, mesmo sem saber o que era. Aí, eu, minha mãe e algumas companheiras, a gente trabalhava, no segmento de alimentação, sempre realizando alguns eventos para o pessoal da comunidade. (EE6 em 26/08/2020)

Ao seguir com seu relato, destacou que seus pais atuaram em movimentos sindicais, fato que contribuiu para identificar pontos de aproximação com a ideia da ES e sua vivência:

Venho de uma educação de pais que lutaram muito por seus direitos, meu pai era sindicalista, minha mãe, operária também e sempre lutando, sempre estando nas ruas exigindo direitos, então todo esse trabalho, toda essa luta que ES nos mostrou me identifiquei imediatamente e só fortaleceu ainda mais aquela criação que eu tive que a gente não tem que se deixar ser usado, ser escravizado, foi aí minha paixão pela ES e todo aquele meu sentimento de pertencer ao mundo de luta de classe trabalhadora se fortaleceu dentro da ES. (EE6 em 26/08/2020)

A entrevistada desdobrou ainda suas impressões quanto ao processo formativo e os eixos programáticos da política implementada em Osasco no período de 2006 a 2011. Ao reconstituir esse processo, ela expressa que tal estratégia foi desconfigurada ao longo do tempo, com grande parte das ações descontinuadas:

O processo de formação de 2006 a 2011 quando nós nos formamos na ES, um dos melhores processos de formação de ES na gestão..., foi uma época que a gente realmente teve atenção enquanto empreendimento de ES, porque existia realmente um corpo técnico que estava ali para nos ensinar o que era a ES, o aprendizado foi assim 100% aproveitado pelo menos de minha parte e de

algumas companheiras que hoje resistem aí na luta, porque a gente conseguiu entender o que era ES e o que era programa de ES dentro da cidade, né, a gente conseguiu separar as coisas - o que é a militância e o que é programa, né? Foi um processo muito bom, formativo, de muita qualidade para a gente e o bom é que a gente aprendeu e multiplica tudo que a gente aprendeu. Até como ensinamento de uma faculdade, a gente tinha o ensinamento, a aprendizagem dentro do programa e enquanto movimento a gente saía para fazer intercâmbio, era maravilhoso. Hoje não existe mais isso, a ES em Osasco se comparada ao que era antes está muito abandonada, não é nem 30% do que era, mas o que a gente lá desde o primeiro edital que a gente aprendeu a gente consegue multiplicar. (EE6 em 26/08/2020)

O tom nostálgico é explicado também pela trajetória do seu próprio empreendimento, que, legalizado em 2009, contou com 20 pessoas que criaram a rede de alimentação Mulheres Ativas Empreendedoras Solidárias (MAESOL), e chegou a atuar em cozinha industrial financiada por projetos de incentivo à ES da prefeitura municipal, além de participar de diferentes eventos públicos com essa temática. Contudo, após 2014, a entrevistada relata que a crise econômica fez com que a dinâmica de trabalho fosse alterada, passando a se dar no ambiente domiciliar, além de mencionar a redução de equipe. De acordo com EE6:

A crise nos atingiu, ficaram 7, as 7 continuam até hoje, porém aquele espaço a gente já entregou e hoje a gente está no formato de trabalhadoras em domicílio, nós fazemos tudo que tem que fazer para pequenos eventos, a gente faz a partir de nossas casas. Quando é alguma coisa maior, fazemos parcerias com algumas cozinhas, mas estamos querendo voltar ao nosso formato antigo que é nossa cozinha industrial e até mesmo com outro formato para atender comunitariamente em algumas comunidades. (EE6 em 26/08/2020)

Diante do contexto, a AMESOL então emergiu enquanto locus importante para reunir e promover a interação de mulheres que desenvolviam ações ligadas a ES e, por diferentes razões, vivenciaram a descontinuidade de políticas públicas em seus cotidianos. ACAD1 compartilhou a visão de que a AMESOL é em parte constituída por mulheres que estavam associadas a diferentes políticas municipais e que estavam desassistidas:

Eu sei que muitas mulheres que fazem parte da Amesol fizeram parte de projetos de incubadoras, então tanto São Paulo, quanto Osasco, São Bernardo, Santo André que eu me lembro são esses municípios. Então já vem com uma bagagem da ES, né, e com críticas inclusive. E...eu vejo que muitas mulheres entraram na Amesol com o fechamento da incubadora pública de São Paulo, teve um super assim, de todos os municípios que eu falei, não só São Paulo, nesse momento 2016, 2017, que políticas municipais de ES tiveram drástica redução desmonte muitas mulheres chegaram na Amesol que foi um lugar que estava acolhendo e tinha essa proposta de levar até a ES e de organizar para a venda, né. (ACAD1 em 20/04/2020)

No entanto, entre as integrantes da AMESOL, há também aquelas que não conheciam o termo ES e tiveram no coletivo seu primeiro vínculo com a referida ideia, conforme detalhado a seguir.

7.1.1.3 Mulheres que conheceram a ES via AMESOL

O incentivo de familiares ou amigos que já faziam parte das ações da AMESOL foi mencionado como razão para participar das atividades mobilizadas pelo referido grupo. EE7, por exemplo, possui um empreendimento de cerveja artesanal e participa da organização desde 2018. Após vivenciar uma separação e ter dificuldade de encontrar emprego formal em um contexto de crise econômica, a entrada da entrevistada na AMESOL foi motivada por aproximar sua produção a uma lógica de *comércio justo*, incentivada por sua mãe, que já participava do referido grupo. Ao descrever como se inseriu na ES, a entrevistada destacou:

Eu morava na Bahia, com o pai da minha filha, né, e quando eu separei, foi uma separação um pouco difícil e quando me separei eu vim para São Paulo, e fiquei um tempo sem conseguir trabalho, né, enfim, fiquei dez anos fora e quando eu voltei eu tava sem contatos, tava difícil. Foi bem na transição do governo assim, né, quando saiu a Dilma, entrou Temer, lembro dessa situação estava muito complicada, muito difícil de arranjar alguma coisa, e aí quando eu cheguei...meu irmão viu a dificuldade e falou que estava precisando de uma pessoa aqui, assuma o negócio. Ele é professor de música e o outro amigo é...nutricionista e já estavam trabalhando em outras coisas e a cerveja estava sendo como um hobby deles, aí peguei para fazer e para trabalhar com a marca que já era deles e a partir disso comecei a estudar a respeito da cerveja, eu já gostava de beber cerveja artesanal, então, estudei os tipos, a gente começou a fazer junto e tal e a partir disso fui entrar na Amesol, quando eu já estava produzindo e a minha mãe era da Amesol, então ela me indicou para entrar e comecei a participar das reuniões para entrar e sempre com aquela coisa da característica da ES, né, vendendo a cerveja por um preço acessível, né, que não fosse...que pagasse os custos e o trabalho, que não abusasse de quem está pagando e também não abusasse de quem está vendendo, mais justa possível. (EE7 em 16/04/2020)

O entranhamento entre as implicações práticas derivadas do contexto institucional, portanto, é mobilizado na narrativa da entrevistada como impulsionador para a busca de alternativas de geração de trabalho e renda. O referencial sobre ES foi aprendido com a AMESOL, que conectava com práticas já conhecidas pelas mulheres. EE7, por exemplo, citou uma comunidade que vivia na Bahia:

Bahia chama Comuruchatibe [sic], um lugar bem pequenininho e lá...é um lugar bem pequeno, um vilarejo de pescadores e...lá a gente já tinha iniciativas

assim, mas nunca com o nome de ES, então que achei interessante...a prática eu já tinha, mas aí quando cheguei aqui comecei a estudar mais a teoria por trás da ES, né, porque lá a gente já fazia um comércio, a gente pegava os produtores locais, enfim, era longe de qualquer outra cidade, então a gente tinha que consumir as coisas do lugar, né, a gente tinha essa coisa da ES e não sabia e do conceito de....é....esqueci palavra...é...enfim só consumia produtos da época, não conseguia comprar produtos de fora, aí depois que eu fui entender assim que essas coisas tinham um...conceito, né, aí tinha o nome de ES, de agroecologia, consumir as coisas na época que as coisas dão, não produzir fora da época para ter o ano inteiro, tal, tal, né, e aí foi....quando cheguei aqui eu agreguei a prática com a teoria, né. (EE7 em 16/04/2020)

EE4, por sua vez, relatou que sua atuação no campo da ES corre em paralelo ao seu trabalho como diarista. Nas palavras dela:

Eu tenho uma formação de psicologia, né, me formei mas não atuo. Em 2006 mesmo eu comecei a fazer o artesanato com pessoal, os artistas de rua. Aí, depois disso eu fiz até mais ou menos 2010, quando nasceu o meu filho mais novo e fiquei parada um tempo, fui trabalhar como agente de saúde e várias outras coisas e quando eu saí da UBS, eu voltei a fazer artesanato, em 2017. Ao longo da minha vida inteira, assim, eu faço diária, eu trabalho como diarista, então o meu artesanato não é a minha principal fonte de renda ainda, né, espero que seja. (EE4 em 10/03/2020)

Antes de participar da AMESOL em 2018, a comercialização da sua produção era realizada em feiras de artesanato tradicionais. Em sua fala sobre os primeiros contatos com o coletivo, traçou diferenças entre os referidos eventos e aqueles organizados pela AMESOL.

Eu fazia parte de uma feira em Paranapiacaba, em Santo André, e aí, começaram as mulheres vieram da Amesol, a convidar algumas artesãs a participar da Amesol, né, e assim, sempre com muita resistência, porque tinha que participar de reuniões, e a gente quase não consegue tempo, o dia da reunião calha um dia que a gente não pode ir, então demorei quase um ano, até conhecer a Amesol, mas aí eu fui, e depois que eu conheci a Amesol não larguei mais, foi comecinho de 2018, março, eu fui para tocar na Amesol, toco também em outro canto, toco, comecei a expor, às vezes exponho e toco junto, na mesma feira. (EE4 em 10/03/2020)

Assim, a trajetória de mulheres que conheceram a ES por meio da AMESOL aponta para o caráter aberto da organização, bem como revela ações proativas do coletivo para incentivar a participação de novas integrantes que passaram a ser incorporadas ao longo dos anos.

7.1.1.4 Acadêmicos engajados

O último grupo social identificado entre as entrevistadas é o perfil acadêmico. Com efeito, não se trata de uma trajetória pautada exclusivamente por atividades no âmbito do ensino e pesquisa, mas também por inserções profissionais em governos e na própria constituição de empreendimentos da ES, conforme menciona ACAD1, atualmente doutoranda no curso de Sociologia da UFSCAR:

Lá [São Carlos] eu tenho um empreendimento de economia solidária, da área da cozinha, faço comidas para eventos, festas, encomendas, patês, molhos, tal, é recente, desde o ano passado que eu tenho esse empreendimento, teve uma hora que eu fiquei meio sem renda daí recorri aos saberes que eu já tinha de cozinha e da Economia Solidária (ES), mas eu estou no campo da ES desde 2012, quando eu entrei na graduação em Ciências sociais, na UFSCAR e fui fazer parte de um projeto de extensão no Núcleo de ES da UFSCAR, chama Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos de Formação e Intervenção em Economia Solidária, o nome é grande mas a gente chama de NUME, que é tipo a incubadora da UFSCAR, igual tem na USP e outras tantas universidades, na GV também tem eu acho. (ACAD1 em 20/04/2020)

Ao participar de ações de formação e mobilização comunitária desde a graduação, ACAD1 destacou sua passagem em iniciativas de banco comunitário e projetos de fomento à ES como eventos que influenciaram sua maneira de compreender e interpretar a noção de ES. Ao seguir no relato de sua trajetória, apresentou que sua reflexão teórica foi influenciada pelo seu cotidiano no movimento social.

Meu mestrado foi sobre políticas públicas de ES, ação da universidade e a questão das mulheres e pensar um pouco essa questão de gênero dentro do debate da ES. Foi nessa época que eu me aproximei bem dessas correntes da economia feminista e qualificar o debate da ES a partir de uma discussão de gênero me interessou bastante, eu já fazia parte dos movimentos feministas, foi onde eu consegui linkar assim coisas que eram importantes assim na minha vida, na perspectiva teórica. (ACAD1 em 20/04/2020)

Ainda sobre sua interpretação do papel da academia no fomento da ES, a entrevistada recuperou a importância da autonomia dos participantes nos processos de mobilização, evitando, com isso, dinâmicas hierarquizadas e de controle por parte das universidades:

Lá em São Carlos, a universidade chegou querendo implementar um banco, muito diferente [do projeto com a AMESOL], porque a população não estava mobilizada, meio que não entende qual é a proposta, a moeda social não gira, porque a galera não acredita que aquele negócio é dinheiro, sabe? porque não

é o real, enfim, vários impactos...até depois desse tema da autonomia que foi o tema que eu escolhi para continuar estudando, eu acho que tem uma ação de assessoria técnica, né, de formação, tem que pensar na autonomia das pessoas, isso é uma coisa que Paulo Freire ensina, né, mas que muita gente não faz, tem que intencionalizar a autonomia das pessoas, caso contrário vai ser mais uma relação de controle ou de tutela, e eu vejo que muitas vezes a universidade ocupa um lugar de controle ou tutela, e que eu como representante da universidade, muitas vezes, representei isso, essa foi um pouco a minha pesquisa de mestrado, foi a conclusão, O trabalho que eu fazia não contribuía para a autonomia das pessoas, mas representava mais uma relação de controle na vida de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Eu posso chutar que isso acontece em outras universidades, não posso afirmar, mas esse debate no Nume foi tenso, não teve muita abertura, de pessoas que tem uma visão de qual é o saber, qual o processo de construção do saber que se afasta muito da perspectiva que eu tenho da educação popular, que vem do Paulo Freire e das outras práticas populares feministas que aprendo na Sof. (ACAD1 em 20/04/2020)

Ao expor sua trajetória, ACAD2, por sua vez, articulou sua entrada no campo da ES com diferentes eventos históricos para a constituição e evolução da temática no Brasil. Tendo seus primeiros contatos com o referido tópico ainda na graduação, o professor de Sociologia destacou sua formação pela USP naquilo que viria se tornar a incubadora:

Eu cheguei na ES em 98, 99, que foi no final da minha graduação em 98, na época estava numa iniciação científica em outro tema com etnologia indígena e tudo o mais, mas estava meio para me formar e saber o que ia fazer da vida. Estava sendo criada as cooperativas da USP, ainda não estava formalizada, mas tinha um grupo que estava discutindo e já estava iniciando um trabalho no entorno da USP com algumas comunidades do entorno da cidade universitária, né, dezembro de 98, início de 99 comecei a participar disso, a favela São Remo tinha um grupo eu comecei a dar formação e era uma coisa muito incipiente na época havia duas outras incubadoras já consolidadas que era a do Rio de Janeiro que é a pioneira a COP [sic] do Rio de Janeiro que veio lá do projeto Betinho de Combate à fome. (ACAD2 em 20/06/2020)

Ao contar sobre o primeiro projeto financiado pelo FINEP em que trabalhou na incubadora ainda enquanto estudante, destacou que o grupo era coordenado por Paul Singer e que o trabalho era orientado à formação de cooperativas. Ao final de disputas e eleições internas, se tornou coordenador discente:

Aconteceu que quando chegou o dinheiro tínhamos nós que éramos estudantes, tinham os professores progressistas e alguns técnicos da universidade que participavam de todo o processo e quando chegou o recurso a gente discutiu como...era uma estrutura quadrada de incubadora, coordenador, técnicos etc e a gente discutindo lá no grupo de estudo a objeção, experiência de [sic] entusiasmados a gente falou vamos trazer para cá para o projeto o que a gente está discutindo com as cooperativas e tudo o mais. Então

houve um debate, nós estudantes de um grupo engajado e tudo o mais, alguns anarquistas, a gente propôs que com o recurso, ao invés de contratar técnico, coordenador etc a gente continuasse funcionando coletivamente e todo mundo que trabalhasse ganharia o mesmo por hora trabalhada. Houve uma gritaria dos técnicos e dos professores, houve mobilização de nós estudantes e numa reunião do que era um conselho informal nosso eu fui escolhido para ser porta-voz dos estudantes e daí eu coloquei a nossa proposta que era um pouco radical, não ter coordenador e tudo o mais, houve uma grande discussão e se chegou à conclusão que ia ter uma coordenação tripartite, um professor, um técnico e um estudante. (ACAD2 em 20/06/2020)

Seguindo no seu relato, descreveu sua atuação na SENAES e os diferentes cargos que ocupou ao longo de 8 anos:

O Singer me convidou para ser chefe de gabinete dele. Fui para Brasília, em julho, de 2003, sem terminar o mestrado, tinha conseguido qualificar em junho e fui para lá, acabei terminando quando estava em Brasília, fiquei como chefe de gabinete de 2003 a 2005, quando essa professora Sônia Kruppa que tinha ido para ser secretária adjunta do Singer, ela em 2005 resolveu voltar para São Paulo para a USP etc. e na saída dela, o Singer me convidou para ser o secretário adjunto dele. Então de 2005 a 2011, eu fiquei como secretário adjunto, então peguei todo o governo Lula, na Senais, primeiro como chefe de gabinete, depois como secretário adjunto e o comecinho do governo Dilma. Acompanhei a SENAES nos seus primeiros 8 anos, ao mesmo tempo que estava em Brasília, concluí o mestrado, depois de um tempo entrei no doutorado e já foi sobre coisas que a gente fez nas Senaes, um grupo de trabalho sobre trabalho informal e ES que a gente coordenou e transformei no meu doutorado. (ACAD2 em 20/06/2020)

Ao comentar sobre sua trajetória acadêmica, contudo, relatou que sua produção versava sobre o mundo do trabalho, embora não trouxesse o enfoque específico na ES:

Academicamente, apesar do meu mestrado e doutorado ter uma origem no trabalho que eu fazia, seja na incubadora seja nas SENAES, eu nunca pesquisei exatamente ES, no mestrado era comunidade quilombola que eu fui pela incubadora, mas meu tema era formação do movimento da identidade quilombola por aquela população. E no doutorado era um tema mais de Sociologia do Trabalho sobre novas formas de trabalho, trabalho desprotegido e tudo o mais. Então, eu trabalhava mais no campo da Sociologia do Trabalho e Sociologia Política do que um pesquisador em ES, e nunca quis me ver como pesquisador de ES, eu me via muito mais como militante, gestor do que alguém que trabalhasse academicamente. (ACAD2 em 20/06/2020)

Desde 2013 atuando como professor no departamento de Sociologia da UFSCAR, ACAD2 voltou a trabalhar com ES em um projeto de fomento da economia feminista, sendo a AMESOL uma das experiências fomentadas, como se verá nas próximas seções.

Diante do exposto, o Quadro 9 sintetiza o contexto interacional da AMESOL, apresentando os diferentes percursos, *frames* interpretativos, e habilidades e ferramentas identificadas nas narrativas das entrevistadas.

Quadro 9 — Contexto interacional no caso da AMESOL

Trajetória	Frames interpretativos	Habilidades e ferramentas
Ativistas em Movimentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Crença na sociedade civil como espaço para reivindicar mudanças • Reivindica reconhecimento do papel das mulheres no movimento de ES • Terceiro Setor viabiliza o gerenciamento de espaços e instrumentaliza pautas dos movimentos sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação direta em eventos históricos do movimento de ES • Contatos políticos e em diferentes movimentos sociais • Conhecimento teórico sobre tópicos que envolvem ES e feminismo • Conhecimento técnico sobre gestão de projetos e busca por financiamento • Militância
Participantes de políticas públicas de ES	<ul style="list-style-type: none"> • Estado como viabilizador de programas que promovem a ES • Senso de pertencimento ao movimento de ES • Prática econômica articulada com princípios da ES 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização sobre o tema de ES • Experiência em trabalho coletivo e em rede, e no cotidiano de organizações alternativas • Militância
Mulheres que conheceram ES via AMESOL	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de relações econômicas praticadas na ES • Conexões sociais, afetivas e novas subjetividades 	<ul style="list-style-type: none"> • Engajamento e abertura para modelos alternativos de organização e práticas econômicas
Acadêmicos engajados	<ul style="list-style-type: none"> • Educação popular como princípio • Rejeita relações hierarquizadas de cima para baixo na construção da ES • Trânsito entre teoria e prática 	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade científica • Conhecimento teórico sobre os tópicos abordados • Conhecimento técnico para viabilizar projetos e financiamentos • Militância

Fonte: Elaboração própria, 2021

7.2 PROCESSO

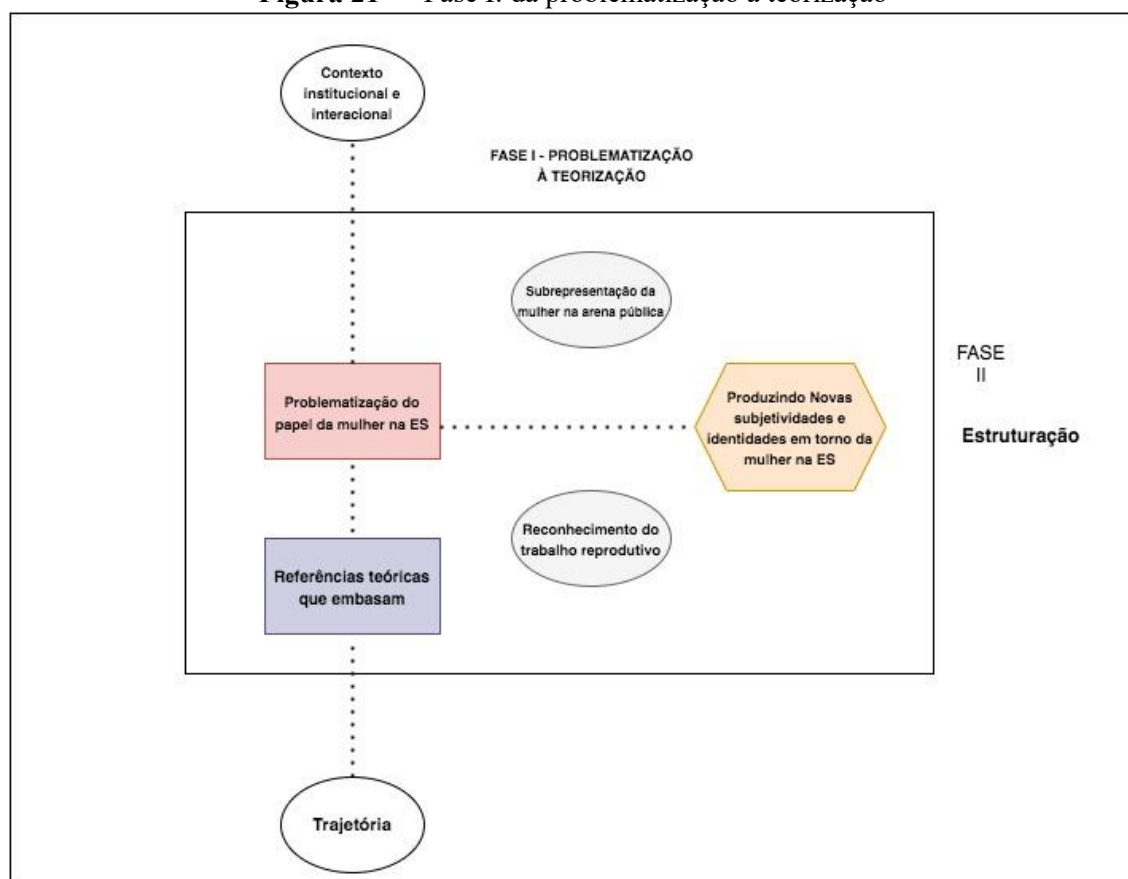
A constituição da AMESOL e sua evolução apontam para diferentes fases e eventos que influenciaram a ação das participantes em busca de transformações institucionais. A metodologia adotada permitiu identificar quatro fases marcantes do processo, sendo elas:

- Fase I: da problematização à teorização;
- Fase II: estruturação das demandas institucionais;
- Fase III: alianças e parcerias;
- Fase IV: pandemia como ponto de inflexão.

Mais que uma recuperação cronológica, as fases representam percursos que se conectam e se afastam diante de conjunturas. Cada uma delas é desdobrada a seguir.

7.2.1 Fase I: da Problemática à Teorização

Figura 21 — Fase I: da problematização à teorização



Fonte: Elaboração própria, 2021

A primeira fase identificada corresponde à problematização da questão de gênero no campo da ES, onde se destaca as ações que buscam representatividade e legitimidade do trabalho de reprodução na arena pública (FRASER; JAEGGI, 2020), revelando nessa articulação a constante batalha por reconhecimento dentro e fora do movimento da ES. No âmbito dos espaços de representação e deliberação do movimento da ES, o episódio já mencionado da IV Plenária da FBES foi novamente lembrado como momento de inflexão para que esse debate fosse iniciado e posteriormente desdobrado nos fóruns subnacionais, impulsionando a criação da AMESOL.

ACAD1 argumentou que em eventos históricos que marcaram a evolução da ES no debate público, as mulheres, sobretudo as trabalhadoras, estão sub representadas, uma vez que

os espaços são majoritariamente ocupados por homens. A necessidade de mobilização das mulheres nos fóruns subnacionais e nacionais se daria, portanto, para romper com as limitações impostas pelas estruturas machistas e para alcançar maior incidência sobre o debate, manifestados em eventos públicos e reuniões deliberativas que marcam o cotidiano do movimento. ACAD1 continua:

E quando você vai ver lá a criação do conceito de ES no GT lá do Fórum Social mundial, que eles escreveram uma carta para o Lula e depois o Lula abarcou isso como maior secretaria no governo dele, quem assina essa carta aí, é só gestor, intelectual, e uns caras das agências de fomento, não tem as trabalhadoras. [...] (a criação da AMESOL) foi uma tentativa de tensionar esse debate de gênero dentro do campo da ES, até as mulheres, as empreendedoras, não sei se a gente chama assim, as trabalhadoras da ES, que estavam na época, me falavam que é um ambiente que era muito carregado por questões machistas de vários níveis, né, desde o nível da fala, de não conseguir contribuir nas reuniões, de não ter muita possibilidade de debate, né, e até em questão de autoridades políticas quem eram as pessoas que representavam o movimento de ES, quem aparecia como figura nos eventos, falava no microfone, foi uma tentativa de tensionar esse debate até onde eu entendo. (ACAD1 em 20/04/2020)

De fundo, no debate sobre sub-representação está incutido o desejo por reconhecimento das atividades de trabalho exercidas pelas mulheres em ambiente familiar e doméstico, por tantas vezes invisibilizadas e minorizadas. As atividades de geração de renda que se acomodam neste termo seriam igualmente colocadas como complemento e de segunda classe, acarretando em desafios adicionais para a constituição de organizações alternativas formais nos moldes de cooperativas ou associações:

ES pega pela igualdade entre homens e mulheres e daí aparece nos documentos da ES, resoluções de plenária, mas para mim fica muito raso, como, por que, qual a desigualdade, que existe dentro da ES, A minha percepção é que as mulheres estão em lugares mais vulneráveis e precarizados no mundo do trabalho, inclusive na ES, mas isso não é muito falado, sabe? As mulheres são maioria nos empreendimentos informais da ES, maioria dos menores, que são os primeiros que sofrem em momentos de desamparo, na política pública, de cessar as compras públicas, isso não é muito discutido e não tem muita abertura, porque parece que vai desviar o debate do que realmente importa que é acabar com as relações capitalistas. Mas que capitalismo é esse que você está falando e o que você quer construir no lugar? (ACAD1 em 20/04/2020)

Ainda de acordo com ACAD1, esse debate é igualmente incipiente no campo científico e em fóruns estaduais de ES, o que requer um discurso de enfrentamento e contestação constante:

Eu participo dos eventos como acadêmica, né, com artigos, com apresentações de trabalho e eu vi que não tem espaço para ouvir o que eu estou querendo dizer, não tem. Quando eu vou apresentar trabalho a sala está vazia, eu vou nos eventos só tem homem na mesa, eles nunca falam sobre tema de gênero, quando eu tento falar minha palavra é descredibilizada, ficam tentando colocar minha discussão como se fosse uma nota de rodapé, na plenárias, inclusive, nas plenárias do movimento social, várias vezes aconteceu isso já, teve uma plenária do fórum estadual de ES que eu quis levar essa discussão e nossa foi f*, é f* ser uma mulher num lugar super masculino e olha que sou uma mulher que tem um discurso científico, sou uma mulher branca, classe média e tenho escolaridade e penso que mulheres da Amesol que são trabalhadoras, costureiras, artesãs, relatam isso também que é f* peitar. (ACAD1 em 20/04/2020)

EE8 também mencionou as desigualdades entre homens e mulheres em fóruns de participação e representação da ES. Tal desigualdade traduziria as relações desiguais na divisão sexual do trabalho e o trabalho exercido pelas mulheres no ambiente doméstico:

A Amesol foi criada dentro do Fórum de ES, não sei exatamente quando, mas dentro da ES existia uma diferença entre os empreendimentos que eram de mulheres e os outros empreendimentos. Mesmo quando você tem uma coisa de ES, os homens são sempre mais disponíveis, eles têm mais tempo de ir nas reuniões, os produtos deles não são tão impactados por aquelas demandas que as mulheres têm e que muitas vezes impedem que elas consigam ter a sua produção com uma estabilidade maior. Por exemplo, mulheres têm filhos, responsabilidade com o trabalho reprodutivo e é complicado isso quando além disso você tem que cuidar do seu empreendimento e de uma série de coisas. A Amesol veio para discutir essas questões e as companheiras juntas se ajudarem para poder tratar desses empreendimentos de mulheres com essa atenção. (EE8 em 28/08/2020)

A AMESOL emerge, portanto, em resposta a essa problematização sobre o papel da ES no campo político, científico e econômico. Ao articular essas ideias, foi proposta a aproximação do conceito de *economia feminista*, estabelecendo pontes e conectando o debate sobre alternativas para geração de trabalho e renda e empoderamento feminino. SOC6, ao ser perguntada sobre o conceito de ES, destacou a importância de aproximá-lo do debate sobre feminismo:

Eu poderia dizer que para mim ES só é solidária se for feminista. Não adianta ser autogestionária se tem violência doméstica, se tem exploração das mulheres dentro do âmbito familiar, então só é ES se for feminista e ES é a radicalização da democracia, para mim é muito importante você decidir o que vai fazer e como vai fazer. (SOC6 em 18/02/2020)

Assim, o propósito da AMESOL é influenciar o movimento de ES, formado por defensores de uma outra política econômica, a lutar pela visibilidade do trabalho exercido pelas mulheres, fortalecendo tais iniciativas e promovendo melhorias em suas vidas cotidianas, por meio do empoderamento político, social e econômico.

O tensionamento do discurso da ES diante da problematização do papel da mulher foi mencionado por diferentes integrantes da AMESOL. A partir da conexão entre vida doméstica e atuação pública, emerge a necessidade de visibilizar demandas e características que refletem no trabalho e na produção de cada uma. A narrativa das participantes ilustra a AMESOL enquanto espaço para refletir criticamente sobre o tema. Nas palavras de EE6:

A Amesol dá essa força para as mulheres, né, ela resgata dentro da mulher a importância que ela tem enquanto mulher, trabalhadora, militante de ES, feminista e as pessoas que como eu já tem ensinamento como eu, já vem com uma bagagem de ES, a gente vai para aprender uma outra forma também, porque a luta feminista ela também tem os seus nichos e dentro da Amesol tem mulheres que entram sem conhecer ES e acabam conhecendo lá dentro já vi algumas experiências de mulheres, porque nós levamos a mensagem da Amesol. É um grupo que trata do empoderamento feminino, que trata da importância de ser mulher que discute como ser mulher no nosso país, na nossa cidade também, é muito difícil, a gente tem as nossas batalhas, é um grupo que empodera a mulher dentro desses temas e aí a gente levando todo esse ensinamento que ganha na Amesol, a gente traz mulheres que ainda não passaram pelo processo de ES e acabam conhecendo a ES dentro de toda a metodologia do grupo da Amesol. (EE6 em 26/08/2020)

Ao inserir a dimensão feminista na ES, discorre-se sobre os efeitos de empoderamento e autonomia. De acordo com EE7:

acho que são coisas muito importantes da Amesol...que é essa coisa, essa parte do empoderamento feminino que mostra que você vai conseguir com o seu trabalho, tipo, não precisa ficar com uma pessoa que te trata mal só porque sozinha você não acha que vai conseguir né? Acho que a Amesol traz um trabalho bem importante em relação a isso. [...]
O que eu achei interessante na Amesol é que além da gente ter esse espaço de militância e empoderamento econômico, porque você mesmo, seu produto te dá um destaque a mais, um recurso a mais e tal, né, acho isso super importante para as mulheres, pensando que muitas delas são chefes de família e tudo o mais. (EE7 em 16/04/2020)

EE4 e EE6 também destacaram de que forma a discussão do feminismo se aproxima do cotidiano individual e do seu empreendimento, tendo na AMESOL um espaço para articulação da referida ideia:

[o feminismo] é um exercício diário. É uma coisa que você não fala uma vez só e a pessoa já aprendeu, você tem uma prática, né, cotidiana, né, eu falei na Amesol, que eu me sinto verdadeiramente feminista depois que conheci a Amesol. (EE4 em 10/03/2020)

meu empreendimento, a gente preza muito o empoderamento feminino, a gente trabalha muito com isso, a gente tem exemplos dentro do nosso empreendimento, então o trabalho que a Amesol faz tem tudo a ver com o nosso trabalho também, né, somos super a favor desse empoderamento, desta luta feminista e eu cheguei até a Amesol e estou lá desde 2017. (EE6 em 26/08/2020)

A ativista SOC7 destacou que promover a discussão feminista aproximando-a do cotidiano é um dos objetivos da AMESOL.

Segundo, acho que elas avancem individualmente enquanto grupo, então isso é avanço. Criamos uma coisa que é a discussão da ES e economia feminista e a incorporação dela no dia a dia, isso pode ser até um pouco difícil, mas existe. E a questão da economia feminista para essas mulheres tem avançado bastante, ou seja, o feminismo tem avançado bastante, certo? A incorporação dessas mulheres na luta do dia a dia e na luta por uma sociedade mais igualitária, mais justa. (SOC7 em 08/09/2020)

7.2.1.1 Referências teóricas que embasam

Ao serem questionadas sobre as referências teóricas que embasavam suas práticas em ES na AMESOL, grande parte das entrevistadas citou o prof. Paul Singer, além de se referir a diferentes práticas e políticas de ES que na percepção das narradoras foram bem sucedidas, a exemplo do Banco Palmas e Banco Bem. De acordo com SOC7:

Quem inspirou é um velhinho chamado Paul Singer, sabe? Sou macaca de auditório dele, sempre fui, eu brinco que o erro da minha vida foi quando ele me chamou para ser chefe de gabinete dele e eu não fui. Morro de raiva disso, todo o dia que eu lembro. Mas eu fui meio covarde, tudo bem, fui. Tem vários nomes que eu acho que na ES que a gente pode lembrar para poder falar e hoje ele multiplica cada dia mais. Mas, eu sou macaca de auditório do Joaquim do Banco Palmas, tá? Ele não é um caro acadêmico, mas é quem produziu a ES de fato, certo? A transformação de um bairro com autonomia dentro do território pautando governo é algo muito grande, certo? Tanto ele como a Leonora do Banco Bem. (SOC7 em 08/09/2020)

EE6 igualmente citou Paul Singer, contudo, destacou seu papel enquanto gestor público e seu legado no âmbito das políticas públicas voltadas ao setor:

Não só eu, mas todo o militante de ES a gente tem nosso digamos assim queridíssimo, especialíssimo, amado que já se foi, mas é o nosso grande Paul Singer, né, de ES. Não tem como não ligar o nome dele a ES que tanto lutou para que a gente tivesse aqui hoje, né, tanto lutou por essa política pública para que a gente pudesse hoje estar trilhando esses caminhos e dando continuidade a tudo que ele nos ensinou e nos deixou. A pessoa de referência, a pessoa massa de ES, Paul Singer. (EE6 em 26/08/2020)

SOC6 ressaltou a importância dos atores coletivos nesse processo, destacando novamente experiências exitosas no âmbito da autogestão e uma nova lógica econômica:

Os principais atores são sempre os coletivos, né, são as e os trabalhadores que lutam, resistem mesmo, que tentam a partir de um mínimo, ou às vezes, a partir do zero, né, a produzir e pensar uma economia real, das pessoas, né? e não do mercado financeiro, do lucro, do livre...esses sim são os principais atores, né, claro que as e os pesquisadores são importantes para documentar, para refletir, para conceituar, mas sem quem faz, que constrói, essas experiências não seriam nada. São as pessoas do Banco Palmas, das experiências do Nordeste, tão importantes de autogestão, são as agricultoras e agricultores familiares que plantam e colhem, que alimentam o Brasil, sem nenhum investimento, né, são as mulheres e homens que produzem, né, e lutam para não ser....para vender os seus produtos e não serem perseguidos pelo Rapa. São essas pessoas... (SOC6 em 18/02/2020)

EE4 apontou lideranças políticas como referências para sua formação em ES ao mesmo tempo que citou a coordenação da SOF e outras colegas que participam de eventos organizados pela AMESOL, enquanto EE7 citou a experiência do MST em agroecologia:

Eu não conheci essa figura, o professor Paul Singer, mas todo lugar que a gente ouve ES, a gente ouve o nome desse professor, né? Acho que o Haddad, né, foi fundamental na criação da ES dentro de São Paulo, a V. da Amesol, a M., da Amesol, as referências, a M. também...é...outro dia tinha uma reunião com umas colegas para falar sobre ES eu chamei ela, falei M. vem...porque também ela é uma referência para mim. (EE4 em 10/03/2020)

quem eu acho que pratica ES da forma mais íntegra, melhor assim, são os pequenos agricultores, porque é...ah, enfim, se você for ver na agricultura familiar principalmente em relação....aí eu cito MST, eles não usam agrotóxico, eles têm uma relação boa trabalho entre eles e com a terra, sem agredir a terra, né, essas coisas. (EE7 em 16/04/2020)

ACAD1 também mencionou ativistas da AMESOL como referência teórica para traduzir a problematização sobre o papel da mulher no campo da ES.

Acho que tem um grande nome que é Paul Singer, que foi uma figura super importante, um cara intelectual, mega importante para história da economia

no Brasil, professor, gestor, importante, mas acho que sempre que ele coloca a gênese, da ES no Brasil, ele evoca as fábricas recuperadas, que é ambiente operário super masculino, né? acho que fato as fábricas recuperadas são incríveis, não estou querendo jogar fora nada do que foi construído, sabe, acho que tem várias facetas, acho que as fábricas recuperadas são exemplos incríveis de como a gente pode ter a produção em grande escala, acho que tiveram um papel bem importante para a construção desse conceito, tanto acadêmico quanto política pública, e acho que isso também falta muito no que se entende como autogestão, esse tema pensado teoricamente, o que é autogestão, acho que vem muito dessa experiência das fábricas recuperadas, não só no Brasil, mas na Europa também. [...] Acho que teve muitas mulheres que estavam trabalhando nesse momento, a VM é uma que constrói a Amesol também super militante, envolvida politicamente, sempre esteve no momento de construção da ES como categoria, como política pública, mas acho que acaba que...atuação das mulheres acaba ficando mais nos bastidores, do que como reflexo mesmo do que esse conceito abarca, né? (ACAD1 em 20/04/2020)

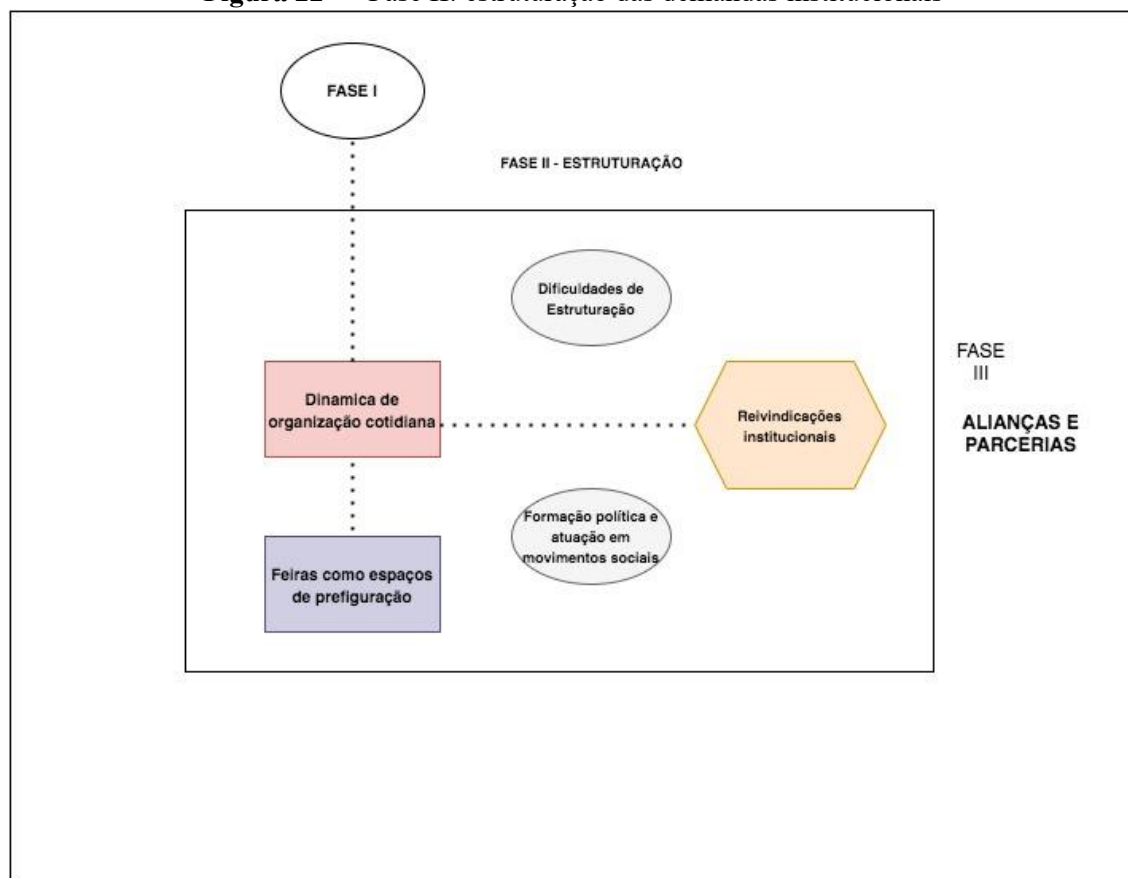
ACAD1 ainda ressaltou o material produzido pelo cotidiano dos movimentos sociais, não devendo ser restrito ao conhecimento produzido na academia.

Fui fazer pesquisa e fiquei, é as mulheres da SOF tem movimento de publicar artigos, vários trabalhos em nome da Marcha, tem vários materiais publicados sobre ES mas acho que não perpassa a academia, tem várias intersecções, mas ela não é uma mulher acadêmica e aprendi também na Sociologia que os intelectuais somos todos. Elas mesmo não estando no lugar da academia, elas refletem muito sobre a própria prática, e...as vezes eu só sinto que eu sistematizo isso numa linguagem que vai ser ouvida, né? Nem sempre vai ser ouvida, na Sociologia eu tive muita dificuldade em colocar esse tema da ES, porque achavam que não era objeto de pesquisa sociológico o bastante, não sei como é para você. (ACAD1 em 20/04/2020)

Ao realizar um levantamento na biblioteca virtual da SOF, foram encontrados 18 livros, 6 folhetos, 17 cartilhas, 12 cadernos da série sempre viva, e 3 boletins. As publicações disponibilizadas por meio digital e formato aberto variam em estilo e temas abordados, propondo debates como feminismo e a luta das mulheres, ecofeminismo, agroecologia, economia feminista e soberania alimentar, contexto rural e autonomia, desigualdades no território, violência contra mulheres, entre outras.

7.2.2 Fase II: estruturação das demandas institucionais

Figura 22 — Fase II: estruturação das demandas institucionais



Fonte: Elaboração própria, 2021

7.2.2.1 Dinâmica de organização no cotidiano

Conforme mencionado, as atividades da AMESOL são coordenadas pela SOF, que convoca reuniões mensais para a discussão de temas variados, passando pelo debate feminista, aproximando-o do cotidiano dos empreendimentos, incorporando tópicos sobre produção, comercialização e comunicação. A SOF também é responsável por organizar seminários e debates sobre tópicos caros ao grupo. De acordo com SOC7, o objetivo dos encontros mensais é fornecer capacitação técnica e política a respeito da ES para mulheres que têm sua produção para complementação da renda familiar:

Quem são elas? Da zona leste, norte, oeste, sul, do ABC paulista, de Osasco, de Registro, certo? Até Enseada da Baleia. Essas mulheres produzem várias coisas e com uma certa dificuldade. Então o que nosso grupo Amesol que se reúne uma vez por mês tenta resolver para poder viabilizar, tá, essas mulheres economicamente, para que o produto delas realmente seja um que tenha

condição de ser comercializado, porque não adianta eu fazer um crochê lilás maravilhoso sem grandes utilidades. Isso nós discutimos com elas a qualidade, a precificação deste produto e é...a comercialização do produto para quem, como vamos comercializar, quem vamos atingir. Ainda falta muito, mas já conseguimos fazer isso. (SOC7 em 08/09/2020)

Trata-se de um espaço para articulação em rede e troca de experiências sobre tópicos do dia a dia dos empreendimentos. De acordo com SOC6:

A Amesol possibilita, o fato de a gente estar juntas, possibilita que as mulheres tenham espaço de comercialização, mais permanentes, tenham o reconhecimento do trabalho, uma melhoria dos produtos, né, várias, por exemplo, tiveram avanços nas vendas, porque nas reuniões da Amesol a gente discutiu como expor melhor, como apresentar melhor o trabalho, acabamento melhor, são avanços bem importantes que impacto o econômico das mulheres, também, elas conseguem, por exemplo, se contrapor com uma melhoria no ganho, a situações de violência dentro de casa. (SOC6 em 18/02/2020)

Tem uma coisa...dessas reuniões que a gente explica como faz o produto, porque aí a gente dá opinião também, a gente fala aqui é legal você expor seu produto mais desse jeito, do que daquele. (EE4 em 10/03/2020)

EE5 destacou a importância da formação técnica fornecida nos encontros para a melhoria da sua produção e condições estruturais do seu empreendimento:

Foi eu crescer mesmo como empreendedora e como pessoa nesse sentido que falei, de conhecimento, não só sobre meus produtos, sobre um pouco de tudo que cresci bastante. E tive várias conquistas materiais, comprei três máquinas e avancei. De conhecimento o meu negócio cresceu um pouco porque o pouco que aprendi coloco em prática, estou aprendendo a mexer com divulgação, essas coisas. (EE5 em 17/04/2020)

Nessas reuniões também costuma ser alinhada a participação das mulheres em eventos e feiras organizadas pela própria AMESOL ou organização parceira. No caso da participação em eventos organizados por parceiros, é na reunião que se delibera quais participantes irão representar a AMESOL, sendo responsáveis por expor o produto de suas companheiras. A entrevistada EE4 exemplificou a dinâmica de um encontro, destacando a dimensão da troca de experiência entre as participantes, reforçada pela narrativa de diferentes participantes entrevistadas:

A gente fala sobre a organização da feira que virá no mês seguinte, quais vão ser as ações, quais serão as oficinas, como que a gente vai fazer, como que a gente vai divulgar e...nas reuniões a gente faz um negócio assim...agora não

tem acontecido muito porque todas já mostraram, mas cada expositora ela chega no dia da reunião e demonstra como é feito o produto dela, quantas horas ela gasta, qual matéria prima ela usa, onde ela compra, da onde vem aquela matéria prima, como é o processo dela de produção, porque às vezes a gente tem feiras coletivas que participa, igual a feira do MST, que não dá para ir todas as mulheres, então a gente consegue um espaço coletivo, uma banca coletiva, e aí a gente reúne produtos de várias dessas mulheres da Amesol, quem quer ir, né, e aí vão 3 ou 4 que se revezam para trabalhar nessa feira com banca coletiva, então a gente precisa conhecer bem o produto da companheira para poder vender, explicar, falar sobre na hora da venda. Nessas reuniões, a gente faz essa demonstração, explica tudo para cada uma conhecer bem o produto da outra. (EE4 em 10/03/2020)

Paralelamente a essa dinâmica, as participantes da AMESOL se organizam em diferentes comissões de trabalho, reuniões igualmente facilitadas por integrantes da SOF: infraestrutura, eventos, alimentação, finanças, comunicação e comercialização. A interação é realizada em grupos de WhatsApp e encontros presenciais, onde se trabalha tópicos específicos do dia a dia das mulheres que integram o coletivo. As entrevistadas EE4 e EE5 relataram suas respectivas experiências nos grupos de comunicação e finanças:

Na Amesol tem os grupos, né, infraestrutura, comissão de finanças, comunicação e eu faço da comissão de comunicação. A gente fez uma reunião só com a comunicação pra decidir como que a gente vai fazer os cartazes e como divulgar e tudo e aí a gente saiu de lá com várias ideias e hoje a gente fez, uma das companheiras fez a tela, levou papel, a tinta e nós fomos lá para confeccionar o cartaz em silk screen e ficou lindo, maravilhoso, com espaço para a gente colocar as datas e a programação e a participação do grupo todo de comissão, é legal você fazer, você pensar e você realizar aquilo e ver pronto assim, falar pronto, que legal, foi ideia nossa, todo mundo correu atrás, todo mundo foi e fez e ficou legal demais, isso é autogestão, né, você fazer as coisas juntas e deu certo, ficou super legal, lógico que é um grupo grande, né e uns tem mais desenvolvimento, outros um pouco menos, né. (EE4 em 10/03/2020)

Normalmente, a gente tem os grupos separados, né? E quando precisa fazer as reuniões se faz a reunião, né, para tirar algumas dúvidas, mas achei interessante porque teve alguns avanços nessa última feira nossa a gente fez a implementação da moeda social e foi uma experiência bem legal, porque antes a gente tinha o caixa único, o cliente pegava a fichinha com os empreendedores e depois ia para o caixa e desta vez não, ficou diferente porque a pessoa já vai lá troca o seu dinheiro por moeda social e paga para as empreendedora e isso na parte financeira facilitou bastante. Para fazer o fechamento do que as empreendedoras precisam receber. (EE5 em 17/04/2020)

Outro ponto levantado é o perfil heterogêneo das participantes. Reunindo diferentes repertórios sobre ES, atuando em diferentes segmentos, além de possuírem diferentes idades e

anos de escolaridade. Igualmente, foi mencionada a diferença do grau de estruturação das organizações:

E a gente tem mulheres de diferentes idades, tem idosas, tem umas bem jovens, tem todas as idades, de todas as condições. (EE4 em 10/03/2020) [...] Percebo sim, embora a maioria de nós, a gente quer viver da nossa arte, do nosso trabalho, como produtores ali, mas a maioria não consegue, tem outros trabalhos, tem que fazer bico, tem altos perrengues na vida, assim...mas é uma minoria que é um pouco mais estruturada, assim... (EE4 em 10/03/2020)

Com efeito, a despeito dos pontos positivos relacionados à dinâmica de encontros e eventos para o apoio e desenvolvimento das mulheres engajadas na AMESOL, a narrativa das entrevistadas aponta para o custo de participação necessário para esse grupo heterogêneo, manifestado em tempo e recursos para deslocamento e rotina dessas mulheres para participar de uma reunião em um bairro da região central de São Paulo (Pinheiros). A ativista SOC6 ressalta que integrar o movimento de ES é um exercício que demanda dedicação em diferentes fóruns e espaços, implicando em custos:

Então sempre tentando construir as definições da Amesol a partir da realidade mesmo, do que é possível, porque essas mulheres participam de vários espaços, não é só da Amesol [sic], tem uma prática na ES. Você tem que participar de reuniões, de espaço de deliberação, o que é importante, porque é democrático e ao mesmo tempo toma um tempo terrível das pessoas, custa passagem, transporte, etc, né. (SOC6 em 18/02/2020)

A dificuldade de combinar a participação em diferentes iniciativas da ES foi relatada pela entrevistada EE5:

acabei saindo dessa ES e aí tava em duas, tava em duas nessa e na Amesol, mas quem participava mais lá era a minha filha, porque era longe, tinha as reuniões e tal, era mais complicado para mim ir, mas aí ela começou a ir, ela me passava tudo que estava acontecendo lá e eu participava mais na parte das feiras, aí como saí da outra ES no meu bairro, na nossa cidade, mas acabei ficando só com Amesol e consegui participar um pouco mais, mais das reuniões, o horário das crianças ficou mais encaixado, porque aí eles estudam durante o dia e no horário da escola eu conseguia estar participando mais das reuniões. (EE5 em 17/04/2020)

Em outro depoimento, EE7 ressalta os desafios relacionados à condição de ser mulher e ter que conciliar a rotina doméstica como impeditivo à participação.

porque não é todo mundo que pode, as mulheres, a maioria são chefes de família. Quando a gente faz seminário a gente para um dia, dois, para fazer reunião. É difícil para algumas mulheres pararem, né? A rotina para fazer isso... (EE7 em 16/04/2020)

Tal dinâmica impacta diretamente na assiduidade de participação dos encontros e atividades mobilizadas pelo coletivo. Desde 2013, as informantes relatam que há momentos de maior adesão e outros de saída de participantes. O número de participantes variou entre 30 e 45 mulheres nesse período. De acordo com a SOC6:

É difícil de afirmar número. Um exemplo, a E. mora em Santo André, ela tem 4 filhos, a mais velha, a C., produz bonecas. A C. começou a fazer customização em roupas, dando uma sobrevida para as roupas usadas, as duas estão com dificuldade de participar, porque a renda é baixa, a C. foi trabalhar num emprego de telemarketing e E. que tava mais assídua nas feiras, mas além dos 3 filhos pequenos, ainda têm a sogra doente. Seguem sendo da Amesol, mas neste momento não estão conseguindo participar ativamente, e assim, essa é a realidade de muitas. Mas, digamos que nós fazemos reuniões aqui na Sof, com pelo menos 30 mulheres, o que é constante, mas já teve com 45, com pressão de outras querendo participar, mas nem cabe na sala. Quem é da Amesol é difícil dizer, né, muitas são, mas não estão conseguindo desenvolver nesse momento. (SOC6 em 18/02/2020)

Como objetivo futuro, foi relatada a necessidade de estruturar polos locais para facilitar a articulação em rede e diminuir os entraves relacionados aos custos de mobilidade das mulheres em direção ao centro da cidade. De acordo com ACAD1:

é o desafio da Amesol se organizar na zona leste, o núcleo da Amesol das mulheres de Osasco, acho isso um caminho que a Amesol está tentando trilhar, mas não é fácil, porque aí precisa de uma mobilização local, precisa de ter uma afinidade, entre aquelas mulheres daquele território, então elas chegam na Amesol e daí vão conhecer o discurso feminista, e daí vão conhecer ES, muitas chegam na Amesol, porque têm uma demanda de renda, sabe? Essa porta de entrada para uma discussão mais politizada, e daí até se apropriar, até criar afinidades com as mulheres, tem afinidades pessoais também, né, mas acho que a questão do território é muito forte, a maioria delas compra matéria prima no centro da cidade de São Paulo, na 25, Brás, na zona cerealista, esse deslocamento dentro da cidade, é muito custoso de tempo e de dinheiro, quando a gente estava fazendo a pesquisa, a gente fez um levantamento do tempo que elas gastavam com transporte, algumas deu 40 horas por semana, 20 horas por semana, uma jornada de trabalho, só se deslocando. (ACAD1 em 20/04/2020)

7.2.2.2 Feiras de comercialização como espaço prefigurativo

As feiras são descritas pelas entrevistadas tanto como estratégia fundamental para comercialização quanto uma oportunidade para expressar a ES enquanto ideia mobilizadora no convívio com a comunidade. A importância desse evento para a comercialização para as mulheres da AMESOL foi elucidada pela SOC7:

um dos elementos que a gente encontrou para poder resolver a questão da comercialização foram as feiras. Nós não temos uma política pública na cidade de São Paulo que dê conta e respostas para isso, para comercialização para essas companheiras e a outra nós estamos vivendo desde 2015, também indo para um fechamento total com o neoliberalismo galopante e essas mulheres têm dificuldade inclusive na sua comercialização. (SOC7 em 08/09/2020)

Organizada inicialmente nas reuniões mensais, conforme já mencionado, a inscrição para participação em feiras é aberta para que se apresentem as interessadas e os tipos de produtos a serem comercializados. A partir da disponibilidade e acordos pactuados no encontro coletivo, as expositoras levam seus produtos aos diferentes segmentos da ES. Também levam itens para garantir a alimentação das expositoras por meio de lanche comunitário:

mas porque a gente se reúne, cada uma leva uma coisa, e fora essa parte da estrutura da feira também tem a parte da alimentação também, cada uma combina, uma leva um prato, uma leva o suco, outra o café e a gente toma lanche comunitário. (EE5 em 17/04/2020)

Sobre a dinâmica prática de comercialização, EE4 relatou a adoção de caixa única e a implementação de uma moeda social da AMESOL:

Sim, a gente trabalha com um caixa único, e agora a gente tem moeda social, que é Amesol, tem valores de 5, 10 reais, tal, a pessoa chega na feira, dá uma volta, vê mais ou menos o que ela vai querer, aí ela vai lá, compra essa moeda social (com dinheiro ou cartão) e vai nas mesas, nas bancas, comprar com a moeda social. (EE4 em 10/03/2020)

Ao tratar das impressões sobre a feira para o cotidiano dos empreendimentos, o reconhecimento desse grupo enquanto integrante do campo da ES foi mencionado como ponto positivo. Compreender que o público que consome nesse evento igualmente percebe as peculiaridades praticadas na ES, além de demarcar a dimensão da coletividade que permeia as

trocas e interações. EE7 e EE4 trazem em suas falas suas percepções sobre a interação e a troca estabelecidas nesses eventos.

O que eu amo mais nessa feira é que a gente quer muito conhecimento, cada cliente que passa lá é um cliente especial que a gente conversa, que conta, que troca experiência. troca de experiência entre os próprios trabalhadores que ali estão, a ajuda, a coletividade, a gente está sempre pensando uma na outra. A gente discute a feira no grupo e se há necessidade que a gente leve alguma coisa a mais para ajudar o outro, a gente faz sem nenhum problema, pelo menos eu faço e muitas fazem, a feira não é tão só comercialização, é um processo de produção da feira, é um processo de formação das trabalhadoras também. (EE7 em 16/04/2020)

Olha, eu acho que trabalhar coletivamente foi uma coisa muito importante, porque antes tudo o que eu fazia era cada um por si, né, você leva sua mesa, leva a sua cadeira, você leva o seu produto, você vende, e depois que eu conheci a Amesol eu fui entender melhor o que é o trabalho coletivo, a hora que você não pode estar lá a sua companheira vai lá vender para você, quando tem uma feira que tem uma banca coletiva, você manda as suas coisas. Se você não pode ir, alguém vai, para você, o cuidado umas com as outras, quando a gente está junta em feira, em reunião, sabe, isso é muito importante, é bonito de ver acontecer. (EE4 em 10/03/2020)

E assim quando a gente fala da economia, por exemplo, quando eu vou em feiras, eu falo não só do meu produto, mas falo que faço parte de ES, então a pessoa se encanta, não sei se é o jeito que eu falo. (risos) Mas a pessoa se apaixona pela ES e acho que está faltando muito isso, quem faz parte da ES levantar um pouco mais essa bandeira e onde a gente pudesse mostrar mais o que é ES. (EE5 em 17/04/2020)

Nas feiras mensais, de acordo com o relatório de atividades interno (SOF, [s. d.]), há retenção de 5% das vendas realizadas nessa modalidade de comercialização visando aporte financeiro no Fundo da AMESOL, que também conta com doações e contribuições mensais das participantes. O fundo é gerido pela comissão de finanças.

7.2.2.3 Mobilização política e engajamento em movimentos sociais

A articulação da SOF com a Marcha Mundial das Mulheres é apontada pelas entrevistadas como uma característica que aproxima as discussões sobre empoderamento econômico e formação política na prática. Atuando na animação desses dois espaços, SOC6 destacou que tal articulação possibilita debater temas atuais e presentes no cotidiano das participantes, a exemplo de pautas como previdência, direitos reprodutivos e combate à

violência. Sobre a dinâmica de participação política junto ao movimento da marcha, a entrevistada descreve:

Não só a gente queria uma reforma inclusiva que incorporasse as mulheres que são domésticas, que não conseguiram contribuir com a previdência, não porque não quiseram mas porque foram expulsas do mercado formal de trabalho, porque não existe uma política de reconhecimento do trabalho artesanal, do trabalho solidário etc, então nesse sentido, as mulheres participaram das manifestações contra a reforma da previdência, então, participaram dos 8 de março, reconhecendo os assuntos tanto do aborto quanto da violência, as pautas econômicas, são pautas delas também, então tem uma participação política alicerçada no debate do feminismo, muitas delas foram para Montevideo de ônibus na jornada continental, participaram de ações na Marcha no Rio de Janeiro, no Vale do Ribeira, então tem uma participação política ativa. (SOC6 em 18/02/2020)

A temática da formação política também foi mencionada por integrantes da AMESOL. EE4, por exemplo, ressaltou:

Tem outra coisa da Amesol que eu acho importante, formação política que a Amesol promove, ela promove vários debates sobre a legalização do aborto, reforma da Previdência, sobre vários temas que estão aí no momento e tem essa formação política de base, que é bem importante assim eu acho, sobre feminismo. (EE4 em 10/03/2020)

EE5 também destacou a importância das discussões políticas para a compreensão do seu impacto na vida cotidiana e nas implicações econômicas aplicáveis ao seu empreendimento:

e também tem a parte política, né? Eu aprendi muito com a política, porque há uns tempos atrás eu falava que política “nunca na minha vida”, hoje eu vejo de forma diferente, que é uma coisa tem que andar tudo em parceria, sabe? De uma do lado da outra. Não tem como você fazer economia, você trabalhar se você não entender pelo menos o básico sobre economia, então hoje já me interessa um pouco mais, vejo as notícias sobre política, um pouquinho de tudo. hoje eu vejo um pouco diferente. Então até nessa parte de política a gente tem um consenso entre nós, as mulheres da Amesol e parece que é o objetivo a gente estando junto a gente entende melhor, a gente consegue avançar porque a gente está pensando mais ou menos igual. (EE5 em 17/04/2020)

A participação cotidiana no movimento da marcha, no entanto, é bastante diversa. Algumas entrevistadas mencionaram que participam de protestos pontualmente, outras disseram que não costumam participar de ações de rua, como é o caso de EE7 e EE5:

Então, a gente está sempre junta com a Marcha Mundial e a gente está junto em manifestação para alguma coisa, para coisas no geral, mas eu assim, se eu

te falar, depois que eu ganhei nenê, eu me afastei muito da política, viu? Isso é uma falha minha, mas eu ainda não consegui contornar...(risos). ah não tem jeito, você fica com o tempo mais escasso, então você acaba priorizando algumas coisas e essa não foi uma coisa que eu consegui priorizar, por mais que eu goste, que eu me interesse e tudo o mais, né, não sei assim te responder muito bem. (EE7 em 16/04/2020)

A Amesol trabalha junto com a Marcha, né, de parceria. A minha filha faz parte da Marcha, mas assim é... essas coisas de sair, bater lata essas coisas eu não gosto. Ela já insistiu muitas vezes para mim ir mas eu não gosto muito dessa parte de sair na rua. (EE5 em 17/04/2020)

EE6, por sua vez, exerce participação em diferentes movimentos e associações, nacionais e internacionais. Ao se articular com trabalhadoras em domicílio, integra a rede Sul-Americana sobre o assunto e também citou o apoio de movimentos sindicais e de movimentos trabalhistas nessa discussão. Nas palavras dela:

montamos uma associação chamada Atemdo (com M) (Associação de Trabalhadores em Domicílio), fundada em setembro do ano passado, vinda do trabalho Mulher Trabalho e ES, né, a gente tem alguns apoios bem fortes da CUT, da Wigle [sic], Organização Internacional de Empoderamento Feminino e Trabalho em Domicílio e outros segmentos. Temos o apoio da cotradolar [sic] que é uma associação da América do Sul a qual somos associados, associação de trabalhadoras em domicílio e é isso, Atemdo vai fazer um ano agora em setembro e estamos na ES. (EE6 em 26/08/2020)

As entrevistadas também citaram a aproximação com o MST e outras organizações de forma pontual, principalmente quando são convidadas a participarem de eventos organizados pelos referidos movimentos. Do ponto de vista de espaços de participação, também mencionaram a Rede Feminista (RESFI) e o Fórum Municipal e Estadual da ES. EE6 também manifestou sua atuação em diferentes fóruns de articulação:

Fórum estadual, fórum municipal de Osasco, né, metropolitano que retomou as atividades agora, inclusive vai ter uma atividade sexta agora que a gente está fazendo tanto o Fórum municipal quanto o estadual estão elaborando documentos para entregar para os candidatos, né? Para a próxima eleição, então sexta agora será evento de entrega do documento da região Oeste, Osasco e faço parte também dessa articulação de fundo rotativo solidário a nível nacional, entre outros. A gente faz parte de tanta coisa. (EE6 em 26/08/2020)

SOC7 ressaltou que a atuação voltada para reivindicação política é uma estratégia fundamental para vivenciar a ES, uma vez que essa ideia não pode estar restrita à comercialização.

Desde 2015, isso é muito claro, a posição das mulheres da Amesol, uma posição política de estar na rua, de fazer um enfrentamento de participar dos atos, de discutir entre nós, certo, acho que existe também, não é só, a comercialização pela comercialização, porque senão, não é ES.

A ES faz uma crítica ao sistema, e se eu não me aperceber disso eu não estou fazendo ES, estou no grupo para comercializar, pronto, acabou, mais nada, não é isso. Quem faz isso no grupo, o grupo meio que reage, sabe? De uma certa forma, reage a isso. Coloca não é parâmetros, mas coloca e, às vezes, a pessoa começa a querer sair porque não se sente totalmente incluída. (SOC7 em 08/09/2020)

Além de ações de confronto e protestos diante do aparato estatal, também foram identificadas ações de colaboração por parte da AMESOL junto às instâncias do legislativo. Essa relação se dá na busca por emendas parlamentares e articulações junto à Frente Parlamentar de Apoio à Economia Solidária. ACAD1 mencionou o processo de discussão realizado em 2019:

Lembro, teve, acho que abril de 2019, estava passando o governo do Estado de São Paulo, um plano para a ES, que é criar o programa de fomento estadual a ES, na verdade, já existe uma lei, e daí essa frente parlamentar de apoio a ES estava propondo um modelo de decreto para operacionalizar essa lei e aí nessa ocasião a Amesol fez algumas reuniões para fazer a leitura, pautar o que elas achavam que precisava ser mudado desde uma perspectiva feminista e aí teve uma assembléia na Alesp, foram as mulheres da Amesol em peso, levaram as reivindicações, entregaram lá para a pessoa da secretaria que estava propondo a organização desse decreto. (ACAD1 em 20/04/2020)

Ao analisar o referido documento, este foi entregue à equipe da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do estado de São Paulo em audiência pública ocorrida no dia 20 de junho de 2018 na Assembleia Legislativa de São Paulo. Tratam-se de comentários sobre o Decreto de Regulamentação da Lei 14.651 de 15/12/2011 (SÃO PAULO, 2011), que cria o Programa Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no estado de São Paulo (PEFES) e dá outras providências. Os comentários permearam 3 tópicos principais: (i) mecanismos que facilitem acesso das mulheres a instrumentos de microcrédito do Banco do Povo; (ii) incluir enquanto competência do Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPS) criar estratégias e programas de inclusão da economia solidária em espaços de ensino, como escolas e centros de ensino técnico e superior; (iii) sugerir que as vagas de representação no referido conselho fossem organizadas por redes solidárias, e não por entidades nominadas.

Também foram mencionadas ações junto ao executivo, durante a gestão Haddad da prefeitura de São Paulo, em que foram mencionadas ações na Incubadora Pública e participação de feiras e eventos organizados pela gestão municipal. De acordo com SOC6:

a Sof quando apoio a construção da Amesol foi através de convênios com o governo federal, final Lula e Dilma e também no Haddad houve processo de fortalecimento da ES no município que implicou em curso, implicou numa feira, a gente sempre trabalhou para que esses processos de convênios que a Sof estabelecia com o poder público, ajudasse a fortalecer as mulheres da ES, de forma ampla, mas também a amesol estava inserida nesse processo. Então houve esse convênio com o governo Haddad, aqui na São Paulo e as mulheres podiam participar dos cursos porque era aberto, se desejassem poderiam se inserir nos cursos que aconteceram nos CCMs, mas também nós fizemos, por exemplo, um evento, em que o Haddad deu uma aula Magna, né, seguido de uma feira, na Praça das Artes, ali no Anhangabau, evento super bonito, super legal, que as mulheres da Amesol e de outras redes participaram. (SOC6 em 18/02/2020)

7.2.2.4 Entraves para estruturação

Entre os principais entraves mencionados no cotidiano dos empreendimentos de ES integrantes da AMESOL para sua estruturação estiveram a dificuldade de formalização e enquadrar-se na Lei do Cooperativismo (Lei nº 5.764/1971; BRASIL, [2021c]), arcar com impostos, além de desafios no âmbito da produção e comercialização de artigos da ES. No âmbito da formalização, a entrevistada EE6 recupera sua experiência no município de Osasco e a opção por constituir a organização no formato de microempresa, embora no contrato social tenha manifestado os princípios da ES:

Olha, os principais desafios, o nosso principal é o mercado aí fora, como a gente se colocar como trabalhador que também tem direito de comercializar, né, e como a gente pode fugir de tanto impostos? Não dá, um dos maiores desafios. Na época que a gente foi legalizar, em 2009, pela quantidade de pessoas que a gente tinha no meu grupo que na época era Vitória, Festa e Sabor... a gente não conseguia legalizar como cooperativa, que era o que a gente queria. Porém a carga tributária de cooperativa é muito grande, então...a gente se constituiu como micro empresa, que tem no seu contrato social os princípios da ES, o que nos legitima como empreendimento de ES. Essa realidade não é só nossa. Quando a gente se uniu, os 3 empreendimentos, todos eram legalizados como microempresa, então aí foi que dois CNPJ foram cancelados e um deu segmento que formou a Maesol. Hoje, muitos empreendimentos de ES não são legalizados. Poucos são como micro empresa, eu conheço duas realidades, que é dentro de todo a minha trajetória, em Osasco, Maesol, meu grupo e a Tendarte [sic], que mencionei no começo da conversa. (EE6 em 26/08/2020)

A dificuldade em legalizar empreendimentos nos segmentos de alimentação e artesanato também foi mencionada pela coordenadora da SOF. De acordo com ela, isso reflete os limites práticos de contestar o capitalismo vivenciando-o. De acordo com SOC6:

Agora nos segmentos de alimentação e artesanato têm muita dificuldade na legalização, porque não se constituem como uma cooperativa, porque muitos grupos de artesanato são de poucas pessoas, né. Não se constituem de microempresa porque quando não é grupo de poucas pessoas são individuais, mas alguns são MEI e o MEI só nos garante a previdência, aposentadoria, então de que adianta. É uma discussão tão grande para a gente, como a gente se legaliza, porque embora a gente não queira o sistema capitalista, infelizmente a gente está inserido nele, então a gente tem que por regra seguir isso, embora a gente lute para que tenhamos uma nova economia, ainda não temos tanto poder para interferir na legalização, né, mas é o que a gente está lutando para garantir que a nossa economia se fortaleça e que a legalização seja menos dolorosa, mas é...para o meu empreendimento, se legalizar foi muito importante, porque como a gente tinha o intuito de crescer o grupo para fazer o fornecimento de alimentação para grandes eventos, a gente jamais conseguiria sem estar legalizado, foi uma das coisas que a gente teve que fazer, se legalizar. (SOC6 em 18/02/2020)

EE8 também comentou sobre as dificuldades de gerir um empreendimento de ES diante da legislação disponível, destacando que aqueles formados por mulheres acabam sendo mais frágeis e têm dificuldades de estruturar organizações nos moldes cooperativos.

Eu falo que essa legislação de ES é muito difícil também, porque você tem a ES como uma coisa para fortalecer esses empreendimentos que são mais frágeis, digamos, mas por outro lado, quando você constitui uma cooperativa, um empreendimento que tem é...que tem CNPJ cai na mesma tributação que os outros. É complicado isso. Obvio que a ES são empreendimentos que não visam lucro, tá? Não existe nem essa palavra na ES, mas as pessoas, como qualquer empreendimento ele precisa se manter, você precisa fazer reinvestimento nele, precisa investir nas pessoas...muito difícil com a tributação que você tem que pagar. Minha opinião. Eu sei que existem cooperativas aí que são...dão muito certo e...No nosso caso, esses empreendimentos de mulheres têm todas essas questões que eu coloquei. Elas têm toda essa carga de trabalho em cima delas, além do trabalho que elas têm que fazer para o seu empreendimento. Isso é diferente. (EE8 em 28/08/2020)

ACAD1 também mencionou a necessidade de trabalhar essa categorização a partir da realidade feminina na academia.

Primeiro, a relação da política pública, da realidade das mulheres não se enquadram dentro de uma categoria legal, da política pública de ES e isso ser um grande desafio que acho que tem sido discutido e que eu particularmente tenho tentado discutir muito dentro da academia, como pensar as categorias de solidariedade, de autogestão, dentro de uma realidade feminina. (ACAD1 em 20/04/2020)

Outro ponto destacado enquanto entrave é o das questões de custos de produção. EE7 ilustrou tal dificuldade ao descrever seu empreendimento de cerveja artesanal:

A única coisa que eu acho que é um pouco ruim da cerveja é que os produtos são caros, porque são importados, a gente não produz a matéria prima tipo no Brasil. Até tem alguns locais que produzem mas é muito pouco, acaba caro, se quer fazer uma cerveja mais...uma receita mais específica de algum lugar, você não consegue o fermento ou o lúpulo específico, para dar aquele sabor, mas no mais assim, a gente faz uma cerveja local, a gente faz é...uma cerveja com valor mais dentro da ES possível, é isso assim. (EE7 em 16/04/2020)

A ativista SOC6 ressaltou a importância de canais de crédito para viabilizar a produção e comercialização dos referidos grupos. Também ilustrou os limites da formação fornecida pela AMESOL diante da ausência de investimentos nos referidos empreendimentos.

Amesol tinha como plano oferecer capacitação técnica e política, de um jeito amplo, além de construir espaços de comercialização, de reflexão, mas...a comercialização não é o ponto central da Amesol, é importante mas não único. Essa questão da capacitação técnica, de aprimoramento de produtos e tal. Só que muitas vezes essas questões não conseguem resolver sem investimentos, recursos. Como melhora a produção, se essa mulher não tem o material, a matéria prima de baixa qualidade, por exemplo, ou se ela tem somente os intervalos entre o trabalho de cuidados domésticos, se ela tem a carga dela, 3 filhos, uma mãe doente, um marido desempregado, como ela se dedica a produzir, ela tem essa missão e tinha intenção de uma formalização. (SOC6 em 18/02/2020)

Por fim, EE8 apontou como um dos principais entraves adaptar-se e contribuir para mudanças sistêmicas nos padrões de produção e consumo, afastando as lógicas transnacionais e aproximando as dinâmicas econômicas no nível local. Nas palavras dela:

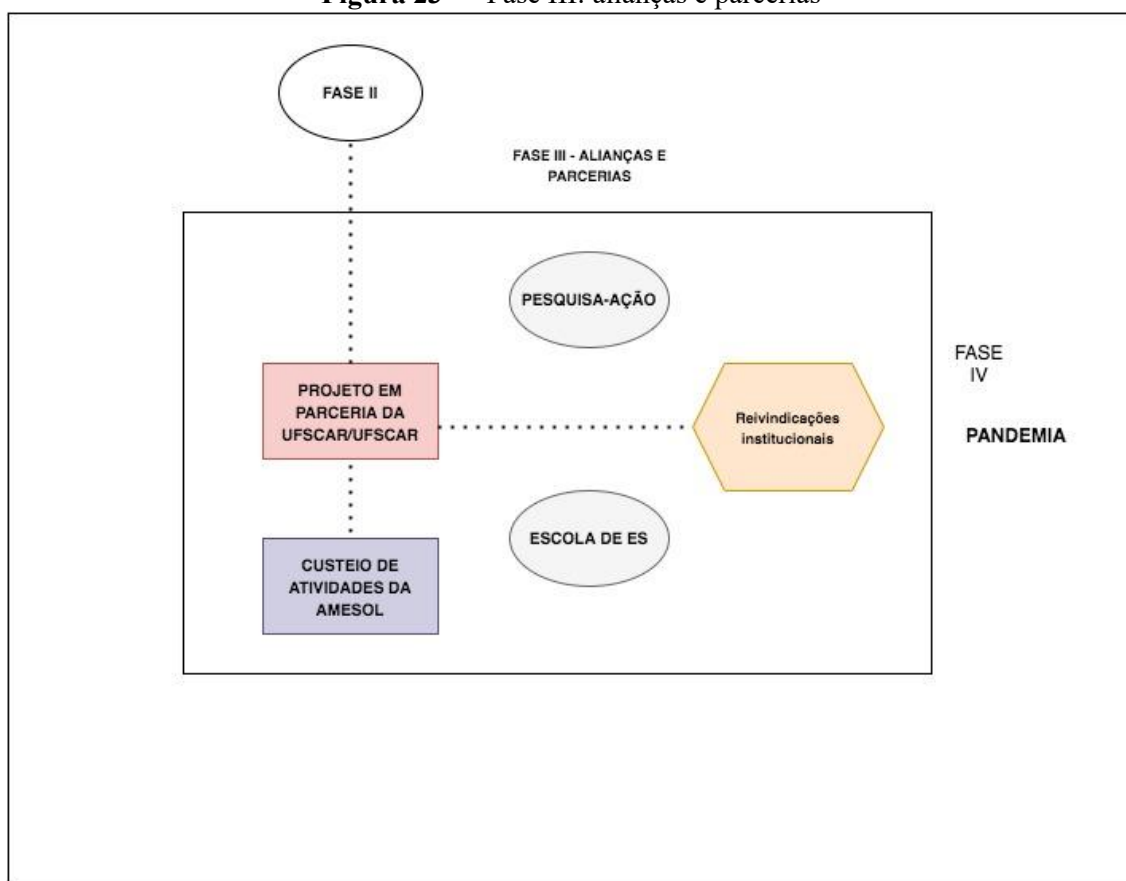
A coisa mais desafiadora é a coisa cultural, entendeu? Como a gente vive numa economia capitalista é muito difícil muitas vezes até com as pessoas que fazem parte da Rede de ES, você...é conversar...e se manter fiel a esses princípios. É realmente muito desafiador, porque a gente é culturalmente, a gente sempre escuta falar dessas coisas de mercado e dessas coisa que, enfim, não tem nada a ver com ES e elas estão presentes e a gente tem essa...às vezes...porque você precisa conversar muito com as pessoas para as pessoas entenderem porque elas não têm que comprar o produto da Ambev, por exemplo, e é melhor comprar uma cerveja que foi feita por uma empreendedora da cadeia da ES. É uma coisa assim, a Ambev é a maior transnacional do planeta, entendeu, e prejudica muita gente. Entende? E não é tão fácil explicar isso para as pessoas. Eu dei esse exemplo, mas eu teria N outros, sabe? Vou comprar o sabão que uso para lavar a roupa da minha casa na Unilever ou da pessoa que tem pequeno empreendimento de produtos, lógico que vou comprar o pequeno. Eu não quero alimentar essa cadeia transnacional dessas empresas que estão acabando com o planeta. Se puder comprar o feijão desses produtores orgânicos artesanais, eu vou. Não vou comprar do outro....isso falo que é o cultural, é muito mais fácil ir ali na esquina e comprar os produtos que eu mencionei que eles têm disponíveis e muito baratos, porque exploram muitas pessoas e o meio ambiente. Tudo isso faz o produto ser o que é. (EE8 em 28/08/2020)

SOC6, por sua vez, sintetizou que os entraves são de ordem macro e micro:

Do ponto de vista macro é a política governamental em todas as esferas, que não abre caminhos para que as mulheres possam. Não só as mulheres, mas estou falando específico da Amesol, possam fazer do seu trabalho um trabalho com melhor tempo, mais qualificado de produção. Se as mulheres tiverem canais de financiamento, de curso e de espaços de comercialização, com certeza, a vida dessas mulheres e de suas famílias vai melhorar, então do ponto de vista macro isso, política econômica que ignora e marginaliza esse trabalho que impacta no micro, a dificuldade que a gente tem, barreira gigante de manter o trabalho da Amesol, porque o próprio deslocamento, os custos do deslocamento, o tempo de deslocamento impossibilita as mulheres de participar, de ter participação política, criativa, mais ativa do que tem. (SOC6 em 18/02/2020)

7.2.3 Fase III: alianças e parcerias

Figura 23 — Fase III: alianças e parcerias



Fonte: Elaboração própria, 2021

Em 2017, a AMESOL passou a ser apoiada por um projeto liderado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Além de financiar a infraestrutura para a realização das feiras, o orçamento garantiu custear despesas para garantir a participação das mulheres nas reuniões mensais, além de processos de formação. Nas palavras de SOC6, da SOF:

Amesol foi associação no qual esse projeto foi focado, né, então possibilitou esse projeto que tivesse duas pessoas liberadas para trabalhar nesse projeto, possibilitou que acontecessem um curso de formação em dois módulos, feiras mensais durante dois anos, ajuda de custo para financiar pequenas coisas, transporte, coisas assim, foi importante para a Amesol essa prática de construção de feiras mensais que implicou em produção regular, em melhoria para produto, em diálogo com os consumidores, foi processo bem importante que fortaleceu a Amesol. (SOC6 em 18/02/2020)

A participante EE5 também mencionou a parceria com a UFSCAR como instrumento que garantiu recursos financeiros para viabilizar diferentes ações da AMESOL:

Na Amesol a gente também tem a capacitação, a gente tem encontros, inclusive tem alguns apoiadores, né, alguns editais quando a gente consegue se cadastrar, a gente estava num edital há pouco tempo da Ufscar e esse edital abrangia capacitação, recurso, para a gente se locomover de casa até a Amesol, recurso para fazer congresso, a gente fazia congresso também, onde a gente aprende muita coisa, além de ter essas capacitações, reuniões.... (EE5 em 17/04/2020)

Ao contatar ACAD2, responsável pela coordenação do projeto pela UFSCAR, destacou-se sua inserção profissional na SENAES para explicar o mecanismo de aporte financeiro a essa atividade naquele período que procedeu o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2011–2016) e os desdobramentos que tal fato implicou para o campo da ES. O entrevistado discorreu que entre as entidades da ES emergia o debate sobre a relação da ES com gênero, porém, os projetos voltados a essa temática no Ministério do Trabalho estavam paralisados e destinados a não serem implementados, dado o contexto político. A saída encontrada foi a construção de um projeto cujo proponente fosse a UFSCAR, o que facilitou a viabilidade de sua aprovação. Nas palavras do professor:

então fui procurado por essas entidades, perguntando se como entidade federal a UFSCAR topava assumir junto com o Ministério do Trabalho naquele momento ações de apoio a ES e feminista que daí não precisava chamada pública, uma vez que somo órgãos federais e daí a própria Senais, o Singer também procurou nesse sentido, começamos a construir esse projeto que deu na parceria com o projeto de ES e feminismo em parceria com a sociedade civil, particularmente com a Sofi, né, sempre viva organização feminista. O eixo principal do projeto era apoiar empreendimentos econômicos solidários formados por mulheres em duas regiões do estado de São Paulo, uma na grande São Paulo, ou melhor, uma era a Amesol que tem grande parte de atuação no estado de São Paulo, mas também em algumas cidades do interior, né, Hortolândia, etc e outro grupo de mulheres agricultoras do Vale do Ribeira, desenvolveu esse projeto de 2016 até ano passado. (ACAD2 em 20/06/2020)

Contando com a parceria da SOF, que já conduzia trabalhos com a AMESOL em comunidades no Vale do Ribeira, o projeto focou nas seguintes linhas de atuação: (i) apoio a estratégias de formação de empreendimentos; (ii) facilitar canais de comercialização; (iii) formação sobre economia feminista e solidária, autogestão; e (iv) pesquisa sistematizando os resultados do projeto e da experiência da AMESOL.

Sobre os primeiros dois eixos, tal como mencionado, o projeto financiou a estruturação de feiras mensais realizadas no equipamento público Ponto de Economia Solidária do Butantã, que naquele momento estavam vivenciando a descontinuidade da política de ES pela troca de gestão e buscavam aproximação com a AMESOL. Nas palavras do entrevistado ACAD2, essa triangulação entre UFSCAR, AMESOL e Ponto do Butantã permitiu a realização de feiras e também a criação da Escola de ES, dedicada à formação sobre os princípios da ES e feminismo:

Foi num primeiro momento paralelo ao projeto, o que acontece, quando saíram da gestão e veio o Dória, o pessoal do Ponto estava preocupado em acabar, e daí queriam apoio e ocupar o Ponto com várias atividades e aí convidaram a V., do conselho do Ponto e a gente construiu essa ideia de ter uma escola de ES no Ponto e conseguimos fazer algumas aulas, o Singer deu aula, fizemos semestralmente alguns....e aí quando veio o projeto também começamos a articular o projeto com o Ponto e começou a ter feiras mensais como estratégia. (ACAD2 em 20/06/2020)

Sobre esse episódio, a entrevistada SOC7 manifestou a importância de estabelecer a parceria com o ponto e o aporte da UFSCAR para a realização de feiras:

é criado o Ponto de ES do Butantã e foi muito gozado, logo em seguida uma amiga falou assim, V., você precisa ser conselheira lá do Ponto, mas não tenho tempo nem de pensar, como vou ser conselheira. Lá fui eu e me candidatei a ser conselheira e aí estabelecemos em 2017 começamos a dialogar com grandes possibilidades de acordo, arranjos entre Amesol e Ponto do Butantã. 2018, as feiras foram marcadas quase que mensalmente. Começou 2017, fizemos 3 feiras, 2018, mensais, 2019 caiu um pouco, mas depois teve arranjos para modificar o tempo, foi interessante que 2018 a gente ainda tinha a parceria com a Ufscar. (SOC7 em 08/09/2020)

Por fim, quanto às ações de pesquisa, as referidas atividades foram coordenadas por uma professora de origem francesa convidada no curso de Sociologia da UFSCAR, representando o Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD). A pesquisa aplicada buscou compreender a trajetória das mulheres da AMESOL na ES e sua relação com o feminismo e a constituição dos empreendimentos. De acordo com ACAD1, o projeto investigou:

o contexto de surgimento da Amesol e como ele funciona, como ele implementa a autogestão, quais as principais atividades, os principais desafios, os sonhos, a gente fez várias entrevistas, a gente visitou 15 empreendimentos da Amesol, que na verdade a maioria são individuais, né, então, basicamente, a gente foi na casa das mulheres, conversou sobre trajetória delas, acompanhou todas as feiras, as atividades de formação que aconteceram no âmbito daquele projeto de 2017 a 2019. (ACAD1 em 20/04/2020)

A parceria com a UFSCAR foi mencionada por diferentes entrevistadas, onde se ressaltou as contribuições para a viabilização das feiras e também os eventos acadêmicos que foram realizados, a exemplo do II Seminário Nacional de Economia Solidária e Feminista ocorrido em 9 e 10 de outubro de 2017, em São Carlos, conforme relatado por EE5, EE4 e EE7:

Sim, quando tem um edital fornece bastante ajuda nesse sentido, estrutura de tenda, aluguel da tenda, aluguel das mesas, até alimentação e transporte também, né, para as empreendedoras e também divulgação, Quando tem edital é melhor. (EE5 em 17/04/2020)

Teve sim, a gente fez até um seminário estadual, acho que foi nacional, que veio mulheres do Brasil todo, que foi em São Carlos, que foi lá na UFScar, e aí teve o seminário, teve toda a apresentação, foi muito legal esse seminário e no último dia teve uma feira de ES feminista dentronda UFSCAR, com as mulheres da Amesol. Tinha uma orientadora francesa, esqueci o nome dela. Tenho o nome da B. que ainda está conosco, da UFSCAR, ela segue com a gente. (EE4 em 10/03/2020)

tendo apoio da UFSCAR se não me engano que tinha uma menina, a B. que ela tinha escrito um projeto e dava algumas facilidades para a gente, por isso, que a gente começou a ter menos feiras esse ano, porque o projeto acabou e aí com projeto a gente conseguia umas tendas, algumas coisas assim que facilitavam, e inclusive, o projeto ajudava a gente com essa coisa dos seminários, porque a gente não tem uma sede, lugar específico, e o projeto ajudava a gente a alugar um lugar para poder fazer esses encontros. (EE7 em 16/04/2020)

Ao fazer um balanço sobre o projeto, ACAD2 ressalta que, embora os eixos de assessoria técnica e pesquisa aplicada tenham focado na região da grande São Paulo e Vale do Ribeira, o projeto pecou ao não desenvolver uma articulação mais orgânica da universidade com atividades de pesquisa e intervenção no território. Nas palavras do entrevistado:

Foi um projeto, a minha avaliação final, porque foi um projeto construído muito às pressas por causa da conjuntura política. Em parte, por causa disso, em parte por causa do desenvolvimento do projeto, eu acho que ele foi muito positivo, a minha avaliação. Muito não, mas foi positivo no fortalecimento da Amesol, para os empreendimentos, deu uma fortalecida, principalmente nesse

momento que acabou a gestão Haddad, acabou SENAES que as políticas públicas sumiram, permitiu que 2016-2019 houvesse apoio às feiras, a comercialização, formação e tudo o mais, mas do ponto de vista de projeto universitário foi muito frágil, aquilo que eu acredito que seja um projeto uma incubadora, um projeto que seja...o Singer tinha uma frase, que a incubadora universitária, né, é a vanguarda da universidade no movimento de ES e a vanguarda do movimento ES na universidade. O que dialoga, o que significa uma transformação da própria universidade, com a formação de alunos, envolvendo pesquisa, ensino e tudo o mais, esse projeto foi frágil nisso. (ACAD2 em 20/06/2020)

Com encerramento previsto inicialmente para junho de 2018, o coordenador do projeto destacou que conseguiu o aditamento do projeto devido ao diálogo junto aos técnicos e servidores públicos da SENAES, que naquela altura enfrentava a perda de espaço institucional e vivenciava o período de contingenciamento de recursos. Nas palavras de ACAD2:

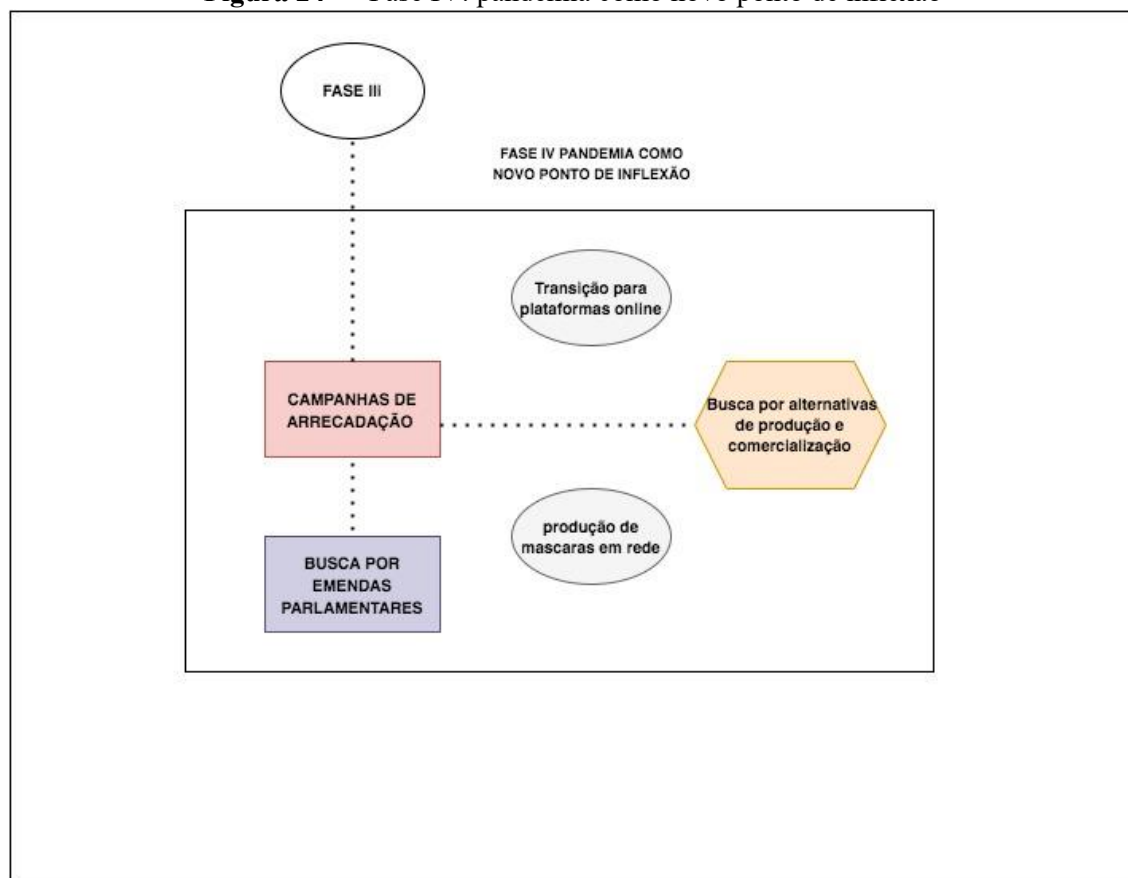
A gente conseguiu, na verdade o projeto foi assinado um dia antes do afastamento da Dilma, então na verdade ele foi desenvolvido todo numa nova configuração do governo federal com as SENAES muito enfraquecidas e sem orçamento. Apesar disso, os técnicos das Senais visitaram várias vezes o projeto e tentaram apoiar e tanto da SENAES quanto da superintendência do Trabalho, a gente acompanhava, convidava nas atividades, fazia os acompanhamentos de fato sobre a execução e fiscalização e a minha sensação que eles se entusiasmavam com o projeto e isso foi um apoio muito forte para a gente, acho que os relatórios que eles escreveram foram sempre de apoio e não...isso os funcionários públicos. Se ia pra frente era por causa do corpo técnico da SENAES do antigo ministério. Através deles conseguiu um aditamento de prazo, então o projeto era para ter finalizado em junho de 2018 e conseguiu até junho de 2019. Tinha sobra de recursos, agora tentamos algumas vezes conversar durante o período do Temer para ampliação do recurso, para dar continuidade e não tivemos sucesso, apesar do apoio dos técnicos para isso, e de fato, nem é por....é porque a SENAES foi sucateada, não tinha orçamento. (ACAD2 em 20/06/2020)

Com o fim da parceria com a UFSCAR, a busca por recursos tem se voltado a emendas parlamentares que possam custear eventos e feiras. De acordo com EE4:

Não. A gente tem parceria com o Ponto de ES lá do Butantã que é o espaço da Saúde Mental, né, e ES, mas a gente tem tentado agora é emenda parlamentar, eu não sei em que pé que está porque eu não sou dessa comissão, mas....da Comissão de Recursos, para a gente conseguir tendas, né, para a gente conseguir se estruturar melhor, como era antes, quando tinha o apoio da UFSCAR, né. (EE4 em 10/03/2020)

7.2.4 Fase IV: pandemia como novo ponto de inflexão

Figura 24 — Fase IV: pandemia como novo ponto de inflexão



Fonte: Elaboração própria, 2021

A última feira ocorreu em 14 de março de 2020. Com a crise sanitária desdobrada pela pandemia da COVID-19, o cotidiano da AMESOL foi impactado em diferentes camadas, implicando em busca por alternativas por parte das integrantes. Com a impossibilidade de realizar feiras presenciais e o impacto financeiro imediato na vida das famílias, o coletivo, juntamente com a Marcha Mundial de Mulheres, organizou uma campanha de arrecadação de alimentos e recursos financeiros para distribuição de cestas básicas e renda para mulheres em situação de vulnerabilidade. De acordo com EE8:

E agora que não tem mais as feiras, logo no começo da pandemia a Amesol, junto com a Marcha Mundial das Mulheres se organizou para fazer uma vaquinha virtual para ajudar aquelas que estavam numa situação mais frágil, porque dentro da Amesol tem mulheres sozinhas e ficaram numa situação muito difícil e complicada com essa coisa da pandemia, então a gente conseguiu fazer, conseguiu pagar uma bolsa para essas mulheres durante 3 meses. (EE8 em 28/08/2020)

EE6 descreveu a reunião realizada para arrecadação e também mencionou que os encontros da AMESOL passaram a ser online desde o início das medidas de isolamento social:

a Amesol preocupada com a dificuldade de todas as trabalhadoras no isolamento, porque vivemos do que produzimos e isolados não dá para sair para vender. Nos unimos num GT de urgência, foi o nome que deu para o grupo para conversar com todas as companheiras, saber o que elas estavam passando, como estavam passando, quais as dificuldades, para a gente ver como a gente podia ajudar. Naquele momento muito emergencialmente tínhamos um pouco de dinheiro e pessoal fez uma contribuição voluntária, né, para ajudar algumas companheiras, depois foi lançada a campanha, né, para ajudar essas trabalhadoras que arrecadaram um montante e ajudou a todas nós com uma quantia mensal até julho. E nossos encontros vem sendo virtualmente, reuniões virtuais, eu faço parte do GT de finanças da Amesol, então as atividades dentro do que a gente pode desenvolver virtualmente elas estão acontecendo. Não estão paradas, temos um grupo de articulação de whats up onde a gente conversa sobre alguns temas, né, e as companheiras também contam o que estão passando, a gente tem aquele momento diálogo no grupo, é isso... (EE6 em 26/08/2020)

Para ACAD1, a dimensão da rede é crucial para fortalecer redes de colaboração mútua, destacando as potencialidades de ativar processos autônomos gerados pelas participantes:

as condições materiais são fundamentais para que uma mulher tenha uma boa vida, autonomia, claro, mas tem muitas outras coisa também, né, e essa formação política, essa possibilidade de você fazer parte de uma rede de mulheres, acho isso massa, acho que nesse momento de super crise da economia no Brasil, por conta da pandemia, vejo que fazer parte de uma rede é uma resposta também que supre necessidades que muitas vezes não chega no governo, exatamente por as mulheres estarem nesse lugar de vulnerabilidade, de invisibilidade, vai chegar o corona voucher? esperamos que sim, mas vai chegar antes dele várias cestas básicas organizadas pela Amesol, uma vaquinha com distribuição direta de renda, então acho que são respostas assim que as mulheres criam para si, juntas elas reivindicam políticas públicas, claro, e acho que isso é uma proposta inegociável na Amesol, acho que nunca vai deixar de reivindicar, sempre rola esse debate qual o lugar do Estado, qual responsabilidade do Estado, mas também uma forma de organização prática imediata, que fortalece muito a autonomia delas como mulheres, né? como moradoras de uma periferia da maior cidade do Brasil. (ACAD1 em 20/04/2020)

Diante do cenário, além do suporte financeiro, o grupo passou a atuar na confecção de máscaras que foram adquiridas por unidades do SESC do ABC. O tecido utilizado foi do empreendimento histórico da ES, do Sul do país, a Justa Trama. A produção em rede foi então destacada como um potencial a ser explorado:

e a gente também começou a se mobilizar para fazer arranjos produtivos. A gente entrou em contato com empreendimento que também é muito conhecido da ES que é a Justa Trama, nós compramos 92 metros de algodão orgânico e começamos a produzir máscaras, né? E a gente vendeu através de uma empreendedora também que comercializava os seus produtos e oferecia as máscaras que a gente estava produzindo. O SESC comprou também uma produção da gente e a gente tá agora se mobilizando para fazer outros produtos e outros arranjos dentro dessa lógica de trabalharmos cada uma da sua casa, cada uma fazendo uma parte do processo, mas dessa forma de arranjos produtivos. (EE8 em 28/08/2020)

SOC7 reconstituiu essa articulação e também ressaltou que o processo deve ser repetido na produção de outros artigos, fortalecendo a identidade da AMESOL e a produção coletiva:

Nós conseguimos trazer uma coisa que foi articular quem era costureira, ou quem mexia na máquina de costura, articular por volta de 14 delas para produzir máscaras, tá, então essas máscaras num primeiro momento cada uma começou por si, depois nós chegamos à conclusão que teríamos que fazer algo meio que coletivo, é...buscamos tecido Justa Trama para produção de máscara com algodão orgânico, outras foram buscar parceria para ver quem comprava etc, então o SESC São Caetano nos procurou e começamos a produzir, foram 800 máscaras, por aí, para o SESC Santo André mil, e acho que teve uma outra parte do SESC Santo André, essas conseguiram articular, cortar, distribuir, produzir, higienizar e embalar, numa logística de gente que estava em Osasco, de São Caetano, Santo André, zona Leste, zona Norte, centro e zona Oeste. Isso foi muito...essa logística...eu entrei na logística de ir, de receber um tanto, ir para o metrô, esperar alguém que viesse até o metrô para poder passar, uma forma que foi muito linda. Autogestão e a produção foi muito bonito. Isso é o que estamos vivendo agora. Estamos querendo discutir a possibilidade de ter um produto único, mulheres que costuram da Amesol, tentar envolver quem costura, quem borda, quem faz crochê, tricô num produto único, aí depois vai precisar a responsabilidade de articular as mulheres que produzem alimentação, estou em dívida, porque elas estão produzindo individualmente. (SOC7 em 08/09/2020)

O desafio logístico também foi mencionado por EE8:

A gente tem um grupo de Whatsapp, a gente faz reuniões periódicas, a gente tem uma página no instagram, onde publica os produtos dos diferentes empreendimentos e tenta formar ali uma história para comercializar. A logística é feita assim...por exemplo, agora a gente vai produzir mais um produto, né, então, a gente comprou o material, né, esse material foi entregue na casa de uma das companheiras. Ela vai cortar esse tecido, e a gente tenta arranjar ou motoboy ou alguém que possa levar para algum lugar, porque a maioria das pessoas..., por exemplo, lá em São Bernardo, vai para a casa de uma e as outras pegam na casa dessa. Lá em Osasco, tem companheiras que estão lá, vai para a casa de uma e as outras pegam, entende? A gente tenta fazer dessa maneira. Para não ser muito dispendioso dessa coisa do transporte e que todo mundo possa ter acesso ao trabalho. (EE8 em 28/08/2020)

Além disso, a estratégia de divulgação e comercialização passou a explorar as plataformas digitais, a exemplo do Instagram, na página @amesol.feminista. Tal migração envolve superar desafios de acesso à internet e apropriação da referida ferramenta. SOC7 dissertou também sobre esse desafio:

a gente sofreu com isso um impacto enorme, tá, com companheiras que não têm como viver, companheiras que estão com dificuldade de produzir, com propostas de comercialização, estamos começando a trabalhar melhor isso para ver como arranja através do online, como a gente vende a produção dessas meninas, como diz meu marido, umas velhas e ela diz meninas....risos. Essas companheiras é que produzem desde pães, comidas, vestuário, artesanato em geral, bijuteria, bordado, crochês, uma série de coisas. E nessas questões fica o que? (SOC7) [...] Só esqueci de uma coisa, nós fizemos dentro da Amesol, agora, uma proposta de estar apresentando todos os nossos produtos das mulheres no Instagram e no Facebook, uma vez por semana é um grupo, tá. Hoje, por exemplo, é fulano, na próxima semana é ciclano, e aí apresenta e põe um pouco da sua história nessa apresentação, tá. Nós temos coisas muito bonitas (SOC7)

De acordo com o relatório anual da SOF de 2020, a campanha de emergência realizada antes da chegada do auxílio emergencial foi crucial para as mulheres em situação de maior vulnerabilidade. Também foi mencionada a formação de grupo para produção de máscaras, que envolveu costura, higienização, embalagem, negociação com clientes e comunicação. Como obstáculos, foi mencionada a logística cara e trabalhosa, além da escassez de material e os custos de produção. A definição de um produto comum da AMESOL é o próximo passo.

Quando a gente estava fazendo aquela pesquisa, a gente construiu um mapa, das casas das mulheres da Amesol. A gente fez entrevistas, dentro das entrevistas, onde você mora? Depois joguei no mapa do google e aí veio um anel que vai lá do fundão da zona sul, passa por Santo André, muitas da periferia, não moram propriamente em São Paulo, mas São Bernardo, Suzano, Osasco, então, o deslocamento é muito tempo. As vezes, demoram 3 horas para chegar na reunião, e mais três para voltar, isso também, como organizar uma produção coletiva entre essas mulheres. Qual vai ser o ponto de encontro para elas produzirem coletivamente? E acho que isso é difícil, o que está super ligado à questão do território. (ACAD1 em 20/04/2020)

7.3 CONSEQUÊNCIAS

A AMESOL alcança seu objetivo de se consolidar enquanto lócus para auto-organização de empreendimentos, viabilizando canais de comercialização e fomentando novos formatos de atuação em rede. Ao analisar o percurso histórico e sua evolução, é possível identificar diferentes implicações intencionais e não intencionais em torno da ES enquanto

discurso, movimento social e ação pública no contexto estudado. Cada uma dessas facetas é desdobrada a seguir.

7.3.1 ES enquanto discurso

A atuação da AMESOL aponta para a ação intencional das participantes, oriundas de diferentes trajetórias que se conectaram a partir da problematização do papel da mulher no campo da ES. Seja pela sub-representação em espaços de interlocução política e participativa, seja pelo reconhecimento das práticas exercidas pelos segmentos da ES que se distanciam dos moldes tradicionais do cooperativismo e se aproximam da realidade dessas mulheres, as narradoras conectaram crenças individuais e coletivas para reivindicar transformações institucionais.

Munidas de um repertório teórico assentado na experimentação prática, produção de acadêmicos e militantes dos movimentos sociais, a noção compartilhada sobre ES passou por diferentes momentos de rotulações e se manifesta enquanto crítica do sistema capitalista e luta por reconhecimento na arena pública. Ao colher as impressões das entrevistadas, o discurso de ES é mobilizado para legitimar, refletir criticamente e qualificar a prática de trabalho. Nas palavras de EE6:

ES além de um movimento de luta revolucionário que me abriu muitas portas, é o meu objetivo de vida, de luta, é o que me trouxe muito conhecimento, é o que me trouxe mais coragem de ser trabalhadora, o que me trouxe companheiras de muito valor, ES é ensinamento, solidariedade realmente, luta por direitos, querer um mundo melhor. Estar indo na contramão do capitalismo rumo à sociedade do bem viver. (EE6 em 26/08/2020)

Igualmente, o discurso de ES é apresentado enquanto ética a ser introduzida na dinâmica econômica, apontando em direção ao comércio justo e a um desenvolvimento sustentável. De acordo com EE7:

Para mim, ES é quando você consegue tanto nos seus insumos, quanto na sua produção, um produto que seja é....livre de trabalho escravo, como se fala....de uma relação injusta de trabalho, com um produto que seja economicamente justo, que ele tenha o valor que ele tem, que não seja um valor abusivo, que não agrida o meio ambiente também nessa relação de chegar até a gente, de ele ir para o consumidor, que ele agrida o menos possível o meio ambiente, que seja o mais ecológico possível, e que no fim do processo que ele tenha esse valor justo, né, para mim isso está dentro da ES. (EE7 em 16/04/2020)

Há também na fala das entrevistadas a defesa da ES enquanto discurso frente a outros temas que se colocam como versões *modernas* ou *adaptadas* do capitalismo e da lógica neoliberal, a exemplo da economia compartilhada, economia criativa e empreendedorismo. As falas de EE8, EE4 e ACAD1 apontam para esse sentido:

acho que a gente está num momento que a gente pode discutir muitas questões. Acho que tem toda essa história aí dessa.... política governamental de que todos seremos empreendedor. Como assim, sozinhos? Assim que as coisas vão acontecer? Acho que a coisa do compartilhamento também ela precisa ser mais esclarecida para as pessoas, para saberem que não é tão bacana aí. Recentemente a gente teve a manifestação dos entregadores de apps que mostra muito bem como é a realidade dessas coisas, né? A ES pensa de uma maneira diferente, as coisas têm que ser para todos. (EE8 em 28/08/2020)

Ouvia falar mais em Economia Criativa, que hoje eu abomino.

Raquel: Por quê?

Pô, tá desempregado e você vai ser criativo? sei lá. E outra, a ES tem um foco mais nas coisas que você produz, não pode chegar lá com uma revenda, igual acontece em muitas, que o pessoal pega revenda, e lá não, você precisa produzir, é o que você produz, né. O valor da troca que a gente faz nas feiras, a gente não tem o dinheiro, mas quer um produto, a gente faz escambo, tem várias formas de comercializar assim, sem ser só pelo dinheiro, essas trocas que a gente faz também. (EE4 em 10/03/2020)

Gostaria até de falar um pouquinho mais sobre isso, porque hoje vive um momento na sociedade, onde se fala muito de empreendedorismo, você precisa ter um MEI, ser empreendedor, isso é uma coisa muito perigosa, porque é muito difícil você ser sozinha. (ACAD1 em 20/04/2020)

No processo de significação da ES, no entanto, são revelados dilemas internos, lógicas e controvérsias sobre a teorização e efeito prático da ES. Ao qualificar a ES, algumas narrativas apontam para dimensões afetivas e emocionais diante da ideia apresentada, termos como *apaixonada*, *encantada* ou *achava muito bonito* são usados para adjetivar sua percepção da ES, conforme ilustrado pelas falas de EE6, EE5, EE4 e ACAD1:

O que a ES mudou em minha vida é que assim...na verdade não mudou, fortaleceu mais, porque eu nunca me vi sendo empregada ou escravizada pelo sistema capitalista. Tanto é que eu trabalhei somente 4 anos da minha vida numa empresa registrada. Numa empresa francesa e saí de lá para cuidar da minha vida, quando entrei não conhecia a ES, quando conheci me apaixonei profundamente e em 2010 me desliguei dessa empresa para continuar meu trabalho, porque eu me dividia, entre o meu trabalho nessa empresa e minha vida na ES, não, eu quero ES na minha vida, não quero mais isso para mim não. (EE6 em 26/08/2020)

Na época, eu achava muito bonito a ES, filosofia, tudo que abrangia a ES fui conhecendo através de outras colegas que já faziam parte da Amesol, então a parte mais bonita foi através da Amesol. O meu princípio que tive lá foi legal pela parte de instrução. Os cursos, o aprendizado, é...as capacitações, isso foi muito interessante. (EE5 em 17/04/2020)

O mundo, a gente vê na sociedade cada dia mais numa luta individualista, né, cada um por si, e é difícil de ver um coletivo trabalhando bonito assim, igual acontece lá, isso foi uma coisa legal, principal da Amesol. (EE4 em 10/03/2020)

A ES tem uma resposta prática de geração de renda, que a gente precisa mexer na distribuição de riqueza, na forma que está concentrada, para fazer....isso sempre me encantou na ES, mas quando isso junto com debate feminista, para mim fica completa a discussão, porque consegue pensar na vida social e no trabalho, nessas questões de qual é o mulher na sociedade, qual o papel da mulher dentro da organização familiar,sabe, e acho que somente abri meus olhos para isso e nunca mais a ES foi a mesma. (ACAD1 em 20/04/2020)

A despeito do caráter de romantização do termo, as entrevistadas manifestaram ceticismo em relação ao potencial disruptivo da ES diante do sistema capitalista:

Eu acho muito legal, né, pelos temas que abrange na ES, né, preço justo, uma economia não capitalista, uma economia justa, né? Então, mas acho que é muito pequeno ainda, é uma coisa que ninguém, quase ninguém conhece...uma luta muito grande, quem faz parte, faz um movimento pro mundo capitalista ainda falta muita coisa, entendeu? (EE5 em 17/04/2020)

Em outras narrativas, é percebido ainda o ceticismo em relação ao baixo potencial de incidência da própria AMESOL para obter as mudanças sociais mais amplas. EE7, ao recuperar a palestra em que participou sobre a experiência do Banco Palmas, disse:

A gente teve recentemente uma palestra muito interessante de um...caramba não lembro o nome de ninguém mais....é...ah, era um moço que ele fez um banco de Palmas, de ES , negócio que ele fez durante anos, um negócio muito grande que não me lembro, pegava um bairro, uma favela, mas era um negócio muito grande e eu não sei se eu acredito que a gente consegue fazer isso na Amesol, sabe, tipo...eu sei que tem gente que acredita muito nisso assim...eu já não tenho essa....Eu não acredito que a gente consegue mudar tanto assim... (EE7 em 16/04/2020)

ES é um fator importantíssimo que a gente se contrapõe ao capitalismo né acho que se tem alguma coisa que a gente conseguiria, né, trocar pelo capitalismo seria ES, mas no momento assim o pessoal é tão capitalista e tão egoísta e tão...divide tanto as coisas, segrega e tal...acho que é um problema que não daria certo a ES, porque não...você não ia conseguir passar do conceito, tipo para a prática, sabe? [...] ultimamente estou super descrente das

coisas, né, é....eu..enfim...ainda mais com essa...para mim, ninguém liga para ninguém. (EE7 em 16/04/2020)

ACAD2 problematizou o termo ES a partir da ideia de autogestão:

ES é um termo político, acho importante, mas na minha opinião se dependesse de mim daria outro nome. Acho que a ideia de solidariedade é importante, mas solidariedade não acontece apenas entre iguais, pode haver solidariedade entre desiguais e o termo solidariedade remete à prática cristã que pode ter ideia de igualdade, mas também entre desiguais, né? Por isso prefiro o termo autogestão, diria autogestão é o que define uma ES e não existe autogestão sem solidariedade, contudo existe solidariedade sem autogestão. Então acho que se pudesse escolher seria Autogestão, ou Economia Autogestionária, algo do gênero. Por causa dessas tradições, e também enfim, talvez a cara de solidariedade tenha parecido mais que a de autogestão, o que na minha opinião tira um pouco a força política do próprio movimento. O que permite muitas vezes ser considerado uma política assistencial e não uma política de desenvolvimento. (ACAD2 em 20/06/2020)

7.3.2 ES enquanto movimento social

A partir da análise do caso da AMESOL, identifica-se uma organização integrante do movimento social da ES, tratando-se de um encontro intencional de mulheres que colaboram e se mobilizam juntas para reivindicar mudanças sociais e institucionais.

A partir disso, mobilizam diferentes estratégias prefigurativas para influenciar formas de vida social e as instituições, explorando as estruturas hierárquicas e desiguais assimiladas pelas participantes ao longo de sua trajetória.

Ao estreitar relações entre as participantes e promover reuniões e feiras de comercialização, uma das consequências identificadas pela iniciativa é a promoção do empoderamento e senso de pertencimento por parte das integrantes do coletivo. A partir de diferentes exercícios de representação e imaginação, a feira é lugar para praticar e interacionar entre teoria e prática, onde se encenam novas maneiras de estabelecer relações econômicas. Assim como identificado na experiência narrada por Sitrin (2012, p. 142, tradução nossa²⁸), “ver a si mesmo como um ator, quando historicamente se tem sido um observador silencioso, é uma ruptura fundamental com o passado”.

EE6 e EE5 destacaram suas conquistas ao integrar o movimento de ES:

²⁸ Citação original: “To see oneself as an actor, when historically one has been a silent observer, is a fundamental break from the past”.

Nossa principal conquista dentro de todo esse tempo, estando na ES há 15 anos, né, posso dizer, enquanto grupo nossa principal conquista foi ver que muitas companheiras que não tinham iniciativas próprias, elas não..se enxergavam como parte importante dentro da sua casa, dentro da sua residência e não se empoderavam. Para mim, a principal conquista que a gente teve foi conseguir mostrar para essas nossas companheiras que elas devem se empoderar, elas devem se engajar, elas são importantes, então a principal conquista da Maesol, meu empreendimento, foi é as conquistas das minhas companheiras, conquistas pessoais, principalmente no empoderamento mesmo, no que diz respeito a elas se sentirem mais valiosas enquanto mulheres. (EE6 em 26/08/2020)

Agora nas reuniões da Amesol, a nossa participação é...eu me sinto muito à vontade na Amesol por que? Só mulheres, a gente fica bem à vontade para a gente conversar, expor nossos problemas, para uma ajudar a outra, é...vejo essa diferença por conta das outras ES que junto, as mulheres juntas a gente se sente mais à vontade, é como se fosse um clube de luluzinha. Mais ou menos isso. Uma conversa com a outra, liberdade de expor o que está acontecendo, de ajudar, então a gente, eu me sinto mais à vontade lá por conta disso e é mais fortalecido, porque as mulheres juntas, elas...uma fortalece a outra, uma ajuda a outra, então a gente se sente mais empoderada. (EE5 em 17/04/2020)

A rede é característica central nas estratégias prefigurativas mobilizadas, sendo ativada e articulada diante de demandas cotidianas, buscando com isso mudanças em escalas mais amplas. De acordo com ACAD1:

porque dentro da Amesol, é uma rede de mulheres, articula mulheres empreendedoras, esse não é o melhor termo, são mulheres trabalhadoras, que trabalham e que comercializam os seus produtos dentro da cadeia da ES. Procura fortalecer essas mulheres tanto com formação, com oportunidades...na verdade o que é mais importante nessa história? É a rede, entendeu? A partir da rede, uma fortalece a outra. Quando você se articula numa rede como é a Amesol é muito mais....você consegue estabelecer um resultado para você e para todo mundo em todos os sentidos. (ACAD1 em 20/04/2020)

Ao se aliar a outras lutas e pautas de movimentos sociais, a exemplo da Marcha de Mulheres ou o MST, a AMESOL exerce o papel extrainstitucional, interagindo pontualmente com o Estado para legitimar e incentivar novos formatos organizacionais. Sobre esse ponto, EE6 argumentou:

Estado ele para ajudar a ES e os trabalhadores da ES, primeiro a gente tem que ser reconhecido como trabalhador que somos e respeitados, né, segundo, nossos direitos enquanto trabalhador, por que assim, por que eu sou menos do que um outro que tem carteira assinada? Não, eu trabalho do mesmo jeito que ele, então porque o Estado não pode chamar o movimento de ES para

conversar com os trabalhadores e também olha.... a gente tem para vocês...existe o....aquele cartão do ônibus que o trabalhador formalizado, de carteira assinada ele tem, por que o trabalhador de ES não pode ter? Um trabalhador que está ali e paga seus impostos também, por que ele não pode ter? [...] Acho que a conversa do Estado com a ES deveria ser nessa direção de apoiar o trabalhador da ES da mesma forma que o de uma empresa capitalista privada. O que nós precisamos para ser atendidos, é essa conversa que eu acho que o Estado tem que ter com o trabalhador de ES. (EE6 em 26/08/2020)

7.3.3 ES enquanto ação pública

As consequências para a ação pública de ES se manifestam na identificação de diferentes instrumentos, técnicos e simbólicos, mobilizados pelos atores ao longo da trajetória e evolução da AMESOL. Do ponto de vista técnico, a SOF integra o órgão mediador que articula procedimentos de captação de recursos, administração e facilitação dos encontros e eventos organizados pela AMESOL. Também é órgão responsável por estreitar contatos com lideranças políticas e entidades de representação. Ao estabelecer a parceria com a UFSCAR, teve ainda o papel de conectar o público e articular com um equipamento da cidade, o Ponto do Butantã. Trata-se de uma articulação que não está alheia a controvérsias, sobretudo no que corresponde ao processo decisório e político.

Não sendo uma iniciativa induzida por agentes governamentais, traz diferentes representações sobre o papel da ES e reivindicações sobre a ES e a interação com o Estado. Entre os canais de maior interação estariam o acesso a crédito e a canais de compras públicas. SOC7 mencionou essa possibilidade:

pois é....o Estado poderia, né? Neste momento, já comprar as máscaras das mulheres, tá. Já seria alguma coisa, poderia estar comprando o produzido pelas mulheres...como chama...agricultura orgânica que tem no entorno da cidade de São Paulo, comprar para poder distribuir nas escolas como alimento, sabe? Para os alunos, as mães irem até a escola e receberem a sua cestinha, certo, tem um monte de possibilidades. (SOC7 em 08/09/2020)

Outras consequências são o formato de ações públicas e políticas públicas que sejam eficazes e dialoguem com a realidade das mulheres da ES. ACAD1 chama atenção para a dimensão política da ES e seus efeitos nem sempre intencionais:

Acho que é vontade política, porque dinheiro eu imagino que tenha, mas de ter uma prioridade de ter uma política pública que esteja nesta de construção de autonomia das pessoas, precisa de muita vontade política para fazer isso acontecer, né? Precisa de formação continuada e precisa...e vai acabar

beneficiando pessoas que reivindicam coisas, acho que a ES tem um pouco esse lugar de junto com a formação para o trabalho e geração de renda, tem uma formação política. Muitas mulheres da Amesol eu vejo, por exemplo, entraram nas incubadoras públicas de ES, procurando trabalho, porque estavam sem renda, e daí se formaram politicamente e começaram inclusive a questionar o que era feito dentro daquela incubadora. Esse é o grande potencial da ES. (ACAD1 em 20/04/2020)

Seguindo sua reflexão, a pesquisadora discorreu sobre as dificuldades em avançar na categorização de empreendimentos formados por mulheres para que sejam reconhecidos e possam acessar canais de crédito e de apoio financeiro.

mas é difícil ter isso como política pública, agora eu vejo que tem uma questão assim, acompanhando a Amesol, eu vejo isso muito claramente, que é uma coisa que vejo também em São Carlos, para as políticas públicas de ES tem um determinado critério do que se entende por ES, né, empreendimento suprafamiliar, com mais de 4 pessoas de produção coletiva, tem um critério jurídico legal, e as mulheres não se encaixam nesse critério. É muito difícil porque tem as responsabilidades que vem inerente da questão de gênero, sabe? (ACAD1 em 20/04/2021)

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a apresentação e análise de cada caso, torna-se conveniente fazer uma breve retomada do desenho de pesquisa, a fim de debater os principais resultados e aprendizados colhidos a partir da condução deste estudo. A tese foi motivada inicialmente pela percepção de que era necessário expandir o conhecimento disponível sobre a ideia crítica de ES, tendo como objetivo geral explicar de que forma os atores desse campo se articulam, interagem e se mobilizam para influenciar transformações institucionais.

Ao avançar na revisão sistemática da literatura, foi possível verificar de que maneira a noção teórica de ES é apresentada no *mainstream* da produção científica da administração. A partir dessa etapa, conduziu-se uma problematização do conceito de ES para responder a algumas lacunas identificadas na literatura quanto à necessidade de: (i) articular tal referencial com outras teorias sociais, políticas e econômicas; (ii) construir uma lente analítica de maior alcance para fornecer algum grau de comparação entre as experiências de ES investigadas; e (iii) avançar no potencial de incidência prática. Dessa problematização resultou o entendimento do fenômeno da ES para esta tese sob três facetas principais: discurso, movimento social e ação pública.

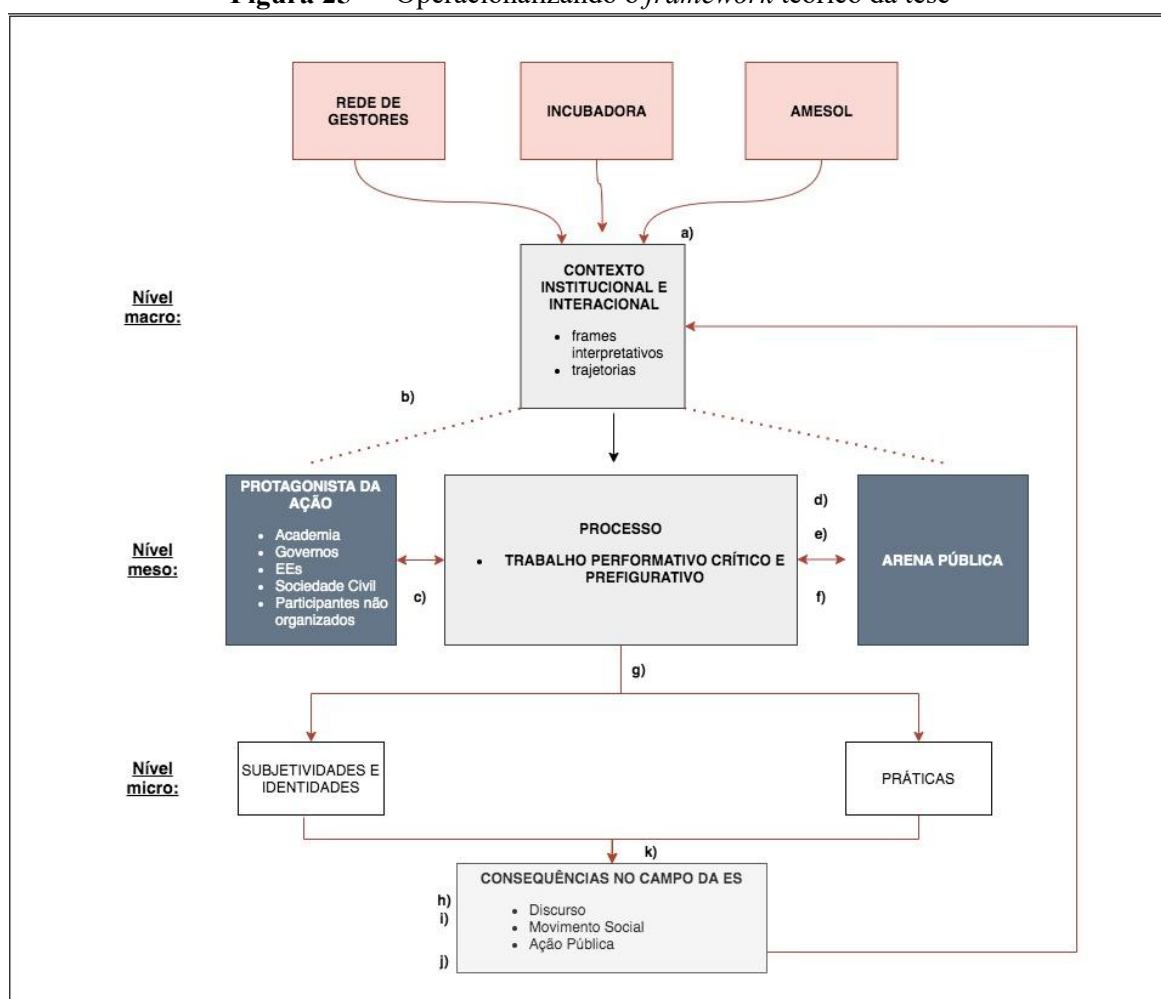
Diante da problematização do objeto de pesquisa, seguiu-se para a construção do domínio teórico, organizando os construtos teóricos e suposições que fundamentaram a investigação e atenderam às indagações da pesquisa. Ao articular e aproximar diferentes conceitos que, por sua vez, derivam de diferentes paradigmas epistemológicos, foi possível explorar convergências e especificidades de fenômenos sob a lente dos estudos organizacionais, movimentos sociais e da administração pública. Como produto final desta etapa, construiu-se um *framework* teórico multinível para apoiar a análise processual de experiências de ES para o contexto brasileiro. A próxima seção traz destaque às principais descobertas derivadas da operacionalização do referido modelo nos casos da Rede de Gestores, Incubadora Pública e AMESOL.

8.1 RETOMANDO O *FRAMEWORK* TEÓRICO

A escolha pelo *framework* proposto por Diniz e Pozzebon (2012) e adaptado em outros trabalhos (POZZEBON; TELLO-ROZAS, 2015; TELLO-ROZAS, 2015) se deu por reconhecer seu caráter multinível e pluralista, sendo possível aproximá-lo do fenômeno de ES, sobretudo no que corresponde à investigação sobre a complexidade que envolve a ação dos

diferentes atores que moldam suas crenças tensionados pela relação mútua estrutura x agência (GIDDENS, 1979). Assim, os dados empíricos foram inicialmente interpretados à luz de três dimensões principais: contexto (institucional e interacional), processo e consequências. A partir do refinamento do domínio teórico e metodológico que acompanhou todo o processo de elaboração da tese, foi-se incorporando novas adaptações no modelo, de modo a melhor responder aos objetivos propostos. Abaixo, retoma-se a figura apresentada na seção 3.3 da tese, dessa vez destacando a operacionalização do modelo na condução dos estudos de caso realizados (Figura 25):

Figura 25 — Operacionalizando o *framework* teórico da tese



Fonte: Elaboração própria, 2021

Como instância de investigação, foram selecionados três casos que, em conjunto, sinalizam para diferentes percursos observados e para diferentes disposições dos atores na arena pública de ES. Assim, o caso da Rede de Gestores foi selecionado para identificar a ação de atores governamentais que se mobilizam para a disseminação da ES enquanto ideia crítica ao

mesmo tempo em que trabalham por transformações institucionais. Trata-se do caso basilar, uma vez que ao reconstituir seu contexto histórico, em certa medida está reconstituindo também a trajetória e evolução da ideia crítica de ES no Brasil.

O segundo caso investigou a experiência Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da cidade de São Paulo, aprofundando o entendimento sobre a operacionalização da referida ideia liderada pela iniciativa governamental. Esse caso foi selecionado por ilustrar as potencialidades e desafios de traduzir a ideia crítica em uma ação pública no plano prático e a interação com os diferentes grupos sociais no plano subnacional.

Finalmente, o terceiro caso examinado foi a experiência da AMESOL. O coletivo foi selecionado por apoiar a compreensão do percurso liderado pela sociedade civil e sua atuação extrainstitucional. Igualmente, foi selecionado por compreender de que maneira se dá a interação da referida iniciativa na arena pública, avançando no entendimento das práticas e subjetividades geradas a partir da interação dos atores no cotidiano das organizações alternativas. Ao ser estruturada diante de uma mudança importante no contexto institucional — enfraquecimento da SENAES no plano federal —, a AMESOL ainda aponta para as estratégias de sobrevivência de grupos e empreendimentos que integram o movimento de ES.

Conforme mencionado no capítulo 4, esta tese não foi pensada para fornecer análises comparadas entre os casos examinados, mas sim contrastar os elementos destacáveis entre as experiências, considerando as distintas escalas de atuação, e salientar diferentes narrativas construídas por ações e atores sobre o processo de institucionalização da ES no cenário brasileiro. Assim, compreender como os percursos se aproximam e, em alguns marcos temporais se entrelaçam, avança na compreensão da forma que o ambiente institucional molda a ação dos atores nos diferentes casos e vice-versa. Ao operacionalizar o modelo em cada caso, buscou-se trazer ênfase às diferentes atuações dos sujeitos buscando transformações institucionais diante do seu posicionamento na arena pública.

8.1.1 Os casos em seus diferentes contextos

Como já mencionado, o caso da Rede de Gestores está inserido em um contexto institucional que converge com as primeiras atividades de mobilização de segmentos sociais para o reconhecimento da ES enquanto movimento no Brasil. Com o processo de redemocratização brasileira e diferentes experimentos disseminados no contexto subnacional, o impulso para uma articulação no plano federal foi favorecido pela ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência e pela mobilização de diversos grupos sociais que já

experimentavam modelos alternativos de organização em seus territórios. Ao avançar para o contexto interacional, o enfoque analítico passou pelo exame das trajetórias construídas pelos entrevistados que, amparado pela pesquisa documental, forneceu detalhes sobre os *frames* interpretativos dos grupos sociais que integrariam a iniciativa. Como principais descobertas, foi possível destacar a influência de práticas advindas de movimentos sociais ligados à igreja católica, movimentos sindicais e de acesso à terra, movimentos estudantis e ação do terceiro setor. A partir desses diferentes percursos, foram destacadas as diferentes habilidades e ferramentas que cada um dos referidos setores dispunha antes de iniciar o processo de constituição da rede.

O contexto da criação da Incubadora Pública da cidade de São Paulo, por sua vez, avança na linha do tempo para o ano de 2014 e apontou para o ambiente que envolveu a aplicação da ideia crítica de ES liderado por um governo subnacional. O contexto institucional combinava um cenário de diminuição paulatina de recursos e do papel da SENAES no plano federal, ao mesmo tempo que se buscava reativar o movimento de ES que se desenvolvera no município, inserindo os aprendizados de um programa municipal voltado a essa temática descontinuada no início dos anos 2000. Se no primeiro deles o problema prioritário a ser enfrentado era o desemprego e exclusão social, a Incubadora Pública, estruturada em parceria com a secretaria dos Direitos Humanos, se voltou a criar soluções públicas para as demandas por reconhecimento e inclusão socioproductiva da população em situação de vulnerabilidade social.

Ao analisar o contexto interacional, verificou-se a presença de atores cujas trajetórias estavam assentadas em movimentos sociais e na sociedade civil, mas também gestores públicos que não tinham tido contato com a temática da ES até aquele momento. Igualmente, entre os entrevistados integrantes de empreendimentos solidários, parte já atuava em organizações alternativas no território, enquanto outros foram inseridos ao longo do processo, principalmente pela parceria entre as pastas do trabalho e dos direitos humanos. O contexto interacional da incubadora apontou para os diferentes *frames* interpretativos dos atores e suas respectivas habilidades e ferramentas, identificando grupos que viam a ES enquanto projeto político, ao passo que, para outros segmentos, correspondia a uma porta de entrada para inclusão social e geração de trabalho e renda.

Por fim, o contexto que envolve a criação da AMESOL, também iniciado em 2013, ilustra o percurso realizado por atores que, embora participantes de eventos históricos de formatação do movimento de ES no plano nacional, decidiram não acompanhar o trânsito institucional para a gestão pública, como visto no caso da Rede de Gestores, concentrando sua

atuação no cotidiano da sociedade civil e em movimentos sociais feministas. O contexto institucional, da mesma forma, é de fragilização da SENAES no plano nacional e centrado na busca exercida por mulheres para incidir sobre o movimento de ES a partir da problematização da questão de gênero em fóruns de articulação instituídos.

O contexto interacional congregava então ativistas historicamente ligadas ao movimento feminista e com atuação profissional no terceiro setor, trabalhadoras que constituíram organizações alternativas a partir da participação em programas municipais de incentivo à ES, além de mulheres inseridas no mercado informal e/ou desempregadas que tiveram o primeiro contato com o tema ao integrarem-se ao coletivo. Ainda foi possível identificar a figura de pesquisadores engajados que, a partir da influência de teorias críticas e feministas, buscavam intervir criticamente para além das ações acadêmicas.

Ao apresentar os casos, apesar de diferentes contextos específicos em que as experiências foram constituídas, foi possível avançar para uma visão de maior alcance sobre a evolução processual e temporal da ES no cenário brasileiro, com a interação de atores que ora se mobilizavam no plano nacional, ora se mobilizavam para o contexto subnacional. Apesar de suas perspectivas distintas, os mesmos eventos-chave foram citados por entrevistados de diferentes casos para explicitar sua posição dentro do movimento de ES, a exemplo do Fórum Social Mundial, a criação do FBES ou a constituição da SENAES, demonstrando a relevância dos referidos momentos para moldar a ação dos atores e a assimilação da institucionalidade de acordo com os diferentes grupos.

Assim, mais que aspectos meramente regulatórios, em todos os casos o contexto é marcado pela ação coletiva de diferentes grupos sociais que, por sua vez, agiam a partir de suas diferentes trajetórias e *frames* interpretativos. Ao analisar o processo, foi possível proceder na explicação da forma com que essa interação foi trabalhada ao longo do tempo, destacando eventos críticos e fases de transição peculiares de cada caso. É o que se discute a seguir.

8.1.2 Compreendendo o processo: aproximando a lente de performatividade crítica e políticas prefigurativas

Esta tese propôs uma aproximação teórica dos conceitos de performatividade crítica e políticas prefigurativas, construtos teóricos para explicar a ação dos atores a partir de uma macrolente que mobilizou a perspectiva temporal e processual das instituições (LANGLEY, 2007; PHILIPS; MALHOTRA, 2017). Ancoradas em diferentes tradições de pesquisa — a performatividade crítica assentada nos estudos críticos de gestão, enquanto as políticas

prefigurativas são oriundas dos estudos sobre movimentos sociais —, ambos referenciais possuem pontos de convergência ao se debruçarem sobre a relação entre o *imaginário* e *plano prático* das ideias alternativas e teorias críticas, representando abordagens bastante úteis ao aproximá-las do objeto temático desta pesquisa.

Conforme o debate teórico descrito na seção 3.2.2, a conceituação sobre performatividade crítica nasce como uma maneira de intervir de forma ativa e subversiva nos discursos e práticas gerenciais (SPICER; ALVESSON; KÄRREMAN, 2009), definição contestada e complementada por estudos posteriores que sustentam que a performatividade não deve estar ligada tão somente à esfera da linguagem, mas incorporando a dimensão da sociomaterialidade (CALLON, 2006) no processo de concepção e desenvolvimento de tais agenciamentos sociotécnicos no plano prático, envolvendo organizações, instituições e mercados (CABANTOUS *et al.*, 2016). Ao avançar tal análise sob a macrolente da abordagem institucional, o debate teórico sobre performatividade crítica voltado a organizações alternativas ganhou novos contornos com a noção de trabalho performativo crítico (LECA; BARIN CRUZ, 2021) ao identificar um tipo de trabalho institucional que visa criar, manter ou romper propositadamente com instituições que favoreçam a performatividade do discurso crítico.

A definição de políticas prefigurativas apresentada na seção 3.2.3, por sua vez, emerge de teorias dos movimentos sociais que compreendem prefiguração como a ação intencional dos atores para materializar no presente resultados desejados da ação política no futuro. Ao combinar correntes estratégicas com as dimensões moral, cultural e expressiva (YATES, 2020), as políticas prefigurativas são identificadas na prática de grupos e movimentos que encenam mudanças sociais almejadas, evocando o caráter processual das utopias (COOPER, 2020). Ao tratar da ES, a noção de políticas prefigurativas foi uma chave de interpretação interessante, principalmente ao explorar as novas formas emancipatórias derivadas da interação dos atores diante de interesses comuns. Igualmente, ao aplicar tal referencial na análise dos casos, ficaram evidenciadas as contradições e controvérsias da interação dos atores diante da arena pública, além das potencialidades e desafios institucionais dessas iniciativas quando lideradas por governos.

À luz dos construtos teóricos e postulações fundamentados no *framework*, buscou-se então explorar as bases relacionais e cognitivas do processo de teorização e tradução da ES diante do posicionamento de protagonismo dos atores na arena pública, explicitando as formas de trabalho performativo crítico diante dos diferentes contextos institucionais e interacionais. Igualmente, focou-se em identificar políticas prefigurativas mobilizadas nas diferentes

experiências, refletindo sua interação com a institucionalidade. No aspecto micro, debruçou-se sobre os efeitos desse *trabalho performativo crítico e prefigurativo* para a produção de subjetividades, identidades e práticas mobilizadas pelos atores. A síntese dos principais achados do estudo considerando tais dimensões é apresentada no Quadro 10:

Quadro 10 — Resumo da análise processual conduzida nesta tese

Processo - Caso	Fase	Trabalho performativo crítico	Políticas prefigurativas	Subjetividades e Identidades	Práticas
Rede de gestores	Fase I: experimentação, inovação e aprendizagem	Sistematizando experiências assentadas na pedagogia crítica e associativismo	Práticas de fomento de organizações alternativas no território	Engajamento social e político	Experimentalismo no território Produção de normas e planos municipais, educação popular
	Fase II: em busca de um repertório comum	Criando referenciais comuns sobre o desenho das ações e políticas públicas de ES	GT brasileiro; organização em rede para colaboração mútua	Disputa por um lugar institucional, formação da identidade do gestor público de ES	Produção de regulamentos, formações, participação em fóruns de representação
	Fase III: protagonismo da SENAES e a lógica do edital	Apoiando o ativismo burocrático	Incubadoras Públicas, Centros Públicos; organização em rede para colaboração mútua	Disputa por recursos, ativismo burocrático	Produção de cartilhas, formações regionais, participação em fóruns de representação
	Fase IV: diminuição da SENAES até a extinção do TEM	Apoiando o ativismo burocrático; buscando novas instâncias de interlocução junto ao ambiente institucional	Organização em rede para colaboração mútua	Ativismo burocrático; senso de pertencimento ao grupo	Reuniões para compartilhar iniciativas e inovações subnacionais, mobilização junto ao âmbito legislativo e de governos subnacionais
Incubadora	Fase I: da eleição municipal até o convênio com UNISOL	Pautando a temática de ES na agenda governamental			Celebração de convênio e constituição de equipe

			Redes e cadeias produtivas mobilizadas via UNISOL	Sensibilização e definição de objetivos comuns	
	Fase II: estruturando a incubadora	Criando espaços de articulação intersetorial	Metodologia de incubação; transversalidade com Direitos Humanos	Sensibilização de gestores das pastas envolvidas	Formação de novos públicos; produção de normas; estruturação de comitês e estabelecimento de parcerias
	Fase III: transversalidade da política no cotidiano	Buscando resultados mensuráveis	Transversalidade com DH, realização de feiras e eventos	Disputa por protagonismo; discurso pragmático e voltado à obtenção de resultados	Aceleração de processos de incubação, relatórios de sistematização das experiências; realização de eventos públicos
	Fase IV: mudança de governo e mais uma descontinuidade	Reposicionando o papel institucional na arena pública	Fragilidade dos instrumentos instituídos	Potencialidade da ES na luta por reconhecimento, frustração dos participantes	Balanço das ações realizadas; saída do governo; empreendimentos buscam alternativas
AMESOL	Fase I: da problematização à teorização sobre o papel da mulher na ES	Questionando as bases desiguais no movimento de ES	Mobilização do movimento de ES em espaços de participação social	Luta por reconhecimento	Produção de cartilhas e artigos; constituição do coletivo
	Fase II: estruturação do coletivo	Teorizando sobre as bases desiguais das	Dinâmica de encontros e feiras organizadas pelo coletivo	Luta por reconhecimento, empoderamento	Formação técnica e política

instituições sobre o papel da mulher			feminino; senso de pertencimento	
Fase III: alianças e parcerias	Construindo redes de colaboração mútua	Dinâmica de encontros e feiras organizadas pelo coletivo; criação de moeda social; fundo solidário rotativo	Luta por reconhecimento, empoderamento feminino; senso de pertencimento, identidade da mulher no campo da ES	Estabelecimento de parcerias com pesquisadores engajados e movimentos sociais feministas
Fase IV: pandemia como ponto de inflexão	Fortalecendo redes de colaboração mútua	Campanhas de arrecadação solidária, organização em rede	Luta por reconhecimento, empoderamento feminino; senso de pertencimento, identidade da mulher no campo da ES	Produção em cadeia; migração da comercialização para plataformas digitais e realização de eventos online

Fonte: Elaboração própria, 2021

Ao inserir a lente processual no caso da Rede de Gestores, foi possível observar de que maneira a noção de ES enquanto ideia crítica foi mobilizada ao longo dos anos. As experiências assentadas na pedagogia popular e crítica freireana e no trabalho associativo vivenciadas na trajetória dos atores inspiraram em grande medida o impulso inicial para a formatação de um repertório comum sobre ES, bem como na definição de seus princípios norteadores e sua orientação para o desenvolvimento local.

Agindo em colaboração com grupos da sociedade civil e movimentos sociais, trabalharam em marcos importantes para o movimento da ES, a exemplo do GT brasileiro e da constituição de fóruns e arenas de representação e articulação diante do contexto institucional favorável no plano federal, incidindo posteriormente sobre a criação da SENAES. Identificou-se o exercício do trabalho crítico performativo na criação e manutenção de instituições que favoreceram a performatividade do discurso crítico de ES, manifestado inicialmente no processo de sistematização das experiências dos governos subnacionais, passando pela produção de normativas, regulamentos, metodologias e cartilhas para a construção de um referencial comum sobre as políticas públicas de ES. Além disso, identificou-se a ativação de um perfil de gestor engajado, ou de um *ativismo burocrático* (ABBERS, 2019), que se consolida ao longo do tempo e é parte crucial do avanço e fortalecimento da atuação em rede, voltada à colaboração mútua.

O processo da rede ainda apontou para a tensão sobre o papel dos governos em favorecer o trabalho performativo crítico e prefigurativo para influenciar transformações institucionais. Ações convergentes com atores da sociedade civil e movimentos sociais foram ilustradas para legitimar os princípios norteadores da ES e conectar as demandas de organizações alternativas em instrumentos de ação pública pactuados por diferentes governos subnacionais. Tal interação, porém, não está alheia a controvérsias. Com o passar dos anos, observou-se também interações divergentes entre os diferentes grupos sociais, seja pela disputa por protagonismo na arena pública, seja para influenciar o desenho e o destino dos recursos federais voltados a essa temática.

As narrativas dos entrevistados da rede, ao serem questionados sobre o papel da SENAES, apontam para essa dimensão. Gestores que integraram as primeiras fases da rede manifestaram descontentamento quanto à opção da SENAES por estabelecer uma política de financiamento que fosse dirigida diretamente às organizações da sociedade civil, revelando a disputa por protagonismo. Outras narrativas, por sua vez, justificam as dificuldades em manter as práticas e políticas de ES no cenário brasileiro dado o contexto institucional voltado ao tema do mundo do trabalho e a nebulosidade sobre as competências federativas diante desse tema.

Dessa maneira, a partir da análise processual da Rede de Gestores, é possível dizer que as expectativas de continuidade presentes nas primeiras fases não se concretizaram na prática. Diante desse cenário, percebe-se a mobilidade dos gestores de ES em se deslocar para governos subnacionais cujos grupos políticos estivessem alinhados às políticas de ES. Há ainda o reconhecimento do caráter contingente da identidade do gestor de ES no cotidiano de fóruns de articulação, em que entidades de representação questionam assentos de gestores e seu papel dentro do movimento social de ES. Ainda tratando do desenho institucional da política, os dados coletados demonstram a relevância dessa atuação para a manutenção do ambiente favorável ao fomento da ES no plano prático ao longo dos anos.

Partindo para a análise processual do segundo caso, a Incubadora Pública de São Paulo demonstra a complexidade de traduzir a performatividade crítica da ideia de ES no plano prático, a partir da interação de atores do governo, terceiro setor e participantes da iniciativa. Igualmente, aponta para o desafio dos governos subnacionais liderarem políticas prefigurativas, ao criar um instrumento público que tenha como objetivo fomentar a criação e manutenção de modelos alternativos de organização. Um ponto de destaque dessa análise é a dinâmica política e de poder estabelecida pelos atores desde os primeiros eventos críticos examinados.

A disputa pela inserção da ES na pauta governamental municipal foi iniciada no período de campanha eleitoral, mas, após conciliações partidárias, o grupo político que ocupou o lugar institucional inicialmente não incorporou a referida ideia enquanto prioridade da ação pública. Somente com a ascensão de uma liderança próxima ao movimento sindical e composição de equipe com inserção histórica no movimento de ES foi possível construir uma iniciativa que materializasse o esforço de ressurgir um programa municipal de fomento a organizações alternativas, como experimentado no passado.

A fase de estruturação da incubadora requereu ações convergentes entre atores governamentais que, por meio de termos de cooperação e decreto municipal, instituíram o equipamento público. A parceria com a Secretaria de Direitos Humanos destaca-se pela potencialidade da transversalidade para a promoção de iniciativas dessa natureza e a incorporação de novos públicos, a exemplo do recorte da população migrante e LGBTQIA+. Ao examinar o caso da incubadora, foi ainda possível desdobrar as subjetividades e identidades da teoria crítica no plano prático.

Na interação dos atores foi possível destacar diferentes interesses que explicam a ação dos respectivos grupos sociais. A UNISOL, organização consolidada com atuação representativa em diferentes fóruns, buscava fortalecer seu trabalho na mobilização de redes e cadeias produtivas da grande SP. Atores da SDTE buscavam implementar políticas públicas

municipais inspiradas em experiências anteriores, com foco na geração de trabalho e renda para a promoção do desenvolvimento local. Quanto à SMDHC, o interesse principal estava em alcançar diretamente a população em situação de vulnerabilidade, buscando trazer materialidade para suas ações, que inicialmente não tinham caráter finalístico.

Orientadas pelo discurso pragmático e pelo contexto institucional que pressionava por resultados, percebeu-se a ação de acelerar a constituição de empreendimentos e inserção de grupos em eventos de comercialização, nem sempre bem recebida pelos empreendimentos que participaram da referida ação pública. Outro destaque dos resultados coletados é que, no plano prático, as ações públicas mobilizam inúmeras ideias advindas de diferentes perspectivas, por vezes até contraditórias, planejadas para atingir o mesmo público, incorporando ações de empreendedorismo individual e economia criativa, deixando o movimento crítico da ES em um segundo plano.

Nessa direção, reafirmam-se as contradições e inconsistências derivadas da interação dos atores e diferentes racionalidades, alinhando-se com o desafio do poder estatal propor políticas prefigurativas (COOPER, 2020; COOPER; HERMAN, 2020). A questão da temporalidade representou uma barreira importante para a consolidação da experiência diante da mudança na condução do governo, resultando em mais uma descontinuidade de programa municipal dessa natureza. Mais que o problema da descontinuidade em si, os resultados apontam para os limites em contar tão somente com a figura dos gestores engajados ou de lideranças políticas comprometidos com a referida pauta.

Por fim, o processo da AMESOL examinado demonstra que sua estruturação é fruto de acúmulo de um movimento crítico dentro do movimento de ES e espaços representativos, a exemplo do FBES e fóruns estaduais, destacando para figuras da sociedade civil historicamente ligadas ao movimento de ES, mobilizando diferentes formas de teorização e tradução para afirmar o papel da mulher dentro do referido movimento e para além dele, concretizado pela produção de cartilhas, manuais e textos. Ao incorporar no cotidiano do coletivo táticas e debates mobilizados dentro de movimentos feministas, a constituição da AMESOL é explicada pelo interesse em conectar mulheres que compõem organizações alternativas de ES nas regiões periféricas do estado de São Paulo. O conhecimento produzido nesse grupo é inicialmente moldado por intervenções de ativistas da sociedade civil, baseado em entendimento prévio sobre feminismo e ES, e traz implicações para a adesão ou não das mulheres ao longo do tempo.

Ao longo dos anos e a partir da análise processual das microrrelações cotidianas, o caso da AMESOL revela as bases socioemocionais na significação da ideia crítica de ES e como ela é interpretada de acordo com as diferentes trajetórias e *frames* interpretativos identificados.

Nota-se nas narrativas examinadas diferentes discursos que legitimam suas ações, tais como o do empoderamento feminino e de modelos alternativos ao capitalismo. A análise da dinâmica de reuniões e organização do coletivo demonstrou um acúmulo sobre a reflexão crítica a respeito do papel das mulheres dentro dos seus processos de trabalho, questionando a ordem institucional dominante. Ao estabelecerem formas de colaboração mútua, a AMESOL emerge enquanto locus de formação técnica e política.

Quanto à relação com a institucionalidade, é possível dizer que trata-se de uma experiência que atua prioritariamente no ambiente extra institucional e que busca por reconhecimento. Há interações convergentes pontuais, a exemplo de participação em eventos organizados pela prefeitura municipal de SP ou de contribuições para a produção de legislação estadual em fóruns participativos. De fundo, os resultados apontam para uma visão crítica sobre a atuação estatal, trazendo descrença e desconfiança quanto à possibilidade de mudanças mais profundas.

Os resultados da AMESOL ainda trazem destaque para as práticas prefigurativas mobilizadas, manifestadas tanto na dinâmica de organização em coletivo, quanto na promoção das feiras. Mais que uma estratégia preparatória para aprimorar a produção e comercialização, trata-se de um momento para encenar e reafirmar *um outro mundo possível*, um mundo em que a ES fosse predominante. As alianças firmadas com a universidade mostram, ainda, a potencialidade de estabelecer e estreitar essa dinâmica ao longo do tempo, tendo na figura dos acadêmicos um aspecto crucial. Ao adotar uma perspectiva horizontal, tal parceria de um lado permitiu a realização de pesquisas aplicadas e participativas, de outro, possibilitou recursos financeiros para viabilizar os custos atrelados à participação das mulheres da AMESOL tanto nas reuniões quanto nos eventos.

Por todo o exposto, ao operacionalizar o modelo teórico no nível processual, foi possível avançar no conhecimento disponível sobre a interação dos atores nos diferentes contextos estudados. Ao articular as noções de performatividade crítica e políticas prefigurativas, foi possível explorar de que forma tais perspectivas se manifestaram nos casos estudados, apontando para ações convergentes, divergentes, e também explorando os aspectos contraditórios derivados das referidas interações.

Igualmente, se avançou na compreensão sobre *quem* teoriza no movimento de ES em busca de transformações institucionais. Não se trata de questionar a inegável contribuição teórica e a intervenção prática de pesquisadores e acadêmicos na criação e manutenção de organizações alternativas e sua relação com o contexto institucional, mas sim de sistematizar um percurso alternativo trilhado por atores cujo processo de teorização e tradução de ideias

críticas está intimamente influenciado pela vivência prática na sociedade civil e movimentos sociais de maneira coletiva. Dessa maneira, ao evocar a ideia gramsciana de intelectual orgânico, reafirma-se que há geração de conhecimento produzido por esses atores não necessariamente acadêmicos — e não necessariamente individuais — que mobilizam conhecimento local, administrativo, técnico, popular, a depender do seu papel institucional diante da arena pública. Tal discussão reforça a importância de integrar a dimensão do poder na investigação do processo de performatividade de teorias levantado por Bowden *et al.* (2021), abordado no capítulo 3.

8.1.3 Assimilando as diferentes consequências para a ES

Ao conduzir a análise processual nos três casos selecionados para esta tese, identificou-se diferentes fases e elementos centrais para explicar de que forma os atores do movimento de ES se articulam, interagem e se mobilizam para colocar suas ideias críticas em prática a partir da sua interação e assimilação sobre o ambiente institucional. Tal processo de interação entre os diferentes grupos gerou resultados específicos para cada contexto estudado, alguns esperados e outros não intencionais, identificando mudanças e atualizações para o entendimento do fenômeno de ES no cenário brasileiro em diferentes escalas.

Em uma primeira aproximação, os resultados da análise da rede e da AMESOL poderiam ser classificados como sucessos, enquanto a incubadora um fracasso, dado seu pouco tempo de existência seguido de descontinuidade diante de mudanças no contexto institucional. No entanto, as consequências para a compreensão da ES em suas diferentes dimensões iluminam o caminho para aprendizagens observáveis nos três casos examinados.

Ao recuperar a problematização sobre o objeto desta tese apresentada no capítulo 2, é possível identificar nos três casos consequências intencionais e não intencionais para a ES em suas diferentes dimensões. Conforme já mencionado, não se tratam de categorias estanques, mas que fornecem uma ferramenta analítica para melhor observar as bases cognitivas de interpretação do efeito performativo crítico da ES, sendo ressignificada pelos diferentes atores. Assim, sintetizam-se as consequências identificadas para a ES enquanto discurso, movimento social e ação pública.

8.1.3.1 Consequências para a ES enquanto discurso

Os resultados colhidos com a análise empregada nesta tese avançam na compreensão do discurso da ES, principalmente de que maneira o processo de significação foi mobilizado e incorporado pelos atores dos diferentes grupos sociais diante do contexto institucional.

O caso da Rede de Gestores aponta para consequências da formatação de um discurso sobre o papel da ES enquanto projeto político, além de influenciar a construção de um entendimento comum sobre desenhos da política de ES no contexto subnacional. Adicionalmente, o caso da rede aponta para o discurso ativista mobilizado pelos gestores públicos de ES almejando transformações ao mesmo tempo que se reivindica o protagonismo do papel estatal para operacionalizar a ideia crítica de ES na prática.

No caso da incubadora, por sua vez, observa-se as barreiras para a performatividade crítica do discurso de ES, ao se defrontar com diferentes racionalidades e contradições dentro do ambiente institucional. Dessa maneira, ao articular discursos técnicos, administrativos e burocráticos com a ideia crítica de ES, mostra a dificuldade em equalizar discursos ativistas frente ao pragmatismo e pressões de ordem política, o que incorre no esvaziamento do significado do discurso crítico de ES. Por outro lado, como consequência não esperada, a partir dos resultados colhidos pelas parcerias estabelecidas, novas subjetividades foram produzidas, aproximando o discurso de ES do discurso dos direitos humanos e buscando por reconhecimento.

Finalmente, o caso da AMESOL igualmente aponta para a interseccionalidade do discurso de ES com o debate de direitos humanos, incorporando a dimensão da luta por reconhecimento das mulheres no movimento, além de reivindicar visibilidade de suas organizações que, diferentemente de organizações com maior grau de formalização ou estruturação, são organizações de cunho familiar e doméstico, revelando a realidade das mulheres e seu papel de reprodução social (FRASER; JAEGGI, 2020). O caso da AMESOL reforça o discurso da ES enquanto uma nova ética introduzida nas relações socioeconômicas, ao mesmo tempo que rejeita adaptações e mudanças pautadas na *modernização cosmética* do capitalismo, reforçando a dimensão política do discurso da ES.

8.1.3.2 Consequências para a ES enquanto movimento social

Os casos analisados também trazem consequências para a compreensão da ES enquanto movimento social. Todas as três iniciativas reafirmam o caráter plural do movimento de ES, que, por sua vez, mobilizam diferentes ações coletivas, traduzidas em estratégias e políticas

prefigurativas para colocar em prática no presente mudanças sociais desejadas no futuro, cuja ação transita dentro e fora do ambiente institucional.

O caso da Rede de Gestores demonstra a importância das trajetórias coletivas e da mobilização de diferentes atores que buscaram intervir diretamente na formação de políticas de fomento de ES no contexto brasileiro. Com o passar dos anos, com o trânsito de muitos atores para dentro dos governos, percebeu-se um *conflito de identidade*, uma vez que sua atuação se divide ora agindo como ativista, ora agindo enquanto representante do governo. A partir do trabalho e articulação em rede, evocaram participação nos espaços institucionalizados e agiram diretamente no sentido de buscar avanços normativos e legislativos sobre ES no Brasil.

No caso da incubadora, por sua vez, as consequências para o movimento social de ES apontam para o potencial da transversalidade das políticas prefigurativas e da integração estratégica dos diferentes grupos sociais. Igualmente resulta na reflexão crítica sobre o papel do poder estatal em liderar práticas e políticas de ES e sua interação com o terceiro setor, movimentos e empreendimentos no cotidiano.

O processo de constituição da AMESOL resultou na incorporação de táticas de formação e organização das participantes, o que, por sua vez, resultou na mobilização do coletivo na luta por reconhecimento e promoção de mudanças sociais. Ao articular-se com movimentos feministas e de luta por acesso à terra, se ampliam as fronteiras do movimento de ES. As feiras e reuniões são oportunidades de lutar por esse novo imaginário social em prática e romper com o passado marcado por invisibilidade.

8.1.3.3 Consequência da ES enquanto ação pública

Há consequências para a compreensão da ES enquanto ação pública, sobretudo quanto ao desenho institucional da política, os instrumentos necessários para sua formação, bem como para a mensuração de seu desempenho na arena pública. Os casos apontam para a potencialidade de fomentar a performatividade crítica da ES via criação de equipamentos públicos (Incubadora Pública), formando e atraindo parceiros e gestores públicos para a sensibilização sobre esse tema no ambiente macro (Rede de Gestores) e, ainda, coletivos da sociedade civil que, no ambiente extra institucional, constroem dinâmicas assentadas no território para o fortalecimento de organizações alternativas (AMESOL).

Para tanto, os casos reafirmam a necessidade de articular tanto instrumentos técnicos — normativos, financeiros, recursos humanos — como simbólicos, incluindo processos de

negociação e persuasão. O caso da Incubadora de São Paulo ainda mostra a rede complexa entre atores, discursos e instituições (MASSARDIER, 2006) que se mobiliza ao longo do tempo.

A dimensão do poder também é identificada nas consequências para a ES enquanto ação pública nos três casos. Considerar a disputa por protagonismo e a orientação discursiva dos atores é chave para antecipar riscos e acolher os diferentes interesses ao formatar uma ação pública dessa natureza. Em particular, o caso da AMESOL ilustra que, embora o poder estatal possa iniciar processos de criação de organizações alternativas, é na sociedade civil que se estabelecem vínculos e processos de microemancipação que se consolidam ao longo do tempo.

8.2 SÍNTESE

Este capítulo organizou a discussão de resultados desta tese. Ao retomar o *framework* teórico multinível, foram destacadas as principais descobertas colhidas a partir da apresentação e análise dos estudos de caso realizados.

As descobertas combinadas dos três casos que compõem esta tese não apenas fornecem aprendizados teóricos e práticos sobre como a ação dos atores é realizada para influenciar transformações institucionais no contexto brasileiro. Nos termos de Czarniawska (2009), esta tese também insere uma lente analítica sobre três narrativas distintas do processo de institucionalização da ES ao longo dos anos, trazendo ênfase para diferentes perspectivas desse *formigueiro* (CZARNIAWSKA, 2009), explorando as conexões entre ações e atores diante dos respectivos contextos institucionais.

O caso da Rede de Gestores centra sua narrativa no ponto de vista de gestores públicos que, a partir de trajetórias individuais e coletivas e do trânsito institucional entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais, destacam a contribuição do referido grupo social para um repertório comum sobre o desenho de políticas de ES no contexto subnacional. É possível destacar figuras como *gestor engajado* ou *ativista burocrático* de ES no dia a dia da administração pública. No entanto, a organização em rede possibilita fortalecer o debate sobre a disputa do lugar institucional, trabalhar na construção de alianças e parcerias e reivindicar a influência nos espaços de participação social e de representação política do movimento social de ES.

A experiência narrada pelo caso da incubadora aponta, por sua vez, para as tensões entre teoria e prática de ES no contexto subnacional, avançando na compreensão sobre estratégias de colaboração estabelecidas na dinâmica das relações interorganizacionais para viabilizar uma ação pública de ES, congregando as diferentes racionalidades e interesses dos atores na arena

pública, explicitando o caráter contingente das interações discursivas e práticas dos atores, bem como apontando para os limites e desafios para adequar tal referencial crítico à ordem institucional dominante (CZARNIAWSKA, 2009). Embora em uma primeira aproximação seja uma iniciativa *fracassada*, fornece novas ideias e objetivos para avançar nas fronteiras conceituais e discursivas da ES e Direitos Humanos, contribuindo para novos impulsos para a formatação de ações públicas subnacionais com essa característica.

A terceira narrativa reconstituída está centrada nas mulheres integrantes do coletivo AMESOL. Ao ser criada diante de um contexto de mudanças no cenário nacional e fragilização da SENAES, seu processo de constituição aponta para as relações sociais construídas no cotidiano, baseadas em formação técnica e política, troca de saberes e tomada de decisão horizontais, e avança para compreender o papel daquelas mulheres enquanto protagonistas na produção de novas subjetividades e identidades dentro e fora do movimento de ES. Ao lutar por reconhecimento, muitas *formigas* sentem-se protagonistas e avançam na fronteira institucional entre economia, sociedade e política, tentando romper com a separação institucional entre o trabalho de *produção* e *reprodução social*, avançando o potencial emancipatório das lutas sociais frente à dominação de classe e gênero (FRASER; JAEGGI, 2020).

Como já aludido neste capítulo, a aproximação do referencial de performatividade crítica e política prefigurativa no exame dos três casos foi especialmente útil para compreender o processo de intervenção nos discursos e nas práticas sociais na constituição dessa narrativa. Refuta-se a crítica do caráter ingênuo sobre as dificuldades envolvidas na mudança social das políticas prefigurativas (RAEKSTAD; GRADIN, 2020) ou da performatividade crítica nas mudanças de organizações capitalistas (FLEMING; BANERJEE, 2016), no entanto, a análise processual e temporal permitiu explorar as contradições e controvérsias da ação dos atores, trazendo um ganho analítico para a compreensão de experiências dessa natureza com maior ressonância prática.

O *framework* teórico aplicado nos três casos reafirma que o trabalho performativo crítico ocorre de maneira não linear e interage a partir do contexto institucional (LECA; BARIN CRUZ, 2021). Ao delinear as fases principais de cada caso, foi possível construir uma visão geral das diferentes experiências e explicar o uso das teorias mobilizadas e suas limitações, podendo guiar novos referenciais teóricos e práticos sobre ES. Trata-se de um *framework* abrangente, que fornece validação teórica e apoio para expandir o conhecimento sobre discursos críticos e práticos, que pode ser adaptado a outras áreas do conhecimento ou públicos.

Na operacionalização do modelo, assim como identifica Czarniawska (2009) ao referir-se a empreendedores institucionais, nesta tese há o destaque para figuras como *ativistas institucionais* ou *acadêmicos engajados* no trabalho performativo crítico e prefigurativo para trazer maior coerência narrativa à trajetória e evolução da ES no Brasil. No entanto, ao construir um *framework* que combina uma lente processual e temporal, evita-se a armadilha de centrar-se tão somente em trajetórias individuais ou heróicas, mas destacar o trabalho coletivo exercido pelos diferentes grupos sociais na arena pública que, por sua vez, impulsionam novas ações e atores em busca de transformações institucionais.

Dessa maneira, argumenta-se que grupos de estudos populares de base sindical, departamentos governamentais, igrejas, movimentos feministas, plenárias e reuniões intersetoriais foram instâncias para a produção de conhecimento e delimitação teórica sobre o processo de significação da ES enquanto discurso, movimento social e ação pública no cenário brasileiro desde as primeiras iniciativas experimentadas nos territórios e a definição metodológica e de desenho institucional da política que se seguiu. Igualmente, foram necessárias diferentes interações convergentes e divergentes para afirmar e disputar os sentidos da ES na arena pública, bem como para lutar por protagonismo e recursos a depender dos interesses dos diferentes grupos sociais.

Em suma, *como os atores do campo da ES se articulam, interagem e se mobilizam para influenciar transformações institucionais?* Os atores *articulam* de modo individual e coletivo diferentes discursos e práticas sociais por meio do trabalho performativo crítico e prefigurativo. A partir de *interações* convergentes e divergentes diante da arena pública, traduzem-se novas subjetividades e identidades a partir de conexões estabelecidas ao longo do tempo, de acordo com as contingências históricas e contexto institucional.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese utilizou a metodologia qualitativa para explicar como os atores do campo de ES se articulam, interagem e se mobilizam para influenciar transformações institucionais. Para isso, (i) verificou como a noção de ES é apresentada enquanto teoria crítica no *mainstream* da produção científica da administração; (ii) construiu um modelo teórico para explicar as dinâmicas de atuação e as estratégias mobilizadas pelos diferentes grupos sociais do campo da ES para influenciar transformações institucionais no contexto brasileiro; (iii) explicou as principais consequências intencionais e não intencionais derivadas desse processo. A seguir, apresentam-se as contribuições teóricas e práticas da presente tese, bem como as limitações e os desdobramentos futuros da pesquisa.

9.1 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

A primeira contribuição teórica a ser destacada é a construção de um modelo teórico voltado a explicar situações em que atores podem agir para facilitar a performatividade da ideia crítica de ES de acordo com sua inscrição institucional, e identifica em que ponto no tempo ocorre tal ação, conforme detalhado no capítulo 8. Tratando-se de uma tese que se inscreve em uma área multidisciplinar — administração pública —, buscou ancorar-se em um debate teórico que aproximou diferentes lentes de estudos, de modo a construir pontes entre conceitos que favoreceram o melhor entendimento do fenômeno estudado.

Ao retomar as contribuições teóricas almejadas no capítulo introdutório, a tese desafia e amplia o conhecimento existente sobre a noção teórica de ES, sobretudo na compreensão organizacional, social e política do objeto de pesquisa. A partir de uma abordagem interativa entre o material empírico e a revisão da literatura, a argumentação teórica nesta tese se debruça para explicar como se dá a articulação entre os diferentes atores que participam do processo de criação e desenvolvimento de organizações alternativas ao capitalismo que mobilizam a ideia crítica de ES no plano prático, explorando suas interações voltadas para transformações institucionais.

Ao incorporar uma lente temporal e processual sobre o desenho de pesquisa, foi possível lançar luz sobre as diferentes ações coordenadas por grupos sociais advindos da sociedade civil, movimentos sociais, governos e academia em favor da performatividade crítica discursiva da ES. Nesse sentido, ao demarcar as principais fases das experiências brasileiras de ES analisadas, foi possível identificar o curso da ação dos atores diante do seu contexto institucional e

interacional, além de avançar na compreensão das consequências esperadas e inesperadas derivadas desse processo.

Outra frente de contribuição desta tese é a associação do conceito de performatividade crítica à abordagem institucional. Ao mobilizar a noção de trabalho crítico performativo (BEUNZA; FERRARO, 2019; LECA; BARIN CRUZ, 2021), foi possível trazer um ganho analítico para a interpretação do processo de criação, manutenção e desenvolvimento da performatividade da ideia crítica de ES nos casos examinados.

Ao evocar a imagem de um formigueiro, proposta por Czarniawska (2009), para compreender o processo de surgimento de instituições, esta tese avançou ao reconstituir historicamente narrativas que acompanharam a trajetória e evolução da ES no Brasil, destacando conexões e alianças exercidas pelos atores ao longo desse processo. Igualmente, apontou-se de que forma os atores agem e assimilam as microfundações e estruturas desiguais do ambiente institucional.

Se os estudos anteriores de performatividade crítica se concentraram no papel dos acadêmicos e instituições acadêmicas nesse processo, a tese propõe uma extensão desse conceito aplicado à ideia crítica de ES ao questionar se não apenas os acadêmicos, mas também *practitioners* da sociedade civil e de governos seriam capazes de intervir criticamente em práticas sociais e organizacionais buscando mudanças sociais emancipatórias. Ao examinar os casos da Rede de Gestores, incubadora e AMESOL, foi possível captar diferentes narrativas que demonstram a influência da pedagogia crítica de Paulo Freire, mas também de práticas coletivas assentadas na tradição de movimentos de base católica, movimentos sindicais, além de movimentos feministas e de luta por acesso à terra. Argumenta-se aqui que esse acúmulo foi traduzido em diferentes movimentos de teorização e tradução pelos atores que não necessariamente ocupavam os bancos acadêmicos. Ao evocar o pensamento gramsciano sobre o papel do intelectual, os casos apontam para movimentos coletivos produzindo e disseminando conhecimento emancipador sobre ES, teorização que é identificada inicialmente nos marcadores de trajetórias e *frames* interpretativos, e traduzida em diferentes fases ao longo das evoluções temporais observadas nos diferentes casos.

Não se trata, contudo, de rejeitar ou não considerar o percurso e o *movimento crítico* impulsionado por pesquisadores e acadêmicos na performatividade da ideia de ES, muito bem evidenciado em estudos anteriores, sobretudo ao captar a influência das ITCPs no Brasil. A intenção desta tese é, assim, registrar e sistematizar o acúmulo crítico advindo de outros segmentos da sociedade, o que, no contexto brasileiro, ajuda a explicar alguns dos processos decisórios ligados a esse fenômeno ao longo do tempo. Os resultados obtidos com este estudo

inclusive evocam as potencialidades da formação de ações públicas que considerem uma maior articulação entre percursos trilhados por atores acadêmicos e não acadêmicos. O papel dos acadêmicos engajados na experiência da AMESOL também ilustra de que forma mecanismos de colaboração mútua podem se estabelecer no médio e longo prazo entre os atores, explorando as fronteiras de atuação dos diferentes grupos sociais, e potencialmente mitigando efeitos negativos da descontinuidade política e administrativa observada no setor público.

Adicionalmente, propôs uma aproximação do debate sobre performatividade crítica da noção de políticas prefigurativas. Ao incidir sobre a prática dos atores em construir, no presente, cenários futuros desejados, tal abordagem é bastante útil para a compreensão de experiências de ES, embora ainda pouco explorada na literatura brasileira. Esta tese reafirma o caráter político do conceito de ES e o papel dos atores em mobilizar discursos, práticas e instrumentos para buscar transformações institucionais ao longo do tempo. A investigação dos casos possibilitou iluminar de que maneira a performatividade crítica e as políticas prefigurativas ativam práticas, subjetividades e identidades no presente para alcançar mudanças sociais mais amplas no futuro.

Em suma, a tese consolida discussões relevantes para o campo de estudos da administração pública. Os achados e descobertas derivados da argumentação teórica podem e merecem ser desdobrados e aprimorados a partir de diferentes enfoques epistêmicos.

9.2 CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS

Esta tese apresenta uma descrição densa e detalhada de como os atores interagem, disputam e colaboram para mobilizar a ideia crítica de ES e influenciar transformações institucionais em uma perspectiva processual e temporal. Ao trazer a visão de iniciativas lideradas tanto pela sociedade civil quanto por governos, a pesquisa aponta para diferentes níveis de aprendizados para a compreensão da ES enquanto discurso, movimento social e ação pública. Dessa maneira, gestores públicos, ativistas e demais interessados em adotar iniciativas e políticas prefigurativas podem considerar o contexto, processo e consequências das iniciativas para melhor compreender a natureza do fenômeno de ES no plano prático.

Ao identificar as principais potencialidades e desafios das experiências examinadas, foi possível destacar as lacunas e espaços para avançar quanto aos instrumentos que fortalecem experiências de ES no cotidiano, trazendo ferramentas que possam ser refletidas e incorporadas, seja no âmbito normativo, formativo, político ou organizacional. Nessa linha, há caminhos

inclusive para a criação e aperfeiçoamento de instrumentos de mensuração que sejam mais adequados à realidade das organizações alternativas, avançando em termos de avaliação e monitoramento de ações públicas voltadas a essa temática.

9.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E AVENIDAS FUTURAS

Todos os estudos possuem limitações, mas uma pesquisa finalizada em uma pandemia trouxe desafios em múltiplas dimensões. Desde as inúmeras adaptações para o desenvolvimento da pesquisa de campo até o cancelamento de eventos presenciais impostos pelas necessárias medidas de restrição e isolamento social impactaram a coleta e análise dos dados, o processo de escrita e, conseqüentemente, a finalização deste estudo.

A despeito dessa conjuntura maior, há limitações metodológicas que merecem nota, principalmente no que diz respeito à assimetria observada nos dados colhidos entre os três casos. Ao tratar da AMESOL, inicialmente planejava-se acompanhar reuniões mensais e participar de diferentes eventos organizados pelo coletivo, o que não se concretizou na prática. Igualmente, buscava-se estreitar os momentos de aproximação e interação com o grupo em momentos individuais e coletivos. As conversas individuais certamente foram valiosas para compreender a dinâmica do coletivo no cotidiano, mas a interação cotidiana possibilitaria captar com maior profundidade as microrrelações e subjetividades produzidas na iniciativa. Os contatos estabelecidos para conduzir os estudos de caso sobre a Rede de Gestores e a incubadora, por sua vez, foram facilitados devido à trajetória acadêmica e profissional da autora.

Do ponto de vista do desenho de pesquisa, não se avançou na perspectiva de buscar maior integração da experiência brasileira com o debate mobilizado em outras experiências do Sul Global, frustrando as expectativas iniciais. A partir da revisão sistemática de literatura, foi identificada uma boa oportunidade para desenvolver reflexões sobre decolonialidade e uma maior integração com as chamadas *epistemologias do Sul* (SANTOS, 2015), abordagem que não foi desdobrada a contento.

Por fim, cabe mencionar que a perspectiva analítica da ação pública deverá ser melhor explorada em estudos futuros. Isso significa dizer que as distinções conceituais entre os termos de fóruns (FOUILLEUX, 2011) e arenas públicas (CEFAI, 2017) merecem mais atenção e trazem subsídios para a discussão sobre instrumentos da ação pública. Nos três casos apresentados é possível identificar a manifestação desses instrumentos, no entanto, é preciso demonstrá-los com maior nitidez.

Em que pesem as limitações identificadas, abre-se uma avenida para que pesquisas futuras possam avançar no conhecimento gerado a partir desta tese. A primeira delas é a aplicação do *framework* teórico para outros contextos ou ideias críticas. No Brasil, seria interessante explorar ideias como tecnologia apropriada e social, agroecologia, inovações sociais, entre outras. Quando se fala em organizações alternativas ao capitalismo, e esta tese se concentrou em práticas majoritariamente urbanas, é igualmente possível explorar a dimensão rural de iniciativas de fomento à ES neste contexto.

Por fim, outra possibilidade de desdobramento desta pesquisa é avançar na compreensão sobre performatividade crítica do discurso de ES, e em que medida ela se contradiz, se adapta ou é disputada por outros conceitos que emergiram no período recente, a exemplo de termos que partem de outros grupos sociais, como os negócios de impacto, economia criativa e negócios sociais. Ao explorar as novas dinâmicas inseridas no mundo do trabalho, a exemplo do capitalismo de plataforma e os efeitos da revolução digital em curso, há espaço para debater o papel dos atores em adotar modelos alternativos de organização em formato de plataforma digital e suas implicações para o contexto institucional.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca Neaera. Bureaucratic activism: pursuing environmentalism inside the Brazilian State. **Latin American Politics and Society**, v. 61, n. 2, p. 21-44, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/bureaucratic-activism-pursuing-environmentalism-inside-the-brazilian-state/5D6CD48EB75F58D10B4BFEB187E55074>. Acesso em: 15 set. 2021.
- ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.
- ALVES, Mário Aquino. **Análise crítica do discurso**: exploração da temática. São Paulo: FGV EAESP Pesquisa, 2006. (Relatório de pesquisa - 1/2006). Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/analise-critica-do-discurso-exploracao-da-tematica>. Acesso em: 15 set. 2021.
- ALVESSON, Mats; HALLETT, Tim; SPICER, Andre. Uninhibited institutionalisms. **Journal of Management Inquiry**, v. 28, n. 2, p. 119-127, abr. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1056492618822777>. Acesso em: 3 out. 2021.
- ALVESSON, Mats; KÄRREMAN, Dan. Constructing mystery: Empirical matters in theory development. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 4, p. 1265-1281, out. 2007. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/amr.2007.26586822>. Acesso em: 29 set. 2021.
- ALVESSON, Mats; SANDBERG, Jorgen. Generating research questions through problematization. **The Academy of Management Review**, v. 36, n. 2, p. 247-271, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41318000>. Acesso em: 3 out. 2021.
- AMIS, John M.; MUNIR, Kamal A.; MAIR, Johanna. Institutions and economic inequality. In: GREENWOOD, Royston *et al.* (Eds.). **The SAGE handbook of organizational institutionalism**. 2. ed. Londres: SAGE, 2017. p. 705-736.
- AMIS, John M. *et al.* Inequality, institutions and organizations. **Organization Studies**, v. 39, n. 9, p. 1131-1152, set. 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840618792596>. Acesso em: 15 set. 2021.
- ANDRADA, Cris F.; SATO, Leny. Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justatrama. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe., p. 3-13, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XqdNNHNPVBmxXGRPGNZDPPH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.
- ARAÚJO, Alcione Lino *et al.* A bibliometric analysis of the Scielo database: a Brazilian portfolio of the solidarity economy. **Scientometrics**, v. 112, n. 1, p. 1-20, jul. 2017. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/abs/10.1007/s11192-017-2382-2>. Acesso em: 16 set. 2021.
- ARCHER, Margaret S. Habitus, reflexividade e realismo. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/f56PzJtSrbkvR4h3qC3f9Gw/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

ARGYROU, Vassos. **The logic of environmentalism**: anthropology, ecology and postcoloniality. New York: Berghahn Books, 2005.

ARRUDA, Dyego de Oliveira *et al.* La relación entre la economía solidaria y el desarrollo local: Un estudio de caso volcado a los emprendimientos solidarios del turismo brasileño. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 22, n. 4, p. 745-762, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180728712007>. Acesso em: 27 set. 2021.

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luís Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/M4jcqRcZqp8jSJM7TcKqbGH/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BACHARACH, Samuel B. Organizational theories: some criteria for evaluation. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 496-515, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/258555>. Acesso em: 3 out. 2021.

BANASZAK, Lee Ann. **The Women's Movement Inside and Outside the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BARIN-CRUZ, Luciano; ALVES, Mário Aquino; DELBRIDGE, Rick. Next steps in organizing alternatives to capitalism: toward a relational research agenda. **M@n@gement**, v. 20, n. 4, p. 322-335, 2017. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/next_steps_in_organizing_alternatives_to_capitalism_0.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 2, p. 200-213, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/dvqScrn4NWcmhZ5FLbHdqdm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

BATTILANA, Julie; LECA, Bernard; BOXENBAUM, Eva. How actors change institutions: towards a theory of institutional entrepreneurship. **Academy of Management Annals**, v. 3, n. 1, p. 65-107, jan. 2009. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/19416520903053598>. Acesso em: 15 set. 2021.

BATTILANA, Julie *et al.* Harnessing productive tensions in hybrid organizations: The case of work integration social enterprises. **Academy of Management Journal**, v. 58, n. 6, p. 1658-1685, dez. 2015. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/amj.2013.0903>. Acesso em: 15 set. 2021.

BAUHARDT, Christine. Solutions to the crisis? The Green New Deal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. **Ecological Economics**, v. 102, p. 60-68, jun. 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800914000950>. Acesso em: 16 set. 2021.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1974.

BERTANA, Irene; CORAZZINI, Luca. Civil economy and solidarity in Latin America. **International Journal of Happiness and Development**, v. 2, n. 3, 2015. Disponível em: <http://www.inderscience.com/offer.php?id=72184>. Acesso em: 27 set. 2021.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs.). **20 anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003. Disponível em: <http://caritas.org.br.s174889.gridserver.com/wp-content/uploads/2011/03/Livrofinal.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BEUNZA, Daniel; FERRARO, Fabrizio. Performative work: Bridging performativity and institutional theory in the responsible investment field. **Organization Studies**, v. 40, n. 4, p. 515-543, abr. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840617747917>. Acesso em: 29 set. 2021.

BOCAYUVA, Pedro Claudio C. Trabajo asociado y tecnología: reflexiones a partir del contexto y de la experiencia de las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares en Brasil. **Íconos**, n. 33, p. 67-75, 2009. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/321>. Acesso em: 27 set. 2021.

BOGGS, Carl. Marxism, prefigurative communism, and the problem of workers' control. **Radical America**, v. 11, n. 6, p. 99-122, nov. 1977. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:89258/>. Acesso em: 16 set. 2021.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. São Paulo: Editora Schwarcz: Companhia das Letras, 1988.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John. (Ed.). **The handbook of theory and research for the Sociology education**. Westport: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BOWDEN, Vanessa *et al.* Turning back the rising sea: theory performativity in the shift from climate science to popular authority. **Organization Studies**, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/01708406211024558>. Acesso em: 3 out. 2021.

BOXENBAUM, Eva; JONSSON, Stefan. Isomorphism, diffusion and decoupling: Concept evolution and theoretical challenges. In: GREENWOOD, Royston *et al.* (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. 2. ed. Londres: Sage Publications, 2017. p. 79-104. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328021176>. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4764.htm. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, [2020a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, [2020b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, [2021a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. **Presidência da República**, Brasília, [2021b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, [2021c]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 3 out. 2021.

BREINES, Wini. Community and organization: the new left and Michels' "Iron Law". **Social Problems**, v. 27, n. 4, p. 419-429, abr. 1980. Disponível em: <https://academic.oup.com/socpro/article-abstract/27/4/419/1609625>. Acesso em: 16 set. 2021.

BROWN, Alexander James. Translating prefigurative politics: social networks and rhetorical strategies in the alter-globalisation movement. **The Translator**, v. 26, n. 2, p. 117-129, 2020. Disponível em: 3 out. 2021.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. Nova Iorque: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. Performative agency. **Journal of Cultural Economy**, v. 3, n. 2, p. 147-161, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17530350.2010.494117>. Acesso em: 3 out. 2021.

BUTLER, Nick; DELANEY, Helen; SPOELSTRA, Sverre. Risky business: Reflections on critical performativity in practice. **Organization**, v. 25, n. 3, p. 428-445, maio 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1350508417749737>. Acesso em: 16 set. 2021.

CABANTOUS, Laure *et al.* Critical essay: Reconsidering critical performativity. **Human Relations**, v. 69, n. 2, p. 197-213, fev. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726715584690>. Acesso em: 16 set. 2021.

CALBINO, Daniel; DE PAULA, Ana Paula Paes. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. **Gestão Contemporânea**, v. 10, p. 371-397, 2013.

CALLON, Michel. Éléments pour une Sociologie de la traduction: La domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. **L'Année sociologique**, v. 36, p. 169-208, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27889913>. Acesso em: 3 out. 2021.

CALLON, M. What does it mean to say that economics is performative? *In*: MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU, L. (Eds.). **Do Economists Make Markets?: On the Performativity of Economics**. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 311-357.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Acting in an uncertain world: an essay on technical democracy**. Cambridge: MIT Press, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017. **Senado Federal**, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131528>. Acesso em: 3 out. 2021.

CÁRITAS BRASILEIRA; FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Economia Solidária e Feminista**. [S. l.]: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2016. Disponível em: <https://fbes.org.br/download/economia-solidaria-e-feminista/>. Acesso em: 16 set. 2021.

CARLSON, Anna; WALKER, Briohny. Free universities and radical reading groups: learning to care in the here and now. **Continuum**, v. 32, n. 6, p. 782-794, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10304312.2018.1525925>. Acesso em: 3 out. 2021.

CARROLL, Penelope *et al.* A prefigurative politics of play in public places: children claim their democratic right to the city through play. **Space and culture**, v. 22, n. 3, p. 294-307, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1206331218797546>. Acesso em: 3 out. 2021.

CARUANA, Maria Eugenia C.; SRNEC, Cynthia Cecilia. Public Policies Addressed to the Social and Solidarity Economy in South America. Toward a New Model? **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofitable Organizations**, v. 24, p. 713-732, 2013.

CARVALHO, Francione Oliveira. Território do significado: a cultura boliviana e a interculturalidade na rede municipal de São Paulo. **Revista Diversitas**, n. 4, p. 166-223, 2016.

CEFAÏ, Daniel. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 187-213, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zdyH9SGqnWm5LwrV7MT4k9M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

CHOI, David Y.; KANG, Jae Hyeung. Introduction: The Future of Jobs in an Increasingly Autonomous Economy. **Journal of Management Inquiry**, p. 1056492619827373, 2019.

COELHO, Diego B.; GODOY, Arilda Schmidt. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 721-759, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7013>. Acesso em: 27 set. 2021.

COOPER, Davina. Towards an adventurous institutional politics: The prefigurative ‘as if’ and the reposing of what’s real. **The Sociological Review**, v. 68, n. 5, p. 893-916, set. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0038026120915148>. Acesso em: 29 set. 2021.

COOPER, Davina; HERMAN, Didi. Doing activism like a state: Progressive municipal government, Israel/Palestine and BDS. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 38, n. 1, p. 40-59, fev. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2399654419851187>. Acesso em: 29 set. 2021.

COOPER, Davina; RENZ, Flora. If the state decertified gender, what might happen to its meaning and value? **Journal of Law and Society**, v. 43, n. 4, p. 483-505, dez. 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jols.12000>. Acesso em: 29 set. 2021.

CORAGGIO, José Luis. Los caminos de la economía social y solidaria. Presentación del dossier. **Íconos, Revista de Ciencias Sociales**, n. 33, p. 29-38, jan. 2009a. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/314>. Acesso em: 29 set. 2021.

CORAGGIO, José Luis. De mitos y realidades (respuesta a Luciano Martínez). **Íconos, Revista de Ciencias Sociales**, n. 35, p. 89-94, set. 2009b. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/380>. Acesso em: 29 set. 2021.

CORLEY, Kevin G.; GIOIA, Dennis A. Building theory about theory building: what constitutes a theoretical contribution? **Academy of Management Review**, v. 36, n. 1, p. 12-32, jan. 2011. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/amr.2009.0486>. Acesso em: 29 set. 2021.

CREED, W. E. Douglas; DEJORDY, Rich; LOK, Jaco. Being the change: Resolving institutional contradiction through identity work. **Academy of Management Journal**, v. 53, n. 6, p. 1336-1364, dez. 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29780262>. Acesso em: 3 out. 2021.

CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 3 ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2013.

CZARNIAWSKA, Barbara. **Narratives in social science research**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

CZARNIAWSKA, Barbara. Emerging institutions: pyramids or anthills? **Organization Studies**, v. 30, n. 4, p. 423-441, abr. 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840609102282>. Acesso em: 16 set. 2021.

DAVIS, Gerald F. The rise and fall of finance and the end of the society of organizations. **Academy of Management Perspectives**, v. 23, n. 3, p. 27-44, ago. 2009. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/amp.2009.43479262>. Acesso em: 16 set. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). 1ª Parte - o quadro geral da informalidade na economia solidária. In: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Informalidade na economia solidária**. São Paulo: DIEESE, 2016. p. 27-34. (Cadernos de debates do observatório nacional da economia solidária e do cooperativismo, 1). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2015/caderno01InformalidadeEconomiaSolidaria.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

DE SÁ, Jorge. Formação profissional e Cooperativismo em Portugal. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 7, n. 65, p. 147-171, 2010.

DÍAZ, Natalia Quiroga. Economías feminista, social y solidaria. Respuestas heterodoxas a la crisis de reproducción en América Latina. **Íconos**, n. 33, p. 77-89, 2009. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/299>. Acesso em: 27 set. 2021.

DIMAGGIO, Paul. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, Lynne. (Ed.). **Institutional patterns and organizations: culture and environment**. Cambridge: Ballinger, 1988. p. 3-21.

DINIZ, Sibelle Cornélio. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia**, v. 29, n. 3, p. 963-985, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/MrDtQVZFfsBDYL3GL6PBGjS/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2021.

DOBBIN, Frank. The Sociological View of the Economy. In: DOBBIN, Frank (Org.). **The New Economic Sociology: A Reader**. Princeton: Princeton University Press, 2004. p. 1-48.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Desemprego estrutural e a problemática da informalidade. **Revista da ABET**, v. 13, n. 2, p. 199-217, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/25672>. Acesso em: 16 set. 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4XHZSCstQ7SFCNnM7qZmHds/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2021.

ELEFTherIADIS, Konstantinos. Organizational practices and prefigurative spaces in European queer festivals. **Social movement studies**, v. 14, n. 6, p. 651-667, 2015. Disponível

em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742837.2015.1029045?journalCode=csms20>. Acesso em: 3 out. 2021.

ELLIOTT, Carole. Representations of the intellectual: Insights from Gramsci on management education. **Management Learning**, v. 34, n. 4, p. 411-427, dez. 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350507603035354>. Acesso em: 4 out. 2021.

EMIRBAYER, Mustafa; GOODWIN, Jeff. Network analysis, culture, and the problem of agency. **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 6, p. 1411-1454, maio 1994. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/230450>. Acesso em: 16 set. 2021.

EPSTEIN, Barbara. **Political Protest and Cultural Revolution: Nonviolent Direct Action in the 1970s and 1980s**. Berkeley: University of California Press, 1991.

ESCHWEILER, Jennifer *et al.* The Reciprocity Dimension of Solidarity: Insights from Three European Countries. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 30, n. 3, p. 549-561, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-018-0031-x>. Acesso em: 16 set. 2021.

ESCOBAR, Arturo. Anthropology and the future: new technologies and the reinvention of culture. **Futures**, v. 27, n. 4, p. 409-421, maio 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/001632879500013M>. Acesso em: 29 set. 2021.

ESCOBAR, Arturo. Whose knowledge, whose nature? Biodiversity, conservation, and the political ecology of social movements. **Journal of Political Ecology**, v. 5, n. 1, p. 53-82, 1998. Disponível em: <https://journals.uair.arizona.edu/index.php/JPE/article/view/21397/0>. Acesso em: 16 set. 2021.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur. **AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 11, n. 1, p. 11-32, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.aibr.org/antropologia/netesp/numeros/1101/110102.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

ESPER, Susana C. *et al.* Supporting alternative organizations? Exploring scholars' involvement in the performativity of worker-recuperated enterprises. **Organization**, v. 24, n. 5, p. 671-699, set. 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508417713218>. Acesso em: 16 set. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis in social research. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (eds.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2009. p. 162-187.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, Teun (Ed.). **Discourse studies: a multidisciplinary introduction**. 2 ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011. p. 258-284.

FELIN, Teppo; FOSS, Nicolai J. Performativity of theory, arbitrary conventions, and possible worlds: A reality check. **Organization Science**, v. 20, n. 3, p. 676-678, maio/jun. 2009.

Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/10.1287/orsc.1090.0433>. Acesso em: 16 set. 2021.

FIGUEROA, José Antonio. La comunidad y sus desafíos políticos en una democracia radical. **Íconos**, n. 49, p. 141-154, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50930584009>. Acesso em: 27 set. 2021.

FLEMING, Peter; BANERJEE, Subhabrata Bobby. When performativity fails: Implications for critical management studies. **Human Relations**, v. 69, n. 2, p. 257-276, fev. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726715599241>. Acesso em: 16 set. 2021.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. **A theory of fields**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FOIS, Francesca. Enacting experimental alternative spaces. **Antipode**, v. 51, n. 1, p. 107-128, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/anti.12414>. Acesso em: 3 out. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). IV Plenária Nacional: relatório final. **FBES**, 8 dez. 2016. Disponível em: <https://fbes.org.br/download/iv-plenaria-nacional-relatorio-final-04jun2008-pdf-2/>. Acesso em: 3 out. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Economia solidária e feminista. **FBES**, 28 mar. 2017. Disponível em: <https://fbes.org.br/download/economia-solidaria-e-feminista/>. Acesso em: 3 out. 2021.

FOUILLEUX, Eve. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 19, n. 1, p. 88-125, 2011. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/337>. Acesso em: 3 out. 2021.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/FST4hjHPSxsS94wzxmHHjkn/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25741>. Acesso em: 29 set. 2021.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA JR, Jeová Torres *et al.* (Orgs.). **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Juazeiro do Norte: [s. n.], 2008. p. 117-128.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogy in process**: The letters to Guinea-Bissau. Londres: Bloomsbury Publishing, 2021.

FRIEDLAND, Roger; ALFORD, Robert R. Bringing society back in: Symbol, practices and institutional contradictions. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (Eds.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 232-263.

GAGO, Verónica; CIELO, Cristina; GACHET, Francisco. Economía popular: entre la informalidad y la reproducción ampliada Presentación del dossier. **Íconos**, n. 62, p. 11-20, 2018. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/3501>. Acesso em: 27 set. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados**, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/PWKtdRHpNMx3XcLMQRGFcgh/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, p. 513-545, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/t3pG7p59gjRWgwb7ZCb34Gg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: CORAGGIO, José Luis (Org.). **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 79-110.

GAIGER, Luiz Inácio. O Mapeamento Nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Revista da ABET**, v. 12, n. 1, p. 7-24, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/18512>. Acesso em: 29 set. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. Da Informalidade à Economia Popular: distinguindo realidades e conectando abordagens. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, n. 1, p. 97-110, jan./abr. 2019. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2019.55.1.10. Acesso em: 16 set. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **Dados**, v. 61, p. 137-169, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/FWzKTpw4px5zHBD6GbCtkvF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2021.

GANSKY, Lisa. **The mesh**: Why the future of business is sharing. London: Penguin, 2010.

GAUTNEY, Heather. Between anarchism and autonomist Marxism. **WorkingUSA**, v. 12, n. 3, p. 467-487, 2009. Disponível em: https://brill.com/view/journals/wusa/12/3/article-p467_9.xml. Acesso em: 3 out. 2021.

GIBSON-GRAHAM, Julie Katherine. Diverse economies: performative practices for 'other worlds'. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 5, p. 613-632, out. 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0309132508090821>. Acesso em: 16 set. 2021.

GIDDENS, Anthony. Agency, structure. In: GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory**. Londres: Palgrave, 1979. p. 49-95.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**: Outline of the theory of structuration. Berkeley: Univ of California Press, 1984.

GIOIA, Dennis A.; CORLEY, Kevin G.; HAMILTON, Aimee L. Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology. **Organizational research methods**, v. 16, n. 1, p. 15-31, 2013. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1094428112452151?casa_token=e_fveIfam8EAAAAA%3AZKK-qm7RA3xYKdhbInJqzLowkMNQgkBs3LL54fU3VFguMYScpu37-BfslNRejU2lMjZmezOUYqMs. Acesso em: 3 out. 2021.

GOMES, Fábio. Uma aproximação entre pragmática universal e economia solidária: o caso de Catende. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. especial, p. 416-441, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/8254>. Acesso em: 27 set. 2021.

GRAHAM, Mark; HJORTH, Isis; LEHDONVIRTA, Vili. Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. **Transfer: European Review of Labour and Research**, v. 23, n. 2, p. 135-162, maio 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1024258916687250>. Acesso em: 16 set. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/228311>. Acesso em: 29 set. 2021.

GRIGOLETTO, Fábio; ALVES, Mário Aquino. Leitura do institucionalismo organizacional a partir da teoria do organizar de Karl Weick. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 2, p. 247-262, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/5x3dvjNXZ4xDJvBQQ3pzQdj/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2021.

GYFORD, John; LEACH, Steve; GAME, Chris. **The changing politics of local government**. London: Unwin Hyman, 1989.

HADJIMICHALIS, Costis. The Social Economy: International Perspectives on Economic Solidarity. **Economic Geography**, v. 87, n. 1, p. 109-110, jan. 2011a. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/227372159_The_Social_Economy_International_Perspectives_on_Economic_Solidarity_by_Ash_Amin. Acesso em: 27 set. 2021.

HADJIMICHALIS, Costis. Uneven geographical development and socio-spatial justice and solidarity: European regions after the 2009 financial crisis. **European Urban and Regional Studies**, v. 18, n. 3, p. 254-274, jul. 2011b. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0969776411404873>. Acesso em: 29 set. 2021.

HALLETT, Tim. The myth incarnate: Recoupling processes, turmoil, and inhabited institutions in an urban elementary school. **American Sociological Review**, v. 75, n. 1, p. 52-74, fev. 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0003122409357044>. Acesso em: 3 out. 2021.

HALLETT, Tim; VENTRESCA, Marc J. Inhabited institutions: Social interactions and organizational forms in Gouldner's Patterns of Industrial Bureaucracy. **Theory and society**, v. 35, n. 2, p. 213-236, 2006. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s11186-006-9003-z>. Acesso em: 3 out. 2021.

HAMPEL, Christian; LAWRENCE, Thomas B.; TRACEY, Paul. Institutional Work: taking stock and making it matter. In: GREENWOOD, Royston *et al.* (Eds.). **Handbook of Organizational Institutionalism**. 2. ed. Londres: Sage, 2017. p. 558-590.

HANNERZ, Ulf. **Transnational connections: culture, people, places**. Londres: Taylor & Francis US, 1996.

HAO, Hayagreeva; MORRILL, Calvin; ZALD, Mayer N. Power Plays: How Social Movements and Collective Action Create New Organizational Forms. **Research in Organizational Behaviour**, v. 22, p. 237-281, 2000. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0191308500220078>. Acesso em: 3 out. 2021.

HARDY, Cynthia; MAGUIRE, Steve. Institutional entrepreneurship. In: GREENWOOD, Royston *et al.* (Eds.). **The SAGE handbook of organizational institutionalism**. Thousand Oaks: SAGE, 2008. p. 198-217.

Harvey, J. H. Accounts. In: MANSTEAD, Antony; HEWSTONE, Miles (Eds.). **The Blackwell Encyclopedia of Social Psychology**. Oxford: Basil Blackwell, 1995. p. 3-5.

HILLENKAMP, Isabelle. Solidarity Economy for Development and Women's Emancipation: Lessons from Bolivia. **Development and Change**, v. 46, n. 5, p. 1133-1158, 2015.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/dech.12193>. Acesso em: 27 set. 2021.

HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. [S. l.]: Penguin, 2001.

HUAULT, Isabelle *et al.* Introduction to the special issue: the evolving debate about critical performativity. **M@n@gement**, v. 20, n. 1, p. 1-8, 2017. Disponível em:

<https://www.cairn.info/revue-management-2017-1-page-1.htm>. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. **IBGE**, [2010]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desemprego. **IBGE**, [2021a]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 29 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. **IBGE**, [2021b]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 set. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7410>. Acesso em: 16 set. 2021.

JEFFREY, Craig; DYSON, Jane. Now: prefigurative politics through a north Indian lens. **Economy and Society**, v. 45, n. 1, p. 77-100, abr. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03085147.2016.1143725>. Acesso em: 16 set. 2021.

KAWANO, Emily; MASTERSON, Thomas Neal; TELLER-ELSBURG, Jonathan. **Solidarity economy I**: Building alternatives for people and planet. Amherst: Center for Popular Economics, 2009.

KOENSLER, Alexander. PREFIGURATIVE POLITICS IN PRACTICE: CONCRETE UTOPIAS IN ITALY'S FOOD SOVEREIGNTY ACTIVISM. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 133-150, mar. 2020. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/mobilization/article-abstract/25/1/133/430263/PREFIGURATIVE-POLITICS-IN-PRACTICE-CONCRETE>. Acesso em: 3 out. 2021.

KING, Brayden G.; SOULE, Sarah A. Social movements as extra-institutional entrepreneurs: the effect of protests on stock price returns. **Administrative Science Quarterly**, v. 52, n. 3, p. 413-442, set. 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.2189/asqu.52.3.413>. Acesso em: 16 set. 2021.

KING, Daniel Robert. The possibilities and perils of critical performativity: learning from four case studies. **Scandinavian Journal of Management**, v. 31, n. 2, p. 255-265, jun. 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0956522114001304>. Acesso em: 16 set. 2021.

KING, Daniel; LAND, Christopher. The democratic rejection of democracy: Performative failure and the limits of critical performativity in an organizational change project. **Human Relations**, v. 71, n. 11, p. 1535-1557, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726717751841>. Acesso em: 16 set. 2021.

KLIMCZUK, Andrzej. Book Review: Vishwas Satgar (ed.), The Solidarity Economy Alternative: Emerging Theory and Practice. **International Sociology**, v. 31, n. 2, p. 158-160, mar. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0268580915627093>. Acesso em: 29 set. 2021.

KRAATZ, Matthew S.; FLORES, Ricardo; CHANDLER, David. The value of values for institutional analysis. **Academy of Management Annals**, v. 14, n. 2, p. 474-512, jul. 2020. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/annals.2018.0074>. Acesso em: 3 out. 2021.

LACLAU, Ernesto. **New reflections on the revolution of our time**. Rio de Janeiro: Verso, 1990.

LALLEMENT, Michel; LAVILLE, J. L. What is the third sector? Associations, solidarity economy, social economy. **Sociologie du Travail**, v. 42, n. 4, p. 523-529, 2000.

LANGLEY, Ann. Strategies for theorizing from process data. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 691-710, out. 1999. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/amr.1999.2553248>. Acesso em: 29 set. 2021.

LANGLEY, Ann. Process thinking in strategic organization. **Strategic Organization**, v. 5, n. 3, p. 271-282, ago. 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1476127007079965>. Acesso em: 29 set. 2021.

LASCOUTES, Pierre; LES GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, , p. 19-44, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331>. Acesso em: 3 out. 2021.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 57-99, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/ZH7kKc8kHHyJTVYyF7dGJjn/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2021.

LAVILLE, Jean Louis *et al.* **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. v. 2. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

LAWRENCE, Thomas B.; LECA, Bernard; ZILBER, Tammar B. Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1023-1033, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0170840613495305>. Acesso em: 16 set. 2021.

LAWRENCE, Thomas B.; SUDDABY, R. Institutions and Institutional Work. In: CLEGG, S. R. *et al.* (Eds.). **Handbook of Organization Studies**. Londres: Sage, 2006. p. 215-254.

LAWRENCE, Thomas B.; SUDDABY, R.; LECA, Bernard. **Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2009.

LEACH, D. Prefigurative spaces. In: SNOW, D. *et al.* (Eds.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of social and political movements**. v. 3. Chinchester: Wiley-Blackwell, 2013.

LECA, Bernard; BARIN CRUZ, Luciano. Enabling critical performativity: The role of institutional context and critical performative work. **Organization**, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1350508421995759>. Acesso em: 29 set. 2021.

LECA, Bernard; GOND, Jean-Pascal; BARIN-CRUZ, Luciano. Building 'Critical Performativity Engines' for deprived communities: the construction of popular cooperative incubators in Brazil. **Organization**, v. 21, n. 5, p. 683-712, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508414534647>. Acesso em: 16 set. 2021.

LEITE, José Corrêa; GIL, Carolina. **World Social Forum: strategies of resistance**. Chicago: Haymarket Books, 2005.

LEMAITRE, Andreia; HELMSING, Albertus H. J. Solidarity Economy in Brazil: movement, discourse and practice analysis through a polanyian understanding of the economy. **Journal of International Development**, v. 24, n. 6, p. 19-22, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jid.2865>. Acesso em: 27 set. 2021.

LEWIS, Michael; SWINNEY, Dan. Social Economy & Solidarity Economy: Transformative Concepts. In: ALLARD, Jenna; DAVIDSON, Carl; MATTHAEL, Julie (Eds.). **Solidarity economy: building alternatives for people and planet**. [S. l.]: ChangeMakers Publications, 2008. p. 28-41.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, out. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Sfxs3MxCmyQww94MR4ngsYP/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2021.

MAECKELBERGH, Marianne. Doing is believing: prefiguration as strategic practice in the alterglobalization movement. **Social Movement Studies**, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742837.2011.545223>. Acesso em: 16 set. 2021.

MAGUIRE, Steve; HARDY, Cynthia H.; LAWRENCE, Thomas B. Institutional entrepreneurship in emerging fields: HIV/AIDS treatment advocacy in Canada. **Academy of Management Journal**, v. 47, n. 5, p. 657-679, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20159610>. Acesso em: 3 out. 2021.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2, p. 53-86, out. 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/177/173>. Acesso em: 16 set. 2021.

MARTI, Emilio; GOND, Jean-Pascal. When Do Theories Become Self-Fulfilling? Exploring the Boundary Conditions of Performativity. **Academy of Management Review**, v. 43, n. 3, p. 487-508, jul. 2018. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/amr.2016.0071>. Acesso em: 29 set. 2021.

MARTI, Emilio; GOND, Jean-Pascal. How do theories become self-fulfilling? Clarifying the process of Barnesian performativity. **Academy of Management Review**, v. 44, n. 3, p. 686-694, 2019. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/amr.2019.0024>. Acesso em: 16 set. 2021.

MAIR, Johanna; MARTI, Ignasi. Entrepreneurship in and around Institutional Voids: A case study from Bangladesh. **Journal of Business Venturing**, v. 24, n. 5, p. 419-435, set. 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0883902608000517>. Acesso em: 3 out. 2021.

MARTÍNEZ, Elena J. O. *et al.* Cáritas y el trabajo común organizado en el desarrollo rural desde el enfoque de economía solidaria. **Alteridades**, v. 22, n. 43, p. 111-144, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v22n43/v22n43a9.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

MARTINS, Rafael D'Almeida; VAZ, José Carlos; CALDAS, Eduardo de Lima. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 3, p. 559-590, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3qfvVSQW7LbqWsxZK3XRTxz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

MASSARDIER, Gilles. Redes de política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**. v. 2. Brasília: ENAP, 2006. p. 167-187. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1267>. Acesso em: 3 out. 2021.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAYO, Peter. Intelectual/intelectuais. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Eds.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 227-229.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Eds.). **Comparative perspectives on social movements**: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MEIRA, Fábio Bittencourt. **As encruzilhadas da autogestão**: imaginário e simbólico nas empresas assumidas por trabalhadores: uma análise de empreendimentos da economia solidária. 2009. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4573>. Acesso em: 29 set. 2021.

MELO, Natália Maximo e. **SEBRAE e empreendedorismo**: origem e desenvolvimento. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1476/2043.pdf?sequenc>. Acesso em: 16 set. 2021.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present**: social movements and individual needs in contemporary society. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**: Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENSINK, Sander. Prefiguration, strategic interaction and political belonging in undocumented migrant and solidarity movements. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 46, n. 7, p. 1223-1239, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369183X.2018.1561251>. Acesso em: 3 out. 2021.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, set. 1977. Disponível

em: https://security.ufpb.br/gets/contents/documentos/meyer_rowan_teor%C3%A7%C3%A3o_institucional.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

MOL, Annemarie. Ontological politics. A word and some questions. **The Sociological Review**, v. 47, n. S1, p. 74-89, maio 1999. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-954X.1999.tb03483.x>. Acesso em: 3 out. 2021.

MONJE-REYES, Pablo. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 704-723, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/X78hymrwmvj75qTDB63k6LN/abstract/?lang=es>. Acesso em: 29 set. 2021.

MOSKOVITZ, Liora; GARCIA-LORENZO, Lucia. Changing the NHS a Day at a Time: The Role of Enactment in the Mobilisation and Prefiguration of Change. **Journal of Social and Political Psychology**, v. 4, n. 1, p. 196-219, 2016. Disponível em: <https://www.psycharchives.org/handle/20.500.12034/1404>. Acesso em: 3 out. 2021.

MOULAERT, Frank; AILENEI, Oana. Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 2037-2053, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228351973_Social_Economy_Third_Sector_and_Solidarity_Relations_A_Conceptual_Synthesis_from_History_to_Present. Acesso em: 27 set. 2021.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **L'Analyse des politiques publiques**. Paris: Montchrestien, 2000.

NAGEM, Fernanda Abreu; JESUS, Sebastiana Almire de. **V Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/87Pf3fcsTqyyrcrg86XqgMSN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 743). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2288/1/TD_743.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

NONATO, Raquel Sobral. **Compras públicas sustentáveis no Brasil: análise da produção e circulação das ideias a partir da resignificação dos atores**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP. 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13603/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Raquel%20Nonato%20-%20vers%C3%A3o%20p%C3%B3s%20banca%20pdf.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: SPINK, Peter; BAVA, Silvio C.; PAULICS, Veronika (Orgs.). **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Instituto Pólis: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002. p. 11-31.

OLIVEIRA, Bernardo Carlos S. C. M. de; SANTOS, Luis Miguel L. dos. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 189-206, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/rybgWdNfqmncMdXp6rZ4r9g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

OLIVER, Christine. Strategic responses to institutional processes. **The Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 145-179, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/258610>. Acesso em: 3 out. 2021.

OLSSON, Jan. The power of the inside activist: Understanding policy change by empowering the Advocacy Coalition Framework (ACF). **Planning Theory and Practice**, v. 10, n. 2, p. 167-187, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14649350902884425>. -Acesso em: 3 out. 2021.

OMETTO, M. Paola *et al.* From balancing missions to mission drift: the role of the institutional context, spaces, and compartmentalization in the scaling of social enterprises. **Business & Society**, v. 58, n. 5, p. 1003-1046, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0007650318758329>. Acesso em: 16 set. 2021.

OULD-AHMED, Pépita. What does 'solidarity economy' mean? Contours and feasibility of a theoretical and political project. **Business Ethics Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 425-435, 2015. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-5356_pt.html. Acesso em: 27 set. 2021.

OXÍMORO. In: OXFORD LANGUAGES. **Google**, [2021]. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=oxímoro+significado>. Acesso em: 4 out. 2021.

PARANQUE, Bernard; WILLMOTT, Hugh. Cooperatives—saviours or gravediggers of capitalism? Critical performativity and the John Lewis Partnership. **Organization**, v. 21, n. 5, p. 604-625, set. 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508414537622>. Acesso em: 3 out. 2021.

PATTON, Michael Q. Qualitative evaluation and research methods. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.

PERES, Thais Helena de Alcântara. Comunidade Solidária: A proposta de um outro modelo para as políticas sociais. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 109-126, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/37>. Acesso em: 16 set. 2021.

PETTIGREW, Andrew M. Longitudinal field research on change: Theory and practice. **Organization science**, v. 1, n. 3, p. 267-292, ago. 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2635006>. Acesso em: 3 out. 2021.

PHILLIPS, Nelson; LAWRENCE, Thomas B.; HARDY, Cynthia. Discourse and institutions. **Academy of management review**, v. 29, n. 4, p. 635-652, out. 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20159075>. Acesso em: 16 set. 2021.

PHILLIPS, Nelson; MALHOTRA, Namrata. Language, cognition and institutions: studying institutionalization using linguistic methods. In: GREENWOOD, Royston *et al.* (Eds.). **The SAGE handbook of organizational institutionalism**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017. p. 392-417.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economia solidária: Uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105, abr. 2013. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/_index106.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

POCHMANN, Marcio. **Políticas de inclusão social: resultados e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, Karl. **La grande transformation**. Paris: Gallimard, 1983.

POLKINGHORNE, Donald. **Narrative knowing and the human sciences**. Albany: State University of New York Press, 1988.

POSSAS, Miriam de Castro. Institucionalização das manifestações da sociedade civil: das tipologias aos conceitos. **Dimensión Empresarial**, v. 11, n. 2, p. 17-25, 2013. Disponível em: <http://ojs.uac.edu.co/index.php/dimension-empresarial/article/view/78>. Acesso em: 27 set. 2021.

POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul (Orgs.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: Chicago University Press, 1983. p. 63-81.

POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

POZZEBON, Marlei. Conducting and evaluating critical interpretive research: examining criteria as a key component in building a research tradition. In: KAPLAN, Bonnie *et al.* (Eds.). **Information systems research: relevant theory and informed practice**. Londres: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 275- 292.

POZZEBON, Marlei; DINIZ, Eduardo Henrique. Theorizing ICT and society in the Brazilian context: a multilevel, pluralistic and remixable framework. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 9, n. 3, art. 3, p. 287-307, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bar/a/NGNvx6k7LD7k9d56YrvZ5Ww/?lang=en>. Acesso em: 3 out. 2021.

POZZEBON, Marlei; DINIZ, Eduardo; JAYO, Martin. Adapting the structurationist view of technology for studies at the community/societal levels. In: DWIVEDI, Yogesh K.; LAL,

Banita; FOR, Michael D. Williams. **Handbook of research on contemporary theoretical models in information systems**. Hershey: Information Science Reference, 2011. p. 18-33.

POZZEBON, Marlei; TELLO-ROZAS, Sonia; HECK, Isabel. Nourishing the Social Innovation Debate with the “Social Technology” South American Research Tradition. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 32, p. 663-672, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-021-00314-0>. Acesso em: 3 out. 2021.

PROJETO SIES. Atlas Digital da Economia Solidária. **Projeto SIES**, 2014. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 3 out. 2021.

RAEKSTAD, Paul; GRADIN, Sofa Saio. **Prefigurative Politics: building tomorrow today**. Cambridge: Polity Press, 2020.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Regimento Interno**. Salvador: Rede de Gestores de Políticas Públicas e Economia Solidária, [2015]. Disponível em: <https://www.redegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/r-4-Regimento-Interno-Sec-Exec-Bahia.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Políticas Públicas em Economia Solidária: reflexões da Rede de Gestores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

REEDY, Patrick; KING, Daniel; COUPLAND, Christine. Organizing for individuation: Alternative organizing, politics and new identities. **Organization Studies**, v. 37, n. 11, p. 1553-1573, nov. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840616641983>. Acesso em: 3 out. 2021.

RICH, Jessica A. J. Grassroots bureaucracy: intergovernmental relations and popular mobilization in Brazil's AIDS policy sector. **Latin America Politics and Society**, v. 55, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/grassroots-bureaucracy-intergovernmental-relations-and-popular-mobilization-in-brazils-aids-policy-sector/5B7032EC65FE454D6B9B5B790634D3ED>. Acesso em: 3 out. 2021.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Bancos comunitários e moedas sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva**. Salvador: EDUFBA, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 41.062, de 21 de setembro de 2001**. Institui o Programa de Economia Popular Solidária e dá outras providências. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=1584&hTexto=&Hid_IDNorma=1584. Acesso em: 29 set. 2021.

ROSA, Alexandre Reis; ALVES, Mario Aquino. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, p. 255-

264, maio/jun. 2011. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol51-num3-2011/pode-conhecimento-em-gestao-organizacao-falar-portugues>. Acesso em: 29 set. 2021.

SANTIAGO, Eneida; YASUI, Silvio. Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 700-711, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZBCSV6DtXvtcYbVZmv8DTC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

SANTOS, Artur Henrique da Silva. **Desenvolvimento, trabalho e inovação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologies of the South: Justice against epistemicide**. Londres: Routledge, 2015.

SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 13.178 de 17 de setembro de 2001. Institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho do Município de São Paulo, e dá outras providências. **Legislação Municipal**, São Paulo, [2003]. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13178-de-17-de-setembro-de-2001>. Acesso em: 3 out. 2021.

SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 14.651, de 15 de dezembro de 2011. Cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo - PEFES e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14651-15.12.2011.html>. Acesso em: 3 out. 2021.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto nº 53.685 de 1 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Administração Pública Municipal Direta. **Legislação Municipal**, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-53685-de-01-de-janeiro-de-2013>. Acesso em: 3 out. 2021.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto nº 55.662 de 29 de agosto de 2014. Regulamenta o Programa para Valorização de Iniciativas Tecnológicas - VAI TEC, instituído no âmbito da Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA, nos termos da Lei nº 15.838, de 4 de julho de 2013. **Legislação Municipal**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55462-de-29-de-agosto-de-2014>. Acesso em: 3 out. 2021.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto nº 56.884 de 21 de março de 2016. Institui o Centro Público de Economia Solidária e Direitos Humanos e a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da Cidade de São Paulo. **Legislação Municipal**, São Paulo, [2018]. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56884-de-21-de-marco-de-2016>. Acesso em: 3 out. 2021.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios**. Brasília: IPEA, 2009.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations: foundations for organizational science**. London: SAGE, 1995.

SCOTT, W. Richard. Institutional theory: Contributing to a theoretical research program. *In*: SMITH, Ken G.; HITT, Michael A. (Eds.). **Great minds in Management: the process of theory development**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 260-284.

SCOTT, W. Richard. Approaching adulthood: the maturing of institutional theory. **Theory and Society**, v. 37, n. 5, p. 427-442, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40345595>. Acesso em: 3 out. 2021.

SELZNICK, Philip. Institutionalism "Old" and "New". **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 270-277, jun. 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2393719>. Acesso em: 15 set. 2021.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tMQPbyYGVwLjsjcT9Kjf9Tx/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2021.

SEO, Myeong-Gu; CREED, Douglas W. E. Institutional Contradictions, Praxis, And Institutional Change: A Dialectical Perspective. **Academy Of Management Review**, v. 27, n. 2, p. 222-247, abr. 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4134353>. Acesso em: 15 set. 2021.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). A SOF. **SOF**, [s. d.]. Disponível em: <https://www.sof.org.br/a-sof/>. Acesso em: 3 out. 2021.

SHIVA, Vandana. The seed and the earth. *In*: SHIVA, Vandana (Ed.). **Close to Home: women reconnect ecology, health and development worldwide**. Philadelphia: New Society Publishers, 1994. p. 128-143.

SILVA, Marcelo; OLIVEIRA, Gerson. A face oculta(da) dos movimen- tos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v. 28, n. 13, p. 86-124, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/dbZj6Z4J5PYVz7GvtvR9qTL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; SCHIOCHET, Valmor. **Economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3851/1/bmt54_econ02_economiasolidaria.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate**. Brasília: IPEA, 2014.

SINGER, Paul. O Brasil no limiar do terceiro milênio. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 247-259, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9513/11082>. Acesso em: 15 set. 2021.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/Xy7BmyrV8tHfwKNVhmSXFyw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2021.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 83-129.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 2, n. 1, p. 3-6, 2003.

SINGER, Paul. Políticas públicas da secretaria nacional de economia solidária do ministério do trabalho e emprego. **Mercado de trabalho**, v. 39, p. 43-48, maio 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4788/1/bmt39_06_ES1Paul.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

SITRIN, Marina A. **Everyday revolutions: horizontalism and autonomy in Argentina**. Londres: Zed Books, 2012.

SMETS, Michael; ARISTIDOU, Angela; WHITTINGTON, Richard. Towards a practice-driven institutionalism. In: GREENWOOD, Royston *et al.* (Eds.). **The Sage handbook of organizational institutionalism**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2017. p. 384-411.

SPICER, André; ALVESSON, Mats; KÄRREMAN, Dan. Critical performativity: The unfinished business of critical management studies. **Human relations**, v. 62, n. 4, p. 537-560, abr. 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726708101984>. Acesso em: 16 set. 2021.

SPICER, André; ALVESSON, Mats; KÄRREMAN, Dan. Extending critical performativity. **Human Relations**, v. 69, n. 2, p. 225-249, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/293191963_Extending_critical_performativity. Acesso em: 15 set. 2021.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito; MELLO, Ricardo Pimentel. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: SPINK, Mary Jane *et al.* (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 13-30.

SPINK, Peter. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nSkXqD7jKvgdrTFYgMtf8gP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2021.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, edição especial, p. 70-77, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6Sc7z55mBgkxxHPjrDvJHXJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2021.

SPINK, Peter; TOLEDO SILVA, Gabriela. Beyond Policy: Public action languages and governance from a Brazilian Perspective. In: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 23., 2014, Montreal. **Anais [...]**. Montreal: [s. n.], 2014. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/293811440_Beyond_Policy_public_action_languages_and_governance_from_a_Brazilian_Perspective. Acesso em: 15 set. 2021.

SPRINGER, Simon. Anarchism! What geography still ought to be. **Antipode**, v. 44, n. 5, p. 1605-1624, nov. 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8330.2012.01034.x>. Acesso em: 3 out. 2021.

SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. **Inventing the Future**. Nova Iorque: Verso, 2015.

STAKE, Robert E. **Investigación con estudio de casos**. Madri: Ediciones Morata, 1998.

SURACHAIKULWATTANA, Panita; PHILLIPS, Nelson. Institutions as process. In: LANGLEY, Ann; TSOUKAS, Haridimos (Eds.). **The SAGE handbook of process organization studies**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017. p. 372-387.

SUTHERLAND, Neil; LAND, Christopher; BÖHM, Steffen. Anti-leaders(hip) in Social Movement Organizations: The case of autonomous grassroots groups. **Organization**, v. 21, n. 6, p. 759-781, nov. 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508413480254>. Acesso em: 3 out. 2021.

TEIVAINEN, Teivo. Occupy Representation and Democratise Prefiguration: Speaking for Others. **Capital & Class**, v. 40, n. 1, p. 19-36, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0309816815627387>. Acesso em: 3 out. 2021.

TELLO-ROZAS, Sonia. Inclusive Innovations Through Social and Solidarity Economy Initiatives: A Process Analysis of a Peruvian Case Study. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, p. 61-85, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-015-9606-y>. Acesso em: 27 set. 2021.

THALER, Mathias. Peace as a minor, grounded utopia: on prefigurative and testimonial pacifism. **Perspectives on Politics**, v. 17, n. 4, p. 1003-1018, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/peace-as-a-minor-grounded-utopia-on-prefigurative-and-testimonial-pacifism/0BC0B2016E025D60AAC7C2EC131A2F2D>. Acesso em: 3 out. 2021.

THOENIG, Jean-Claude. De l'incertitude en gestion territoriale. **Politiques et Management Public**, v. 13, n. 3, set. 1995, p. 1-27. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/pomap_0758-1726_1995_num_13_3_2057. Acesso em: 3 out. 2021.

THORNTON, Patricia H.; OCASIO, William. Institutional logics. **The Sage handbook of organizational institutionalism**, v. 840, n. 2008, p. 99-128, 2008.

THORNTON, Patricia H.; OCASIO, William; LOUNSBURY, Michael. **The institutional logics perspective: A new approach to culture, structure, and process**. Oxford: Oxford University Press on Demand, 2012.

TICKLE, Les. The organic intellectual educator. **Cambridge Journal of Education**, v. 31, n. 2, p. 159-178, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0305764012006128>. Acesso em: 4 out. 2021.

TOMASKOVIC-DEVEY, Donald; AVENT-HOLT, Dustin. **Relational inequalities: an organizational approach**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 10. ed. São Paulo: Vozes, 2012.

TOVAR, Luisa Fernanda. Formalización de las organizaciones de recicladores de oficio en Bogotá: reflexiones desde la economía popular. **Íconos**, n. 62, p. 39-63, 2018. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/3230/2719>. Acesso em: 27 set. 2021.

TRACEY, Paul; STOTT, Neil. Social innovation: a window on alternative ways of organizing and innovating. **Innovation**, v. 19, n. 1, p. 51-60, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/315877166>. Acesso em: 15 set. 2021.

CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMIENTOS SOLIDÁRIOS DO BRASIL (UNISOL Brasil). **Economia Solidária SP: como estratégia de desenvolvimento**. São Paulo: UNISOL Brasil, 2017. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2018/02/ECOSOL_LIVRO-4.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

VALLE, Luciano Martínez. La Economía social y solidaria: ¿mito o realidad?. **Íconos**, n. 34, p. 107-113, 2009.

VAN DE SANDE, Mathijs. The prefigurative politics of Tahrir Square: an alternative perspective on the 2011 revolutions. **Res Publica**, v. 19, n. 3, p. 223-239, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11158-013-9215-9>. Acesso em: 3 out. 2021.

VAN DE VEN, Andrew H. **Engaged scholarship: a guide for organizational and social research**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2000.

VORONOV, Maxim; VINCE, Russ. Integrating emotions into the analysis of institutional work. **Academy of Management Review**, v. 37, n. 1, p. 58-81, jan. 2012. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/amr.2010.0247>. Acesso em: 3 out. 2021.

WEST, Darrell M. What happens if robots take the jobs? The impact of emerging technologies on employment and public policy. **Brookings**, 26 out. 2015. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/what-happens-if-robots-take-the-jobs-the-impact-of-emerging-technologies-on-employment-and-public-policy/>. Acesso em: 15 set. 2021.

WHETTEN, David A. What constitutes a theoretical contribution? **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 490-495, out. 1989. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/10.5465/amr.1989.4308371>. Acesso em: 29 set. 2021.

WIGGER, Angela. The new EU industrial policy: authoritarian neoliberal structural adjustment and the case for alternatives. **Globalizations**, v. 16, n. 3, p. 353-369, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14747731.2018.1502496>. Acesso em: 15 set. 2021.

WILLMOTT, Hugh C. "Institutional work" for what? Problems and prospects of institutional theory. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 1, p. 67-72, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/254117935>. Acesso em: 15 set. 2021.

WILSON, Bradley R. Delivering the Goods: Fair Trade, Solidarity, and the Moral Economy of the Coffee Contract in Nicaragua. **Human Organization**, v. 72, n. 3, p. 177-187, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44148711>. Acesso em: 27 set. 2021.

WILSON, Melanie; HOWCROFT, Debra. Power, politics and persuasion in IS evaluation: a focus on 'relevant social groups'. **The Journal of Strategic Information Systems**, v. 14, n. 1, p. 17-43, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0963868704000526>. Acesso em: 3 out. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **The future of jobs report 2018**: centre for the new economy and society. Cologny: World Economic Forum, 2018. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2018.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

WOOTEN, Melissa; Hoffman, Andrew J. Organizational fields: past, present and future. In: GREENWOOD, Royston *et al.* (Eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017. p. 55-74.

YATES, Luke. Rethinking prefiguration: alternatives, micropolitics and goals in social movements. **Social Movement Studies**, v. 14, n. 1, p. 1-21, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14742837.2013.870883>. Acesso em: 3 out. 2021.

YATES, Luke. Prefigurative Politics and Social Movement Strategy: the roles of prefiguration in the reproduction, mobilisation and coordination of movements. **Political Studies**, jul. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0032321720936046>. Acesso em: 15 set. 2021.

YUNUS, Muhammad; MOINGEON, Bertrand; LEHMANN-ORTEGA, Laurence. Building social business models: lessons from the Grameen experience. **Long Range Planning**, v. 43, n. 2-3, p. 308-325, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0024630109001290>. Acesso em: 15 set. 2021.

ZAIMAKIS, Yiannis. Autonomy, degrowth and prefigurative politics: voices of solidarity economy activists amid economic crisis in Greece. **Partecipazione e conflitto**, v. 11, n. 1, p. 95-120, 2018. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/19129>. Acesso em: 3 out. 2021.

ZANONI, Patrizia *et al.* Post-capitalistic politics in the making: the imaginary and praxis of alternative economies. **Organization**, v. 24, n. 5, p. 575-588, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1350508417713219>. Acesso em: 15 set. 2021.

ZELIZER, Viviana A. Beyond the polemics on the market: establishing a theoretical and empirical agenda. **Sociological Forum**, v. 3, n. 4, p. 614-634, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/684548>. Acesso em: 29 set. 2021.

ZIETSMA, Charlene; LAWRENCE, Thomas B. Institutional work in the transformation of an organizational field: The interplay of boundary work and practice work. **Administrative Science Quarterly**, v. 55, n. 2, p. 189-221, jun. 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.2189/asqu.2010.55.2.189>. Acesso em: 3 out. 2021.

ZIETSMA, Charlene *et al.* Field or Fields? Building the Scaffolding for Cumulation of Research on Institutional Fields. **Academy of Management Annals**, v. 11, n. 1, p. 391-450, jan. 2017.

ZILBER, Tammar. Institutional Logics and Institutional Work: Should They Be Agreed? *In*: LOUNSBURY, Michael; BOXENBAUM, Eva (Eds.). **Institutional Logics in Action**: part A. v. 39. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2013. p. 77-96.

ZUCKERMAN, Ezra W. Market efficiency: A sociological perspective. *In*: CETINA, Karin K.; PREDA, Alex (Eds.). **The Oxford handbook of the sociology of finance**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 223-249.

APÊNDICES

APÊNDICE A — Artigos mais citados na base Scielo

n° de citações google scholar	Title	Author(s)	Journal	Ano
75	A economia solidária e o projeto de outra mundialização	Gaiger, Luiz Inácio	Dados	2004
60	A economia solidária diante das desigualdades	Asseburg, Hans Benno, Gaiger, Luiz Inácio	Dados	2007
50	Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica	Veronese, Marília Veríssimo, Guareschi, Pedrinho	Psicologia & Sociedade	2005
46	Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários	Coutinho, Maria Chalfin, Beiras, Adriano, Picinin, Dhiancarlos, Lückmann, Gabriel Luiz	Psicologia & Sociedade	2005
40	Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável	Oliveira, Bernardo Carlos S. C. M. de, Santos, Luis Miguel Luzio dos	Revista de Administração Pública	2015
39	A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?	França Filho, Genauto Carvalho de	Cadernos EBAPE.BR	2004
37	Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista	Barreto, Raquel de Oliveira, Paula, Ana Paula Paes de	Cadernos EBAPE.BR	2009
36	Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre	Barfknecht, Kátia Salete, Merlo, Álvaro Roberto Crespo, Nardi, Henrique Caetano	Psicologia & Sociedade	2006
34	Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores	Oliveira, Fábio de	Psicologia & Sociedade	2007
24	Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica	Monje-Reyes, Pablo	Cadernos EBAPE.BR	2011
19	Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros	Favero, Eveline, Eidelwein, Karen	Psicologia & Sociedade	2004

19	Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e à economia solidária	Nardi, Henrique Caetano, Yates, Denise Balem	Estudos de Psicologia (Natal)	2005
14	De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários	Coelho, Diego Bonaldo, Godoy, Arilda Schmidt	Revista de Administração Pública	2011
13	Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO	Onuma, Fernanda Mitsue Soares, Mafra, Flávia Luciana Naves, Moreira, Lilian Barros	Cadernos EBAPE.BR	2012
11	Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político	Santiago, Eneida, Yasui, Silvio	Psicologia & Sociedade	2015
11	Empoderamiento espacial de las mujeres mediante la Economía Solidaria	Hoinle, Birgit, Rothfuss, Rainer, Gotto, Damaris	Cuadernos de Desarrollo Rural	2013
9	Social Enterprises in Brazil: Socially Produced Knowledge Versus Social Innovation	Machado Valadão Júnior, Valdir	Journal of technology management & innovation	2013
8	Educação intercultural, gênero e movimentos sociais no Brasil	Fleuri, Reinaldo Matias	Educar em Revista	2003
7	Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro", "", "Trabalho, Educação e Saúde	Santos, Ana Maria Marques, Deluiz, Neise	Trabalho, Educação e Saúde	2009
7	Competição e conflito em redes de economia solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre (Brasil)	Carrion, Rosinha Machado	Cadernos EBAPE.BR	2009
7	O tempo de trabalho em sua dimensão subjetiva	Lourenço, Mariane Lemos	Psicologia USP	2010
6	Reflexões sobre poder e controle nas Organizações da Economia Solidária (OES): um olhar à luz dos bichos de Orwell	Sá, Marcio Gomes de, Soares, Guilherme José de V.",	Cadernos EBAPE.	2005
6	Economía solidaria y condiciones de autogestión en emprendimientos económicos solidarios en el municipio de Aquidauana (MS - Brasil)	de Castilho, Maria Augusta, Pasquotto Mariani, Milton Augusto, Martins Garcia, Ricardo Alexandre	Estudios y perspectivas en turismo	2012

6	La relación entre la economía solidaria y el desarrollo local: Un estudio de caso volcado a los emprendimientos solidarios del turismo brasileño	Arruda, Dyego de Oliveira, Mariani, Milton Augusto Pasquotto, Fagundes, Mayra Batista Bitencourt, Schmidt, Vanessa, Dias, Daniela Teixeira	Estudios y perspectivas en turismo	2013
6	Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justatrama	"Andrada, Cris Fernández, Sato, Leny	Psicologia & Sociedade	2014
5	O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no "bairro da economia solidária,"	Rigo, Ariádne Scalfoni, França Filho, Genauto Carvalho de",	Cadernos EBAPE.BR	2017
5	Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual	Faria, José Henrique de	Cadernos EBAPE.BR	2017
5	La Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía: construir puentes entre la justicia económica y la equidad de género	Diaz Alba, Carmen Leticia", "La ventana	La ventana. Revista de estudios de género	2007
4	A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros", "	Alves, Juliano Nunes, Flaviano, Viviane, Klein, Leander Luiz, Löbler, Mauri Leodir, Pereira, Breno Augusto Diniz	Cadernos EBAPE.BR	2016
4	Construtores de casa e artífices de cidadania: modos cooperativos de trabalhar e viver", "	Lima, Silvana Mendes, Gomez, Carlos Minayo	Trabalho, Educação e Saúde	2008
4	Condutas de mediadores em processos de decisão coletiva como condição para uma educação emancipatória na Economia Solidária	Cia, Fabiana, Cortegoso, Ana Lúcia	Psicologia & Sociedade	2007
3	Explorando el papel de las redes virtuales en la construcción del " El caso del couchsurfing	Guerrero Rodríguez, Rafael, Preciado Guerrero, Adriana, Miranda Zambrano, Gloria Amparo	Estudios y perspectivas en turismo	2017
3	Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão	Petersen, Fernando, Souza, Thiago Galdino de, Lopes, Andréia de Araripe	Psicologia & Sociedade	2014

3	Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades", """, "Cadernos EBAPE.BR	Matarazzo, Gustavo, Boeira, Sérgio Luís	Cadernos EBAPE.BR	2016
2	Possibilidades para a psicologia na economia solidária: atuação numa ITCP	Santos, Joelma Cristina, Oliveira, Benedito Anselmo Martins de	Psicologia & Sociedade	2015
2	Formação profissional e Cooperativismo em Portugal	de Sá, Jorge	Cuadernos de Desarrollo Rural	2010
1	Institucionalização das manifestações da sociedade civil: das tipologias aos conceitos	Possas, Miriam de Castro, de Sena Abrahão, Ricardo, Godói-de-Sousa, Edileusa	Dimensión Empresarial	2013
1	Depoimento: Sylvia Leser de Mello e a economia solidária	Singer, Paul	Psicologia USP	2006
0	O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista	Gaiger, Luiz Inácio, Ferrarini, Adriane, Veronese, Marília	Dados	2018
0	Uma aproximação entre pragmática universal e economia solidária: o caso de Catende	Gomes, Fábio	Cadernos EBAPE.BR	2014
0	"Abordagem grassroots e resistência: atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável	Sena, Augusto Marcos Carvalho de, Matos, Fátima Regina Ney, Mesquita, Rafael Fernandes de, Machado, Diego de Queiroz	Cadernos EBAPE.BR	2017
0	Cáritas y el trabajo común organizado en el desarrollo rural desde el enfoque de economía solidaria	Martínez, Elena Judith Ortiz, Quispe Limaylla, Aníbal, Martínez Saldaña, Tomás, Santiago Cruz, María de Jesús, Sánchez Escudero, Julio, Jiménez Vázquez, Mercedes	Alteridades	2012

APÊNDICE B — Artigos mais citados na base Redalyc

Total de citações	Classificação na ABS	Título	Autor	Revista	Ano
		Relaciones entre sociedad y Estado en la economía solidaria	Paul Singer.	Iconos. Revista de Ciencias Sociales	2009
		Los caminos de la economía social y solidaria. Presentación del dossier	José Luis Coraggio.	Iconos. Revista de Ciencias Sociales	2009
		Trabajo asociado y tecnología: reflexiones a partir del contexto y de la experiencia de las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares en Brasil	Pedro Claudio Cunca Bocayuva.	Iconos. Revista de Ciencias Sociales	2009
		La Economía social y solidaria: ¿mito o realidad?	Luciano Martínez Valle.	Iconos. Revista de Ciencias Sociales	2009
		De mitos y realidades (respuesta a Luciano Martínez)	José Luis Coraggio.	Iconos. Revista de Ciencias Sociales	2009
		Economía popular: entre la informalidad y la reproducción ampliada Presentación del dossier	Verónica Gago, Cristina Cielo, Francisco Gachet.	Iconos. Revista de Ciencias Sociales	2018
		Economías feminista, social y solidaria. Respuestas heterodoxas a la crisis de reproducción en América Latina	Natalia Quiroga Díaz.	Iconos. Revista de Ciencias Sociales	2009
		La comunidad y sus desafíos políticos en una democracia radical	José Antonio Figueroa.	Iconos. Revista de Ciencias Sociales	2009
		Formalización de las organizaciones de recicladores de oficio en Bogotá: reflexiones desde la economía popular	Luisa Fernanda Tovar.	Iconos. Revista de Ciencias Sociales	2018

APÊNDICE C — Artigos mais citados na base Web of Science

Total de citações	Classificação na lista ABS	Título	Autores	Journal	Ano da publicação
15	3	Solutions to the crisis? The Green New Deal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective	Bauhardt, Christine	Ecological Economics	2014
75	3	Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present	Moulaert, F; Ailenei, O	Urban Studies	2005
10	2	Delivering the Goods: Fair Trade, Solidarity, and the Moral Economy of the Coffee Contract in Nicaragua	Wilson, Bradley	Human Organization	2013
7	1	Solidarity Economy in Brazil: movement, discourse and practice analysis through a polanyian understanding of the economy	Lemaitre, Andreia; Helmsing, A. H. J. (Bert)	Journal of International Development	2012
3	2	What does solidarity economy' mean? Contours and feasibility of a theoretical and political project	Ahmed, Pepita Ould	Business Ethics-a European Review	2015
2	2	Public Policies Addressed to the Social and Solidarity Economy in South America. Toward a New Model?	Caruana, Maria Eugenia; Cecilia Srnc, Cynthia	Voluntas	2013
1	2	What is the third sector? Associations, solidarity economy, social economy - Introduction	Lallement, M; Laville, JL	Sociologie du Travail	2000
0	2	A bibliometric analysis of the Scielo database: a Brazilian portfolio of the solidarity economy	de Araujo, Alcione Lino; Rodrigues, Bethania Avila; Telles, Leomara Battisti; Vaz, Monica	Scientometrics	2017

			Cristine S.; Bittencourt, Juliana Vitoria M.		
0	3	Solidarity Economy for Development and Women's Emancipation: Lessons from Bolivia	Hillenkamp, Isabelle	Development And Change	2015
0	2	Inclusive Innovations Through Social and Solidarity Economy Initiatives: A Process Analysis of a Peruvian Case Study	Tello-Rozas, Sonia	Voluntas	2016
0	4	The Social Economy: International Perspectives on Economic Solidarity	Hadjimichalis, Costis	Economic Geography	2011
0	2	The Solidarity Economy Alternative: Emerging Theory and Practice	Klimczuk, Andrzej	International Sociology	2016
0	1	Solidarity Economy: Building Alternatives for People and Planet	Krimerman, Len	Review Of Radical Political Economics	2009
0	1	Civil economy and solidarity in Latin America	Bertana, Irene; Corazzini, Luca	International Journal Of Happiness And Development	2015

APÊNDICE D — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Título provisório do Projeto: A performatividade crítica dos atores para institucionalizar práticas de economia solidária no contexto subnacional.

2. Pesquisadora responsável: Raquel Sobral Nonato

3. Justificativas e objetivos gerais: Esta pesquisa de doutorado no curso de Administração Pública e Governo tem como objetivo explicar de que forma os atores do campo da economia solidária se articulam para realizar mudanças institucionais no contexto subnacional. Para tanto, serão investigados três casos específicos: A Incubadora Pública de Empreendimentos Economicos de São Paulo, Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e AMESOL.

4. Procedimentos: A pesquisa é conduzida na forma de estudo de caso qualitativo envolvendo entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos. As entrevistas semi-estruturadas duram cerca de 1 hora e tem por objetivo captar a trajetória e a percepção do entrevistado diante do fenômeno estudado – economia solidária.

5. Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso a mim, Raquel Sobral Nonato, para esclarecimento de eventuais dúvidas. Poderei ser localizada no Centro de Estudos em Administração e Governo da FGV-EAESP, Av. Nove de Julho, 2029 11º Andar, São Paulo-SP, tel. 11 37997904/7905, celular (11-97015-9923) e email kell.sobral@gmail.com.

Também poderá tirar dúvidas no comitê de Conformidade Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Fundação Getúlio Vargas no endereço Praia de Botafogo, 190, sala 536, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-900. Telefone (21) 3799-6216. E-mail: etica.pesquisa@fgv.br.

6. Garantia de desistência: é assegurada a liberdade da retirada de seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem qualquer prejuízo;

7. Direito de confidencialidade: sua identidade será preservada, assim como a identidade de todas as pessoas por você referidas. A entrevista será gravada, posteriormente transcrita sem a sua identificação, para assegurar a confidencialidade dos dados.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine [se possível] ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável

Eu, _____, acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou do que foi lido para mim, descrevendo o

estudo “A performatividade crítica dos atores para instituciolizar práticas de economia solidária no contexto subnacional”.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo, sabendo que poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante sua realização, sem penalidades ou prejuízos.

_____	_____	/ /
Assinatura do sujeito/representante legal	Local	Data

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito ou de seu representante legal para sua participação neste estudo.

_____	_____	/ /
Assinatura do pesquisador	Local	Data

1. APÊNDICE E — Roteiros de Entrevista

Roteiro de Entrevista I - Gestores Públicos

Data: ____/____/____

Local: _____

Hora: _____

Apresentação.

Você foi selecionado/a por ter exercido a função de _____ na iniciativa _____ (Incubadora, AMESOL ou Rede de Gestores), um dos objetos de análise da nossa pesquisa. Essa entrevista será gravada para posterior transcrição. Sua participação é totalmente voluntária e seus dados serão mantidos em sigilo (de acordo com o Termo de Consentimento Livre e esclarecido).

Introdução

1. Qual é a sua função atual?
2. Conte um pouco sobre sua trajetória. Como chegou até aqui?

Descrição da Ação Pública de Economia Solidária/Movimento social e engajamento dos atores

3. Qual foi o papel da secretaria/setor para formulação/implementação do projeto?
4. Como funcionou essa iniciativa (qual problema ela buscava resolver e qual era o contexto que ela estava inserida)? (Descreva a trajetória para a formatação da ação pública e os eixos estruturantes do projeto).
5. O projeto faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo?) Como se dá esta ligação?
6. Existiu participação da comunidade ou do público-alvo em algum momento na elaboração do projeto? Se sim, de que forma?
7. Como tal iniciativa foi coordenada e articulada entre os diferentes atores envolvidos? Quem fazia o que?
8. Houve parceria com a academia (universidades, escolas técnicas e regulares)? Comente de que forma essa parceria se deu e por meio de qual instrumento (convênio, contrato, participação em eventos, etc.).
9. Qual foi o papel das organizações da sociedade civil, sindicatos, associações de classe e/ou coletivos de movimentos sociais?

10. Como os atores da sociedade civil se mobilizaram e negociaram para influenciar nas decisões do projeto? Poderia citar algum exemplo?
11. Quais foram os recursos mobilizados para a implementação desse programa (financeiros, humanos, etc.)?
12. É possível elencar alguns resultados (quantitativos e qualitativos) que demonstram os efeitos práticos da inserção desse projeto?
13. Na sua opinião, a iniciativa enfrentou barreiras para sua implementação? Quais?
14. A seu ver, quais foram os motivos que fizeram com que esta experiência tenha tido descontinuidade?

Performatividade Crítica da Economia Solidária

15. Você conhecia o termo economia solidária até participar do projeto/iniciativa em questão? Você poderia citar uma definição conceitual sobre o que é economia solidária para você?
16. Na sua opinião, quais foram os atores (governos, sociedade civil, academia) mais importantes para que esse conceito fosse incorporado no Brasil e pelos governos subnacionais? E América Latina?
17. Em termos de orientação ideológica, qual é a relação entre práticas e políticas de economia solidária frente às outras lutas sociais (ex: pauta de direitos humanos, diversidade, agroecologia anticapitalistas, etc.).
18. Você buscou formação técnica sobre o conceito de economia solidária? (participou de capacitações, pesquisas, etc?) Se sim, quem forneceu a formação?
19. No dia a dia do setor público, quais são as principais diferenças entre fomentar organizações alternativas (empreendimentos, coletivos, redes) e formas tradicionais de organização (ex: empreendedorismo típico, inserção da mão-de-obra no mercado formal, etc.). Comente sobre as diferentes etapas envolvidas (formação/capacitação; estruturação do empreendimento/produção e comercialização).
20. Na sua visão, quais são os principais meios para consolidar os conhecimentos gerados a partir de uma prática de economia solidária?
21. Há incompatibilidades/conflitos para inserir essa estratégia no cotidiano da administração pública? Quais são os mecanismos para superar tais dificuldades?
22. Quais são as principais oportunidades e gargalos de estruturar uma Incubadora Pública de iniciativa da prefeitura?

Ao encerrar todas as entrevistas:

23. Cite as principais pessoas envolvidas com essa experiência nesse órgão/grupo? Você acha que devo conversar com mais alguém? Quem?
24. Você gostaria de comentar mais alguma coisa?

Agradecimento

Roteiro de Entrevista II – Ativistas/profissionais da sociedade civil

Data: ____/____/____

Local: _____

Hora: _____

Apresentação.

Você foi selecionado/a por ter exercido a função de _____ na iniciativa _____ (Incubadora, AMESOL ou Rede de Gestores), um dos objetos de análise da nossa pesquisa. Essa entrevista será gravada para posterior transcrição. Sua participação é totalmente voluntária e seus dados serão mantidos em sigilo (de acordo com o Termo de Consentimento Livre e esclarecido).

Introdução

1. Qual é a sua função atual?
2. Conte um pouco sobre sua trajetória. Como chegou até aqui?

Descrição da Ação Pública de Economia Solidária/Movimento social e engajamento dos atores

3. Qual foi o seu papel na formulação/implementação do projeto/iniciativa?
4. Como funcionou essa iniciativa (qual problema ela buscava resolver e qual era o contexto que ela estava inserida)? (Descreva a trajetória para a formatação da ação pública e os eixos estruturantes do projeto, quantas pessoas envolvidas, etc.).
5. Como tal iniciativa foi coordenada e articulada entre os diferentes atores envolvidos?
6. Houve parceria com os governos (federal, estadual ou municipal?) ao longo da trajetória do movimento/organização? De que forma?
7. Houve parceria com a academia (universidades, escolas técnicas e regulares)? Comente de que forma essa parceria se deu e por meio de qual instrumento (convênio, contrato, participação em eventos, etc.).
8. Qual foi o papel de outras organizações da sociedade civil, sindicatos, associações de classe e/ou coletivos de movimentos sociais?
9. Como os atores da sociedade civil se mobilizaram e negociaram para influenciar decisões no projeto/movimentos sociais? Poderia citar algum exemplo?
10. É possível elencar alguns resultados (quantitativos e qualitativos) que demonstram os efeitos práticos da inserção dessa iniciativa?

11. Na sua opinião, a iniciativa enfrentou barreiras para sua realização ao longo dos anos? Quais?
12. A seu ver, quais são os principais motivos que fazem com que experiências de fomento à economia solidária sejam descontinuadas?

Performatividade Crítica da Economia Solidária

13. Você conhecia o termo economia solidária até participar do projeto/iniciativa em questão? Você poderia citar uma definição conceitual sobre o que é economia solidária para você?
14. Na sua opinião, quais foram os atores (governos, sociedade civil, academia) mais importantes para que esse conceito fosse incorporado no Brasil e pelos governos subnacionais?
15. Você buscou formação técnica sobre o conceito de economia solidária? (participou de capacitações, pesquisas, etc?) Se sim, quem forneceu a formação?
16. Em termos de orientação ideológica, qual é a relação entre práticas e políticas de economia solidária frente à outras lutas sociais (ex: pauta de direitos humanos, diversidade, agroecologia anticapitalistas, etc.).
17. No dia a dia da organização/movimento, quais seriam as principais diferenças entre fomentar organizações alternativas (empreendimentos, coletivos, redes) e formas tradicionais de organização (ex: empreendedorismo típico, inserção da mão-de-obra no mercado formal, etc.). Comente sobre as diferentes etapas envolvidas (formação/capacitação; estruturação do empreendimento/produção e comercialização).
18. Na sua visão, quais são os principais meios para consolidar os conhecimentos gerados a partir de uma prática de economia solidária?
19. Quais são as principais incompatibilidades/conflitos para inserir essa estratégia no cotidiano? Quais são os mecanismos para superar tais dificuldades?

Ao encerrar todas as entrevistas:

20. Cite as principais pessoas envolvidas com essa experiência nesse órgão/grupo? Você acha que devo conversar com mais alguém? Quem?
21. Você gostaria de comentar mais alguma coisa?

Agradecimento

Roteiro de Entrevista III – Membros de empreendimentos /organizações alternativas

Data: ____/____/____

Local: _____

Hora: _____

Apresentação.

Você foi selecionado/a por ter sido membro do empreendimento _____ na iniciativa _____ (Incubadora, AMESOL ou Rede de Gestores), um dos objetos de análise da nossa pesquisa. Essa entrevista será gravada. Sua participação é totalmente voluntária e seus dados serão mantidos em sigilo (de acordo com o Termo de Consentimento Livre e esclarecido).

Introdução

1. Qual é a sua função atual?
2. Conte um pouco sobre sua trajetória. Como chegou até aqui?

Descrição do Empreendimento e articulação com ações públicas de economia solidária no território

3. Conte como foi o processo de criação do empreendimento.
4. Conte sobre a relação do empreendimento e políticas de fomento à economia solidária no território.
5. Você passou por formas de capacitação? Como elas se deram e por quem?
6. O empreendimento contou com outras formas de fomento?
7. Qual é a mais importante conquista do projeto?
8. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo empreendimento?
9. Como vocês se mobilizam para influenciar decisões para fomento da economia solidária? Poderia citar algum exemplo?
10. Há articulação com outros movimentos sociais e entidades da sociedade civil?

Comente.

Performatividade Crítica da Economia Solidária

11. Você conhecia o termo economia solidária até participar do empreendimento em questão? Você poderia citar uma definição conceitual sobre o que é economia solidária para você?
12. Na sua opinião, quais foram os atores (governos, sociedade civil, academia) mais importantes para que esse conceito fosse incorporado pelos governos e sociedade?

13. Você buscou formação técnica sobre o conceito de economia solidária? (participou de capacitações, pesquisas, etc?) Se sim, quem forneceu a formação?
 14. Em termos de orientação ideológica, na sua opinião, qual é a relação entre práticas e políticas de economia solidária frente à outras lutas sociais (ex: pauta de direitos humanos, diversidade, agroecologia anticapitalistas, etc.).
 15. No dia a dia do empreendimento, quais seriam as principais diferenças entre trabalhar e produzir em uma organização alternativas (empreendimentos, coletivos, redes) e formas tradicionais de organização (ex: empreendedorismo típico, mercado formal etcc.). Comente sobre as diferentes etapas envolvidas (formação/capacitação; estruturação do empreendimento/produção e comercialização).
 16. Na sua visão, quais são os principais meios para consolidar os conhecimentos gerados a partir de uma prática de economia solidária?
 17. Quais são as principais incompatibilidades/conflitos para inserir essa estratégia no cotidiano? Quais são os mecanismos para superar tais dificuldades?
- Ao encerrar todas as entrevistas:
18. Cite as principais pessoas envolvidas com essa experiência nesse órgão/grupo? Você acha que devo conversar com mais alguém? Quem?
 19. Você gostaria de comentar mais alguma coisa?

Agradecimento